



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ONDE FICA O SERTÃO ROMPEM-SE AS ÁGUAS:
PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DA RIBEIRA DO APODI-MOSSORÓ
(1676-1725)

PATRÍCIA DE OLIVEIRA DIAS

NATAL, 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS
LINHA DE PESQUISA I: RELAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS E PRODUÇÃO DOS
ESPAÇOS

ONDE FICA O SERTÃO ROMPEM-SE AS ÁGUAS: PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA RIBEIRA DO APODI-MOSSORÓ (1676-1725)

PATRÍCIA DE OLIVEIRA DIAS

NATAL/2015

Catálogo da Publicação

Biblioteca Central Zila Mamede – Setor de Informação e Referência

Dias, Patrícia de Oliveira.

Onde fica o sertão rompem-se as águas: processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró (1676-1725) / Patrícia de Oliveira Dias. – Natal, RN, 2015.

191 f.

Orientadora: Dr.^a Carmen Margarida Oliveira Alveal.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte – Programa de Pós-graduação em História.

PATRÍCIA DE OLIVEIRA DIAS

ONDE FICA O SERTÃO ROMPEM-SE AS ÁGUAS: PROCESSO DE
TERRITORIALIZAÇÃO DA RIBEIRA DO APODI-MOSSORÓ (1676-1725)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa I: relações econômico-sociais e produção dos espaços, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da professora Dr.^a Carmen Margarida Oliveira Alveal.

NATAL/2015

Para minha avó que (quase) sempre lê o que escrevo e para minha mãe, que um dia disse “Vá filha, faça História”.

AGRADECIMENTOS

Escrever não é a mais fácil das tarefas. Mesmo no meio das angústias, da pressão para o cumprimento dos prazos, do rigor que o comprometimento com a História exige, é possível sentir prazer neste processo de construção, principalmente, quando se tem o trabalho concluído e com satisfação. Escrever, ao contrário do que escutei diversas vezes nas conversas de corredor, enquanto o convívio ainda era intenso com os colegas de turma, jamais é uma tarefa solitária. A feitura de reflexões sobre os acontecimentos de tempos remotos não seria possível se não estivesse rodeada por determinadas pessoas. Tenho o mais profundo agradecimento a cada uma delas, que me apoiaram, me deram motivos para seguir em frente, me ajudaram escutando sobre minhas descobertas, lamentações, e momentos de extrema felicidade ao me encontrar com esse objeto de estudo.

Agradeço a Deus, a quem sempre busco refúgio. À minha família, principalmente minha avó e minha mãe que sempre acreditam e apoiam meu projeto de vida e trabalho. A João Fernando Barreto de Brito por toda paciência que teve comigo, principalmente nos últimos meses de produção. Muito obrigada pelo seu enorme carinho e dedicação, por cada minuto que perdeu escutando sobre minhas hipóteses, dúvidas e lendo todo meu trabalho, contribuindo para o conjunto de toda a obra. À Gabriela Fernandes, amiga, companheira de carreira e prima que sempre acreditou no que faço.

Ao Laboratório de Experimentação em História Social (LEHS), onde aprendi a ser pesquisadora e encontrei os objetos de estudo que me aprofundei nos trabalhos de conclusão de graduação e na dissertação apresentada a este Programa de pós-graduação. Todos os membros deste laboratório, os atuais e os antigos, tiveram uma participação especial nessa jornada, sugerindo-me fontes, indicações bibliográficas, bancos de dados e metodologias, além de ler e discutir meu trabalho, fazendo apontamentos relevantes para o conjunto completo dessa dissertação. Alguns desses membros eu tenho um carinho especial. São eles: Ana Lunara Morais, Marcos Arthur Fonseca, Lívia Brenda Barbosa, Tyego Franklin da Silva, Renata Assunção da Costa e Gustavo Melo Couto.

Ana Lunara da Silva Morais, companheira de pesquisa e amiga inestimável. Muito obrigada por todas as nossas andanças em sebos, arquivos e compartilhamento de experiências de pesquisa e de vida que jamais serão esquecidos. A Marcos Arthur Fonseca agradeço por toda a paciência que teve e por todas as ideias mirabolantes que no fim acabei seguindo. Muito obrigada Marquitos pelas fontes e pelas horas que escutastes minhas reclamações, pelos dias tentando entender meu pensamento, sempre buscando soluções para

minhas dúvidas e opções de títulos para este trabalho, que acabou sendo esta uma tarefa cumprida por Livia Barbosa, a quem agradeço pela iluminação de ter pensado em algo mais encaixado com tudo que disserto aqui.

Tyego Franklim e Renata Assunção, além de amigos de laboratório também foram colegas de turma nesse mestrado. Obrigado por dividirem seus conhecimentos, muito importante para as discussões nas disciplinas, por terem realizado uma leitura atenta do meu trabalho e por sempre pensarem que algo poderia ser modificado e/ou acrescentado. Gustavo Melo Couto, um grande amigo que a vida me deu, obrigada pelos momentos de risadas, de escuta, de apoio e por sempre acreditar que eu conseguiria. Agradeço também à Auana Maroni, uma grande amiga que ganhei durante o curso de história. Muito obrigada por entender minhas ausências e apoiar sempre minhas escolhas.

Ao longo de minha trajetória de pesquisa, algumas experiências devem ser mencionadas. Obrigada ao LEHS-UnB, coordenado pelo professor Tiago Gil, por todo os esclarecimentos geográficos e por apresentar ferramentas novas que ajudaram a compor esse trabalho; e ao LEHS-UFRJ, coordenado pela professora Manoela Pedroza, pelas críticas quanto a metodologia e sugestões de livros. A ambos fica a eterna gratidão por lerem meu projeto e indicarem bons caminhos.

Em missão de estudo pelo PROCAD, realizada em junho de 2013, agradeço às professoras Maria Fernanda Bicalho e Márcia Motta por igual dedicação à minha pesquisa, recebendo-me abertamente para ótimas conversas e indicações bibliográficas e fontes fundamentais para este estudo. Por esta mesma missão, agradeço a João Fernando, Ana Lunara Moraes, Gil Eduardo Albuquerque e João Gilberto Saraiva, maravilhosas companhias e verdadeiros amigos. Sem vocês, aquela viagem não seria possível.

Agradeço imensamente à professora Fátima Martins Lopes por fazer uma leitura crítica do projeto, por me ajudar com bibliografia e fontes sobre o Rio Grande do Norte desde o fim da minha graduação. Obrigada por rabiscar por inteiro a minha qualificação e por tentar entender cada uma das genealogias que consegui construir, bem como cada localidade apontada nas sesmarias e cada hipótese lançada. Ao professor Muirakytan Kennedy também deixo meu muito obrigada por ler atenciosamente meu trabalho e apontar importantes caminhos.

Minha gratidão aos meninos do Ceará, Rafael Ricarte, Gabriel Parente Nogueira, Eudes Gomes e Leonardo Rolim. Obrigada por serem atenciosos, não apenas indicando, mas também me presenteando com inúmeras fontes e livros de referência e discutindo, mesmo que

via chat de bate papo, o meu trabalho. Todo esse contato foi essencial para a feitura desta dissertação.

Por último e mais importante, muito obrigada a Carmen Alveal por ser essa orientadora maravilhosa, por nunca me poupar de comentários sinceros – mesmo que alguns tenham feito-me chorar – por me guiar no mundo da pesquisa e, principalmente, por me apresentar ao mundo das sesmarias. Acreditem... esses anos de trabalho jamais serão esquecidos.

RESUMO

O processo de territorialização portuguesa da capitania do Rio Grande foi iniciado em 1598, com a conquista da barra do Rio Potengi por Mascarenhas Homem. Tal processo perdurou até 1633, quando foi interrompido pela chegada dos holandeses, sendo retomado somente em 1654. A partir deste ano, incentivou-se a ocupação de terras desconhecidas da capitania, subsidiando o avanço de conquistadores rumo às terras mais ao interior, rompendo os limites divisórios com a capitania do Siará Grande até então conhecido: a ribeira do Assú. Este avanço resultou em encontros com os habitantes dessas terras, os conhecidos tapuias, levando à eclosão de diversos conflitos que compuseram a Guerra dos Bárbaros. O palco principal de tais acontecimentos no Rio Grande, entre os anos de 1687 e 1720, foi justamente a ribeira do Assú, um dos espaços a ser problematizado por esta pesquisa. Portanto, este trabalho tem por objetivo analisar o avanço dos novos conquistadores no Rio Grande, contribuindo para o processo de territorialização portuguesa, que resultou no surgimento de uma nova fronteira entre o Rio Grande e o Siará Grande: o rio Apodi-Mossoró. Para tanto, realizou-se o cruzamento de fontes produzidas entre os anos de 1659 e 1725, como as cartas de sesmarias, cartas régias, correspondência entre a Câmara de Natal, os capitães-mores do Rio Grande e o governo de Pernambuco e governo geral, bem como os documentos referentes aos terços de paulistas que atuaram na capitania.

Palavras-chave: Formação territorial; Guerra dos Bárbaros; Mossoró; Apodi; Rio Grande.

ABSTRACT

The Portuguese territorial process of the captaincy of Rio Grande was initiated in 1598 with the conquest of the Potengi River bar by Mascarenhas Homem. This process lasted until 1633, when it was interrupted by the arrival of the Dutch, and resumed only in 1654. From this year on, the occupation of unknown lands of the captaincy was encouraged, supporting the advancement towards conquering the backlands, breaking the divisive boundaries with the captaincy of Siará Grande so far known: the Assú riverside. This breakthrough resulted in confrontations with the inhabitants of these lands, known as tapuias, leading to outbreak of several conflicts that composed the Barbarians War. The main stage of such events in Rio Grande, between the years 1687 and 1720, was precisely the Assú riverside, one of the spaces to be investigated by this research. Therefore, this paper aims to analyze the advance of the conquerors in Rio Grande, contributing to the territorial process, which resulted in the emergence of a new border between Rio Grande and Siará Grande: the Apodi-Mossoró river. For this purpose, it was used sources produced between the years 1659 and 1725, as the settlement letters, royal charters, correspondence between the City Council of Natal, captains of Rio Grande and the government of Pernambuco and also the general government, as well as the documents related to the militia composed mainly by Paulistas who struggled in the captaincy.

Keywords: territorial formation; Barbarians War; Mossoró; Apodi; Rio Grande.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: <i>Provincie di Seará e Rio Grande</i>	62
Figura 02: Limites da capitania do Rio Grande	63
Figura 03: Limites da capitania do Siará Grande	64
Figura 04: Estradas do gado nas Capitánias do Norte	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Doações de terra na capitania do Rio Grande (1659- 1677)	55
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Rios da capitania do Rio Grande	16
Mapa 02: Rio Apodi-Mossoró	18
Mapa 03: Doação de sesmarias no Rio Grande entre os anos 1598-1614	40
Mapa 04: Mesorregião central do Rio Grande do Norte	53
Mapa 05: Concessões entre 1598-1614	57
Mapa 06: Concessões entre 1659-1674	57
Mapa 07: Doação de sesmarias na capitania do Rio Grande entre os anos 1676-1679	71
Mapa 08: Frente conquistadora do Rio Grande	77
Mapa 09: Frente conquistadora do Siará Grande	83
Mapa 10: Zona de Fronteira Jaguaribe-Açu	84
Mapa 11: 1º sesmaria doada aos irmãos Nogueira Ferreira e companheiros	92
Mapa 12: 2º Sesmaria doada aos irmãos Nogueira Ferreira e companheiros	93
Mapa 13: Casas fortes e aldeamentos da capitania do Rio Grande em 1688	100
Mapa 14: Sesmaria de Manoel Vieira do Vale	106
Mapa 15: Sesmarias doadas na ribeira do Mossoró	132
Mapa 16: Doações na ribeira do Apodi (1706-1707)	138
Mapa 17: Doações de sesmarias na ribeira do Apodi (1716)	143
Mapa 18: Doação de sesmarias na ribeira do Apodi (1717)	147

LISTA DE ABREVIATURAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

BN – Biblioteca Nacional

DH – Documentos Históricos

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGRN – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

LEHS – Laboratório de Experimentação em História Social

LCPCSN – Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal

LTVSCN – Livros de Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal

SILB – Plataforma de Sesmarias do Império Luso-Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1: A CONQUISTA DO SERTÃO DO RIO GRANDE: EXPANSÃO DA FRONTEIRA PARA ALÉM DO LITORAL. (1659-1720).....	34
1.1 A “mobilidade” do sertão do Rio Grande	45
CAPÍTULO 2: A EXPANSÃO DO SERTÃO PARA ALÉM DO AÇU	62
2.1 A CONQUISTA DO RIO UPANEMA E MOSSORÓ. (1676-1679)	62
2.2 Uma fronteira movediça: a conquista do sertão do Rio Grande que era Siara Grande (1680-1687)	77
2.2.1 Do leste para o oeste: a frente conquistadora do Rio Grande	78
2.2.2 Do oeste para o leste: a frente conquistadora do Siará Grande	81
CAPÍTULO 3: ENFRENTANDO O SERTÃO E SEUS ÍNDIOS: CONQUISTA DURANTE A GUERRA DOS BÁRBAROS.....	89
3.1 A Guerra dos Bárbaros.....	93
CAPÍTULO 4: FORMAÇÃO TERRITORIAL DO APODI-MOSSORÓ	127
4.1 Mossoró.....	127
4.2 Apodi.....	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
FONTES	156
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS.....	167

INTRODUÇÃO

Os caminhos traçados pelos rios muitas vezes são ignorados por um viajante das estradas. Estas, desde os seus primórdios, tem o papel de integração entre dois lugares, atravessando um espaço que ao longo das gerações foi sendo descoberto, mantido e concretizado. Muitas vezes, tais caminhos por terra atravessam rios, por meio de pontes, estabelecem-se ao lado de lagoas e lagos e aqueles que trafegam não percebem a importância destes mananciais para a sociedade daqueles pequenos mundos que vivem ali, ao redor dessas águas, cortadas por estradas.

Os rios, apesar de serem a principal fonte de abastecimento de milhares de cidades e de determinadas sociedades, não tem o respeito merecido daqueles que utilizam seus recursos, que passam a poluir seus principais mananciais e levam, devido a determinadas ações, à extinção destes. Para os conquistadores portugueses, quando foram iniciadas as primeiras incursões no espaço, que logo seria conhecido como América portuguesa, os rios foram guias fundamentais à interiorização e à consequente estruturação dos primeiros povoados.

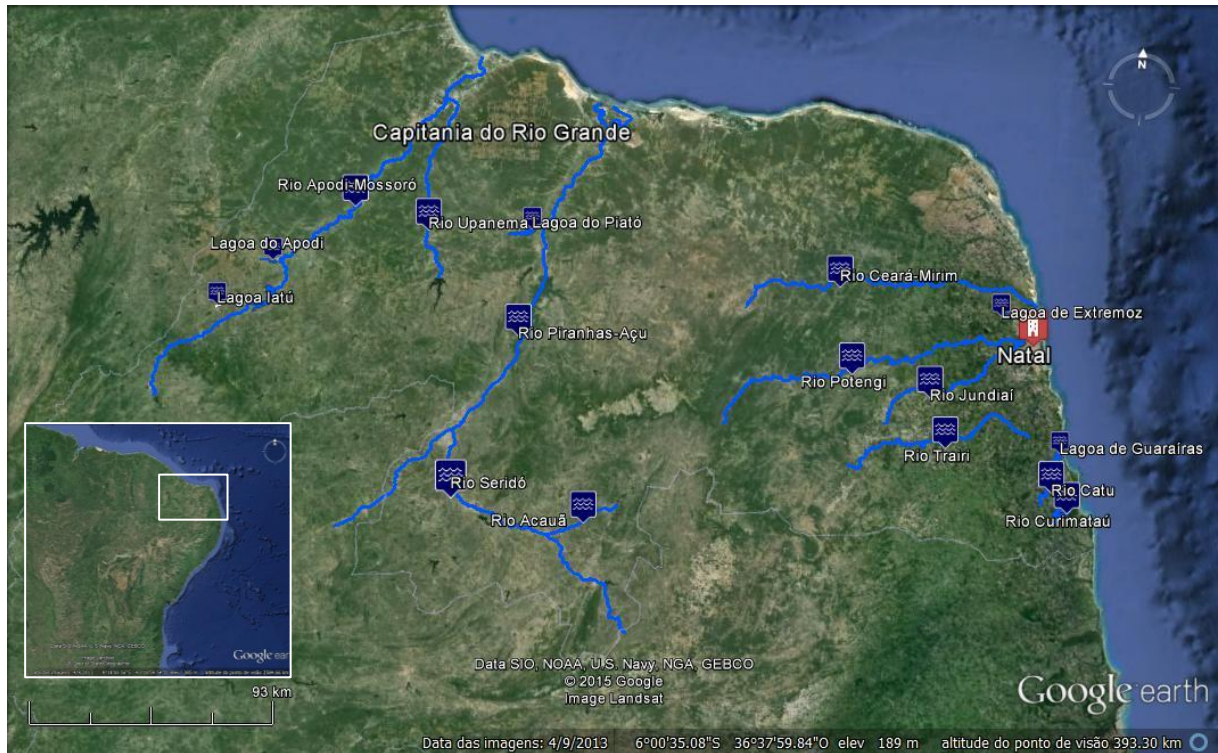
Dessa maneira, a escolha pelo caminho das águas não deve ser deixada de lado quando estudado o processo de conquista da capitania do Rio Grande¹. Seu principal rio, o Potengi, ou o Rio Grande, do qual se originou a denominação da capitania, foi utilizado como guia norteador pelos conquistadores que aos poucos foram consolidando sua permanência na capitania, fixando-se nas terras mais férteis das ribeiras cada vez mais ao interior. O mesmo processo ocorreu na descoberta e desbravamento de outros rios, como o Curimataú, Seará-Mirim², Piranhas-Açu e o Apodi-Mossoró³.

¹ Optou-se por utilizar nesse trabalho a denominação Rio Grande, uma vez que assim é tratada na documentação, não aparecendo, em nenhum momento, o atual nome do estado, Rio Grande do Norte. Esta denominação foi adotada somente a partir de 1760, quando foi criada a capitania do Rio Grande de São Pedro, atual estado do Rio Grande do Sul.

² Nos documentos analisados por essa pesquisa a denominação da atual cidade Ceará-Mirim encontra-se com a grafia Seará-Mirim. Portanto, esta será a denominação utilizada nessa dissertação.

³ As denominações Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró são atuais. Tais rios surgem na documentação trabalhada nessa dissertação apenas como rio Piranhas, rio Açu, rio Apodi e rio Mossoró. Optou-se por utilizar a nomenclatura atual como forma de facilitar o entendimento do leitor sobre as ribeiras aqui analisadas.

MAPA 01: Rios do Rio Grande do Norte



Fonte: mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do programa Google Earth.

Segundo essa perspectiva, esse trabalho tem como objetivo estudar o processo de conquista da capitania do Rio Grande após o período da invasão holandesa, percebendo como os conquistadores, motivados pela busca de terras para a criação de gado, foram desbravando o interior da capitania seguindo o curso dos rios e alcançado o limite final do Rio Grande: o rio Açu⁴. Detendo-se mais cuidadosamente no avanço dos conquistadores pelo sertão, a análise dessa conquista foi se afunilando nesse estudo e concentrando-se nas modificações da configuração espacial do Rio Grande, podendo ser observado o surgimento de um novo limite divisório entre as capitanias do Rio Grande e o Siará Grande⁵: o rio Apodi-Mossoró.

⁴ A palavra Açu, de origem indígena, significa “grande”. Há três formas de grafar tal palavra, sendo elas: Açu, Assú e Assu. Segundo o historiador Tyego Franklim da Silva, a palavra Açu é utilizada como referência ao rio e a palavra Assú, ou Assu, é utilizada para denominar toda a região em torno de tal rio, incluindo a cidade que cresceu nas margens deste. SILVA, Tyego Franklim da. A ribeira da Discórdia: homens, terras e armas no processo de territorialização do Assú colonial. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015. p. 15. Esta pesquisa utilizará as denominações definidas por Silva sendo considerado Açu para se referir ao rio e Assú para as terras ao seu redor e a cidade.

⁵ Será utilizada a denominação “Siará Grande” para fazer referência à capitania que hoje corresponde ao atual estado do Ceará, pois assim era citada na documentação trabalhada por essa pesquisa, bem como a nova historiografia referente à história do Ceará colonial refere-se da mesma forma e pelos mesmos motivos. Como

Segundo Aires de Casal, a serra do Apodi e o rio Apodi-Mossoró, no ano em que escreveu sua *Corografia Brasílica*, em 1817, eram os limites de divisão entre o Rio Grande do Norte e o Siará Grande⁶. Esse rio abastece e permite a sobrevivência de várias comunidades em seu entorno, possibilitando diversas atividades econômicas tendo como matéria-prima os recursos naturais que oferece – a carnaúba, utilizada para construções e fabricação de cera; peixes; e sal marinho.

O rio Apodi-Mossoró nasce na Serra das Queimadas, no atual município de Luiz Gomes, atravessa vários municípios até chegar a Apodi, onde encontra a Passagem do Bonito – Passagem Funda – e segue para Mossoró, formando em sua várzea a salina Serra Vermelha, desaguando no oceano Atlântico. Esse rio, da nascente à sua foz, percorre cerca de 300 quilômetros dentro do estado do Rio Grande do Norte, próximo à linha limítrofe com o estado do Ceará⁷.

O pesquisador Luís da Câmara Cascudo, em seu livro *Notas e documentos para a história de Mossoró*, apresenta um pequeno estudo sobre a origem da denominação “Mossoró”. Segundo esse autor, baseando-se na obra *O Tupi na geografia nacional*, de Teodoro Sampaio, a palavra Mossoró é uma modificação da palavra *moçorog*, que significa ruptura, rasgão, fazer romper. Tal significado faria sentido quando observado o ponto em que o rio Apodi passa a ser chamado de Mossoró. Este inicia-se na Passagem Funda, onde o rio Apodi rompe-se e transforma-se em um boqueirão. Esse rasgão no rio Apodi, que se junta com o rio Upanema, é o rio Mossoró, há muito chamado de Arrombado ou de Mata Fresca. A denominação dessa parte do rio como Mossoró não era comum até início do século XX, quando estava apontado na cartografia, produzida até então, apenas o rio Upanema e o Apodi⁸.

exemplos dessas novas produções podem ser citados: ROLIM, Leonardo Cândido. *“Tempos de carne seca” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012. SILVA, Rafael Ricarte. *Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça: terra, família e poder (século XVIII)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2010. NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1808)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010. NOGUEIRA, Gabriel Parente; VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricarte da (Org). *Ceará: Economia, política e sociedade (séculos XVIII e XIX)*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

⁶ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou representação histórico-geográfica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1817. p. 277.

⁷ LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró*. Edição fac-similar da revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. vol. 35/37, 1. Ed. 1941. Coleção Mossoroense, série C – volume DXCIX, 1990. P. 295-297.

⁸ CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d. p. 10.11.

Mapa 02: Rio Apodi-Mossoró



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do programa Google Earth.

No mapa acima pode-se perceber a extensão do rio Apodi-Mossoró cortando no sentido sul-norte, todo o território do atual estado do Rio Grande do Norte, compondo uma das principais bacias hidrográficas do estado. Na área em destaque de cor amarela, mais ao norte e desaguando no Oceano Atlântico, está representada toda a área que corresponde ao entorno do rio Mossoró. Já a área colorida de rosa corresponde ao rio Apodi.

Curioso atentar para o fato de que essa área amarela em destaque, apesar de somente ser representada sob a denominação *Mossoró* na cartografia do início do século XX, já surge no principal fundo documental averiguado nessa pesquisa – as cartas de sesmarias doadas nas capitanias do Rio Grande e do Siará Grande – como *ribeira do Mossoró* a partir do ano de 1706. A denominação dessas terras como “ribeira do Mossoró” pode estar ligada à presença de um grupo indígena que habitava essa área.

Cascudo, citando o relato de um viajante, J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, publicado em 1845, afirma que na embocadura do rio Apodi habitava um grupo indígena Cariri formado por índios Monxoró, aliados aos Pega, que transitavam por essa área e pelo rio

Upanema até meados do século XVIII⁹. Possivelmente os súditos da Coroa portuguesa, ao fazer associação entre o nome desses indígenas e o local em que habitavam, passaram a denominar aquela área como *ribeira do Mossoró*.

Utilizar-se-á como fundamentação teórica dessa pesquisa os conceitos do geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes – *espaço, território, zona de difusão, área de trânsito, região colonial e fundo territorial* – para entender a conquista do oeste da capitania do Rio Grande, que resultou no entendimento de um novo limite territorial: o rio Apodi-Mossoró. Para auxiliar essa análise, também serão utilizados os conceitos de *sertão*, baseado nos estudos das historiadoras Cláudia Damasceno e Janaína Amado, para entender como espaços a serem conquistados eram considerados pelos súditos da Coroa; e *fronteira*, da historiadora Maria Emília Monteiro Porto, no intuito de entender como, ao longo da conquista, as fronteiras foram alargando-se e permitindo o surgimento de novos limites divisórios.

O geógrafo Antônio Carlos Robert de Moraes conceitua o espaço como uma construção do ser humano, que utiliza as matérias-primas do espaço natural e o transforma em estruturas artificiais de acordo com as demandas humanas de moradia, convívio, abrigo para as instituições militares, econômicas, políticas e jurídicas. A partir do momento em que um número de pessoas resolveu estabelecer-se em um espaço, compreendê-lo e percebê-lo como o seu lugar, ou seja, possuir uma ligação mais forte com aquele espaço, este transforma-se em um território¹⁰.

Dessa forma, território é entendido como:

[...] uma materialidade, produzida pela apropriação material de espaços e pela dominação efetiva destes. Assim, a *formação territorial* articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais. O *territorial material* é referência para formas de consciência e

⁹ A obra de J. C. R. Milliet de Saint Adolphe utilizada pelo autor foi um relato publicado em 1845, em Paris, intitulado de *Dicionário Geográfico, Histórico e descritivo do Império do Brasil*. CASCUDO, Luís da Câmara. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d. p. 12. Ainda segundo Câmara Cascudo, com a conquista dessas áreas e o constante descontentamento dos conquistadores com os ataques dos habitantes naturais da terra, que reivindicavam a posse e permanência em suas terras, os Monxoró ou Mouxoró foram levados para o aldeamento de Mipibu, na vila de São José, em 1762. Cascudo não apresenta uma fonte para embasar tal afirmação, mas cita a obra *Notas Históricas*, de Nonato Mota. Ibidem. p.13. Contudo, Fátima Martins Lopes, alicerçada pelos documentos avulsos referentes à capitania de Pernambuco do AHU, afirmou em sua tese que apenas os Pega, da divisa dos atuais estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, foram transferidos para a vila de São José em 1762. LOPES, Fátima Martins. *Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII*. Tese (doutorado em história) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2005. p. 202.

¹⁰ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 42-43

representação, cujos discursos retroagem no processo de produção material do espaço, com o imaginário territorial comandando a apropriação e exploração dos lugares. O *território* é, concomitantemente, *uma construção militar* (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e *uma construção política* (como área de exercício de um poder soberano), mas também *uma construção econômica* (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado) e *uma construção jurídica* (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional), e ainda *uma construção ideológica* (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva)¹¹. [Grifos da autora]

Nos primeiros 30 anos de América portuguesa, apenas marcos simbólicos da presença da Coroa foram chantados em alguns locais e algumas feitorias construídas. Nenhum elemento que apontasse uma intenção de vida fixa de origem europeia nessas terras havia sido pensado ou construído até aquele momento. Portanto, até então, as terras descobertas pelos portugueses ainda não se configuravam como uma colônia¹².

Assim, colônia é um espaço incorporado ao território de um reino, império colonizador. Nesse sentido, cada colônia, no caso a América portuguesa, possuía um ponto como referência, Portugal, que atuava como um núcleo irradiador de diretrizes políticas, culturais, sociais e econômicas e que impulsionava, quando era de seu interesse, a expansão de seu território, anexando esses novos espaços¹³. Robert de Moraes acredita que: “a colonização é, antes de tudo, uma relação sociedade-espaço. A relação de uma sociedade que se expande e os lugares onde se realiza tal expansão, num contexto no qual os ‘naturais’ do lugar são concebidos como atributos do espaço, uma sorte de recurso natural local.”¹⁴

Essa relação da sociedade com o espaço somente é percebida quando estudada a sua gênese, ou seja, quando são analisados os processos de envolvimento dessa sociedade com determinados espaços, transformando-os a partir de suas necessidades. Essa transformação surgiu a partir de “uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre”¹⁵.

¹¹ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2005. p. 59.

¹² Vários marcos foram chantados na costa da terra de América portuguesa. Apenas dois desses marcos sobreviveram à ação do tempo e das intervenções humanas nos espaços que ocupavam. São eles: o marco de Touros, no atual estado do Rio Grande do Norte, e o marco de Cananeia, fincado no litoral do atual estado de São Paulo. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997. p. 10.

¹³ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2005. p. 63.

¹⁴ *Ibidem*. p.68.

¹⁵ *Ibidem*. p. 52-53

Nessa perspectiva, a colonização de um espaço inicia-se com a construção de uma *zona de difusão*, local onde estão estabelecidos os elementos necessários para as primeiras demandas daqueles que ali se fixaram e que a partir desse ponto partem para novas empreitadas de conquista, tendo como objetivo expandir o território colonial. A consolidação dessas zonas de difusão, desenvolvendo-se e obtendo certa importância, formando uma rede de zonas, interligadas por caminhos regulares, configuram uma *região colonial*. Essas redes de zonas, as regiões coloniais, estruturam a base povoada por agentes reconhecidos¹⁶ da colônia, mas outros elementos compõem a dinâmica espacial do território colonial¹⁷.

Nos caminhos entre as regiões coloniais é possível o estabelecimento de *áreas de trânsito*, que não possuíam uma colonização consolidada, sem fixação perene, funcionando como importantes pontos de apoio àqueles colonos que viviam em constante trânsito dentro da colônia, como os comerciantes, apesadores de índios, vaqueiros, transportadores. Dentro da caracterização geográfica da colônia também existiam os *fundos territoriais*, áreas ainda não colonizadas, desconhecidas, mas presente no imaginário do colonizador. Eram áreas ainda a serem conquistadas, as fronteiras, os sertões ainda sob o domínio dos “naturais”, mas que seriam colonizados futuramente¹⁸.

Para compreender como estes fundos territoriais eram vistos pelos súditos da Coroa, faz-se necessário, para análise das fontes, a compreensão do conceito de sertão. Para a historiadora Janaína Amado, os sertões, no entendimento dos súditos da Coroa, eram as áreas consideradas longínquas e perigosas ainda não conquistadas, sem o alcance do controle das estruturas político-administrativas portuguesas¹⁹. Para auxiliar essa análise, será incorporada a conceituação da historiadora Cláudia Damasceno Fonseca, na qual é trabalhada a ideia de que sertão seria um espaço vazio, não habitado e disponível para conquista, quando seria transformado em território²⁰.

Esses conceitos ajudarão na análise da transformação do espaço da capitania do Rio Grande em território. Ao longo do período aqui analisado, segunda metade do século XVII e início do século XVIII, poderá ser percebido como os fundos territoriais foram, paulatinamente, deixando de existir, possibilitando o surgimento de áreas de trânsito e zonas de difusão importantes para a consolidação da conquista da capitania, como no caso do Assú.

¹⁶ Os agentes reconhecidos da Coroa seriam os europeus, mestiços e índios que já estavam inseridos na sociedade colonial, fossem como aliados, aldeados ou escravos. Os índios, considerados bárbaros, não estariam na condição de povoadores, mas sim como elementos naturais da terra a ser conquistada.

¹⁷ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2005. p. 69.

¹⁸ *Ibidem*. p. 69.

¹⁹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. V. 8, nº15. Rio de Janeiro, 1995, p. 148-149.

²⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 2011. p. 54

Essa transformação de espaço em território abriu possibilidades para o surgimento de novas fronteiras, tanto para a capitania do Rio Grande, quanto do Siará Grande.

De acordo com a historiadora Maria Emília Monteiro Porto, o sentido clássico de fronteira possuía raízes na Roma antiga, na qual foi tecida a ideia de *limes*, que se caracterizava por uma divisão física, por meio de muralhas, e simbólicas entre o mundo romano e o bárbaro. Os *limes* eram uma divisão móvel e composta por trocas não apenas comerciais e militares, mas também culturais. A forma como as experiências humanas se desenvolviam nos *limes* forneceu subsídios para a construção da ideia de fronteira. Durante a Idade Média, o conceito de fronteira estava vinculado às bases militares de manutenção de um território na linha de divisão com outro território. Eram zonas de delimitações militares que estavam sob o domínio de vários Estados territoriais, como reinos, principados, ducados, condados.

Quando essa linha é resultado de um encontro de territórios estruturados a partir de pontos de onde irradiava o poder, o seu sentido vai mudando para a ideia de uma zona: são as zonas de contenda, espaços disputados entre algumas comunidades de moradores. A fronteira vai ganhando consistência: ela é zona neutra, a justiça não vai além dos limites fronteiriços²¹.

Portanto, os limites eram as linhas simbólicas de divisão de territórios, enquanto que, próximo a estes, estavam as fronteiras, verdadeiras zonas nas quais as práticas, de cunho militar, econômico ou político, não seguiam à risca os mandos da Coroa, nem as diretrizes implantadas por esta²². O limite simbólico de divisão entre Rio Grande e Siará Grande, até o século XVII, era o rio Piranhas-Açu. Frentes de conquista das duas capitanias partiam em direção a esse limite encontrando os indígenas ocupando esse espaço, o que levou aos conflitos entre os dois grupos, transformando essa área em uma zona de fronteira.

Devido a essa característica, as zonas de fronteiras possuíam um caráter militar e religioso. Os primeiros a serem enviados para esses locais eram os missionários, com o intuito de levar à salvação os índios e prepará-los para a nova dinâmica que estava por vir. Após os religiosos ou em conjunto com eles, chegavam os militares, que tinham a função de construir edificações para se acomodarem e defenderem aquele espaço de qualquer ameaça, o que poderia exigir o enfrentamento com populações originárias ou povos que tinham o mesmo objetivo de conquista.

²¹ PORTO, Maria Emília Monteiro. Jesuítas e Missões. In: OLIVEIRA, Carla Mary S; MENEZES, Mozart Vergetti. GONÇALVES, Regina Célia (Org.). *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009. p. 24

²² *Ibidem*. p. 25

Quando esses elementos militares e religiosos conseguiam alcançar seus objetivos, para transformar aquele espaço em território legítimo da Coroa iniciava-se um período de desmilitarização, caracterizado pelo surgimento das primeiras moradias e dos primeiros aparatos administrativos e econômicos atendendo às necessidades da população que se estabelecia²³.

Percebe-se, assim, que a zona de fronteira é um fundo territorial, o qual não deve ser pensado apenas como um local a ser conquistado, mas como uma área que estava em processo de conquista, porém, os esforços para alcançar tal objetivo fracassavam frequentemente, sobretudo pela resistência da população local. Quando os conquistadores obtinham sucesso, fosse extinguindo a população indígena por meio da guerra e/ou reduzindo-os em missões de aldeamento, essa fronteira passava a ser, aos poucos, habitada por súditos da Coroa e tornava-se uma zona de difusão.

Segundo Maria Emília Porto, a capitania do Rio Grande passou por três momentos em que se enquadra na condição de fronteira. O primeiro deles foi iniciado em 1535, com as primeiras expedições de conquista, iniciadas por João de Barros, e chegou ao fim em 1598, durante o processo de conquista empreendido por Mascarenhas Homem e o início da construção da fortaleza dos Reis Magos, nas proximidades de onde viria a ser fundada a cidade do Natal. O segundo período de fronteira foi durante o período holandês, entre 1633 e 1654, marcado por uma disputa pelo espaço da capitania entre a Companhia das Índias Ocidentais e a Coroa portuguesa. O terceiro momento, durante a Guerra dos Bárbaros, iniciou-se na segunda metade do século XVII, com a expansão do gado e os confrontos entre conquistadores e indígenas, finalizando-se por volta de 1720²⁴.

A Guerra dos Bárbaros consiste em um conjunto de conflitos, entre conquistadores e indígenas de diversas etnias que viviam nas terras mais interioranas, resultantes da conquista de vários sertões da América portuguesa. Os dois grandes conflitos que compuseram a chamada Guerra dos Bárbaros foram a Guerra do Recôncavo, na capitania da Bahia, que aconteceu entre os anos de 1651 e 1679, e a Guerra do Assú, na capitania do Rio Grande, entre os anos de 1687 e 1720²⁵. Apesar de esses dois locais serem considerados o

²³ PORTO, Maria Emília Monteiro. Jesuítas e Missões. In: OLIVEIRA, Carla Mary S; MENEZES, Mozart Vergetti. GONÇALVES, Regina Célia (Org.). *Ensaio sobre a América portuguesa*. 2009. p. 26.

²⁴ Ibidem. p. 27

²⁵ Pedro Puntoni, utilizando como referência Luís da Câmara Cascudo, em História do Rio Grande do Norte, cita como data final do conflito o ano de 1714. No entanto, essa pesquisa considerará a data final da Guerra do Assú em 1720, quando houve um ataque ao engenho de Ferreiro Torto, na ribeira do Potengi. SILVA, Tyego Franklim da. *Na ribeira da discórdia*. 2015. p. 16.

palco de sangrentos acontecimentos, esses conflitos espalharam-se pelos sertões do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco²⁶.

Analisando o movimento de expansão e a composição de um novo limite da capitania do Rio Grande, essa pesquisa insere-se no contexto da Guerra do Assú, percebendo como a conquista do sertão esteve diretamente ligada à eclosão do conflito e como o desenrolar dos acontecimentos políticos, militares e administrativos durante a guerra influenciaram no forjamento das novas fronteiras.

A historiografia clássica do Rio Grande do Norte já apontava para a importância do estudo desse conflito para se entender como foi operada a conquista da capitania. Baseando-se nos Livros das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, cartas régias e patentes régias, Vicente Lemos em sua obra *Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*, dividida em dois volumes, fez um importante estudo sobre cada um dos capitães-móres que estiveram na capitania. Investigou suas atividades administrativas, principalmente como atuaram no povoamento do espaço, como organizaram, ou não, as ações de defesa da capitania, quando surgiu a suspeita do conflito e suas articulações com o governo geral e de Pernambuco²⁷.

A obra de Vicente Lemos serviu como referência para os escritos seguintes, principalmente o de Augusto Tavares de Lyra. Sua obra, intitulada de *História do Rio Grande do Norte*, publicada em 1921, faz referência a muitas reflexões feitas por Lemos, mas amplia ainda mais a perspectiva de sua análise, apresentando novos documentos e investigando outros aspectos da história do estado até aquele ano. Utilizando uma gama de fontes que estão, até os dias atuais, sob a tutela do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Tavares de Lyra apresenta uma argumentação muito próxima a de Lemos e analisa a Guerra do Assú sob o olhar dos súditos da Coroa²⁸. No ano seguinte da publicação da obra de Tavares de Lyra, José Francisco da Rocha Pombo, em 1922, lança o seu *História do Estado do Rio Grande do Norte*, seguindo a mesma linha de pensamento das obras anteriores, que serviram também como base para suas pesquisas²⁹.

Mais uma obra publicada com o objetivo de apresentar uma história geral do Rio Grande do Norte foi a de Luís da Câmara Cascudo. Também intitulada de *História do Rio*

²⁶ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: editora Hucitec. 2002. p. 13.

²⁷ LEMOS, Vicente. *Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912. _____. *Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*. Vol. 2. Natal: Tipografia CERN, 1980.

²⁸ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. Ed. Natal: EDUFERN, 2008.

²⁹ POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

Grande do Norte, Cascudo não se debruçou tão profundamente no período da guerra, mas reafirmou a reflexão dos três últimos autores de que a doação de sesmarias permitiu um avanço e conquista de terras no sertão, modificando os limites e fronteiras e permitindo o surgimento de conflitos entre conquistadores e indígenas³⁰.

Também com o intuito de apresentar um quadro didático e geral sobre a história deste estado, Denise Mattos Monteiro, produziu *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Como seu objetivo não era um estudo profundo, como bem mostra o título de sua obra, sobre os variados acontecimentos que ocorreram ao longo da história do Rio Grande do Norte, sobretudo da Guerra dos Bárbaros, seus esforços se concentram em apresentar um quadro amplo dos motivos desta guerra e de seu desfecho. A ocupação do espaço da capitania, por meio da doação de sesmarias, foi citado novamente, mas a autora foi além da análise feita pelos estudiosos de outrora. Monteiro lembra que não foi somente a busca por terras para criar gado que motivou a ida para o sertão. A busca por mão de obra por meio de apresamento de índios também foi incluída em sua análise³¹.

Os indígenas, importantes agentes históricos nessa conquista, não estavam no foco de análise de nenhuma das pesquisas até então apresentadas. Ao perceber tal ausência, a historiadora Fátima Martins Lopes trouxe uma nova perspectiva para a história da conquista do Rio Grande em seu livro *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Nessa obra a autora fez um estudo sobre os indígenas na capitania do Rio Grande, sua relação com os conquistadores e como as ações destes modificaram toda a dinâmica espacial e cultural dos índios. Analisando a resistência indígena ao avanço dos colonizadores, Lopes mostrou a situação dos tapuias³² antes da guerra, sua atuação no conflito e como os sobreviventes continuaram na capitania³³.

Obras mais específicas sobre a Guerra dos Bárbaros também trazem reflexões sobre a Guerra do Açú. A primeira obra publicada, em 1936, com o intuito de analisar especificamente este conflito foi a de Afonso de Taunay, *Guerra dos Bárbaros*, na qual

³⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1959.

³¹ MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2º ed.rev Natal: Coopertativa cultural, 2002. P. 74

³² Com base nas informações obtidas por aliados Tupi, muitos conquistadores, cronistas e escritores do período colonial construíram um imaginário sobre os grupos que habitavam o sertão. A denominação generalista que surgiu dessa construção para esses grupos indígenas foi “Tapuia”, sinônimo de bárbaro, inimigo, indomável. MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia. UNICAMP. Campinas. 2001. p. 18. O termo Tapuia será utilizado nessa pesquisa seguindo o sentido construído pelos conquistadores portugueses.

³³ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d.

utilizou como fontes a coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Ultramarino e os documentos do Arquivo do Estado da Bahia. Além de se deter a um estudo sobre a organização militar das tropas enviadas para conter os indígenas, centrando-se na trajetória dos mestres de campos que atuaram na guerra, Taunay também fez, em sua obra, um esforço de entendimento sobre os grupos indígenas envolvidos, apresentando suas denominações, locais de vivência e possíveis motivações, mas sempre considerando esses indígenas como um bloco homogêneo e dotados de um único objetivo³⁴.

Duas obras mais atuais sobre a Guerra dos Bárbaros são as de Maria Idalina Cruz Pires em *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste Colonial* e Pedro Puntoni em *A Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil*. A primeira debruçou-se de forma mais geral sobre o conflito e apresenta importantes reflexões sobre a ocupação do espaço, a luta contra os indígenas, o convívio destes com os conquistadores e, inaugurando uma nova fase de estudos sobre o tema, o conflito entre as autoridades régias, colonos e religiosos³⁵.

Pedro Puntoni aprofundou-se na análise sobre a forma como os tapuias eram vistos pela sociedade colonial em formação, quais motivações que levaram os membros dessa sociedade a declararem guerra justa contra esses indígenas e discutiu o porquê da denominação Guerra dos Bárbaros, refletindo, também, sobre o surgimento da denominação Confederação dos Cariris e a incoerência desse termo. Após tais percepções apresentadas, analisou os dois principais conflitos que compuseram essa guerra, o do recôncavo baiano e o do arraial do Assú. Finalizando seu estudo, Puntoni analisou a interferência do Terço dos Paulistas no espaço das Capitânicas do Norte e como sua chegada gerou uma disputa entre o governador-geral do Estado do Brasil e o governador de Pernambuco, apresentando um conflito de jurisdição resultante desse embate³⁶.

O apoio dessa historiografia contribuiu para se pensar em ampliar as discussões sobre o tema analisando a formação territorial da capitania do Rio Grande, focando no estabelecimento de novos limites entre a capitania do Siará-Grande e do Rio Grande, por meio da ocupação daquele sertão. O rio Açú – que corta toda a capitania do Rio Grande no sentido sul-norte, nascendo na Paraíba e desembocando no oceano Atlântico – até o século XVII era o limite apresentado na cartografia e nas cartas de sesmaria aqui analisadas. Aos poucos, como

³⁴ TAUNAY, Afonso. *A Guerra dos Bárbaros*. Edição especial para o acervo digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d.

³⁵ PIRES, Maria Idalina Cruz. *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: FUNDARPE, 1990.

³⁶ PUNTONI, Pedro. *A guerra dos Bárbaros*. São Paulo: Hucitec, 2012.

será investigado ao longo desse trabalho, esses limites foram modificando-se e o surgimento de um novo marco fronteiro, o rio Apodi-Mossoró, pode ser averiguado.

O recorte temporal escolhido para esse trabalho foram os anos entre 1676 e 1725. A escolha do ano de 1676 explica-se pelo fato de nesse ano ter ocorrido a primeira doação de sesmária que avançou os limites divisórios entre a capitania do Rio Grande e o Siará Grande. Esse requerimento, feito ao governo do Rio Grande, foi o primeiro a apresentar uma localização a oeste do rio Açu, dentro do espaço do Siara Grande, no rio Upanema. Recebida pelo capitão Teodósio da Rocha e demais companheiros, essa sesmária inaugurou, para essa pesquisa, um novo momento de expansão de fronteira no Rio Grande.

A partir desse ano percebe-se um aumento das doações de sesmárias a oeste do rio Açu. Esses sesmeiros alegavam que as terras pertenciam ao Rio Grande, ao mesmo passo que sesmeiros do Siará Grande também solicitavam terras nessa área e afirmavam que eram pertencentes à capitania em que residiam. Ao longo desse trabalho, foi analisado como essa indefinição sobre os limites das capitanias foi-se desfazendo, e como a zona de fronteira entre elas diminuiu paulatinamente, possibilitando um reconhecimento da faixa de terra entre o rio Jaguaribe e o rio Açu, trazendo novas perspectiva sobre esse espaço e permitindo que o Apodi-Mossoró surgisse como um novo limite.

O recorte cronológico escolhido por essa pesquisa termina no ano de 1725, quando foi averiguado o reconhecimento da ribeira do Apodi-Mossoró como pertencente ao território da capitania do Rio Grande. As ribeiras, a partir do século XVIII, formavam áreas que compreendiam um certo número de fazendas de gado. Cada uma delas recebia as mesmas denominações dos rios que as banhavam, mas sua extensão ia além de suas margens. Para identificar o gado de cada ribeira, era forjado um ferro para todas as fazendas inseridas em seu espaço, além dos ferros que cada proprietário poderia possuir³⁷. Nesse sentido, a afirmação da Provedoria do Rio Grande de que a ribeira do Apodi-Mossoró estava inserida no território desta capitania é considerado como um importante marco de consolidação da conquista e imposição desta ribeira como o novo limite divisório entre Rio Grande e Siará Grande³⁸.

³⁷ ROHAN, Henrique B. Dicionário de Vocábulos Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Apud: SILVA, Tyego Frnaklim da. *Na Ribeira da Discórdia*. 2015. p. 27.

³⁸ CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João V] acerca do pedido do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para que a Provedoria lhe pague ajudas de custo por ter ido assistir às arrematações dos dízimos das Ribeiras do Açu e Apodi. AHU- Rio Grande do Norte, papeis avulsos, cx. 3, D. 211. A provedoria do Rio Grande era responsável pela arrecadação da capitania do Siará Grande até o ano de 1723, quando foi criada a ouvidoria do Siará Grande e este passou a ser responsável por sua própria arrecadação. MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do Norte (1654-1755). *Saeculum Revista de História*, n. 14, 2006. P. 23. Ainda não há um consenso sobre quantas ribeiras existiam na capitania do Rio Grande. Em uma listagem apresentada no documento supracitado a ribeira do Apodi-Mossoró era um dos espaços de atuação da provedoria do Rio Grande. Estudos mais aprofundados sobre

Esse trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado *A conquista do sertão do Rio Grande: expansão da fronteira para além do litoral (1659-1720)*, tem como objetivo analisar a expansão de agentes conquistadores para os sertões da capitania, percebendo como suas ações foram importantes para o processo de formação territorial da capitania do Rio Grande, tendo como principal caminho de conquista o curso dos rios, quando não utilizadas passagens antigas abertas por indígenas ou por aventureiros.

O segundo capítulo, de título *Expansão do sertão para além do açu: conquista do rio upanema e mossoró. (1676-1679)*, analisa as questões de limites entre as capitanias do Siará Grande e do Rio Grande. Estudar as doações de sesmarias que foram efetivadas ao longo da segunda metade do século XVII e das primeiras décadas do século XVIII foi primordial para se ter um esboço sobre as configurações espaciais resultantes dos processo de conquista de cada uma das capitanias.

O terceiro capítulo, intitulado *Enfrentando o sertão e seus índios: conquista durante a Guerra dos Bárbaros*, tem como objetivo analisar a expansão dos conquistadores no interior da capitania do Rio Grande; como esse movimento foi paralisado devido aos conflitos da Guerra dos Bárbaros e como esse confronto modificou as percepções espaciais dos conquistadores do Rio Grande e do Siará Grande, inaugurando as bases para a territorialização do Apodi-Mossoró.

O quarto e último capítulo desse trabalho tem por objetivo analisar a expansão territorial da capitania do Rio Grande após a Guerra dos Bárbaros e perceber como as terras, despovoadas de súditos do rei, na ribeira do Apodi-Mossoró tornaram-se alvo de procura de muitos sesmeiros. Com o título *Formação Territorial do Apodi-Mossoró*, esse capítulo está dividido em dois momentos. O primeiro deles trata de uma porção dessa ribeira, a do Mossoró, a qual foi alvo de interesse de familiares e pessoas próximas ao capitão Teodósio da Rocha. O segundo momento apresenta o interesse da outra parte da ribeira, a do Apodi, que teve como principal característica a chegada de antigos combatentes da Guerra dos Bárbaros e criadores de gado. Nos dois momentos serão estudadas as estratégias de manutenção da posse da terra por esses sesmeiros e as probabilidades de uso das mesmas na economia do gado que predominava em todo o sertão.

Para a feitura desse trabalho foram escolhidos diversos fundos documentais. O principal fundo foi composto pelas cartas de sesmarias das capitanias do Siará Grande e do

o tema ainda não foram publicados, mas Lívia Brenda Barbosa, membro do LEHS-UFRN e mestranda nesse programa de pós-graduação, vem desenvolvendo uma pesquisa sobre o tema, pretendendo aprofundar-se no funcionamento da Provedoria Real do Rio Grande e elucidar sobre o funcionamento da administração fazendária da capitania. **A listagem pode ser observada nos anexos, página 164.**

Rio Grande, doadas no período analisado por esta pesquisa (1659-1725), bem como cartas de sesmarias doadas anterior e posteriormente a esse período para entender a formação territorial da capitania do Rio Grande.

As cartas de sesmarias eram documentos, conhecidos como “títulos de sesmarias”, que legalizavam a posse de terras por um sesmeiro, aquele que recebia tal mercê. Contendo informações sobre os sesmeiros e a localização das terras solicitadas, esse corpo documental foi essencial para que essa pesquisa fosse desenvolvida, uma vez que esses documentos possibilitaram mapear a ocupação territorial dos agentes históricos pesquisados.

Os documentos referentes às doações de terra no Rio Grande encontram-se em oito livros, denominados de Livros de Sesmarias, no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Além desses livros, há muitas doações espalhadas nos Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, principalmente aquelas que foram doadas e aforadas em solo urbano. Também foram encontradas cartas de sesmarias na Documentação Histórica Pernambucana, em edições da revista do IHGRN, e em códices do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, como o 417, no qual há documentos registrados na Bahia, dentre esses, cartas e alvarás de sesmarias do Rio Grande.

Para o Siará Grande, a principal publicação sobre cartas de sesmarias é a coletânea “Datas de Sesmarias”, organizada pelo governo do Ceará e que reúne um bom número de sesmarias doadas durante todo o período colonial no Siará Grande. Além dessa coletânea, algumas concessões foram encontradas na Documentação Histórica Pernambucana e na revista do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico do Ceará.

Os dados fundamentais de tais cartas encontram-se inseridos na Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso Brasileiro). Esse projeto, criado pela professora Carmen Alveal, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, disponibiliza para o público informações básicas das cartas de sesmarias do Estado do Brasil e do Grão Pará-Maranhão, tendo como objetivo disponibilizar todas as cartas de sesmarias doadas durante os séculos XVI, XVII, XVIII e início do XIX no Brasil. Todas as informações encontradas nas cartas de sesmarias utilizadas nessa pesquisa podem ser consultadas também no site da Plataforma³⁹, bem como as cartas completas estão no LEHS – Laboratório de Experimentação em História Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³⁹ As informações das cartas de sesmarias utilizadas por esta pesquisa podem ser encontradas no site da SILB. Cada carta de sesmaria possui um código, formado por duas letras, que definem qual capitania a carta foi concedida, e por quatro algarismos, como por exemplo RN 0001. O endereço da plataforma SILB é: <http://www.silb.cchla.ufrn.br>.

Para o exercício de procura do histórico dos agentes conquistadores, os estudos genealógicos foram importantes para que fosse possível entender a origem desses conquistadores e seus interesses. Nos livros *Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte* e *Mais Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte*, o professor João Felipe Trindade, membro do IHGRN, traçou genealogias a partir de registros de casamento, registros de batismos, registros de óbitos, cartas patentes, termos de vereação e cartas de sesmarias. Dentro das famílias traçadas por Trindade, estão aquelas que possuíam sesmarias na ribeira do Jaguaribe e na ribeira do Apodi-Mossoró que serão analisadas nessa pesquisa. O professor João Felipe doou fontes documentais importantes para o LEHS, como uma cópia dos registros de batismos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, que foram importantes para reconstruir as famílias, bem como identificar proprietários de escravos.

Foi utilizada também a obra de Antonio José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*. Esse pesquisador trabalhou na construção das genealogias das famílias ditas ilustres de Pernambuco durante a segunda metade do século XVIII, expondo em sua obra muitos detalhes sobre as famílias que saíram de Pernambuco e ocuparam espaços em outras capitanias. Como exemplo estão as famílias de Bernardo Vieira de Melo e Gonçalo Leitão Arnosso, que se estabeleceram posteriormente entre a ribeira do rio Jaguaribe, na capitania do Siará Grande, e do rio Açu, na capitania do Rio Grande, bem como estiveram presentes no cenário político dessa capitania ocupando cargos na câmara e no governo da mesma.

Para auxiliar na construção da trajetória desses conquistadores, os documentos do Senado da Câmara de Natal também foram essenciais. Tais documentos encontram-se também no IHGRN e estão divididos entre os livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal e os termos de vereação da Câmara de Natal. Os livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara consistem em um conjunto de documentos referente à comunicação da câmara com as autoridades políticas do reino.

Tais livros contêm cartas, traslados de ordens régias, solicitações de sesmarias, editais e comunicados. Já os termos de vereação, atas das decisões da câmara sobre vários aspectos da sociedade colonial da capitania do Rio Grande, foram fundamentais para mapear as atividades políticas desses agentes. Nesses termos de vereação sempre são citados os nomes daqueles que ocupavam os cargos da Câmara e que participavam das sessões da instituição.

Para o entendimento da trajetória desses agentes durante a Guerra dos Bárbaros e como esses acontecimentos influenciaram na formação territorial do Rio Grande, foram de

grande valia a documentação referente ao Terço dos Paulistas do mestre de campo Manuel Álvares de Moraes Navarro. Esta encontra-se no acervo do IHGRN e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), a qual contém registro de patentes de oficiais do Terço, despesas das tropas, assentamento de praças, lista da tropa e pagamento destas. Esses documentos apresentam os nomes, as descrições físicas, locais de moradia e ascendentes dos oficiais do Terço dos Paulistas que estavam envolvidos nesse processo.

Para compor essa pesquisa, como um todo, a documentação do Conselho Ultramarino também foi utilizada. O Conselho Ultramarino, criado na primeira metade do século XVII, tinha como principal objetivo manter uma comunicação mais organizada entre o centro do reino, Lisboa, e suas conquistas. Era por meio do Conselho Ultramarino que os mais diversos problemas das conquistas eram transmitidos ao rei, pelos seus conselheiros, e estes lhe mandavam seu parecer.

Pedidos de mercês, agradecimentos ao rei, reclamações de oficiais da Coroa, solicitação de patentes e consultas para a solução de problemas eram todos enviados ao Conselho Ultramarino. O AHU possui essa documentação toda arquivada e digitalizada. As digitalizações desses documentos foram distribuídas pelo Brasil por meio do Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco e estão disponíveis on-line⁴⁰ e em CD-ROM. Essa correspondência pode ser reveladora no sentido de formação de uma genealogia, a ligação entre membros da sociedade da capitania do Rio Grande e sobre os problemas que muitos deles vinham enfrentando na capitania, bem como soluções para estes. Essa correspondência permitiu o mapeamento de uma rede de solidariedade e seu funcionamento.

A coleção Professor Limério Moreira da Rocha, uma publicação do Arquivo do Estado do Ceará, reuniu diversas cartas, provisões régias, alvarás importantes para a história do Jaguaribe e do Apodi-Mossoró. Essa documentação reunida nessa coleção é de grande importância para analisar o desenvolvimento territorial dessas duas ribeiras e mostrar importantes aspectos da formação territorial aqui analisada.

O cruzamento dessas fontes permitiu a análise da conquista da capitania do Rio Grande, como os conquistadores iniciaram um processo de interiorização no espaço da capitania e foram, paulatinamente, transformando esses sertões desconhecidos em territórios. Cada um desses fundos documentais teve fundamental importância para o entendimento do movimento de expansão das fronteiras da capitania, como este se desenvolveu em meio a uma luta pelo território e como se consolidaram novos limites territoriais.

⁴⁰ Os documentos digitalizados pelo Projeto Resgate podem ser visualizados no portal Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília. Endereço: <http://www.cmd.unb.br/index.php>.

Capítulo 1: A conquista do sertão do Rio Grande: expansão da fronteira para além do litoral. (1659-1720)

A capitania do Rio Grande foi doada em 11 de março de 1535 a João de Barros⁴¹, que tentou, por duas vezes, conquistá-la, mas não obteve sucesso⁴². Assim, após a morte deste, a Coroa passou a ter o poder sobre essas terras, tornando-a capitania real⁴³. O Rio Grande continuava então na condição de fundo territorial, um espaço que ainda seria conquistado. Apenas em 1598 uma expedição de conquista obteve sucesso.

Em 1596 e em 1597, cartas régias assinadas pelo rei Felipe II solicitavam a efetiva conquista da capitania do Rio Grande. Manuel Mascarenhas Homem, então capitão-mor de Pernambuco, ficou responsável pela empreitada. A expedição aportou na barra do Rio Grande em 25 de dezembro de 1597 e iniciou a construção dos abrigos. No dia seguinte, “tomaram posse” da capitania e logo começaram os ataques dos indígenas que ali habitavam. Os ataques indígenas, ajudados pelos franceses, não cessaram, mas Mascarenhas Homem não desistiu de seu objetivo. Em 6 de janeiro de 1598 foi iniciada a construção da fortaleza, que primeiramente foi feito de pau a pique⁴⁴.

A construção da fortaleza dos Reis Magos pode ser considerada como a primeira modificação física no espaço da capitania do Rio Grande, representante material da intenção de uma fixação em longo prazo por parte dos portugueses. O território da capitania começou a ser definido a partir desse momento, passando por sua primeira construção, a militar, na qual

⁴¹ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2008. p. 25.

⁴² As duas expedições de conquista organizadas com a fazenda de João de Barros foram efetivadas por Aires da Cunha e um dos filhos do donatário. Aires da Cunha, em uma expedição de 1535, tentou estabelecer-se nas margens do rio Seará-Mirim, nas proximidades da atual praia de Genipabu, mas não conseguiu permanecer, pois a população indígena que ali vivia, os Potiguara, não permitiu. LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2008. p. 30-31. Após a tentativa frustrada de construir uma colônia nas margens do rio Seará-Mirim, Aires da Cunha e parte de sua frota, que possuía dez navios inicialmente, mas que chegou ao Rio Grande com apenas nove, partiu para o Maranhão para conseguir encontrar a foz do rio Amazonas. Durante o trajeto, Aires da Cunha faleceu em um naufrágio. Chegaram à ilha de São Luís apenas alguns tripulantes, pois parte da frota naufragou ou se perdeu devido ao mau tempo e às correntes marítimas. Acredita-se que o real objetivo de Aires da Cunha era chegar ao Maranhão e desbravar o rio Amazonas e não apenas conquistar e se fixar na capitania do Rio Grande. POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. 1922. P. 26-27.

⁴³ Após as duas tentativas de conquista, possivelmente nenhuma outra ação com este objetivo foi empreendida por João de Barros. Segundo Tavares de Lyra, baseando-se nas obras de Gabriel Soares de Souza e Varnhagen, em 1561, um alvará foi expedido pela Coroa cobrando a João de Barros o povoamento da capitania. Em 1564, foi registrada uma reclamação, feita pelo procurador de João de Barros à Coroa, sobre um capitão de Itamaracá estar ocupando terras no Rio Grande sem a devida permissão. Esse documento aponta como algum representante do donatário, Antônio Pinheiro, estava na capitania ou ao menos atento ao que acontecia nela. Em 1570, o filho de João de Barros, Jerônimo de Barros, solicitou favores à Coroa para povoar o Rio Grande. Como tal solicitação somente poderia ser feita por um filho de donatário em caso de morte deste, presume-se que João de Barros tenha falecido nas proximidades de 1570. LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. 2008. p. 30-31.

⁴⁴ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. p. 17-20.

tinha como objetivo manter-se no espaço conquistado e lutar contra a resistência indígena de ocupação e de alguma tentativa de invasão.

Frisa-se que nesse trabalho será apresentado um ponto de vista de conquista de terras desenvolvido pela Coroa portuguesa, a qual acreditava que as terras correspondentes ao seu território faziam parte do espaço compreendido como império ultramarino. Portanto, os indígenas, no caso aqui estudado, que habitavam tais terras, eram considerados componentes desse espaço, podendo ser também tratados como melhor conviesse, fosse escravizado, morto em combate ou catequizado. Todas as ações são aqui consideradas como agressões aos naturais da terra, mas não é o objetivo dessa pesquisa analisar a perspectiva da conquista sob o ponto de vista dos indígenas, mas sim como um espaço, considerado vazio pelos conquistadores, poderia, e deveria, ser conquistado e transformado em território da Coroa portuguesa, inclusive com a agregação de alguns índios enquanto agentes históricos.

Prosseguindo com o processo de territorialização da pequena porção de terra conquistada nas margens do Potengi, foi fundada a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, em 3 de fevereiro de 1598, antes mesmo da construção da Matriz. As freguesias eram as unidades administrativas básicas da Igreja, mas utilizadas também pela administração colonial. Um conjunto de freguesias, cada uma delas administradas por um vigário, também chamado de pároco, compunham uma diocese. Comumente, essas unidades eram criadas pelo bispado, porém, no caso português, a criação das freguesias ficava a cargo da Coroa portuguesa, devido ao padroado régio. O vigário responsável pela freguesia de Nossa Senhora da Apresentação administrava todo o espaço da capitania do Rio Grande até então conquistado, permanecendo como a única da capitania até 1726, quando foi erigida a freguesia de São João Batista do Assú⁴⁵.

A criação da freguesia foi o primeiro passo para uma importante característica transformadora de espaço em território, a cultural, na qual começava a serem inseridas instituições com objetivos de administração da vida religiosa pública e privada daqueles que ali começaram a viver.

Aos arredores da construção da fortaleza dos Reis Magos, um arraial começou a surgir e era denominado de Cidade dos Reis. No entanto, este não era considerado um local

⁴⁵ A freguesia de Nossa Senhora da Apresentação foi fundada em 3 de fevereiro de 1598, antes mesmo da fundação da matriz. Seu primeiro pároco foi Ambrósio da Siqueira. As freguesias tinham a importante função de administrar o espaço, sob o aspecto religioso, na qual estavam incumbidas. A freguesia de Nossa Senhora da Apresentação administrava todo o espaço da capitania do Rio Grande até então conquistado. SILVA FILHO, José Rodrigues. SILVA FILHO, José Rodrigues. *Os homens de Deus na terra dos Homens: os vigários seculares na capitania do Rio Grande no século XVIII*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012. P. 25-31.

ideal para a fundação de uma cidade, devido às condições do terreno. Assim, Jerônimo de Albuquerque buscou uma área mais elevada, à direita do Rio Grande, para se fundar a cidade. Sua primeira construção foi a capela, depois transformada em matriz, inaugurada com uma missa em 25 de dezembro de 1599. Essa data pode ser considerada como a data de fundação da cidade do Natal⁴⁶. A cidade possuía dois marcos de delimitação de seu termo, que eram representados por cruzeiros, um ao sul, ainda existente e conhecido como Santa Cruz da Bica, e um ao norte, onde existe hoje a Praça das Mães Martha Salem, antiga praça Pedro Velho⁴⁷.

A aliança entre a Igreja católica e a Coroa portuguesa foi de fundamental importância não somente para a efetivação da colonização de espaços conquistados, mas também para a manutenção destes, garantindo a perpetuação dos costumes religiosos dos súditos da Coroa que, ao conquistar e se fixar nessas localidades, estavam passíveis a não seguir seus preceitos religiosos. Essa ligação entre o temporal e o espiritual possibilitaria o que a historiadora Renata Assunção Costa chama de cristianização do espaço e das almas que ali habitavam⁴⁸.

Nesse sentido, é válido destacar que o papel dos administradores das freguesias,

Os vigários seculares, como “Homens de Deus”, eram pastores espirituais, responsáveis pela práxis religiosas de seus “fregueses”. Em uma sociedade essencialmente católica, esses homens tinham uma importância social muito forte, mesmo que esse catolicismo fosse distinto do catolicismo tradicional praticado na metrópole, dada às influências culturais de uma sociedade em formação. [...] Desta forma, a Igreja influía diretamente no cotidiano da sociedade local. Esta influência ocorria por diversas formas, exemplo disso eram as leis que proibiam as atividades laborais nos domingos e dias santos, ou a desobriga. Os vigários representavam a presença da Igreja nos fatos marcantes da vida dos colonos, do batismo, que registrava o nascimento, a extrema unção na enfermidade e a encomendação após a morte. Cabia ao vigário e seus coadjutores ministrarem todas essas celebrações que marcavam a vida da “nobreza da terra”, mas também dos homens livres pobres e dos escravos da freguesia, dando aos clérigos uma penetração social nos vários campos da sociedade⁴⁹.

Pode-se afirmar, então, que a partir dessas transformações, essa área da capitania deixou a condição de fundo territorial e passou a assumir características de zona de difusão, iniciando a estruturação básica para as primeiras demandas da população que ali passou a

⁴⁶ POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. 1922. p. 47.

⁴⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*. 2. ed. Natal: UFRN, 1980. p.31.

⁴⁸ COSTA, Renata Assunção da. “*Porta do céu*”: o processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação(1681-1714). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. p. 14-15.

⁴⁹ SILVA FILHO, José Rodrigues. *Os homens de Deus na terra dos Homens*. 2012. P. 25-26.

viver. Além de deixar sua condição de fundo territorial, essa porção da capitania deixava de ser uma zona de fronteira, uma vez que uma certa estrutura militar, administrativa e política-cultural havia sido estabelecida. Apesar de ainda haver intervenções dos indígenas em busca de manter-se em suas terras, uma disputa mais direta entre esses dois grupos pelo território não mais existia.

Segundo o arquiteto Rubenilson Teixeira, a fundação da cidade do Natal estava envolvida não apenas por um interesse militar e administrativo, mas também por um forte significado religioso. Os simbolismos religiosos envolvidos eram muitos e manifestavam-se, mais visivelmente, na nomenclatura escolhida para cada construção iniciada. A fortaleza que estava sendo construída era chamada de Reis Magos, pois começara a ser erigida no dia 6 de janeiro. A cidade do Natal recebeu esse título devido à data que foi fundada, 25 de dezembro. Não são apenas coincidências, mas sim reflexo de uma empreitada muito mais espiritual que temporal, levando a cabo o objetivo de conquistar terras, mas, principalmente, de expandir o cristianismo⁵⁰.

Nesse processo de cristianização do espaço e das almas, como afirma Costa, é de fundamental importância os missionários, principalmente, nesse primeiro momento, os jesuítas⁵¹. Para Teixeira, a importância da fundação de Natal para esses missionários está muito clara, uma vez que a cidade seria a base das ações desses jesuítas no início de sua atuação na capitania. A importância desses “soldados de Cristo”, como cita o autor, está não apenas na salvação de almas, mas também no controle dessas populações que teriam a mais variada serventia⁵².

Apesar de essa parte do território ter sido conquistada e ter saído de sua condição de fundo territorial e de zona de fronteira, essas duas características não deixaram de existir no espaço da capitania do Rio Grande. Ao redor da zona de difusão da cidade do Natal havia muitos espaços vazios da presença portuguesa que se tornaram os novos fundos territoriais, ou seja, espaços de interesse para uma futura conquista, que aconteceria de acordo com as demandas da população que vivia na capitania e do interesse de futuros moradores. Nesses fundos territoriais foram criando-se zonas de fronteira, nas quais as trocas culturais e políticas

⁵⁰ TEIXEIRA, Rubenilson. Cidades e territórios: mudanças e permanências no papel funcional da cidade potiguar. *Scripta Nova: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona. Vol. X, num. 218 (16), 1 de agosto de 2006. P. 6.

⁵¹ COSTA, Renata Assunção da. “*Porta do céu*”: o processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação(1681-1714). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2015. P. 14-15.

⁵² *Ibidem*. p. 7.

existiam visando uma preparação para um avanço futuro por meio do conhecimento do espaço e das populações que lá viviam.

Em 1611, foi fundada a câmara da cidade do Natal, prosseguindo o estabelecimento de instituições político-administrativas no território e iniciando o exercício da justiça ordinária na capitania. A câmara era o local onde estava sendo discutida a organização do espaço povoado, a doação de terras urbanas, a regulação das vendas de produtos e eram criadas normas para a conduta de toda a vida social da cidade e da capitania⁵³. O processo de ocupação desse território foi efetivado por aqueles que chegaram com as ações de conquista e permaneceram na capitania. Muitos desses homens receberam, em forma de mercê, os chãos de terra e/ou sesmarias, política oficial de doação de terras da Coroa.

Na era medieval, em Portugal, o costume de distribuição de terras para o cultivo e usufruto daqueles que a recebiam era comum. Com a Peste Negra, uma crise demográfica impossibilitou a continuação do cultivo dos campos e, conseqüentemente, fez surgir um colapso no abastecimento de todo o reino. Frente a essas dificuldades, foi promulgada uma lei régia que distribuía terras, não cultivadas, pertencentes a nobres e à Igreja, para os lavradores, ou seja, as grandes porções de terra que pertenciam a poucas pessoas, que não tinham condições de produzir alimento, fosse por falta de mão de obra ou de recursos para manter essa produção, deveriam ter suas terras loteadas e doadas àqueles que se comprometiam em utilizá-la. Dessa forma, Dom Fernando I promulgou a Lei de Sesmarias, em 1375, como forma de estimular o cultivo e tentar solucionar a questão do abastecimento que vinha assolando o povo português⁵⁴.

⁵³ A data de fundação da Câmara de Natal é incerta. No site da instituição, na guia “Histórico”, apresenta-se o ano de 1611 como o marco inicial das atividades da câmara do Natal. No entanto, na historiografia clássica não foram encontradas certezas com relação ao início das atividades da Câmara na cidade do Natal. Segundo Olavo de Medeiros Filho, em *Terra Natalense*, a data de terra de número 76, do Auto de Repartição de terras da capitania do Rio Grande, faz referência à légua doada ao Concelho da cidade em 1605. MEDEIROS FILHO, Olavo. *Terra Natalense*. Fundação José Augusto: Natal 1991. p.58 Em Rocha Pombo, fica claro que a câmara começou a funcionar efetivamente no ano de 1662, no dia 16 de abril, quando houve a primeira vereação após o período holandês. (POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. p. 187.) Olavo de Medeiros filho, em *Aconteceu na Capitania do Rio Grande*, trata apenas das construções da sede da casa de câmara e cadeia, a qual teve o primeiro prédio construído em 1674, um segundo com construção a partir de 1675, um terceiro construído entre os anos de 1719 e 1721 e um quarto construído a partir de 1754 Em nenhum momento é citada a fundação da câmara do Natal. (MEDEIROS FILHO, Olavo. *Aconteceu na capitania Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997. p.101-104.) Em Luís da Câmara Cascudo, em sua obra *História da Cidade do Natal*, também aponta como marco inicial das atividades da câmara o ano de 1662, quando houve a primeira vereação após a saída dos holandeses. (CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p.60.) Rubenilson Texeira igualmente estuda a arquitetura da cidade colonial, estando presente a casa da câmara e cadeia, que foi concluída em 1721 e tendo uma segunda casa com construção finalizada em 1770. No entanto, o arquiteto não apresenta qualquer indício de quando começaram as atividades da Câmara. (TEXEIRA. Rubenilson; TRIGUEIRO, Edja. A casa, a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia: símbolos, usos e relações de poder. *Mneme Revista de Humanidades*. v. 9. n. 24, Set/out. 2008 p. 3. 91.)

⁵⁴ LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*. 5. ed. Goiânia: EDUFG, 2002. p. 13.

Quando o sistema de sesmaria passou a ser adotado como a principal medida de povoamento nas conquistas, mudanças significativas na aplicação da Lei de Sesmarias surgiram no decorrer dos anos de colonização. Para a socióloga Lígia Osório Silva, “o sesmarialismo português foi-se transformando e se adaptando aos acontecimentos maiores ocorridos na metrópole e na colônia, gerando o que se poderia chamar de sesmarialismo colonial”⁵⁵. O surgimento dessa aplicação peculiar da Lei de Sesmarias na colônia partiu da forma como o reino passava a encarar as situações no ultramar, percebendo a necessidade de apresentar regimentos, ordens régias, portarias, resoluções e outros documentos de regulamentação das doações e utilizações de sesmarias que seguiam de acordo com os acontecimentos distintos de cada local, sobretudo, a partir do final do século XVII⁵⁶.

Nas décadas finais desse século, sobretudo na década de 1690, D. Pedro II emitiu diversas ordens régias na tentativa de regulamentar as doações de sesmarias feitas no Estado do Brasil. Desde a implementação do sistema sesmarial até os anos de governo desse monarca muitas foram as irregularidades cometidas, bem como o não cumprimento de muitas exigências dessa lei. Pode ser citado como exemplo de irregularidade o não aproveitamento das terras, pelos sesmeiros, em determinados períodos pré-estabelecidos pela Coroa. Outra preocupação de D. Pedro II eram as grandes extensões doadas para poucas pessoas, sobretudo àquelas que não tinham cabedal suficiente para povoá-las, o que causava um transtorno para a administração, pois as capitanias continuavam com espaços vazios, o que permitiria uma abertura para a conquista dessas terras por estrangeiros⁵⁷.

Na análise das cartas de sesmarias da capitania do Rio Grande e Siará Grande, principais documentos escolhidos para esse capítulo, percebe-se como essa legislação foi aplicada nos contextos das duas capitanias e como, a partir da tentativa de aplicação dessas leis, vários conflitos entre sesmeiros, posseiros e autoridades régias surgiram. Apesar de as duas capitanias sofrerem processos de territorialização, tendo como meio oficial de incentivo

⁵⁵ SILVA, Lígia Osório. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850*. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2008. p. 44.

⁵⁶ *Ibidem*. p.45.

⁵⁷ A historiadora Carmen Alveal, em sua tese de doutorado, faz um estudo sobre as distribuições de sesmarias no Estado do Brasil, discutindo a lei de sesmarias, percebendo suas peculiaridades e apresentando estudos de caso que exemplificam os conflitos que existiram pela luta da posse da terra. Mais especificamente no capítulo quatro de sua tese foram analisadas as decisões tomadas por D. Pedro II, sobretudo na década de 1690, com a tentativa de regulamentar as doações de terras feitas no Estado do Brasil. ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*. 2007. Tese de doutorado - Johns Hopkins University, 2007. Em artigo mais recente a autora revisita o tema e traz novas discussões acerca da política de doações de terras na América portuguesa. ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, 2015.

de conquista o sistema de sesmarias, os espaços do Siará Grande e do Rio Grande passaram por diferentes momentos de formação territorial, uma vez que a ação dos agentes conquistadores, mesmo aparentando, superficialmente, ter o mesmo objetivo – conquistar terras, criar gado – fizeram surgir contextos distintos ao longo desse processo⁵⁸.

Com a doação das primeiras sesmarias, surgiram as bases fixas na barra do rio Potengi. No início da conquista, as terras foram doadas àqueles que ali pretendiam permanecer e a novos moradores, vindos do reino, de Pernambuco, da Paraíba e variadas localidades. Logo, esse movimento de doação de terras foi-se espalhando por parte do litoral, sendo concedidas sesmarias entre as barras do Cunhaú e rio Assú, nas proximidades da atual cidade de Macau.

Vale salientar que as cartas de sesmaria eram documentos que confirmavam a doação de porções de terras a determinadas pessoas, mas não há como verificar se estas terras foram povoadas por tais sesmeiros. Em alguns casos, como será apresentado mais adiante, terras doadas e não povoadas eram denunciadas por novos sesmeiros que as pretendiam e, assim, as autoridades régias consideravam-nas devolutas. Interessante observar os significados com os quais o termo “terra devoluta” era empregado. Por vezes, as terras recebiam a denominação de devoluta, pois uma vez doadas e não povoadas eram devolvidas à Coroa para serem concedidas para outro interessado. No entanto, era comum tal termo ser utilizado para designar terras que jamais foram tocadas por nenhum conquistador, eram terras consideradas recém-descobertas.

As sesmarias referentes ao período de 1599 e 1633 não foram encontradas em nenhum acervo documental. Assim, as informações que sobreviveram sobre as doações de terra desse período estão reunidas no documento chamado de “Auto de repartição de terras da capitania do Rio Grande” e são estas que aqui serão estudadas nesse capítulo⁵⁹.

⁵⁸ Em trabalho anterior, analisou-se a demarcação de terras feita pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão nas capitanias do Rio Grande e Siará Grande. Nessa pesquisa foi possível perceber como os conquistadores das duas capitanias, já estabelecidos ou não em terras no sertão, agiram diferentemente para garantir a posse de suas terras, frente ao risco de perdê-las caso alguma incoerência fosse encontrada por aquele funcionário régio. DIAS, Patrícia de Oliveira. *As tentativas da construção da ordem em um espaço colonial em construção: o caso de Cristóvão Soares Reimão*. Monografia. Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

⁵⁹ O auto de repartição de terras da capitania do Rio Grande encontra-se na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, bem como suas notas explicativas feitas por Luís Fernandes. TRASLADO do Auto de repartição de terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*. Natal, RN, v. 7, n 1-2. 1909. Elenize Trindade Pereira vem desenvolvendo um estudo sobre o Auto de Repartição de terras, analisando os sesmeiros que tiveram suas terras demarcadas, de onde vieram e quais suas pretensões em se fixar ou não na capitania do Rio Grande. PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas ouvi dizer: doação de sesmarias na fronteira do Império, capitania do Rio Grande (1600-1614). *Revista Acadêmica Historien*. Petrolina. Ano 5, n. 10, Jan/jun, 2014. P. 169-179. Também o arquiteto Rubenilson Teixeira faz uma análise das primeiras distribuições de terras na capitania e do documento que reúne as informações sobre esta, conhecido como Auto de Repartição de terras

Esse documento consiste em uma resposta do rei Felipe II às denúncias feitas aos filhos de Jerônimo de Albuquerque, capitão-mor do Rio Grande entre os anos 1603 e 1610. Segundo o documento, os filhos desse capitão-mor haviam solicitado e recebido grandes extensões de terras, porém, não conseguiram povoá-las, dessa forma, estas deveriam ser divididas e redistribuídas àqueles que se comprometessem com o povoamento. A denúncia também mencionava os padres da Companhia de Jesus, que solicitaram 10 léguas de terra, mas fizeram apenas dois currais em uma pequena porção de sua sesmaria. A averiguação seria feita em todas as concessões da capitania, fosse em forma de sesmaria, no meio rural, fosse nos chãos de terra, no meio urbano, com o intuito de perceber quais concessões não estavam sendo aproveitadas e causando prejuízo à Coroa, uma vez que a décima parte da produção de cada terra concedida deveria ser doada em forma de dízimo para a Fazenda Real. O rei ordenou uma devassa, em 1614, para demarcar tais terras, solicitando um levantamento sobre a situação das sesmarias, a qual deveria conter informações sobre a utilização ou não dessas terras e quais delas tinham seus sesmeiros contribuindo com a Fazenda Real⁶⁰.

A doação de terras indicava uma intenção não apenas de povoamento, mas também de torná-las produtivas, fosse produzindo alimentos de consumo interno, uma monocultura, ou criando gado. A concessão de sesmarias, então, estaria propiciando o início da construção econômica da territorialização.

O Auto de Repartição de terras apresenta um total de 186 sesmarias doadas até o ano em que este foi efetivado, em 1614. Concessões que foram iniciadas por Manuel Mascarenhas Homem, que concedeu duas sesmarias, em 1600. A doação de sesmarias foi continuada por seus sucessores. João Rodrigues Colaço (1600-1603) doou 54. Jerônimo de Albuquerque (1603-1610) pode ser considerado como o capitão-mor responsável por incentivar e conceder o maior número de sesmarias durante essa fase da territorialização do Rio Grande, contabilizando a doação de 108 sesmarias. Lourenço Pessoa Cirne (1610-1611) concedeu apenas oito títulos de terras, e Francisco Caldeira de Castello Branco (1613-1614) concedeu duas sesmarias. Dentre as 186 sesmarias, duas foram doadas por governadores-gerais. Uma por Dom Diogo (1608-1612) e outra por Gaspar de Souza (1613-1617)⁶¹.

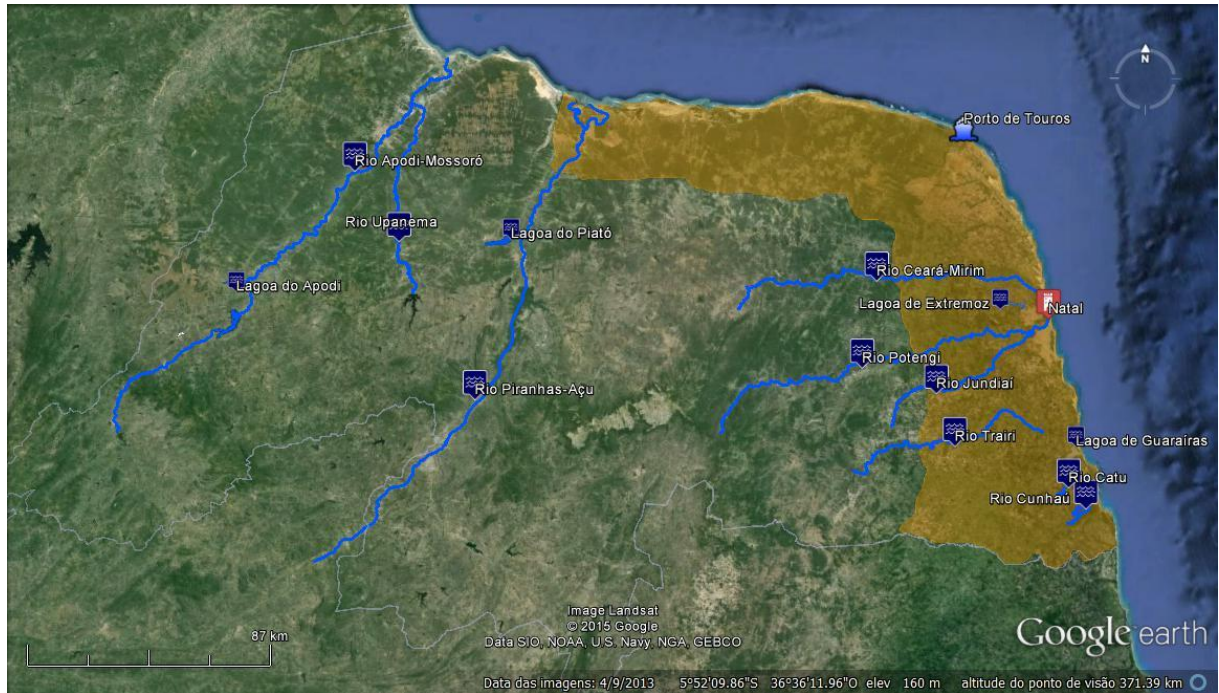
da capitania do Rio Grande. TEIXEIRA, Rubenilson. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, mai/ago 2014.

⁶⁰ TEIXEIRA, Rubenilson. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, mai/ago 2014. P. 108.

⁶¹ PEREIRA, Elenize. Das terras doadas ouvi dizer. *Revista Acadêmica Historien*. Petrolina. Ano 5. N. 10. Jan/jun 2014. 169-179. p. 175

No mapa a seguir, pode-se perceber como o avanço desse movimento de doações de sesmaria ocorreu no espaço. As áreas atingidas por sesmeiros não ultrapassavam a faixa litorânea, concentrando-se ao longo dos rios mais próximos do Potengi.

Mapa 03: Doações de sesmarias na capitania do Rio Grande entre 1598-1614



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN, e em TEIXEIRA, Rubenilson. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, mai/ago 2014. p. 112.

No mapa, pode-se perceber uma aproximação da localização das sesmarias doadas até o ano de 1614. Não há como comprovar se todas elas foram povoadas no tempo determinado, mas, baseando-se na averiguação feita pela diligência, pode-se afirmar que 34 % dessas terras foram consideradas devolutas, 20 % não tinham boas condições para plantio ou qualquer outro tipo de atividade ou os sesmeiros não tinham feito nenhuma benfeitoria. Com relação às atividades econômicas desenvolvidas nessas terras, 6% criavam gado e outros 6% se dedicavam à pesca. Poucos eram os que declararam como atividade o plantio de cana, com destaque somente para Cunhaú, nas proximidades do rio Catu e Curimataú⁶².

Deixando a condição de fundo territorial, essa porção da capitania tinha seus pontos de fixação de moradia que podem ser considerados como zonas de difusão, a exemplo de Natal, sede da capitania, e Cunhaú, o principal e único centro produtor de açúcar do Rio Grande. O curso dessa territorialização era a todo momento contestado pelas populações

⁶² PEREIRA, Elenize. Das terras doadas ouvi dizer. *Revista Acadêmica Historien*. Petrolina. 2014. P. 178.

indígenas, que lutavam para impedir que suas terras fossem tomadas, reagindo às vezes de forma violenta. Operando por conta própria ou conseguindo o apoio de outros povos europeus, principalmente os franceses, essas incursões dos indígenas foram um grande impedimento para os súditos da Coroa portuguesa que pretendiam ir além da faixa litorânea⁶³. Porém, apesar desta resistência, a conquista e a fixação dos conquistadores nesse espaço foram efetivadas e estava sendo bem processada. A quebra desse movimento aconteceu somente em 1633, com a chegada dos holandeses no Rio Grande, que permaneceram até 1654.

Não é objetivo desse trabalho analisar o processo de ocupação holandesa e sua forma de organização política dentro da capitania do Rio Grande⁶⁴. Essa iniciativa de conquista da capitania empreendida pela Companhia das Índias Ocidentais, porém, conseguiu paralisar, por alguns anos, o processo de territorialização empreendido pela Coroa portuguesa, colocando espaço em disputa, enquadrando-o novamente em uma zona de fronteira.

Os holandeses, baseados na experiência portuguesa de territorialização, identificaram possibilidades que poderiam auxiliá-los em seu processo de conquista. Uma das possibilidades avaliadas foi a de desenvolver uma aliança com os indígenas considerados pelos portugueses como inimigos, os tapuias – moradores do interior das capitanias e que não falavam a língua tupi. Esses indígenas, por sua vez, perceberam que ao aliar-se aos holandeses teriam a possibilidade de conseguir manter-se em suas terras e ter, possivelmente, um maior poder de barganha, conseguindo, assim, não perder muitos dos seus, fosse por morte, fugas, aprisionamentos ou pela conquista cultural.

Todavia, grupos indígenas Tupi também apoiaram holandeses. A pesquisa em desenvolvimento da historiadora Bartira Ferraz Barbosa tem como objetivo apresentar uma

⁶³ No ano de 1555 foi estabelecida na baía de Guanabara, atual estado do Rio de Janeiro, uma colônia francesa denominada de França Antártica sob o domínio do comandante Nicolas Durand de Vilegagnon, que logo fundou um forte, chamado Coligny, local onde hoje se encontra a Escola Naval do Rio de Janeiro. A colônia durou até 1560, quando os franceses entraram em confronto com os portugueses, sob o domínio de Estácio de Sá e foram expulsos da região. KNAUSS, Paulo. No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica. *Revista História*. São Paulo, vol. 27, n. 1. 2008. Uma segunda tentativa de colonização da Coroa francesa ocorreu em 1612, no Maranhão, na qual foi fundada a França Equinocial, entre os anos de 1612 e 1615. Foram nesses anos que algumas narrativas sobre a vivência dos índios com os franceses foram produzidas, escritos importantes para entender esta tentativa de colonização francesa. DAHER, Andrea. A conversão dos Tupinambás entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n.22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

⁶⁴ A América portuguesa foi reconhecida como Estado do Brasil a partir de 1549, com a criação do governo-geral. Antes todo o território compreendido como América portuguesa era chamado de província de Santa Cruz. PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial -1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 37. A partir de 1621, por meio de uma carta régia expedida no dia 13 de junho, houve a divisão desse território, sendo criado, além do Estado do Brasil, o Estado do Grão Pará-Maranhão. SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 21.

análise de algumas cartas, escritas em tupi, entre Felipe Camarão e Antônio Poty. A troca de correspondência entre esses parentes deixava claro que os dois divergiam sobre a quem deveriam apoiar, holandeses ou portugueses. Em alguns desses documentos é visível que Camarão, aliado dos portugueses, tentou convencer Poty de que sua decisão, de aliar-se aos holandeses, estava equivocada. Percebe-se, então, como os indígenas possuíam um conhecimento da situação delicada que estava em curso e como analisaram as possibilidades de estabilidade em um futuro apostando em um processo de conquista. O mesmo, provavelmente, aconteceu com os tapuias, mas não foram encontradas outras evidências para desenvolver tal análise⁶⁵.

Essa aliança entre tapuias e holandeses perdurou por todo o período em que estes permaneceram nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil e resquícios dessa aproximação perduraram e influenciaram nas motivações das lutas dos indígenas, impedindo o avanço da presença portuguesa nos sertões das capitanias⁶⁶. O conjunto dessas lutas ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros e será discutido mais à frente.

Outro fator importante a ser destacado foi a permanência de holandeses na capitania do Rio Grande, mesmo após a saída destes em 1654. Um nome que merece ser mencionando é o de Joris Garstman, holandês que esteve no Estado do Brasil durante o governo de Maurício de Nassau e que teria uma descendência proeminente no cenário político da capitania do Rio Grande, sendo um de seus descendentes grande proprietário de terras, oficial da câmara e capitão de cavalos das ordenanças.⁶⁷

⁶⁵ BARBOSA, Bartira Ferraz. Cartas alfabéticas em tupi – Memória indígena em Pernambuco século XVII. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. p. 7.

⁶⁶ Para mais informações sobre o período holandês na capitania do Rio Grande ver CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1959. _____. *História da Cidade do Natal*. 1980. GALVÃO, Hélio. *História da Barra da fortaleza do Rio Grande*. 1979. LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holândes (1630-1654)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007. LYRA, A. Tavares. *Domínio Holandês no Brasil especialmente no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico. 1º Congresso de História Nacional, 1914; *História do Rio Grande do Norte*. 2008. MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os holandeses na capitania do Rio Grande do Norte*. Coleção Cultural, n. 06. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1988; *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. 1997. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: origem e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de doutorado – Universidade de Leiden, 2011. NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese de doutorado - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008. POMBO, Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. 1922. ROSADO, Vingt-un. ROSADO, América. *Holandeses nas salinas do Mossoró*. Edição especial para o Projeto Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense.

⁶⁷ É o caso de Teodósio Grasiman que obteve cinco sesmarias, ocupou os cargos de procurador, almotacé, vereador e juiz ordinário na câmara de Natal, e foi dono de quatro escravos. Informações mais detalhadas sobre este agente histórico ver anexos, na página 165 e 173.

O processo de territorialização empreendido pelos súditos da Coroa portuguesa foi interrompido com a chegada dos holandeses. No entanto, a partir de uma iniciativa dos moradores das capitânicas ocupadas pelos batavos e que depois teve o apoio do soberano português, uma luta pela retomada desse espaço foi empreendida, obtendo sucesso com a expulsão dos holandeses em 1654. A partir desse ano houve a retomada da territorialização portuguesa do espaço, tendo como principal objetivo conquistá-lo, povoando cada fundo territorial existente, como poderá ser percebido na análise a seguir.

1.1 A “mobilidade” do sertão do Rio Grande

No processo de formação territorial do Rio Grande destacavam-se, como de fundamental importância, as decisões tomadas pela Coroa de repovoar o espaço com os seus súditos e reafirmar uma das principais atividades a ser feita pelo capitão-mor de cada capitania: incentivar o povoamento. Os capitães-mores tinham como função primeira garantir a defesa do território da capitania que administrava, tendo como dever averiguar a condição da fortaleza, a munição e os homens de armas da capitania. Incentivar o povoamento das terras que administrava pode ser visto como uma estratégia de defesa, uma vez que ocupar os espaços vazios com súditos da Coroa, sobretudo os capazes de compor as companhias militares, era uma forma de manter o território e ter subsídios caso alguma invasão ou luta acontecesse⁶⁸.

Não menos importante que a figura do capitão-mor, sendo este um dos principais agentes incentivadores desse processo, também se destaca os antigos moradores da capitania. Estes permaneceram na capitania durante o período holandês, resistindo ou aliando-se a esse invasor. Quando da saída dos homens da Companhia das Índias Ocidentais, esses moradores continuaram no Rio Grande.

Analisando as cartas de sesmarias, o Auto de Repartição de terras e os livros de cartas e provisões do Senado da Câmara de Natal, foi possível perceber que alguns desses antigos moradores, ou seus descendentes, permaneceram na capitania durante o período holandês. Estes possuíam terras, principalmente, na barra dos rios Potengi, Jundiá, Mipibu, Curimatau e Cunhaú, e assumiram os cargos da câmara nos primeiros anos de administração.

⁶⁸ No regimento dos capitães-mores, os dois primeiros capítulos frisam os deveres do capitão-mor em defender a capitania que administrava. Nos anexos do volume 1 da obra de Vicente Lemos há uma cópia deste regimento. LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912. P. 85-89.

Foi possível perceber que alguns desses antigos moradores conseguiram montar alianças, por meio de casamentos, com filhos e netos de outros antigos moradores e com novos colonizadores, que chegaram à capitania após o período holandês. Percebe-se, assim, que esses novos moradores conseguiram se aproximar dos antigos da capitania e, aos poucos, obter certo prestígio nessa sociedade colonial em formação. Após alguns anos, esses novos colonos se casaram com parentes dos primeiros moradores e assumiram, a partir de então, cargos na câmara, como poderá ser analisado posteriormente.

A importância desses antigos moradores como sendo uma camada prestigiosa dessa sociedade também pode ser percebida na expansão para o sertão. Senhores de um certo cabedal, e possuidores de patentes, foram alguns desses antigos residentes que iniciaram a solicitação de terras para além da faixa litorânea, alegando sempre que “com sua própria fazenda” descobriram terras no sertão da capitania e pretendiam povoá-las.

Mas o que era considerado como sertão nesse período? Sertão era uma denominação há muito utilizada pelos portugueses para designar localidades desconhecidas, distantes e com dificuldades de acesso, devido aos acidentes geográficos. O sentido de sertão como localidades longínquas, vastas, despovoadas, vazias, já existia em Portugal e era utilizada desde o século XII, mais fortemente a partir do século XIV. Com as descobertas de novas áreas e a expansão do que viria a ser o Império Ultramarino Português, o sentido de sertão modifica-se, passando a representar as áreas não colonizadas pelos portugueses. Quando passou a se desenvolver a colonização da América portuguesa, o sentido de sertão se reelaborou e incorporou ao sentido original a ideia de localidades não apenas longínquas, mas perigosas, sem controle administrativo, jurídico e religioso da Coroa, portanto, desconhecido e revestido de elementos não apenas perigosos, mas também míticos⁶⁹.

Cláudia Damasceno Fonseca, em sua obra *Arraiais e vilas d'El Rei*, analisou a forma como o sertão era entendido nas conquistas. Segundo essa autora, a noção de sertão estava relacionada a outros conceitos espaciais, como espaços “brutos”, opondo-se ao de território, sendo sertão considerado como “um repositório de características flexíveis e indefinidas na qual há a distribuição e formação de entidades geográficas e sociais”⁷⁰. Para o conquistador, o sertão era um desses espaços brutos, homogêneos e vazios que poderiam ser dominados e que desconsiderava a existência de territórios indígenas.

⁶⁹ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*. V. 8, nº15. Rio de Janeiro, 1995, p. 148-149.

⁷⁰ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'El rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.51-52

Além de serem desconhecidos, esses sertões também eram móveis. O sertão seria um espaço que sempre estaria prestes a ser transformado em território, à medida que o povoamento ou colonização ia avançando. O sertão, a área desabitada por colonizadores, que ignoravam o indígena como possuidor daquele espaço, cada vez mais era “empurrado” para trás, para o ocidente. Fonseca salienta que a expansão dessa fronteira nem sempre foi em direção para o oeste, muitas vezes seguia para o sul, sudeste, norte ou nordeste, bem como retrocedia para locais ainda não colonizados perto do litoral⁷¹.

Logo, os sertões eram considerados como fundos territoriais, áreas desconhecidas que eram incorporadas no espaço da América portuguesa. Para a Coroa, tais áreas estavam prontas para serem ocupadas. Dessa forma, tais sertões deixavam de ser desconhecidos e passavam a ser um território, o qual seria dotado de aparato militar, político, jurídico, econômico e ideológico. Tornavam-se, primeiramente, áreas de trânsito, as quais possuíam pontos de apoio temporários para colonos em constante movimento. Ao tempo em que se consolidavam essas áreas, surgiam zonas de difusão, momento no qual o espaço ao redor dessas novas conquistas passava a ser um sertão, um fundo territorial. Assim, pode-se afirmar que sertões deixavam de ser sertões e, conseqüentemente, novas áreas com essa denominação surgiam.

Quando se esgotaram as áreas vazias a serem conquistadas, a designação sertão não deixou de existir, tornando-se a denominação de determinadas áreas, como, por exemplo, o sertão do Assú. A noção de mobilidade perdia-se quando os espaços eram conquistados em suas totalidades e transformados em território português. Dessa forma, sertão é um *hinterland* da área colonizada, sendo “o limite do espaço povoado, cultivado, civilizado e territorializado que pouco a pouco o substitui. Portanto, podemos defini-lo simultaneamente como a realidade que preexiste ao território e como a fronteira, indefinida e movente, deste último”⁷².

Essa mobilidade do sertão pode ser percebida na capitania do Rio Grande. Observando as primeiras demandas da capitania após o período holandês, foi possível perceber como a noção de sertão foi sendo atribuída a determinados espaços ainda não povoados. À medida que estes foram sendo ocupados, o sentido de sertão foi transferido para as áreas ao seu redor. Para analisar essa mobilidade do sertão na capitania do Rio Grande

⁷¹ FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’El rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 54

⁷² *Ibidem*. p. 55

foram estudadas as cartas de sesmarias da capitania e os Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, organizados a partir de 1659⁷³.

Com a saída dos holandeses, o rei D. João IV doou a capitania do Rio Grande a Manoel Jordão, que faleceu no mesmo ano em um naufrágio quando tentava desembarcar na capitania. Com sua morte, a capitania retornou mais uma vez para a Coroa⁷⁴. Dessa forma, a capitania ficou sob o comando do capitão-mor da Fortaleza dos Reis Magos até a indicação de um capitão-mor para o Rio Grande. Esse primeiro capitão foi Antônio Fernandes Furna, que permaneceu no poder até a nomeação de Antônio Vaz Gondim, em 1656⁷⁵.

Documentos que apresentam as ações de Antônio Vaz Gondim em seus três primeiros anos de governo, 1656 a 1658, não foram encontrados até o momento. Assim, essa pesquisa analisará a documentação existente sobre a administração da capitania a partir de 1659, meados do seu governo, uma vez que durou até 1663⁷⁶. Desse período foram encontrados documentos referentes a sua administração, principalmente no 1º livro das Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal e no 1º livro de Sesmarias da capitania do Rio Grande⁷⁷. Nessa documentação foi possível perceber, dentre as várias obrigações desse capitão-mor, a reorganização do espaço da capitania, sobretudo da cidade do Natal, sendo esta uma das recomendações feitas pela Coroa.

Analisando os documentos organizados no Livro de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal, volume 1, percebeu-se que o principal objetivo de Vaz Gondim era organizar o povoamento da capitania, ao menos nas áreas antes povoadas, tanto na cidade do Natal e nas margens dos rios mais próximos ao Potengi, como nos sertões próximos, como por exemplo, o rio Seará-Mirim, rio Jundiá e rio Mipibu. Um local com uma pequena povoação e que também teve destaque nesse período foi a barra do rio Cunhaú, nas proximidades do antigo engenho de Jerônimo de Albuquerque.

⁷³ A documentação referente à câmara da cidade do Natal surge apenas a partir do ano de 1659. Se existiam outros documentos referentes a essa instituição em anos anteriores, eles não sobreviveram à ação do tempo.

⁷⁴ CASAL, Aires. *Corografia Brasílica ou representação histórico-geográfica do Reino do Brazil*. 1817. P. 277.

⁷⁵ Hélio Galvão, em sua obra *História da Fortaleza da barra do Rio Grande*, apresentou o nome de Antônio Fernandes Furna como primeiro capitão da capitania no período *pós-bellum* baseando-se no seguinte documento “Nomeado por carta de 6 de junho de 1654. MS da Chancelaria de D. João IV, Livro 27, fls. 156 (Inventário dos documentos Relativos ao Brasil existentes na Biblioteca Nacional de Lisboa, cit, pag. 169.)” GALVÃO, Hélio. *História da Fortaleza da barra do Rio Grande*. 1679. p. 117.

⁷⁶ Segundo Vicente Lemos, baseando-se na carta de nomeação de capitão-mor dada a Antônio Vaz Gondim em 1672, esse capitão-mor fora nomeado em 1656 para o comando da capitania do Rio Grande e governou por seis anos, terminando seu governo em 1663. LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912. P. 22.

⁷⁷ No início do século XX, membros do IHGRN organizaram alguns documentos que estavam sob a tutela do Instituto. Nessa organização, foram elaboradas as transcrições de alguns documentos. No caso, todas as cartas de sesmarias foram transcritas e organizadas, por ordem cronológica, em oito livros. Já os LCPSCN permaneceram com seus documentos originais, organizados também de forma cronológica, sendo anexado apenas uma capa e um sumário em cada um dos 17 livros.

A esse capitão-mor foi entregue a missão de realizar as obras de urgência na reconstrução da fortaleza e da cidade do Natal e, além disso, trazer de volta as famílias que haviam abandonado suas terras no tempo dos flamengos, retornando a viver na capitania. Para isto, primeiramente foram estabelecidas duas guarnições, uma na fortaleza e outra na cidade. Desta segunda, quando necessário, eram destacados guardas para os distritos mais afastados para conter os indígenas e estabelecer a ordem, tranquilizando os moradores da parte do sertão e facilitando, assim a vinda de mais pessoas para povoar a capitania⁷⁸.

Não se sabe o ano exato, porém, Antônio Vaz Gondim mandou publicar editais ordenando “pelas Capitanias da Parayba e Pernambuco que as pessoas que tiverem terras na dita Capitania do Rio Grande onde são moradores as viesse povoar dentro de seis mezes, e não o fazendo as daria por devolutas e desaproveitadas”⁷⁹. Ao que parece, tal publicação surtiu efeito e logo vieram os primeiros sesmeiros a solicitar sesmarias que antes já povoavam ou pleiteavam novas sortes de terras para começar uma vida nova.

Além de incentivar a volta desses antigos moradores, Antônio Vaz Gondim promoveu também a distribuição de terras para muitos outros. Em um documento enviado, por alguns moradores, ao rei, em 1665, reclamando das condições da capitania, apresentavam um pouco da situação em que se encontrava o Rio Grande

[...] que deixando o inimigo olandes a terra tão abrazada e despovoada pelas mortes que injustamente deu aos moradores della como se sabe e estar de presente tão mal povoada como se ve nem ouve lugar para o estar mais por que avendo oito annos que veio por Cappitam mor para esta praça Antonio Vas achou so morador nesta Cappitania ao Vigario Leonardo Tavares de Mello que se o acompanhou passante de dous annos do fim dos coais por diante começarão ce acudir alguns por novos povoadores e dos antigos poucos dos poucos que escaparão da mortandade que na terra ouve sendo hus e outros que [ilegível] de pouco ou nenhu cabedal e aos mais delles soldados da guerra de Pernambuco que cazandoce pobres se vierão a esta Cappitania fiados em que por ser povoada de novo terião nella o sustento com menos deficultdade do que em outra parte [...] ⁸⁰.

⁷⁸ CAVALCANTI, Helaine. Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira Caetano (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. V. 1. Maceió: EDUFAL, 2011. P. 43.

⁷⁹ Carta de data do Capitão mór d’esta capitania Antônio Vaz Gondim que em nome de S. Majestade deu ao Capitão Francisco Mendonda Eledesma duas sortes de terra por devolutas, uma no Potengi e outra no Mepebu, que foram do Capitão Simão Nunes Correa. Livro 1 de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. Fls. 1. Esta carta de doação encontra-se também no Livro 1 de Cartas de Sesmarias do IGHRN e na Plataforma SILB com as seguintes referências, respectivamente. Carta de sesmaria doada em 02 de agosto de 1659 a Francisco de Mendonça Eledesma no rio Potengi e Mipibu. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 1, fls. 73 RN 0001.

⁸⁰ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D. 7.

Percebe-se, nesse fragmento do documento, que a realidade da capitania era bem difícil. Os poucos antigos habitantes da capitania voltavam e alguns outros, homens com pouco ou quase nenhum cabedal e que, ao que tudo indica, fizeram um casamento com mulheres de famílias na mesma condição, chegavam à capitania para povoá-la. Para esses homens, a chance de conseguir crescer, a custo de mercês para obter cabedal, estava aberta quando o capitão-mor da capitania convocava moradores para terras em situação de abandono. Para muitos desses homens pobres, essa seria a possibilidade de conseguir crescer na hierarquia social dessa sociedade em formação, conseguindo terras em uma capitania praticamente vazia sob a perspectiva conquistadora.

Muitos dos novos moradores eram militares, provavelmente das ordenanças, ou seja, não recebiam nenhum soldo, apenas tinham o posto pela obrigatoriedade do serviço, mas que também lhes conferia uma diferenciação social. Esses homens poderiam se tornar, em uma capitania ainda sem senhores, os futuros membros de um grupo de principais da terra. Ainda segundo esse documento, eram quarenta pessoas que viviam na capitania, a maioria não tinha condições de manter suas terras, o que impossibilitava a cobrança da finta e aqueles que possuíam mais cabedal era o capitão-mor, Antônio Vaz Gondim, Manuel de Abreu Soares, importante capitão e comandante das bandeiras que fizeram a defesa de Assú com o levante dos indígenas em 1687⁸¹, e Diogo Dias Soares, ouvidor da capitania⁸². Estes últimos assinavam o documento⁸³.

Observando as doações de sesmarias durante o governo de Antônio Vaz Gondim, em 1659, encontrou-se a concessão de duas sesmarias. Uma no rio Potengi e no rio Mipibu, ao capitão Francisco Mendonça Eledesma,⁸⁴ e mais uma no rio Cunhaú, ao capitão Dionísio Vieira de Melo⁸⁵. Os dois primeiros rios são mais próximos à cidade do Natal e o terceiro ficava próximo ao povoado chamado Goiana, conhecido posteriormente como Goianinha. Todas as localidades encontram-se na faixa litorânea. Um detalhe interessante nessas duas concessões é o fato de que as terras solicitadas haviam pertencido a outros sesmeiros, mas que não as povoaram no tempo determinado, tornando-as devolutas.

⁸¹ SILVA, Tyego Franklim. *Na ribeira da discórdia*. 2015. p. 50

⁸² Provisamento e provisão do Governador e capitão geral d'este Estado Francisco Barreto por que foi provido da serventia de ouvidor n'esta cidade do Natal e Capitania do Rio Grande Diogo Dias Soares. Livro 1 de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. (1659-1668). p. 5

⁸³ CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D. 7.

⁸⁴ Carta de sesmaria doada em 02 de agosto de 1659 a Francisco de Mendonça Eledesma no rio Potengi e Mipibu. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 1, fls. 73 RN 0001.

⁸⁵ Carta de sesmaria doada em 27 de outubro de 1659 a Dionísio Viera de Melo no rio Cunhaú. IHGRN – Fundo Sesmarias, Livro 1, n. 2, fls. 75. RN 0002.

Em 1660, ano seguinte, seis sesmarias foram doadas, mostrando o interesse do capitão em fomentar a ocupação da capitania e dos sesmeiros em busca de terras. Duas foram concedidas no rio Potengi ao primeiro vigário do Rio Grande após a saída dos holandeses, Leonardo Tavares de Mello no rio Cunhaú⁸⁶; uma em Mipibu, ao mesmo sesmeiro⁸⁷; duas nas proximidades de Goianinha⁸⁸, sendo uma ao mesmo vigário e a outra ao capitão Manuel de Abreu Soares; e uma em Taumatá-Mirim⁸⁹ ao capitão Bartolomeu Cabral de Vasconcelos⁹⁰, próximo aos rios Pirangi e Pitimbu. Percebe-se que as sesmarias continuaram na faixa litorânea.

O caminho da conquista analisado por essa pesquisa tem como principal base, sobretudo para a construção dos mapas de avanço de fronteira, as sesmarias solicitadas por conquistadores ao governo do Rio Grande. Contudo, se deve lembrar que esse estudo considerada a existência de posseiros e compreende que a posse era o meio mais comum de ocupação das terras e que essa população de posseiros tenha avançado mais rapidamente pelo sertão. Todavia, poucos são os documentos que possam corroborar com as hipóteses sobre seus caminhos e sua fixação no espaço.

Deve-se entender, porém, que a ação desses conquistadores/posseiros foi fundamental para o conhecimento do espaço a ser conquistado e transformado em território, bem como para o desenvolvimento de relações, boas ou mal sucedidas, com os indígenas. Exemplo disso são as ações do então capitão-mor da Paraíba, João Fernandes Vieira, no ano de 1661, em resgatar dois indígenas, filhos do principal Janduí, e levá-los ao rei como exemplares daqueles que viviam no sertão do norte do Estado do Brasil. Essa ação levou o principal Janduí a revidar com vigor os moradores dos sertões da Paraíba e Rio Grande – espaço de jurisdição indefinida – causando mortes e tornando a relação entre tapuias e conquistadores ainda mais frágil⁹¹.

⁸⁶ Carta de sesmaria doada em 15 de abril de 1660 a Leonardo Tavares de Mello na Ilha do Bom Sucesso, rio Cunhaú. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro 1, n. 3, fls. 77. RN 0003. Carta de sesmaria doada em 08 de junho de 1660 a Leonardo Tavares de Mello em Goianinha. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 05, fls. 84-85. RN 0006.

⁸⁷ Carta de sesmaria doada em 8 de junho de 1660 a Leonardo Tavares de Melo no rio Mipibu. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n.4, fls. 81-82. RN 0005.

⁸⁸ Carta de sesmaria doada em 16 de abril de 1660 a Manuel de Abreu Soares em Goianinha. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 3 (a), fls. 78-80. RN 0004; Carta de sesmaria doada em 29 de dezembro de 1660 a Leonardo Tavares de Melo em Goianinha. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 7, fls. 88. RN 0008.

⁸⁹ Não foi encontrada nenhuma referência a essa localidade nos mapas atuais ou se esta era uma denominação antiga para alguma povoação existente na atualidade.

⁹⁰ Carta de sesmaria doada em 29 de novembro de 1660 a Bartolomeu Cabral de Vasconcelos no Taumatá-Mirim. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 6, fls. 86-87. RN 0007.

⁹¹ Sobre a guerra q. Mathias de Albuquerque Maranhão avisa fazer aos Indios Barbaros Janduins. Expedido. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa/ Portugal. Códice 275, fl. 315 v. 09/01/1662. Carta ao Governador de

Em 1663, último ano do governo de Antônio Vaz Gondim, mais três doações foram efetivadas. Uma doada em Pajuçara⁹² e outra no Taumatá-Mirim⁹³. As concessões de sesmarias continuaram na faixa litorânea, mas uma delas avançou um pouco mais, seguindo o curso do rio Jundiáí, nas proximidades da atual cidade de Macaíba, afirmando que se encontravam no “certão”⁹⁴.

Percebe-se como as terras doadas aos conquistadores foram seguindo o curso dos rios, buscando-se suas margens como forma de conseguir sobreviver à escassez de águas em determinadas épocas do ano, não ameaçando suas plantações e criações. Além da busca por sobrevivência, havia também a procura por terras que poderiam proporcionar aos sesmeiros acumulação de determinado capital, fosse simbólico ou não. O senhor de uma região que possuía em suas terras a passagem de um rio conseguia alcançar um determinado poder, pois o acesso a essa água teria que ser controlado por esse sesmeiro/posseiro.

No ano de 1663, encerrou-se o governo de Vaz Gondim. Segundo Rocha Pombo, esse capitão-mor foi responsável por trazer cerca de 150 moradores, dentre eles antigos sesmeiros e novos residentes que pretendiam, sobretudo, criar gado no Rio Grande⁹⁵. Como forma de trazer essas famílias para a capitania, editais de povoamento foram expostos na Paraíba e em Pernambuco, determinando um prazo de seis meses para a povoação das terras do Rio Grande por aqueles que possuíam os títulos de sesmarias das mesmas. Caso não comparecessem, as terras seriam consideradas devolutas e doadas novamente àqueles que se interessassem⁹⁶.

Em 1664, já no governo de Valentim Tavares Cabral (1664-1670), apenas três sesmarias foram doadas, e duas delas apresentavam como referência espacial o sertão. Uma

Pernambuco. Microfilme da Divisão de Pesquisa Histórica/UFPE. Apud: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p.479-481.

⁹² Carta de sesmaria doada em 16 de maio de 1663 a Bento da Costa no Pajuçara. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 8, fls. 90-91. RN 0009.

⁹³ Carta de sesmaria doada em 23 de julho de 1663 a Antônio Gomes de Barros no Taumatá-Mirim. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 10, fls. 86-87. RN 0011.

⁹⁴ Carta de sesmaria doada em 8 de maio de 1663 a Antônio da Costa Arnoso no rio Jundiáí. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n.9, fls. 92-93. RN 0010.

⁹⁵ No primeiro volume de sua obra, *Capitães-Móres do Rio Grande do Norte*, Vicente Lemos apresenta, no apêndice, as cartas patentes dos capitães-mores da capitania. Na carta patente de Antônio Vaz Gondim, datada de 1673, são apresentados os feitos deste capitão, inclusive sua atuação como capitão-mor do Rio Grande entre os anos de 1656 e 1663. Dentre as conquistas relatadas, está a reorganização espacial da capitania, sobretudo da cidade do Natal e da Fortaleza dos Reis Magos, e o sucesso em povoar a capitania, trazendo 150 moradores para esta. Não foi possível perceber se este era um número aproximado da população trazida pelo capitão ou se era o número aproximado de famílias que vieram para a capitania em busca de novas terras ou repovoar aquelas que já possuíam antes do período holandês, como afirma Rocha Pombo em *História do Rio Grande do Norte*, na página 144. LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. 1912. p. 96

⁹⁶ CAVALCANTI, Helaine. Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira Caetano (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. 2011. p. 43.

dessas sesmarias encontrava-se na lagoa do Pajuçara, mais distantes das demais doadas. Essa lagoa ficava entre o rio Jacu e a lagoa da Copauva e fora solicitada por Bento da Costa, que já possuía terras na mesma localidade⁹⁷. A segunda sesmaria foi no rio Curimataú, vizinho a Sibauma, e também aponta que a terra ficava ao sertão da povoação⁹⁸. O rio Jacu e Sibaúma encontram-se no litoral da capitania do Rio Grande, ao sul da cidade do Natal, nas proximidades da capitania da Paraíba. Apesar de estarem no litoral da capitania, tais sesmarias estavam distantes dos locais já povoados e, provavelmente, por isso era considerado como sertão.

A terceira sesmaria doada em 1664 foi concedida nas confrontações de Bento da Costa, possivelmente nas proximidades da lagoa Pajuçara e rio Potengi – acredita-se que essa lagoa localizava-se nas proximidades de Uruaçu, entre os atuais municípios de São Gonçalo do Amarante e Macaíba, onde existe atualmente uma localidade de mesmo nome. Essa concessão foi feita a 11 sesmeiros e dentre eles haviam quatro membros da família Oliveira Ledo, importante família conhecida por ter povoado o sertão do Piancó, na capitania da Paraíba. Eram eles Francisco de Oliveira Ledo, Constantino de Oliveira Ledo, Antônio de Oliveira Ledo, Custódio de Oliveira Ledo, Gaspar de Oliveira, Maria Barbosa de Almeida, Sebastião Barbosa de Almeida, Baltazar da Mota, Simão Correa, Mateus de Viveiro e Luís de Albernaz⁹⁹.

Antônio e Custódio de Oliveira Ledo eram irmãos. Antônio era capitão e posteriormente tornou-se capitão-mor dos sertões de Piranhas, Piancó e Pombal, área que abrangia terras da capitania do Rio Grande e da Paraíba. Custódio era o pai de Constantino e avô de Francisco de Oliveira Ledo. Destacam-se esses agentes, pois suas ações como descobridores e povoadores de terras no interior, sobretudo na capitania da Paraíba foram muito importantes para a conquista dos sertões e a formação territorial de toda a área de fronteira entre o Rio Grande e a Paraíba¹⁰⁰.

Nessas sesmarias, mesmo se encontrando no litoral da capitania, entende-se que o sentido de sertão liga-se ao sentido de interior, espaço desconhecido e ainda não tocado pelo

⁹⁷Carta de sesmaria doada em 21 de novembro de 1664 a Bento da Costa em Pajuçara. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 11, fls. 95-96. RN 0012.

⁹⁸ Carta de sesmaria doada em 27 de dezembro de 1664 a Gregório Pinheiro em Curimataú. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 12 fls. 98-100. RN 0013.

⁹⁹ Carta de sesmaria doada em 11 de setembro de 1664 a Francisco de Oliveira Ledo e demais companheiros. Documentos Históricos. Publicação da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1933. v.21. pp. 431-433. RN 0089.

¹⁰⁰ Renata Assunção Costa fez uma análise sobre o processo de conquista e formação territorial do sertão conhecido como Piancó, entre as capitanias do Rio Grande e da Paraíba, e como os membros da família Oliveira Ledo foram os principais agentes conquistadores de tal área. Para saber mais ver: COSTA, Renata Assunção da. *Uma nova conquista: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (1663-1730)*. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012.

colonizador, pronto para se conquistar. Seriam esses sertões os fundos territoriais da capitania que aos poucos foram ocupados, deixando assim a condição de sertão. Uma vez povoada tal área, os espaços desconhecidos ao seu redor é que passavam então a ser denominados como sertão. Percebe-se, assim, a mobilidade desses sertões, cada vez mais adentrando no interior da capitania e sendo colocados como espaços a serem conquistados para além da faixa litorânea.

Além da localização dessas sesmarias, destaca-se o interesse desses sesmeiros, que também eram militares, em povoar essas terras e perceber como suas trajetórias seguiam esse espírito de conquista indo cada vez mais além, buscando descobrir novos fundos territoriais existentes. Apesar de esses sesmeiros apresentarem-se como interessados nas terras da capitania, vale comparar o baixo número de concessões no governo de Tavares Cabral. A hipótese de a documentação ter se perdido ou se deteriorado não deve ser descartada, mas a de que as condições precárias de sobrevivência, sobretudo de segurança, também devem ser consideradas como indícios de desinteresse de moradores irem ou permanecerem no Rio Grande.

Em carta de 1664, a população da capitania do Rio Grande solicitou a permanência do vigário Leonardo Tavares de Melo, ocupando o posto de pároco da cidade do Natal. Tal pedido ocorreu, pois outros padres não queriam ser designados à capitania por medo do gentio tapuia, que todo ano seguiam em direção ao litoral, em grande quantidade¹⁰¹. Isso reflete um pouco da fragilidade da conquista efetivada no Rio Grande. Apesar de já possuir áreas de zona de difusão e uma região colonial em construção – a cidade do Natal – ainda não havia bases de segurança bem consolidadas que pudessem prevenir ataques indígenas ou a chegada de outros povos europeus para ocupar aquele território. Essas características não são atrativas para novos moradores, que, desencorajados, preferiam permanecer em capitanias mais bem estruturadas, como Pernambuco.

Das quatro sesmarias doadas em 1666, por Valentim Tavares Cabral, apenas uma, doada ao mestre de campo João Fernandes Vieira, dessa vez entre o rio Seará-Mirim e o Porto de Touros, cita que sua extensão partia da costa e ia em direção ao sertão, ou seja, ao interior

¹⁰¹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. P. 293.

da capitania, no sentido oeste¹⁰². A doação dessa sesmaria foi confirmada pelo governo da Bahia em 1668¹⁰³.

Em 1668, foram concedidas quatro sesmarias. Francisco Brito Saraiva recebeu uma doação na ribeira do rio Mipibu¹⁰⁴. No rio Trairi duas concessões foram feitas, uma delas aos alferes Domingos Fernandes de Araújo, Gonçalo de Araújo e Manuel Fernandes Correa¹⁰⁵. Os mesmos alferes, Domingos Fernandes de Araújo e Manuel Fernandes Correa solicitaram a segunda sesmaria nessa ribeira¹⁰⁶. A quarta e última doação desse ano foi entregue ao sargento-mor Pedro da Silva Cardoso, no rio Pitimbu¹⁰⁷.

Já no ano de 1669 foram quatro concessões feitas aos interessados nas terras do Rio Grande. Eram eles o alferes Pascoal Rodrigues do Vale, no rio Trairi¹⁰⁸; Maria Diniz, no rio Urumua¹⁰⁹; o cavaleiro da Ordem de Cristo e capitão Francisco Camelo Valcacer e o capitão Domingos Silveira de Alencar na passagem das Carnaúbas¹¹⁰; e o sargento-mor Pedro da Silva Cardoso, Antônio da Silva Cardoso e Miguel Rodrigues Valcacer, na ribeira do Seará-Mirim¹¹¹.

Nesse último requerimento, os sesmeiros eram apresentados como homens de cabedal e tinham interesse nessa localidade, pois as terras vizinhas, que possivelmente ocupavam, tinham escassez de água, o que dificultava a criação de gado e a manutenção de lavouras. Essa sesmaria foi doada nas confrontações de João Fernandes Vieira e os

¹⁰² Carta de sesmaria doada em 24 de junho de 1666 a João Fernandes Vieira de Ceará-Mirim até Touros. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 14 fls. 104-105. RN 0014.

¹⁰³ Confirmação de carta de sesmaria doada em 20 de novembro de 1668 a João Fernandes Vieira na ribeira do Ceará-Mirim. Coleção Documentos Históricas, Volume XXIII, pp. 291-294. RN 0541.

¹⁰⁴ Carta de sesmaria doada em 24 de novembro de 1668 a Francisco Brito Saraiva no Mipibu. IGHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 16, Fls. 108-110. RN 0016.

¹⁰⁵ Carta de sesmaria doada em 19 de dezembro de 1668 a Domingos Fernandes de Araújo (alferes), Gonçalo de Araújo e Manuel Fernandes Correa (Alferes) no Trairi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n. 15, fls. 106 - 107. RN 0015.

¹⁰⁶ Carta de sesmaria doada em 19 de dezembro de 1668 a Domingos Fernandes de Araújo (alferes) e Manuel Fernandes Correa (Alferes) no Trairi. Coleção Documentos Históricas, volume 23. RJ: TAHB, 1933. P. 281 - 283. RN 0912.

¹⁰⁷ Carta de sesmaria doada em 20 de dezembro de 1668 a Pedro da Silva Cardoso (Sargento-Mor) no Pitimbu. IHGRN - Fundo Sesmarias e Documentos Históricas. Biblioteca Nacional. (vol. 24) 1933. RN 0017.

¹⁰⁸ Carta de sesmaria doada em 23 de janeiro de 1669 a Pascoal Rodrigues do Vale no rio Trairi. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 19, fls. 115-116. RN 0018.

¹⁰⁹ Carta de sesmaria doada em 02 de abril de 1669 a Maria Diniz no rio Urumua. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 20, fls. 117-118. RN 0019.

¹¹⁰ Carta de sesmaria doada em 19 de outubro de 1669 a Francisco Camelo Valcacer e Domingos Silveira de Alencar na passagem das Carnaúbas. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 21, fls. 119-120. RN 0020.

¹¹¹ Carta de sesmaria doada em 14 de outubro de 1669 a Pedro da Silva Cardoso, Miguel Rodrigues Valcacer e Pedro da Silva Cardoso (Sargento-mor). Coleção Documentos Históricas, volume 24. RJ: TAHB, 1933. P. 110 - 113. RN 0913.

suplicantes afirmavam que iriam povoá-las com o risco de suas vidas e fazendas, uma vez que ficava muito próximo das terras dos tapuias¹¹².

Não se sabe ao certo onde tais terras localizavam-se, uma vez que o rio Seará-Mirim tem uma extensão de aproximadamente 160 quilômetros e sua nascente no atual município de Lajes, na mesorregião central do estado do Rio Grande do Norte. Por apresentar a escassez de água, característica dessa mesorregião, e proximidade com os tapuias, acreditava-se que tais terras encontravam-se mais ao ocidente das demais doadas, ou seja, no sertão da capitania.

Mapa 04: Mesorregião central do Rio Grande do Norte



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth.

Na maioria das solicitações apresentadas até o momento, uma das justificativas mais presentes era o aumento da fazenda real, fosse por meio do cultivo de lavouras ou pela criação de gado. Tais sesmeiros eram conscientes da importância que suas empreitadas aventureiras tinham para a Coroa e sabiam das possíveis benesses que seriam recebidas, para o bem comum e para o bem próprio, caso seus objetivos fossem concretizados.

¹¹² Carta de sesmaria doada em 14 de outubro de 1669 a Pedro da Silva Cardoso, Miguel Rodrigues Valcacer e Pedro da Silva Cardoso (Sargento-mor). Coleção Documentos Históricas, volume 24. RJ: TAHB, 1933. P. 110 - 113. RN 0913.

A Provedoria da Fazenda Real foi criada pela Coroa para gerenciar os recursos arrecadados e aqueles repassados para seus cofres, bem como para utilização nas necessidades administrativas do Estado do Brasil e de suas capitanias. Cada capitania possuía sua provedoria da Fazenda Real tendo o provedor como o seu principal funcionário. É difícil definir a função que cada provedor tinha, devido aos distintos contextos das capitanias, mas no geral esses oficiais podiam permitir a locomoção de pessoas entre as capitanias, consentir a ida daqueles que tinham pretensão de negociar no mar, eram responsáveis em permitir, ou não, a construção de navios e tinha o controle das armas pertencentes tanto a particulares quanto nos armazéns militares, podendo providenciar mais armas, se necessário¹¹³.

Assim, o dever para com a Fazenda Real, ou seja, contribuir para o aumento dela, como citaram muitos sesmeiros em seus requerimentos, pode ser considerado como uma consciência da necessidade de se pagar os tributos e o que poderia ser feito com eles uma vez bem administrados pelo provedor da Fazenda Real.

Em 1670, já no governo do capitão-mor Antônio de Barros Rego (1670-1673), duas sesmarias foram doadas. Uma entre o rio Mipibu e Pirangi a Bernardo Vieira Ravasco¹¹⁴ e ao sargento-mor Francisco Lopes¹¹⁵ e outra, solicitada também por esse sargento-mor, na várzea do Mipibu e em Goianinha¹¹⁶. Ainda durante o governo de Barros Rego, em 1671, mais uma sesmaria na ribeira do Seará-Mirim foi concedida. Dessa vez, os sesmeiros eram o capitão José da Silva, o capitão Francisco de Abreu de Lima, o sargento-mor Pedro Borges Pacheco e demais companheiros¹¹⁷.

Em 1674, Antônio Vaz Gondim (1674-1677) iniciou um segundo governo e com importante desempenho na doação de terras, conseguindo obter um avanço na formação territorial da capitania, atingindo o rio considerado, até então, como fronteira, o Açú.¹¹⁸ Em 1674 foram doadas quatro sesmarias. Uma entre os rios Mipibu e Pium, doada ao capitão-mor

¹¹³ MENEZES. Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. p. 38-39.

¹¹⁴ Bernardo Vieira Ravasco, como capitão de infantaria, lutou contra os holandeses na Bahia, foi, por 57 anos, o secretário geral do Estado do Brasil e era irmão do padre Antônio Vieira. PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário geral do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos*, n. 68, março de 2014. P. 107-126.

¹¹⁵ Carta de sesmaria doada em 20 de fevereiro de 1670 a Joao Peixoto Viegas, Bernardo Viera Ravasco e Francisco Lopes no Mipibu e Pirangi. Documentos Históricas. Publicação da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1933. v.23. pp. 458-461. RN 0047.

¹¹⁶ Carta de sesmaria doada em 19 de Júlio de 1670 a Francisco Lopes na várzea do Mipibu e Goiana. IHGRN - Fundo Sesmarias, n 28, fls. 135 - 138. RN 00 28.

¹¹⁷ Carta de sesmaria doada em 09 de abril de 1671 a Jose da Silva, Francisco de Abreu de Lima, Pedro Borges Pacheco e demais companheiros na ribeira do Ceará Mirim. Documentos Históricas. Publicação da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 1933. v.24. pp. 275-278. RN 0046.

¹¹⁸ Possivelmente, a ausência de doações de terras nesse período fosse um reflexo do Regimento de 1 de outubro de 1660, o qual proibia que capitães-mores concedessem sesmarias. LEMOS, Vicente. *Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*. 1912. P. 27.

das ordenanças Antônio Pereira de Chaves e Diogo Rodrigues¹¹⁹, uma entre os rios Goiana, concedida ao capitão Tomé Pires¹²⁰, atual Goianinha, e Mipibu e mais duas com a localização indefinida. Em nenhuma dessas cartas foram apresentadas a denominação sertão para indicar a localização das terras.

Entre o primeiro e o segundo governo de Antônio Vaz Gondim foi significativo o aumento de interesse pelas terras do Rio Grande, apesar do temor de ataques de índios. No quadro a seguir, pode-se perceber como as doações foram sendo feitas em cada governo e como, no final de quase 20 anos, houve um aumento de sesmeiros na capitania. Sabe-se que nem sempre todos aqueles que solicitavam terras cumpriam o objetivo de morar nelas ou de aproveitá-las, mas a probabilidade de esses sesmeiros cumprirem tais exigências, chegando às terras do Rio Grande, com suas famílias e dependentes, não deve ser descartada. Mesmo que esses sesmeiros enviassem apenas contratados, como os vaqueiros, procuradores, e foreiros, esse interesse é entendido como possibilidades de aumento populacional na capitania.

Quadro 1: Doações de terra na capitania do Rio Grande (1659-1677)¹²¹

Capitão-mor	Sesmarias (Qtd)	Sesmeiros (Qtd)
Antônio Vaz Gondim (1656-1663)	9	9
Valentin Tavares Cabral (1693 -1669)	11	33
Antônio de Barros Rego (1669-1673)	3	19
Antônio Vaz Gondim (1673-1677)	11	29
Total	34	90

Fonte: Quadro elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio dos dados contidos na Plataforma SILB

Na maioria das concessões aqui analisadas a presença de um ou mais militares como suplicantes é perceptível. Esses sesmeiros, em seus requerimentos, apresentavam a localidade em que moravam no momento da solicitação da sesmaria. A maioria dos suplicantes até aqui analisados não indicavam o seu local de moradia e outra parte deles se diziam moradores do Rio Grande, porém, nenhum registro anterior de concessões de terras foi

¹¹⁹ Carta de sesmaria doada em 11 de julho de 1674 a Antônio Pereira de Chaves e Diogo Rodrigues entre o rio Pium e o rio Mipibu. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 22. fls. 121. RN 0021.

¹²⁰ Carta de sesmaria doada em 26 de setembro de 1674 a Tomé Pires em Goianinha. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 23, fls. 123-124. RN 0022.

¹²¹ Algumas das concessões aqui analisadas não foram efetivadas pelos capitães-mores, mas sim pelo Governador-Geral, lotado na Bahia e pela Câmara da cidade do Natal. No entanto, tais concessões ocorreram em períodos governados por capitães-mores e por isto essa tabela tem como parâmetro temporal o período de administração de cada um deles.

encontrado para esses residentes. Alguns desses militares se apresentavam como homens beneméritos e de cabedal e muitas vezes que tinham participado de guerras e que mereciam receber tais terras como benesse pelos serviços prestados à Coroa.

Estudos mais aprofundados sobre os corpos militares da capitania do Rio Grande ainda não foram efetuados até o momento, o que impossibilita o levantamento de hipóteses sobre qual a origem de cada patente e a qual corpo militar pertenciam, mas se pode levantar a hipótese de que a coragem, algumas vezes demonstrada nas solicitações, e o espírito aventureiro de tais homens, envolvidos em outros conflitos, em outras guerras e, provavelmente, combatente dos indígenas em outras situações tenha surgido depois dessas suas experiências. Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* afirma que todos os homens livres deviam serviço militar obrigatório, estando engajado em qualquer um dos três tipos de tropas: as ordenanças, os terços auxiliares, ou milícias, e as tropas de linha¹²².

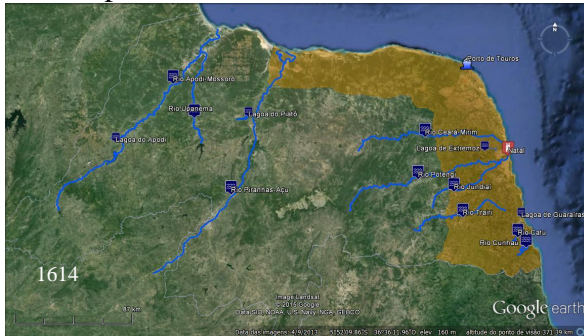
Todos os homens, entre 18 e 60 anos, capazes de segurar armas, deveriam compor as tropas do reino. Estas eram divididas em terços, compostos por 10 companhias e cada companhia formada por 10 esquadras, que possuía 25 homens. Os terços tinham um comando superior, ocupado por um capitão-mor de ordenanças, cargo ocupado somente por um senhor de terras, que escolhia um sargento-mor e um alferes como auxiliares. Caso não houvesse um senhor de terras, ou este não estivesse presente, ou não ter uma nomeação do rei, a câmara tinha o poder de eleger um capitão-mor das ordenanças, que deveria ser sempre um principal da terra. As companhias eram comandadas por um capitão de ordenança, auxiliados por 10 cabos de esquadra, que comandava, por conseguinte, cada esquadra da companhia, escrivão, tambores, pífaros e um meirinho. Em 1645, foram criadas as milícias, também chamados de terços auxiliares, regidos pelo Regimento das Fronteiras do Estado do Brasil de 1653, servindo como auxílio das tropas regulares, principalmente na defesa do mar e das invasões estrangeiras¹²³.

¹²² PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 329. Em 7 de agosto 1549, foi expedido o Alvará de ordenanças, no qual foi estabelecido a obrigatoriedade de posse de armas para homens de 20 a 65 anos, de acordo com sua fortuna e *status* social, e prestar serviços todos os domingos nos corpos de ordenanças das localidades em que residiam, ou próximo a suas residências, onde teriam um treinamento de campo e manuseio das armas. A criação das tropas de ordenança foram determinadas novamente em 1570 no regimento dos capitães-mores, expedido por D. Sebastião (1556-1578). Este foi complementado pela Provisão de 15 de maio 1574, a qual ordenava a obrigatoriedade do alistamento de todos os homens de 18 a 60 anos, e a divisão das tropas em terços e companhias. Apenas eclesiásticos, fidalgos e homens que conseguiam concessões especiais não serviam nos corpos de ordenança. GOMES, José Eudes. *As milícias d'el Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 76

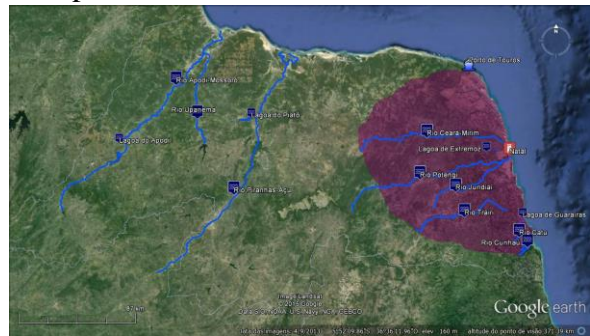
¹²³ Com relação à remuneração dessas tropas, nem as ordenanças nem as tropas auxiliares recebiam soldo por seus serviços prestados. As únicas tropas que recebiam pagamento eram as tropas de linha, ou as conhecidas tropas pagas. Estas eram formadas por terços e companhias de infantaria, que posteriormente foram acrescentados corpos de artilharia e tinham como principal função guardar as fortificações costeiras, impedindo

Até o ano de 1676, as terras consideradas como sertão da capitania não ultrapassavam a região leste. Observando o mapa a seguir pode-se perceber que o que era considerado como sertão da capitania não avançava muitas léguas em relação às terras já conhecidas. Comparando com o mapa das doações feitas até 1614, mostra-se perceptível um avanço na conquista de novas terras.

Mapa 05: Concessões entre 1598-1614



Mapa 06: Concessões entre 1659-1674



Fonte: Mapas elaborados pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN e as informações contidas na Plataforma SILB.

Nos mapas pode-se perceber o avanço dos conquistadores no espaço da capitania. Ao observar a marcação colorida no mapa 06, constata-se que o caminho escolhido pelos sesmeiros de 1659 a 1674 seguia em direção oeste, ou seja, ao interior da capitania do Rio Grande. Ao comparar com a marcação colorida do mapa 05, das doações de sesmarias efetivadas entre os anos de 1598 e 1614, é perceptível que houve um recuo da presença de colonos no litoral da capitania. Com a análise das cartas de sesmarias feita até o ano de 1674, pode-se perceber que muitos daqueles que solicitaram terras antes da chegada dos holandeses não permaneceram na capitania, o que levou a um quadro de despovoamento e da constatação da existência de terras devolutas por abandono, que estavam sendo aos poucos ocupadas novamente.

O avanço para o sertão do Rio Grande, como foi averiguado, acontecia de forma tímida durante as duas primeiras décadas da segunda metade do século XVII. No próximo capítulo será analisada a conquista de fundos territoriais em um sertão um pouco mais

que qualquer ameaça, fossem de piratas ou tropas de outras Coroas, invadissem as terras do reino. Para essas tropas, apenas brancos deveriam se alistar, no entanto, devido à ausência de homens “qualificados”, caso da América portuguesa, eram aceitos mestiços, sendo excluídos apenas os negros. Além desses homens, também foram recrutados degredados, criminosos, homens livres pobres e ciganos. GOMES, José Eudes. *As milícias d’el Rey*. 2010. p. 77 - 103.

distante, ultrapassando os limites divisórios, até então conhecidos, da capitania do Rio Grande.

Capítulo 2: A expansão do sertão para além do Açu

A partir de 1676, percebem-se mudanças interessantes nos pedidos de concessão de terra. Algumas justificativas merecem destaque na análise da formação territorial da capitania do Rio Grande. Até então, as terras solicitadas apresentavam a justificativa comum de criar gado; por vezes, apresentavam-se como antigos moradores e que mereciam as terras por participarem da restauração, eram descobridores da terra com o custo de suas próprias fazendas e que queriam povoá-las.

Tais justificativas ainda estavam presentes nos pedidos de sesmarias a partir de 1676, no entanto, as localidades apresentadas foram além das solicitadas anteriormente e uma nova justificativa surgiu: pretendiam povoar as terras ocupadas pelos “gentios bravos” e que os antigos moradores não tiveram interesse nestas paragens. A partir da análise dessas novas doações, percebeu-se que os limites fronteiriços entre as capitanias do Siará Grande e do Rio Grande ainda estavam confusos. Na maioria das concessões, apesar de não estar claro, o rio que servia de fronteira entre as duas capitanias, até esse momento, era o rio Açu. Percebe-se, ao longo dos anos, que essa fronteira se moveu e foi para além da ribeira do Assú.

2.1 A conquista do rio Upanema e Mossoró. (1676-1679)

Continuando com o exercício de análise dessas fontes, percebeu-se que no ano de 1676 foram doadas, segundo as informações contidas nos documentos sobreviventes à ação do tempo, cinco sesmarias. Uma dessas sesmarias está com boa parte de seu texto ilegível e não foi possível encontrar informações sobre sua localização¹²⁴.

Em março de 1676 três sesmarias foram doadas. No dia 23, uma sesmaria foi doada no rio Acauã. Este rio, que possui tal nome devido à presença de um pássaro assim denominado, deságua no rio Piranhas e constituiu a chamada ribeira do Acauã, no espaço hoje conhecido como ribeira do rio Seridó.¹²⁵ Quando analisada a cartografia do Rio Grande, percebe-se que o rio Acauã fica mais ao leste do rio Açu, sendo assim o mais longe que um sesmeiro conseguiu chegar até o momento. Segundo os sesmeiros Teodora Leite de Oliveira, Teodora dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, as terras estavam no poder dos gentios

¹²⁴ Carta de sesmaria doada em janeiro de 1676, a Teodósio de Oliveira Leite, Domingos Vaz Gondim, Pedro da Rocha Vieira, alferes João (ilegível), (ilegível) Bezerra. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 27. RN 0026.

¹²⁵ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*. 2011. p. 122

“bravos”, mas pretendiam povoá-las com suas criações de gado, uma vez que haviam descoberto tais terras¹²⁶.

A necessidade de um suplicante querer povoar e expressar isto em documento deixa implícita a ideia de um espaço vazio, a espera de um conquistador com interesse de fazer benfeitorias de acordo com suas demandas. Interessante atentar para o fato de esses sesmeiros frisarem que as terras que descobriram, e que pretendiam povoar, estavam ocupadas pelos gentios bravos. Bem lembra o historiador Helder Alexandre Medeiros de Macedo, em sua obra *Populações Indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*, que a ideia de um espaço vazio ia se desconstruindo paulatinamente a partir do momento em que se percebia o indígena como um impedimento para a conquista¹²⁷.

A ação dos sesmeiros em afirmar que existiam indígenas no espaço que pretendiam, mostra como estes conquistadores tinham ciência da presença de outros povos, que não eram considerados súditos da Coroa, nas terras. Citá-los no documento era uma forma de demonstrar coragem e o cumprimento de um dever árduo: ocupar as terras do rei, mesmo com a ameaça indígena. Esta argumentação poderia se desdobrar em boa repercussão do cumprimento do dever e render algumas benesses para tais súditos.

No dia 24 outra sesmaria foi solicitada, na ribeira do Assú, pelo capitão Gonçalo Leitão Arnos, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito e os alferes Antônio Lopes de Lisboa, Manuel de Amorim e Luiz Brito Bezerra. Nesta carta de sesmaria muitas observações devem ser averiguadas¹²⁸.

A primeira delas é a origem desses sesmeiros. Segundo o documento, eles eram do Rio Grande, mas também de Pernambuco, não sendo possível perceber de qual capitania cada um deles era originário¹²⁹. Eram descobridores das terras, com uso de sua própria fazenda, e tais terras estavam em poder dos indígenas. As terras iniciavam-se na costa e confrontavam com as terras do capitão Teodósio da Rocha e mais seis companheiros. Alguns

¹²⁶ Carta de sesmaria doada em 23 de março de 1676 a Teodora Leite de Oliveira, Teodora dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, na ribeira do rio Acauã. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 30, fls 139-140. RN 0039.

¹²⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte*. 2011. p. 122

¹²⁸ Carta de sesmaria doada em 24 de março de 1676, na ribeira do Assú, a Gonçalo Leitão Arnos, Antônio Lopes de Lisboa, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito, Manuel de Amorim, Luiz Brito Bezerra. IHGRN – fundo Sesmarias. Livro 1, n. 31, fls. 141-142. RN 0030.

¹²⁹ Em toda a documentação analisada por essa pesquisa, no Sistema de Consulta Prosopográfica Colonial, organizado pela professora Kalina Vanderlei Silva, e nos arquivos da Torre do Tombo não foram encontradas nenhuma informação sobre esses sesmeiros.

dos suplicantes possuíam patentes, provavelmente das ordenanças. No entanto, alguns desses sesmeiros deixaram rastros ao longo de suas vidas¹³⁰.

Antônio Lopes de Lisboa, que aqui surge como alferes, foi oficial da câmara do Natal por mais de 14 anos, assumindo diversos cargos. Era um dos poucos homens que tinha barco com certa capacidade na capitania, já no século XVIII, e era quem fazia o transporte do sal das salinas para o porto de Natal¹³¹.

Outro desses sesmeiros era Gonçalo Leitão Arnosos, filho dos portugueses Pedro Leitão Arnosos e Francisca Lopes. Seu pai, natural de Braga, era cavaleiro da Ordem de Santiago, serviu de Almojarife¹³² e foi proprietário do ofício de Escrivão de defuntos e ausentes da Bahia, evidenciando a importância de sua origem familiar. Já sua mãe, era natural do Porto, também em Portugal¹³³. Gonçalo Leitão Arnosos contraiu matrimônio com sua prima Maria Leitão, filha de seu tio, por parte de pai, Antônio Leitão Arnosos, e de sua tia, por parte de mãe, Úrsula Lopes. Não se pode averiguar se Gonçalo Leitão Arnosos e Maria Leitão, assim como seus pais¹³⁴, nasceram em Portugal, mas se percebe que eram descendentes de portugueses e que praticaram matrimônio intrafamiliar.

Gonçalo Leitão Arnosos e Maria Leitão tiveram duas filhas, Catarina Leitão e Úrsula Leitão. A primeira foi casada com Bernardo Viera de Melo, capitão-mor de Igaracu, vila de Pernambuco, herói de Palmares e futuro capitão-mor do Rio Grande. Úrsula Leitão casou-se com o irmão de Bernardo Vieira, Cristóvão Vieira de Melo¹³⁵. Tais casamentos reforçam os laços matrimoniais que as famílias mais importantes das Capitânicas do Norte tentavam consolidar, no sentido de manter seus patrimônios e reforçarem seus poderes políticos, econômicos e sociais.

¹³⁰ Carta de sesmaria doada em 24 de março de 1676, na ribeira do Assú, a Gonçalo Leitão Arnosos, Antônio Lopes de Lisboa, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito, Manuel de Amorim, Luiz Brito Bezerra. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 31, fls. 141-142. RN 0030.

¹³¹ Antônio Lopes de Lisboa e Manoel Gonçalves Branco eram os únicos homens que possuíam barco com capacidade para fazer o transporte do sal na capitania. Foram autuados, pela Câmara, em 1711, por se recusarem a fazer tal serviço. LOPES, Fátima. Catálogo dos termos de vereação da Câmara de Natal. No prelo. 18/06/1711. Mais informações sobre esses sesmeiros ver quadro nos anexos, p. 165.

¹³² Na hierarquia da organização fazendária do império Ultramarino português, abaixo do procurador estava o almojarife, que tinha como funções receber a renda de rendeiros, pagar as despesas e decidir sobre os crimes cometidos por rendeiros na falta de um contador. MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitânicas do Norte (1654-1755). *Saeculum Revista de História*, n. 14, 2006. P. 31.

¹³³ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 1935, v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1935. P. 206. Ver quadro genealógico da família de Bernardo Vieira nos anexos, página 179.

¹³⁴ FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 1935, v. 1. Rio de Janeiro: biblioteca Nacional, 1935. P. 206. Ver quadro genealógico da família de Bernardo Vieira nos anexos, página 179.

¹³⁵ *Ibidem*. p. 206. Ver quadro genealógico da família de Bernardo Vieira nos anexos, página 179.

Informações sobre os demais sesmeiros não foram encontradas, mas cruzando a trajetória de Gonçalo Leitão Arnos e Antônio Lopes de Lisboa com a afirmação, na carta de sesmaria, de que eram homens beneméritos e de cabedal, acredita-se que todos faziam parte de uma camada da sociedade colonial em formação mais privilegiada. Possivelmente, nenhum desses homens tenha chegado até essas terras e a descoberta, tão frisada no documento, tenha ficado a cargo de alguns de seus vaqueiros contratados. A importância nessa concessão é o surgimento de novas informações sobre o sertão do Rio Grande, dando subsídios para outros conquistadores, bem como os encorajando a seguir o mesmo caminho.

A sesmaria de Teodósio da Rocha e seus seis companheiros, citada na sesmaria de Gonçalo Leitão Arnos, não foi encontrada, até o momento, mas o documento dá pistas de que tal concessão tenha acontecido também no ano de 1676, pelo capitão-mor Antônio Vaz Gondim¹³⁶. Porém, é possível que Teodósio da Rocha tenha ocupado, em forma de posse, as terras em questão e por isso o título de sesmarias não consta na documentação oficial.

Em 26 de março, mais uma sesmaria foi doada na ribeira do Assú. Os sesmeiros eram Baltazar Antunes, José Martins de Moraes e Matias da Costa, todos da capitania do Rio Grande. Estes afirmavam em sua petição, assim como os demais, que as terras estavam em poder do gentio e que as solicitavam para a criação de seu gado¹³⁷.

Nos meses de junho, outubro e dezembro de 1676, foram feitas mais três concessões. Em junho foi doada um aforamento de terra na cidade do Natal¹³⁸. Uma das sesmarias encontrava-se no litoral, no Jundiá Pereba¹³⁹, nas imediações da atual cidade Várzea, próxima ao atual município de Canguaretama. A outra nas proximidades da cidade do Natal, na Ponta Negra, doada em 16 de dezembro¹⁴⁰. Estas concessões apontam que o interesse daqueles que procuravam a capitania não estava apenas no sertão. Tanto as terras ao litoral como os chãos da cidade do Natal também era alvo da cobiça de colonos.

¹³⁶ Em uma carta de 1680, foi citado que a sesmaria de Teodósio da Rocha e seus seis companheiros, na ribeira do Assú, fora doada em 1676 pelo capitão-mor Antônio Vaz Gondim. Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manuel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041.

¹³⁷ Carta de sesmaria doada em 16 de março de 1676 a Baltazar Antunes de Aguiar, José Martins de Moraes e Matias da Costa, na ribeira do Assú. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 32, fls. 143-144. RN 0031.

¹³⁸ Petição para aforamento de terras na Ribeira desta cidade, por Francisco Rodrigues ao Senado da Câmara. Livro 2 de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal (1673-1690). Fls. 22.

¹³⁹ Carta de sesmaria doada em 16 de outubro de 1676 a André Pereira Temudo, no rio Jundiá-Pereba. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 33, fls. 145-146. RN 0032

¹⁴⁰ Carta de sesmaria doada em 16 de dezembro de 1676 a Francisco de Oliveira Banhos em Ponta Negra. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 34. Fls. 147-148.

Todavia, o interesse pelo sertão continuava crescente, compondo um movimento de expansão de fronteira. Em algumas cartografias, os limites fronteiriços da capitania do Rio Grande com a capitania do Siará Grande era o rio Piranhas-Açu. Um exemplo destas é o mapa *Provincie di Seará e Rio Grande*, feito pelo italiano Andrea Antonio Orazi e publicado em 1698 no volume factício *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. Nesse mapa, representado logo a seguir, pode-se perceber que os limites entre as capitanias são ainda mais diferentes.

Figura 01: *Provincie di Seará e Rio Grande*



Fonte: ORAZI, Andrea Antonio. *Provincie di Seará e Rio Grande*. *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. IN: TERESA, João José de Santa (Frei). *Intoria dele guerre del regno del Brasile: accadute tra la corono de Portogallo, e la Republica di Olanda*. Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelleti. Roma, Itália. 1698. Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=cartografia_pr&db=cartografia&fdn=10.9.255.1&tdn=objdigital.bn.br&url=http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart96519fo15.jpg>.

Comparando esse mapa com os da atualidade, algumas diferenças de fronteira são perceptíveis. A marcação verde indica o limite entre a Paraíba e o Rio Grande. Já a marcação vermelha indica o limite entre Siará Grande e Rio Grande. No mapa inteiro observa-se que a capitania do Rio Grande restringe-se há uma pequena faixa de todo o espaço litorâneo representado no mapa.

Figura 02: Limites da capitania do Rio Grande



Fonte: ORAZI, Andrea Antonio. Provincie di Seará e Rio Grande. *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. IN: TERESA, João José de Santa (Frei). *Intoria dele guerre del regno del Brasile: accadute tra la corono de Portogallo, e la Republica di Olanda*. Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelleti. Roma, Itália. 1698. Disponível em: <http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=cartografia_pr&db=cartografia&fdn=10.9.255.1&tdn=objdigit al.bn.br&url=http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart96519fo15.jpg>.

No recorte desse mapa, que corresponde a figura 02, pode-se perceber, que a capitania do Rio Grande tem seu limite com o Siará Grande aproximadamente no marco de Touros e faz fronteira com a Paraíba entre a barra do Cunhaú e o rio Camaragibe. Os limites entre Paraíba e Rio Grande, representados nesse mapa, se aproximam muito dos atuais limites divisórios dos dois estados da federação. Já os limites com o Siará-Grande possuía uma diferença de cerca de 300 quilômetro em relação aos limites atuais entre Rio Grande do Norte e Ceará.

Figura 03: Limites da capitania do Siará Grande



Fonte: ORAZI, Andrea Antonio. Provincie di Seará e Rio Grande. *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado*. IN: TERESA, João José de Santa (Frei). *Intoria dele guerre del regno del Brasile: accadute tra la corono de Portogallo, e la Republica di Olanda*. Nella Stamperia degl'Eredi del Corbelleti. Roma, Itália. 1698. Disponível em: <
http://catcrd.bn.br/scripts/odwp032k.dll?t=rd&pr=cartografia_pr&db=cartografia&fdn=10.9.255.1&tdn=objdigit al.bn.br&url=http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart96519fo15.jpg >.

Nesse segundo recorte do mapa de Andrea Orazi, o rio Açu, com suas salinas, a localidade conhecida como Guamaré e as salinas do rio Apodi-Mossoró, eram apresentadas como parte do território da capitania do Siará Grande. Em destaque na figura 03 estão as Salinas Grandes e o rio Waru (Açu), Guamaré e o rio Jaguaribe, que se configurou, anos depois, como o limite entre o Siará Grande e o Rio Grande

Percebe-se, assim, que as sesmarias até então doadas avançaram a fronteira do Rio Grande ao longo dos anos. A expansão das criações de gado empreendidas por sesmeiros que não mais pediam terras próximas ao litoral, por variados motivos, possibilitou um enfrentamento a maior barreira desta expansão: os diversos grupos indígenas. O desbravamento dessas terras por esses homens e mulheres possibilitou uma formação territorial que resultaria nos atuais limites do estado do Rio Grande do Norte.

Em 1677, chegou ao governo da capitania Francisco Pereira Guimarães (1677-1678). Um grupo de sesmeiros – João de Castro Fragoço, José Coelho de Barros e Francisco

de Almeida Vena¹⁴¹ – solicitou a este capitão-mor uma sesmaria e essa foi concedida. Apesar de a concessão ter sido solicitada a Guimarães e efetivada por esse capitão-mor do Rio Grande, os sesmeiros, no corpo do documento, afirmavam que as terras localizavam-se no Siará Grande, na localidade conhecida como Água Maré, atual Guamaré, nas salinas, local onde deságua no oceano Atlântico o rio Piranhas-Açú¹⁴².

Quando observado o mapa de Andrea Orazi, analisado nas páginas anteriores, as salinas de Água Maré estavam no território da capitania do Siará Grande. Entretanto, essas terras eram mais próximas da sede do governo da capitania do Rio Grande e os sesmeiros também eram moradores dessa capitania. A hipótese aqui lançada é a de que tais sesmeiros não tinham proximidade com o então capitão-mor do Siará Grande, Bento Correia de Figueiredo (1674-1678), e que a distância a ser percorrida para fazer o requerimento era demasiadamente grande – cerca de 350 quilômetros. Mesmo que enviassem emissários para essa tarefa, a viagem seria muito custosa. Assim, decidiram solicitar, primeiramente, ao capitão do Rio Grande. Caso este não aceitasse seu requerimento, recorreriam à autoridade do Siará Grande.

Em 26 de setembro de 1678, uma sesmaria foi doada no rio Coratam, próximo ao Potengi, já no litoral da capitania, a José Leitão Arnos e Gaspar de Souza. Esses sesmeiros alegavam que as terras requeridas já haviam sido doadas a Antônio da Costa Leitão, no entanto, este não havia cumprido com a determinação de povoar a sesmaria¹⁴³.

Possivelmente, ao considerar o sobrenome dos dois José Leitão Arnos e Antônio da Costa Leitão eram parentes, mas, não há evidências documentais que comprovem tal ligação familiar. Considerando, hipoteticamente, que estes dois sesmeiros fossem parentes e mantivesse contato, Antônio da Costa Leitão teria avisado a José Leitão Arnos que sua

¹⁴¹ Este era administrador dos índios do Rio Grande. A historiadora Ana Lunara Morais, em seu artigo *Quanto peixe se compra com um vintém?*, cita um caso que envolve esse administrador dos índios, seus parentes e a câmara de Natal. O caso diz respeito à infração cometida por Vena e seus parentes em não permitir que a população extraísse sal de suas terras, o que deveria acontecer livremente. Nesse artigo é citado, com base nos documentos da câmara, apenas que suas terras ficavam nas salinas do norte da capitania, não sendo mencionada a sesmaria concedida a Almeida Vena. Acredita-se que a terra mencionada por Morais como pertencente a Almeida Vena e seus parentes seja esta sesmaria aqui analisada. MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. *Revista Ultramares*, n. 5, vol. 1, Jan-Jul/2014. P. 196 – 221.

¹⁴² O documento da carta de sesmaria aqui citado não foi encontrado. Foi encontrado um traslado dessa doação em um alvará de doação, expedido na Bahia, em 24 de outubro de 1678. Nesse alvará, um dos sesmeiros solicitantes, João de Castro Fragoso, da sesmaria no ano de 1677 estava preso, não sendo apresentado o motivo de sua prisão, em Salvador e pretendia doar a sua parte das terras para Salvador Vaz Barreto, alegando que as terras não haviam sido povoadas e que Vaz Barreto o havia ajudado, e queria beneficiá-lo com as terras. Alvará de doação de sesmaria expedido em 24 de outubro de 1678 a Salvador Vaz Barreto na Água Maré. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1. N. 35.

¹⁴³ Carta de sesmaria doada em 26 de setembro de 1678 a José Leitão Arnos e Gaspar de Souza no rio Coratam. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 37, fls. 159-160. RN 0035.

sesmária não havia sido povoada e que poderia solicitá-la. Dessa forma, as terras permaneceriam na posse de um membro da família. Mas, em um momento de expansão tão significativo como este, porque continuar a solicitar terras, na área litorânea, para criar gado? A proximidade com o litoral, para um criador de gado em uma capitania que não tinha uma produção de cana expressiva, pode ser considerada como um fator valioso, pois o criador não sofreria com a falta de água para manter suas criações, o que poderia ocorrer no sertão. Além da proximidade com o caminho do gado que seguia pela faixa litorânea.

Com o falecimento do capitão-mor Francisco Pereira Guimarães, em 2 de novembro de 1678, a câmara assumiu o governo da capitania até a nomeação de um novo comandante¹⁴⁴. Nesse mesmo mês de novembro de 1678, no dia 7, uma sesmária foi doada, pelo governo geral, em um sertão distante, a José de Novalhas Urrea. Esse suplicante afirmava que as terras eram muito ao sertão, não tendo como definir se pertenciam à capitania da Paraíba ou do Rio Grande. A localidade da sesmária era chamada de Itã¹⁴⁵. Relembrando os limites da capitania do Rio Grande apresentado por Andrea Orazi na figura 01, na página 58, a linha divisória dessa capitania com a Paraíba aproximava-se aos limites atuais entre estes dois estados. Apesar da aproximação dos antigos limites com os atuais, não significa que os problemas de fronteira entre as duas capitanias inexistiam. A sesmária de Urrea é um exemplo de como as delimitações entre as capitanias eram muito fluídas, causando esse tipo de confusão.

João de Novalhas Urrea era filho do espanhol Manuel de Novalhas Urrea e de Anna da Costa. Casou-se com Dona Luísa de Melo, filha de Pedro Marinho Falcão, fidalgo, mestre de campo, herói da restauração e foi membro da câmara de Olinda¹⁴⁶. Segundo seu requerimento de sesmárias, João Urrea possuía mais de quinhentas cabeças de gado, em um curral que mantinha, com muito dispêndio de sua fazenda, na localidade de Itãs, a qual afirma ser muito ao sertão e não ter certeza se pertencia à capitania da Paraíba ou do Rio Grande. Para construir tais currais, abriu dezoito léguas de estrada, as quais levavam à capitania de Pernambuco, onde trazia muito cal para fazer “prezas de água para os gados beberem”. A dimensão dessa sesmária era de seis por seis, no entanto, o provedor afirmou que, apesar de

¹⁴⁴ LEMOS, Vicente. *Capitães-móres e governadores do Rio Grande do Norte*. 1912. P. 30.

¹⁴⁵ Carta de Sesmária doada em 07 de novembro de 1678 a João de Novalhas Urrea em Itã. Arquivo Nacional, códice 417, fls. 139. Segundo dos Registros da Secretaria do Estado do Brasil, folha 57v. RN 1257.

¹⁴⁶ FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 1935. V. 1. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935. p. 128.

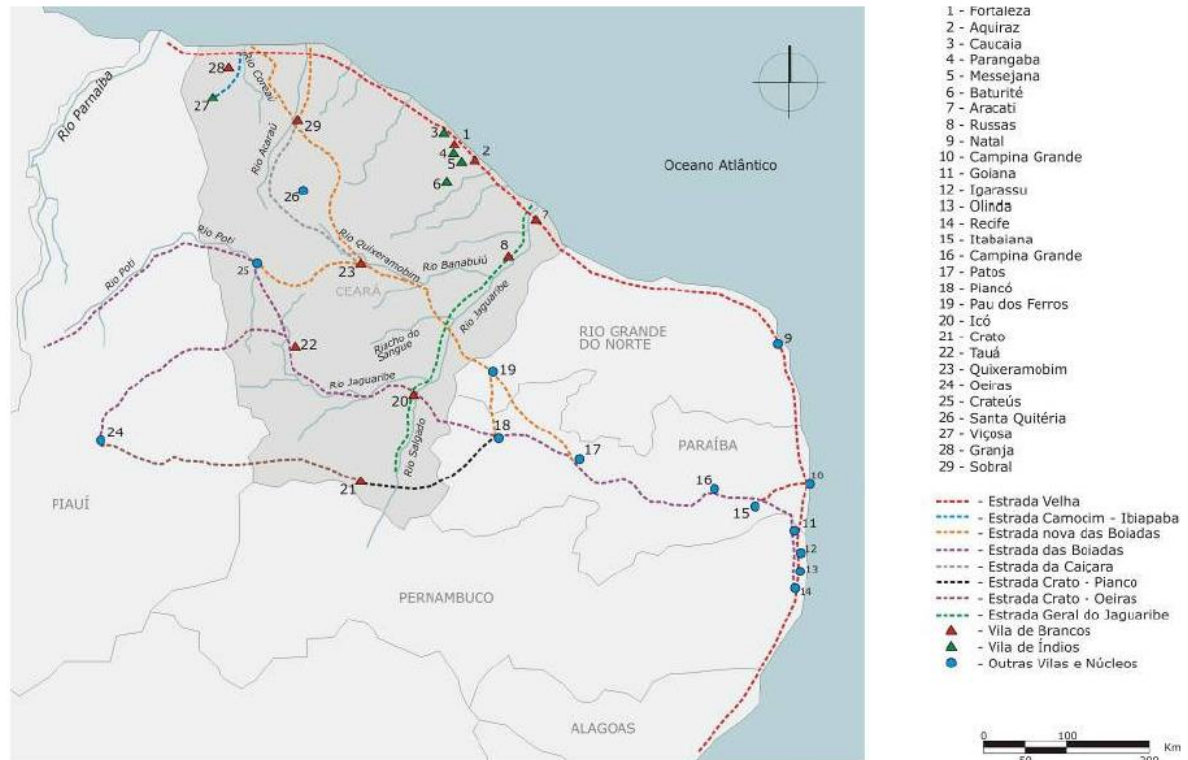
todo o cabedal do suplicante e saber das benfeitorias que já havia feito nas terras, achava que poderia beneficiar apenas três léguas por uma e assim foi concedida¹⁴⁷.

Urrea não tinha uma ligação forte com o Rio Grande, era morador de Pernambuco e sua atuação política ocorreu nesta capitania. Segundo seu requerimento, abriu estradas pelo sertão, chegando até o Rio Grande. Atualmente há um açude na cidade de Caicó, na micro região do Seridó do atual estado do Rio Grande do Norte, chamado de Itãs, e acredita-se que a sesmaria de Urrea diz respeito a esta localidade. Assim, esta é a primeira sesmaria, doada e utilizada pelo sesmeiro no Rio Grande, que alcançou a atual região do Seridó, no sertão do atual estado do Rio Grande do Norte¹⁴⁸. A escolha dessa terra pelo suplicante não está apenas ligada ao fato de estar às margens de um rio perene na região do sertão. As terras escolhidas por Urrea estava nas proximidades da Estrada da Boiada que cortava os sertões das capitanias do norte até chegar ao litoral de Pernambuco.

¹⁴⁷ Carta de Sesmaria doada em 07 de novembro de 1678 a João de Novilhas Urrea em Itã. Arquivo Nacional, códice 417, fls. 139. Segundo dos Registros da Secretaria do Estado do Brasil, folha 57v. RN 1257.

¹⁴⁸ O historiador Helder Alexandre Macedo, baseando-se em documentos encontrados no antigo Cartório de Notas de Pombal, na Paraíba, afirma que há a possibilidade de presença de portugueses na atual região do Seridó datada do ano 1545, sendo esta a possível data de descoberta do vale do Seridó. O autor acredita na probabilidade de ser a região citada na documentação a partir de análises da nomenclatura do relevo de tal área, apresentado no documento, sendo esta referente a localidades que, até os dias atuais, permanecem com a mesma toponímia. Em outro documento do mesmo acervo, é relatada a demarcação de um riacho chamado de Carnaúbas, em 1613. Baseando-se nas confrontações dessa demarcação, o autor acredita que tais terras são referentes ao atual município de Carnaúba dos Dantas. Essas terras pertenciam a Cosme Francisco de Bourbon, um português, Luís Gomes, os reis Janduí, principal do grupo Janduí, Canindé, principal do grupo Canindé, e Pecarroy, principal do grupo Pega. MACEDO, Helder Alexandre. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: história e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011. p. 297-298, nota de fim apresentada na 367. Até o momento não foi encontrada nenhuma doação de terras nessa localidade concedida por autoridades do Rio Grande e não há como comprovar se tais terras citadas por Helder Macedo haviam sido povoadas, pelo meio oficial, e se esses portugueses ainda permaneciam fixados no local. Em 1676 uma sesmaria inaugurou as doações de terras na micro região do Seridó, na ribeira do rio Acauã, no entanto não há evidência de que esta tenha sido povoada. Carta de sesmaria doada em 23 de março de 1676 a Teodora Leite de Oliveira, Teodora dos Prazeres e Manuel Gonçalves Diniz, na ribeira do rio Acauã. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 30, fls 139-140. RN 0039. Como nenhuma evidência de concessão de terras nessa localidade, passada pelo Rio Grande, foi encontrada até o momento para o período anterior a 1678, a sesmaria de Urrea será considerada como a primeira terra concedida, por autoridades do Rio Grande, na área considerada hoje como Seridó.

Figura 04: Estradas do gado nas capitânicas do norte



Fonte: JUCÁ NETO, Clovis. Primórdios da rede urbana cearense. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Ano 08, n. 16, 2009. p. 98.

Na figura 04 observa-se a rede de estradas que cortava o litoral e o sertão, a maioria delas com o maior intuito de levar o gado até o litoral. As terras de Novalhas Urrea ficavam próximas ao ponto 17, onde hoje se localiza a cidade de Patos, no estado da Paraíba. As 18 léguas de estrada que o suplicante afirmou abrir, possivelmente foi a bases para a Estrada das Boiadas, representada no mapa pela linha pontilhada roxa.

Ainda neste ano de 1678, em 12 de dezembro, mais uma sesmaria foi doada a José Leitão Arnos, desta vez no rio Upanema e juntamente com outras pessoas. Estas eram o capitão Gonçalo Leitão Arnos, Antônio Lopes Leitão, Izabel da Rocha, Domingos Alvares da Guerra, Domingos Sanches da Silva e aos alferes Lourenço de Faria Leitão e Jerônimo da Rocha. Nessa carta de sesmaria foi colocado que todos esses sesmeiros, vindos alguns da capitania de Pernambuco, eram pessoas beneméritas e de cabedal. Apesar de os sesmeiros solicitarem essas terras ao governo da capitania do Rio Grande, os mesmos citam que as terras vazias solicitadas faziam parte do espaço da capitania do Siará Grande e que pretendiam povoá-las¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Carta de sesmaria doada em 12 de dezembro de 1678, a Capitão Gonçalo Leitão Arnos, José Leitão Arnos, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Antônio Lopes Leitão Izabel da Rocha, Domingos Alvares da

Tais terras, segundo os suplicantes, deveriam começar no caminho feito pelo capitão-mor do Siará Grande, Álvares de Azevedo Barreto. Além de fazer essa referência, apontavam como justificativa a criação de gado; que descobriram as terras com sua própria fazenda, habitadas pelo gentio bravo; e que os antigos não tiveram coragem de conquistá-las. Além dessas justificativas, apresentavam a preferência por terras no sertão, pois não havia mais terras nas proximidades do povoado – infelizmente não apresentaram o nome do povoado no documento, mas se acredita que façam referência à cidade do Natal, já que à época era praticamente o único aglomerado “urbano” da capitania¹⁵⁰. O caminho citado nessa carta de sesmaria, feito por Álvares de Azevedo, diz respeito à Estrada Velha, um caminho entre Olinda e Maranhão feito em parte por terra e em parte por mar seguindo o litoral das capitanias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Siará Grande¹⁵¹.

O rio Upanema, podendo ser visualizado no mapa 01, página 16, deságua no rio Apodi-Mossoró bem próximo à foz deste rio. Há uma proximidade entre este rio e o rio Piranhas-Açu. Percebe-se, a partir do relato desses sesmeiros, que a região a oeste do rio Açu não era percebida como pertencente à capitania do Rio Grande, mas sim ao Siará Grande. A fronteira entre as duas capitanias ainda era confusa, expondo algumas confrontações com sesmeiros que solicitaram terras na capitania do Siará Grande, bem como cartas de sesmarias na ribeira do Rio Açu e Upanema doadas na capitania do Rio Grande.

Possivelmente a opção de pedir terras ao capitão-mor do Rio Grande tenha surgido pelo fato de alguns desse sesmeiros já possuírem terras nessa capitania, tanto nas proximidades do rio Potengi, como é o caso de José Leitão Arnos, como nas proximidades do rio Upanema, caso de Gonçalo Leitão Arnos. Foi explanado, anteriormente que Gonçalo Leitão era filho de portugueses e possuíam determinado prestígio no Estado do Brasil. José Leitão, muito provavelmente, era parente, quiçá, irmão de Gonçalo e com igual prestígio nesta sociedade.

Em novembro de 1679, já na administração do capitão-mor Geraldo de Suny (1679-1681), foram doadas três sesmarias. A primeira, doada a Lázaro de Freitas Bulhões, no dia 20, localizava-se na atual Extremoz, confrontando com as terras dos padres da Companhia

Guerra Domingos Sanches das Silva, na ribeira do rio Upanema. IHGRN - Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 42, fls. 177-180. RN 0040.

¹⁵⁰ Carta de sesmaria doada em 12 de dezembro de 1678, a Capitão Gonçalo Leitão Arnos, José Leitão Arnos, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Antônio Lopes Leitão Izabel da Rocha, Domingos Alvares da Guerra Domingos Sanches das Silva, na ribeira do rio Upanema. IHGRN - Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 42, fls. 177-180. RN 0040.

¹⁵¹ JUCÁ NETO. Clóvis Ramiro. *Primórdios da urbanização no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC; Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 248.

de Jesus, que possuíam um aldeamento indígena na região¹⁵². A segunda sesmaria foi doada no dia 28, no rio Jacu, a João da Costa Marinho, Baltazar Gonçalves e Domingos Dias Moreia. Estes apresentavam como principal justificativa ter gado e não possuir terras, bem comum em alguns pedidos; serem os primeiros povoadores da capitania; e alegavam que tiveram importante papel durante a restauração desta¹⁵³.

Em dezembro, no dia primeiro, a Serra Trapuá, próximo ao atual município de Currais Novos e ao rio Acauã, foi o local escolhido pelos sesmeiros Luiz de Souza Furnas, Antônio Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara e Pedro de Albuquerque da Câmara. Pela segunda vez aparece a justificativa de que todos os pastos, ou terras, já haviam sido povoadas pelos antigos moradores e não havia mais terras próximo ao litoral. Segundo os suplicantes, as terras eram habitadas pelos gentios Canindé¹⁵⁴.

Interessante que em 28 de dezembro Gonçalo da Costa Faleiro não teve nenhum problema em conseguir terras no litoral, mais precisamente no rio Pirangi.¹⁵⁵ Possivelmente os sesmeiros que afirmaram não ter mais terras ao litoral não tiveram acesso a essa informação, que poderia estar sendo apresentada apenas a determinados suplicantes privilegiados, como no caso de Faleiro.

No mapa pode-se perceber como ocorreram as doações de terras no espaço da capitania. Esse período foi marcado por concessões que ultrapassavam os limites da capitania do Rio Grande. A sesmaria doada no rio Acauã inaugurou um momento de desbravamento do sertão, de mais proximidade com os habitantes das terras mais interioranas, os tapuias, e da descoberta de terras férteis e com grande potencial para criação do gado, como as do entorno do rio Açu.

¹⁵² Carta de sesmaria doada em 20 de novembro de 1679 a Lázaro de Freitas Bulhões em Extremoz. Arquivo Nacional, Códice 427, fl. 217-218. RN 1266. Para mais informações sobre as missões jesuíticas no Rio Grande ver: PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuítas na capitania do Rio Grande*, século XVI-XVIII. Arcaicos e Modernos. Tese de Doutorado – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2000. E MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Entre veados, Carneiro e Formigas: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim, e concepções de mentalidade Possessória, 1725-1761*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2014.

¹⁵³ Carta de sesmaria doada em 18 de novembro de 1679, a João da Costa Marinho, Baltazar Gonçalves e Domingos dias Moreiras, no rio Jacu. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 38, fls. 161-163. RN 0036.

¹⁵⁴ Carta de sesmaria doada em 01 de dezembro de 1679 a Luiz de Souza Furnas, Antônio Albuquerque da Câmara, Lopo de Albuquerque da Câmara, Pedro de Albuquerque da Câmara, na serra Trapuá, rio Acauã. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 39, fls. 165-167.

¹⁵⁵ Carta de sesmaria doada em 28 de dezembro de 1679 a Gonçalo da Costa Faleiro, no rio Pirangi. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 40, fls. 169-171. RN 0038.

Mapa 07: Doação de sesmarias na capitania do Rio Grande entre os anos 1676-1679



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN.

No mapa, pode-se perceber como a marcação colorida ocupa grande parte do território da capitania do Rio Grande. Observa-se que a expansão dos sesmeiros conseguiu alcançar o limite do rio Açu, jamais conquistado. Chegaram a este limite e o ultrapassaram, alcançando o espaço da capitania do Siará Grande, como se pode perceber na marcação colorida, que chega até o rio Upanema, na foz do rio Apodi-Mossoró.

As doações de terras aqui analisadas são importantes documentos para se perceber como o sertão da capitania do Rio Grande era cada vez mais procurado para a criação do gado. Observa-se, nesses pedidos, que a ideia de um espaço vazio permaneceu no imaginário desses desbravadores. No entanto, paradoxalmente, a presença dos gentios bravos como possuidores das terras pleiteadas aponta a consciência desses sesmeiros de que, para a conquista efetiva dessas terras, não seria necessário apenas o gasto de suas fazendas para desbravar os caminhos, os custos das viagens e da implementação de suas criações de gado. O risco de suas vidas também estava em jogo.

A denominação desses indígenas dada por esses sesmeiros, “gentio bravo”, também aponta um outro fator importante nesse momento. Primeiramente, estava prevalecendo a ideia construída de que os indígenas do sertão eram os selvagens, portanto, o

inimigo. A etnificação, como afirma o historiador John Monteiro¹⁵⁶, desses grupos indígenas do sertão como tapuias, gentio bravo, pode ter reforçado o desejo de conquista de terras que eram consideradas pertencentes à Coroa portuguesa e não daqueles que as habitavam anteriormente. Assim, qualquer medida tomada com o intuito de impedir a permanência desses “bravos”, que lutaram por ela, nas terras do rei era justificável.

Segundo Fátima Martins Lopes, em *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*, a relação entre os conquistadores, que se fixaram nas terras recebidas nas ribeiras do Assú e Acauã, e os “gentios bravos” nem sempre era de total hostilidade. Em meio a relatos de ataques indígenas às fazendas recém-instaladas no sertão e da falta de segurança sentida pelos sesmeiros que se aventuravam por estas paragens, havia também relatos de uma convivência sem atritos entre os grupos¹⁵⁷.

Porém, como foi bem lembrado, são apenas alguns casos que relatam a manutenção de uma boa relação entre índios e conquistadores. A forma como esse gentio era tratado por esses sesmeiros foi ocultada na maioria dos documentos e, possivelmente, baseados na ideia construída de barbaridade destes índios do sertão, tais súditos da Coroa portuguesa tenham utilizado de diversas práticas para se apossar do espaço considerado vazio.

Assim, a etnificação do grupo chamado de tapuias foi absorvida tanto pelos conquistadores quanto pelos próprios indígenas assim denominados. Essa referência possibilitou que os tapuias conseguissem um nível de organização que possibilitou uma maior capacidade de resistência à dominação europeia, mesmo que em determinados momentos seus objetivos não fossem aproximados, o que mostra como os tapuias, por mais que parecesse, não formavam um grupo homogêneo¹⁵⁸.

A seguir poderá ser entendida como as doações de sesmarias no sertão do Assú e para além dele, principalmente a partir de 1680, levaram a complicações na relação entre indígenas e conquistadores. Como esta área era uma fronteira ainda indefinida, não estando claro os limites entre as capitanias do Siará Grande e Rio Grande, as duas frentes de conquista que partiam das duas capitanias e tinham como principal objetivo a ocupação das terras da

¹⁵⁶ MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia. UNICAMP. Campinas. 2001. p. 59-60.

¹⁵⁷ Citando uma carta de José Lopes de Ulhoa enviada ao rei em 22 de março de 1688, a autora argumenta que alguns manuscritos de moradores da capitania do Rio Grande apresentam boas relações com os indígenas do sertão, evitando um possível confronto entre as partes. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. p. 267.

¹⁵⁸ PIRES, Maria Idalina Cruz. “Guerra dos Bárbaros”: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990. P. 28.

ribeira do Assú e seu entorno, acabaram encurralando os indígenas, impossibilitando a ocupação de alguma terra para sua sobrevivência.

2.2 Uma fronteira movediça: a conquista do sertão do Rio Grande que era Siara Grande (1680-1687)

Após a análise das cartas de sesmarias doadas no território da capitania do Rio Grande até então conquistado, mostrando como foi o processo de adentramento pelo interior da capitania, passará a ser feito um estudo focado nas sesmarias doadas apenas na zona de fronteira entre as capitanias do Rio Grande e do Siará Grande, a ribeira do Assú. A análise das concessões de todas as sesmarias até então doadas foi importante para perceber o movimento de expansão dessa população empenhada em ocupar os fundos territoriais da capitania.

Ocupar esses fundos territoriais era de fundamental importância para a Coroa, pois evitava possíveis tentativas de invasão desse espaço por outros europeus e aumentava os rendimentos da fazenda real. Com a criação de gado sendo a principal atividade dessas pessoas, como se pode perceber nas justificativas apresentadas pelos sesmeiros, o sertão foi sendo desbravado por esses conquistadores criadores de gado, implantando suas fazendas nos lugares mais propícios para essas atividades, geralmente na beira dos rios.

Os rios, importantes para a manutenção das fazendas de gado, mas também para as populações indígenas que ali viviam, eram rodeados por terras mais úteis e, como foi visto, era o principal ponto de referência para aqueles que pretendiam ocupá-las. Os diferentes grupos indígenas aos poucos eram empurrados para fora de seus locais de habitação. Ficando sem suas terras e sofrendo abusos desses novos ocupantes do espaço, os índios começaram a reagir a essa expansão e passaram a ser considerados ainda mais como uma ameaça, que impedia os conquistadores mais temerosos de continuar com a expansão territorial. A ideia de o índio ser um elemento do espaço a ser combatido, fosse extinguindo-os ou apresando-os, foi criando raízes para evitar problemas àqueles que pretendiam ir para além do litoral.

No caso da zona de fronteira entre Rio Grande e Siará Grande percebe-se, a partir de 1680, um movimento de ocupação que leva duas frentes de conquistadores ao encontro desses indígenas. Uma vinda do oeste para o leste, na região que seria o Siará, e outra de leste para o oeste, na capitania do Rio Grande, encontrando-se as duas nos limites entre as duas capitanias, no rio Piranhas-Açu.

As cartas de sesmarias doadas no Rio Grande possibilitaram, no início do capítulo, uma análise do avanço dos conquistadores pelo espaço do Rio Grande no sentido

leste-oeste. Para um estudo mais aprofundado dessas levas de conquistadores, importantes para a definição dos limites fronteiriços entre as capitanias, serão analisadas, a seguir, as cartas de sesmarias do Siará Grande para que possa ser percebida a expansão no sentido oeste-leste.

2.2.1 Do leste para o oeste: a frente conquistadora do Rio Grande

Em 5 de janeiro de 1680, João Fernandes Vieira requereu sua segunda sesmaria na capitania do Rio Grande. Dessa vez, sua solicitação foi feita na ribeira do Assú, no rio Três Irmãos. Segundo o suplicante,

tem entre bárbaros e inimigos, terras entre três Rios chamados irmãos que mandou descobrir a sua custa com grandes riscos aos descobridores das ditas terras as quais fizeram paz com o gentio brabo e espuzarão a obediencia de sua Alteza para se cumpri¹⁵⁹

O suplicante, após receber as terras, povoou-as com seus gados e vaqueiros. Interessante destacar nesse requerimento a denominação “bárbaros inimigos”, o gentio deixou de ser bravo e passou a ser chamado claramente de bárbaro e de inimigo, além de ser expulso, como mandou sua Alteza Real, das terras que habitavam. Mais curioso ainda é o fato de que “fizeram paz” com os gentios. Como ficariam em paz os gentios que foram expulsos de suas terras? Possivelmente esses indígenas já migraram de outras localidades, ocupadas por conquistadores, em busca de terras para viver. O fazer paz de Fernandes Vieira poderia ser um acordo de uso do espaço com estes indígenas, mas poderia ser também o aprisionamento desses índios e a utilização deles como escravos. Para os conquistadores havia paz, pois as terras não possuíam mais ameaça, mas para os índios talvez não.

Em fevereiro de 1680 mais três sesmarias foram doadas na capitania do Rio Grande. A primeira delas foi doada no dia 19 nas confrontações das antigas sesmarias de Manoel Afonso Fragoso e Teodósio da Rocha que, segundo os suplicantes, aqueles não haviam povoado e as terras estavam devolutas. As terras começavam no Rio Guaxinim, iam até o rio Piranhas, chegando ao rio Upanema¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Carta de sesmaria doada em 05 de janeiro de 1680 a João Fernandes Vieira. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livros 1, n. 41, fls. 173-175. RN 0039.

¹⁶⁰ Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manoel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041.

A segunda concessão do mês foi solicitada no dia 21, na ribeira do rio Acauã, por Antônio Gonçalves e demais companheiros. Tais terras encontravam-se nas confrontações das terras de Luís de Sousa Furnas e de Simão de Gois¹⁶¹. Este Simão de Gois Vasconcelos recebeu duas sesmarias na ribeira desse mesmo rio, sendo as duas concessões feitas no dia 5 de abril¹⁶².

A terceira concessão foi feita no dia 22 a Felipe da Silva, Antônio Cabral, José Gomes de Lima e Pascoal Alves Franco. Essa sesmaria encontrava-se entre as terras de João Fernandes Viera, nas proximidades do rio Três Irmãos, as terras de Lorenço Faria Leitão e seus companheiros na ribeira do Jaguaribe e Upanema e as terras de Pedro Borges Pacheco, no Assú. As terras seguiam a costa do mar¹⁶³.

Interessante perceber que essa última sesmaria estava entre as duas ribeiras importantes: a ribeira do Assú, considerada como fronteira do Rio Grande e o rio Jaguaribe e Upanema. Acredita-se que tal sesmaria não chegava a alcançar a ribeira do Jaguaribe, sendo finalizada no rio Upanema onde estavam as terras de Loureço Faria Leitão, como bem citaram os solicitantes no requerimento. Provavelmente essa referência se faz à sesmaria doada a Faria Leitão e Gonçalo Leitão Arnos, no rio Upanema, em 1678¹⁶⁴.

Na capitania do Rio Grande, entre o rio Guaxinim e o rio Piranhas foi doada, a Domingos Escócio, uma sesmaria no dia 24 de janeiro de 1681¹⁶⁵. No dia 25 do mesmo mês, Florenço Dornellas, Loureço Alvares de Matos, Francisco Valadares, Geraldo do Rego Borges, Carlos Barbosa Pimentel, Gregório Grassiman de Abreu, Manuel da Cunha, Manuel de Abreu Freitas, Manuel da Costa Rego, Matias Camelo, Cipriano Lopes Pimentel, Tome Lopes Navarro, Teodosio Grassiman e Manuel de Abreu Soares, solicitaram ao governo geral uma sesmaria no rio Jaguaribe, apresentando-se como homens beneméritos e que possuíam cabedal. A área das terras era de um total de seis léguas quadradas para cada suplicante, mas somente três léguas por uma foram doadas, para cada um, uma vez que o provedor da

¹⁶¹ Carta de sesmaria doada em 21 de fevereiro de 1680 a Antônio Gonçalves Cabral, Antônio de Azevedo Cabral, Antônio Moreira, Pascoal Pereira de Lima e Antônio da Fonseca, no rio Acauã. IHGRN – fundo Sesmarias. Livro 1, n. 45, fls. 185-190. RN 0042.

¹⁶² Carta de Sesmaria doada em 05 de abril de 1680 a Simão de Gois Vasconcelos e Manuel Pereira de Freitas no rio Acauã. Arquivo Nacional, Códice 417, fl. 167-168. RN 1258. Carta de Sesmaria doada em 05 de abril de 1680 a Simão de Gois Vasconcelos e Manuel Pereira de Freitas no rio Acauã. Arquivo Nacional, Códice 417, fl. 126v-128. RN 1260

¹⁶³ Carta de sesmaria doada em 22 de fevereiro de 1680 a Felipe da Silva, José Gomes de Lima, Antônio Cabral e Pascoal de Alves Franco em Assú. IHGRN – Fundo Sesmarias, Livro 1, n. 46. RN 0043.

¹⁶⁴ Carta de sesmaria doada em 12 de dezembro de 1678, a Capitão Gonçalo Leitão Arnos, José Leitão Arnos, Lourenço de Faria Leitão, Jerônimo da Rocha, Antônio Lopes Leitão Izabel da Rocha, Domingos Alvares da Guerra Domingos Sanches das Silva, na ribeira do rio Upanema. IHGRN - Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 42, fls. 177-180. RN 0040.

¹⁶⁵ Carta de sesmaria doada em 24 de janeiro de 1681 a Domingos Escócio, entre o rio Piranhas e o rio Guaxinim. Arquivo Nacional, Códice 427, fl. 178-179v. RN 1263

Fazenda Real do governo geral afirmou que nem todos os suplicantes tinham cabedal suficiente para povoar tantas terras¹⁶⁶. Apesar de estas terras estarem claramente no espaço da capitania do Siará Grande, os sesmeiros afirmavam que a sesmaria encontrava-se na capitania do governo do Rio Grande.

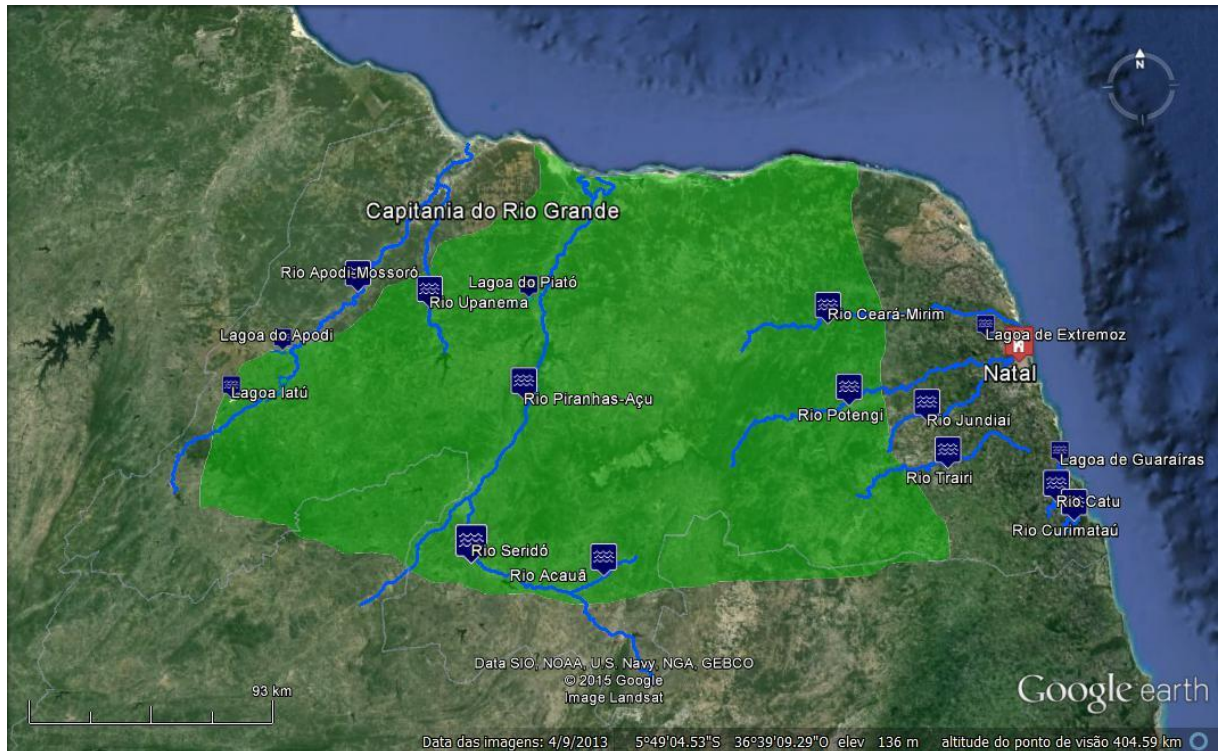
Para além do Açu, mais a oeste, no rio Upanema, fizeram solicitação de terras no dia 12 de fevereiro de 1682, na capitania do Rio Grande, Bartolomeu Nabo Correa e mais 21 companheiros. Esses solicitavam cinco léguas por cinco nas proximidades das habitações dos índios Paiacu, um dos grupos tapuias da região¹⁶⁷. Assim como nos casos citados anteriormente, a sesmaria concedida localizava-se no espaço da capitania do Siará Grande, no entanto, os sesmeiros se remetiam ao governo do Rio Grande.

A partir desses requerimentos pode-se perceber como os limites das capitanias eram confusos. Sesmarias em território da capitania do Rio Grande doadas pelo governo do Siará Grande e terras na capitania do Rio Grande concedidas pelo Siará Grande são evidências de como os limites entre as duas capitanias eram incertos, não apenas para os suplicantes, mas também para as autoridades que em nenhum momento contestaram as solicitações afirmando que não podiam doar terras fora de sua jurisdição, pois acreditavam que essas áreas ainda faziam parte das capitanias que governavam.

¹⁶⁶ Carta de sesmaria doada em 25 de janeiro de 1681 a Florenço Dornellas e demais companheiros no rio Jaguaribe. Arquivo Nacional, Codice 427, fl. 183 - 184v. RN 1261.

¹⁶⁷ Carta de sesmaria doada em 12 de fevereiro de 1682 a Bartolomeu Nabo Correa no rio Upanema. AN, Códice 427, fl. 209v, 210-210v, 211-211v. RN 1264.

Mapa 08: Frente conquistadora do Rio Grande



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN.

Ao observar a marcação colorida no mapa à cima, depreende-se que as sesmarias doadas até o ano de 1682 ultrapassaram o limite demarcatório do Rio Grande: o rio Piranhas-Açu. Foram além do rio Upanema também, alcançado áreas ao leste do rio Jaguaribe. As sesmarias até aqui apresentadas são importantes subsídios para entender a formação de uma nova zona de fronteira entre essas duas capitanias. Timidamente, os sesmeiros que se reportavam ao Rio Grande ao conseguirem terras que comumente eram consideradas do Siará Grande foram construindo uma nova interpretação sobre esses espaços e abriram caminho para o alargamento dos limites fronteiriços do Rio Grande.

2.2.2 Do oeste para o leste: a frente conquistadora do Siará Grande

Observando o outro lado da fronteira, a capitania do Siará Grande, encontram-se duas sesmarias doadas no ano de 1680, em Água Maré, no rio Três Irmãos. Estas duas sesmarias foram doadas a Pedro Farto, uma no dia 14¹⁶⁸ e outra no dia 22 de abril¹⁶⁹. Nesse caso, apresentam-se duas solicitações de sesmarias em terras há muito consideradas como do

¹⁶⁸ Carta de sesmaria doada em 14 de abril de 1680 a Pedro Farto, na Água Maré. Arquivo Nacional, códice 427, Fl.172-172v, 173.Ce 1439.

¹⁶⁹ Carta de sesmaria doada em 22 de abril de 1680 a Pedro Farto, na Água Maré. Arquivo Nacional, códice 427, Fl.173-173v,174-174v. CE 1440.

Rio Grande, mas feitas ao governo do Siará-Grande. Em Água Maré, hoje atual município de Guamaré, já haviam sido doadas outras sesmarias, como foi citado anteriormente. Nessa concessão de Pedro Farto nenhuma referência foi feita aos antigos sesmeiros, nem mesmo como confrontantes. Talvez tais terras haviam sido abandonadas ou ficavam distantes daquelas doadas pelo governo do Rio Grande.

Há também a probabilidade de desconhecimento das terras solicitadas. Quando um pedido de sesmaria era feito, deveria ser averiguado nos livros de concessões se tal terra já havia sido doada. Se sim, ela não estaria disponível ao requerente, ao menos que este estivesse portando provas de que as confrontações apresentadas não havia nenhuma benfeitoria pelo sesmeiros anterior. A terra seria considerada devoluta e, de imediato, doada ao solicitante. Mas, Pedro Farto e o capitão-mor do Siará Grande não deveriam ter notícias se outros sesmeiros já haviam recebido essas terras, uma vez que não tinham acesso às informações das cartas de sesmarias concedidas pelo governo do Rio Grande.

No ano de 1681 as doações no sertão continuaram. A primeira sesmaria doada nesse ano foi em 15 de janeiro, solicitada e concedida a Teodósio da Rocha, Margarida da Rocha, João Leite de Oliveira, Maria de Lemos, Paulo da Costa Barros, Calisto Lopes, Manuel de Gois e Damásia de Morais. A sesmaria doada na capitania do Siará Grande não apresentava a localidade, mas afirmava que era nas confrontações de Gonçalo Leitão Arnoso. Como foi apresentado anteriormente, esse sesmeiro foi um dos primeiros conquistadores a solicitarem terras além do Açú e possuía terras na ribeira do rio Açú e do rio Upanema. Acredita-se que esta sesmaria fora doada na ribeira do Upanema, devido às confrontações apresentadas no documento¹⁷⁰.

As demais sesmarias do ano de 1681, que serão analisadas a seguir, foram solicitadas e concedidas na capitania do Siará Grande. Deve-se perceber nessas concessões uma característica em comum: as três sesmarias apresentam como limites ou como referência os marcos de divisão entre as duas capitanias.

Em 26 de junho de 1681, Francisco Berenger de Andrada solicitou ao capitão-mor do Siará Grande terras na lagoa do Assu, confrontando com a sesmaria de Maria César. Nessa concessão os limites da capitania ainda não foram citados¹⁷¹. Mas na solicitação feita pelo mesmo Francisco Berenger de Andrada juntamente com João Cesar Berenger, Feliciano Berenger de Andrada e Antônio Bezerra Berenger, na serra Tapetama, em 16 de maio de

¹⁷⁰ Carta de sesmaria doação 15 de janeiro de 1681 a Teodósio da Rocha e demais companheiros. *Datas de Sesmarias*. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1p.39-40. CE 0016.

¹⁷¹ Carta de sesmaria doada em 26 de junho de 1681, a Francisco Berenger de Andrada, na lagoa do Assú. *Datas de Sesmarias*. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1p.45-46. CE 0019.

1681, foram apresentados como confrontações os limites entre as capitanias do Rio Grande e do Siará Grande¹⁷². João de Freitas Correa e Maria César solicitaram, em 22 de março de 1681, uma terra na lagoa do Piató. Nessa sesmaria foi citado o marco que dividia as duas capitanias como confrontação, que iam do rio Três Irmãos até a lagoa do Piató¹⁷³.

Debruçando-se sobre esses dados, percebe-se que os limites das duas capitanias, até 1680 ainda continuava sendo o rio Açu para esses sesmeiros do Siará Grande. Algumas concessões feitas por moradores do Rio Grande, como foram apresentadas anteriormente, já chegavam a ir além desse limite, começando suas confrontações no rio Upanema. Anteriormente foi apresentado um caso de sesmeiros que chegaram até o Upanema, no entanto não povoaram as terras no tempo determinado e por isso estavam devolutas. Poderia ser esse um dos motivos pelos quais alguns sesmeiros da capitania do Siará Grande solicitaram terras nessa região, alegando ser terras pertencentes a esta capitania.

Outro fator que deve ser levado em consideração é o não avanço dos sesmeiros do Siará Grande à capitania do Rio Grande. Nas solicitações feitas nesta capitania, até aqui analisadas, todas elas respeitavam a linha divisória representada pelo rio Açu, ultrapassando apenas poucas léguas a margem leste deste rio. Ao contrário do que acontecia com os sesmeiros do Rio Grande, que iam muito além dos limites conhecidos. Essa ação dos homens do Rio Grande pode ter ocorrido de forma deliberada, sendo um reflexo do interesse que tinham em transformar aquele espaço em território do Rio Grande. Ou havia um simples desconhecimento do espaço que recebiam em forma de sesmaria, causando uma sobreposição de doações.

Deve-se lembrar também, que alguns sesmeiros do Rio Grande eram também sesmeiros do Siará Grande. Um exemplo é Antônio Lopes de Lisboa, Teodósio da Rocha e Teodósio Grassiman que, como foi visto, surgiam solicitando terras aos dois governos e todos na área entre o Jaguaribe e o Açu. Ou esses sesmeiros entendiam a confusão de limites existente e solicitavam aos dois governos como forma de garantir suas terras, ou apenas desconheciam até onde ia Siará Grande e até onde era Rio Grande.

Em 1682, as sesmarias continuaram sendo solicitadas na região do Assú e concedidas pelo capitão-mor do Siará Grande. Em 17 de fevereiro desse ano, Francisco Berenger de Andrada e demais companheiros solicitavam terras, mais uma vez, no sertão do

¹⁷² Carta de sesmaria doada em 16 de maio de 1681 a Francisco Berenger de Andrada, João Cesar Berenger, Feliciano Berenger de Andrada e Antônio Bezerra Berenger. *Datas de Sesmarias*. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1p.43-44.CE 0018.

¹⁷³ Carta de sesmaria doada em 22 de março de 1681, João de Freitas Correa e Dona Maria Cesar, na Lagoa do Piató. de *Sesmarias*. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1, p.41-42. CE 0017.

Assú. As terras eram confrontantes com as de Maria Cesar, na serra Tapetama, com as confrontações de José Leitão Arnosó e com os limites das duas capitãniãs¹⁷⁴.

Nesse mesmo dia 17 de fevereiro Maria César pediu mais uma sesmãria, na capitãniã do Siarã Grande, começãdo na praia do Marco e indo em direçãõ ao sertãõ do Assú¹⁷⁵. O interessante nesse caso é que a mesma sesmeira solicitou as mesmas terras na capitãniã do Rio Grande, no mesmo dia 17 de fevereiro de 1682. Nesse documento fica mais claro que as terras iniciãvam-se na praia do Marco, nas divisãs entre as duas capitãniãs e tinham tamanho de 15 léguas de largura por 15 léguas de comprimento. Mas a quantidade de terras solicitãdas foi de 30 léguas por 25, porém o Provedor Mor da Fazenda Real do governo geral nãõ permitiu que tamanha quantidade de terra fosse doãda para apenas uma pessoa, mesmo sabendo do grande cabedal que tal sesmeira possuía¹⁷⁶.

Nesse caso de Maria César, uma das hipóteses que podem explicar os motivos que a levãram a solicitar dois títulos para uma mesma terra, e a autoridades de capitãniãs diferentes, é a confusãõ sobre a qual jurisdiçãõ pertencia tal espaçõ. Na dúvida, a sesmeira solicitou ao Rio Grande e ao Siarã Grande, para que nãõ corresse riscos de perder as terras que pleiteãva. Um fato interessante nessãs solicitações é a reduçãõ da extensãõ solicitãda pela sesmeira, mesmo sabendo que ela teria recursos para beneficiar toda a terra solicitãda. Baseãdo em exemplos passãdos, de sesmeiros que nãõ conseguiram utilizar toda a extensãõ da terra recebida, causãdo graves danos à Fazenda Real, o provedor diminuiu a porçãõ de terras no ato da concessãõ.

Esses casos de reduçãõ no tamanho das terras solicitãdas e a obrigatoriedade de apenas serem concedidas sesmãrias de trêš léguas por uma iria somente acontecer em 1697, apõs a ordem régia de 27 de dezembro, diante de muitos casos de doações de grandes extensões de terras para poucas pessoas que nãõ conseguiãram utilizar toda a sesmãria recebida¹⁷⁷.

¹⁷⁴ Carta de sesmãria doãda em 17 de fevereiro de 1682 a Antõnio Bezerra de Andrãda, Feliciano Berenger de Andrãda, Joãõ Cesar Berenger, Joãõ de Feitas Correa, Francisco Berenger de Andrãda. Arquivo Nacional, Cõdice 427, Fl. 211v, 212-212v, 213 CE 1443.

¹⁷⁵ Carta de sesmãria doãda em 17 de fevereiro de 1682 a Dona Maria Cesar, na praia do Marco. ALGUMAS datas de sesmãrias ceãrenses registrãdas na Bahia. Revista do Instituto Historico do Cearã, Fortaleza, ano 46, T. 46, p.214, 1932. CE 1402.

¹⁷⁶ Carta de sesmãria doãda em 17 de fevereiro de 1682 a Dona Maria Cesar, na praia do Marco. AN, Cõdice 427, Fl.213-213v, 214-214v, 215. RN 1265.

¹⁷⁷ Carmen Alveal no capítulo quatro de sua tese analisa como a partir do reinãdo de Dom Pedro II de Portugal houve sãrias limitações no processo de doaçãõ de sesmãrias, dentre elas esta a limitaçãõ de léguas solicitãdas por requerimento e o númerõ de solicitãntes, que apõs 1699 sõ poderiam ser dois. ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007.

Alguns apontamentos sobre os Berenguer e Maria Cesar merecem ser feitos. Francisco Berenger de Andrada era da Ilha da Madeira, morador de Pernambuco, onde possuía um engenho. Casou-se com Joana de Albuquerque, filha de Jerônimo de Albuquerque. Berenger de Andrada foi um importante agente na guerra contra os holandeses, assim como João Fernandes Vieira, que se casou com Maria César, filha de Berenger de Andrade¹⁷⁸. Essa família, uma das primeiras a criar bases no Açu, foi muito importante nos acontecimentos que serão analisados nos próximos capítulos, no contexto da Guerra dos Bárbaros.

Em 11 de agosto de 1682, mais uma sesmaria foi solicitada ao governo do Siará Grande com confrontações dentro do espaço da capitania do Rio Grande. Os sesmeiros Jorge Coelho de Sousa e nove companheiros solicitaram terras no sertão do Assú, no Rio Salgado, nas proximidades da serra do Cabugi¹⁷⁹. Curioso que essa foi a primeira sesmaria do Siará Grande que ultrapassou os limites do Açu, chegando às proximidades da nascente do Rio Siará-Mirim, no atual município de Lajes.

Pedro Farto, que possuía terras na Água Maré, Manuel Viana e Manuel Alves Patrão, em 18 de julho de 1683 solicitaram uma sesmaria que tinha como principal ponto de referência o rio Upanema¹⁸⁰. Nesses dois últimos pedidos de sesmarias, pode-se perceber a indefinição do limite entre essas duas capitanias, sendo atravessada a todo o momento pelas jurisdições do Rio Grande e do Siará Grande. Até o momento não foram encontrados nenhum conflito entre as autoridades pela jurisdição sobre o território devido a essa falta de clareza sobre os limites fronteiriços das duas capitanias. A ausência de conflitos, não só entre autoridades, mas também entre os sesmeiros, até mesmo com os possíveis posseiros daquela área, pode ser um reflexo do não cumprimento da exigência de utilizar as terras recebidas em forma de sesmarias.

Outra possibilidade para a ausência de conflitos entre os solicitantes dessas terras e os capitães-mores que as doavam era o conhecimento não apenas da região, mas também de quem estava solicitando terras. Muitos dos sesmeiros aqui citados apresentavam atividades nas duas capitanias, especialmente a criação de gado, tanto no Rio Grande como no Siará Grande, mas principalmente no Rio Grande. Teodósio da Rocha, por exemplo, recebeu concessões no Assú tanto pelo governo da capitania do Rio Grande como na capitania do

¹⁷⁸ SILVA, Tyego Franklim. *Na ribeira da discórdia*. p. 63-64.

¹⁷⁹ Carta doada em 11 de agosto de 1682 a Jorge Coelho de Sousa e mais nove companheiros no rio Açu. Datas de Sesmarias. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1p. 71- 72. CE 0030.

¹⁸⁰ Carta de sesmaria doada em 18 de julho de 1683 a Manuel Viana e Manuel Alves Patrão na ribeira do Upanema. Datas de Sesmarias. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho, 1920. v.1p. 75-76. CE 0032

Siará Grande. O mesmo aconteceu com Maria César, a família Berenger de Andrada e Teodósio Grassiman.

Os sesmeiros de ambas capitanias estavam cientes dessa zona de fronteira indefinida. No entanto, essa confusão de limites foi-se exaurindo ao longo dos anos e cada vez mais a divisão das duas capitanias foi-se definindo. Na década de oitenta do século XVII apenas mais uma sesmaria foi encontrada na região, doada pelo governo da capitania do Rio Grande. Essa sesmaria foi solicitada, em 14 de julho de 1684 por Damásia de Moraes, Maria da Conceição e mais três companheiros na ribeira do Assú, no rio das Conchas, em um local conhecido como, segundo o documento, “gado bravo”, para criar seus gados¹⁸¹.

No mapa pode ser percebido como foi o avanço dos sesmeiros que solicitaram terras na capitania do Siará Grande. Essa expansão foi um pouco mais comedida em relação ao limite fronteiro. Como se pode observar, a marcação colorida no mapa mostra como as sesmarias avançaram em poucas léguas a margem leste do rio Açu, invadindo um pouco o espaço da capitania do Rio Grande.

Mapa 09: Frente conquistadora do Siará Grande



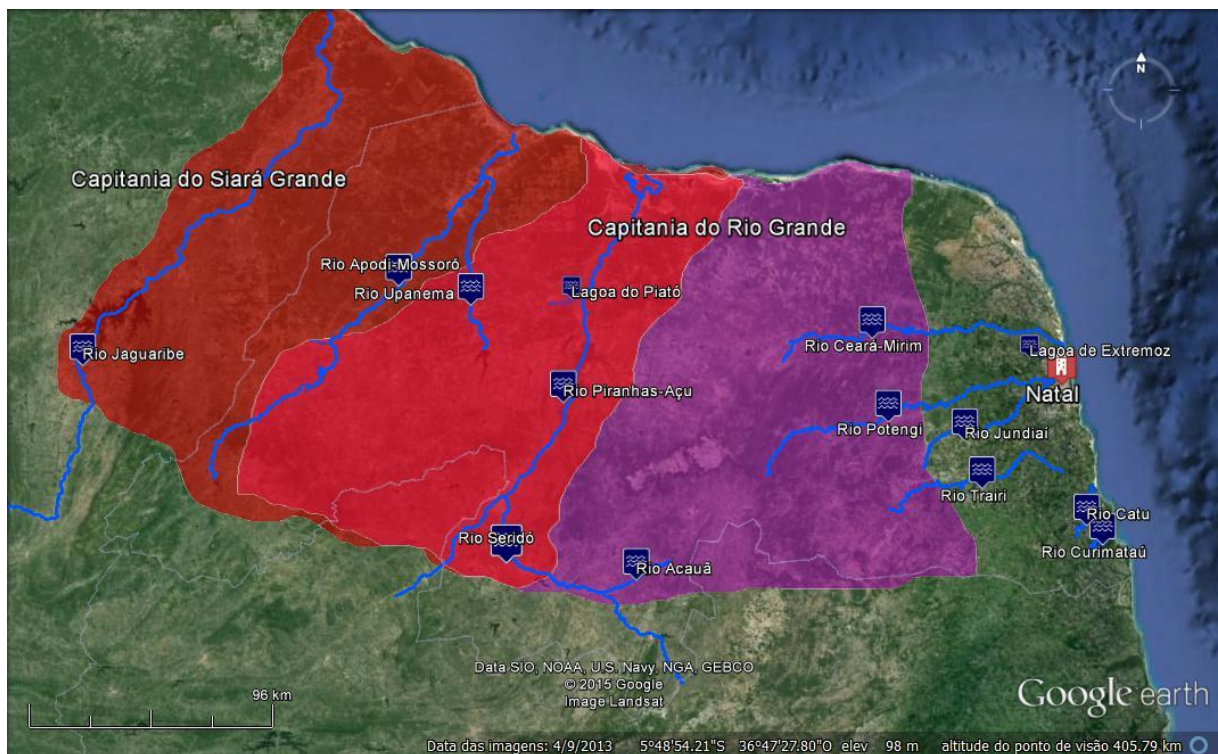
Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN.

¹⁸¹ Carta de sesmaria doada em 14 de julho de 1687 a Damásia de Moraes e demais companheiras na ribeira do Assú. Arquivo Nacional, códice 427, fl. 261-263. RN 1267.

Nesse mapa pode-se perceber a área territorial escolhida pelos sesmeiros do Siará Grande. A marca vermelha representa as terras doadas nesta capitania. Observa-se que essas sesmarias, ao contrário do que aconteceu no caso do Rio Grande, pouco avançam o limite do rio Açu, ficando mais concentrada no território até então considerado como pertencente a capitania do Siará Grande.

Após a análise dessas sesmarias foi possível perceber como os limites entre as capitanias eram ainda muito confusos. Essa confusão poderia ser uma forma de camuflar um desejo de expansão territorial da capitania do Rio Grande, por isso os capitães-mores dessa capitania não contestavam ou mesmo investigavam as pretensões daqueles que solicitavam terras no Rio Grande. Como pode ser percebido nas reflexões feitas anteriormente, os sesmeiros do Siará Grande não ocuparam grandes dimensões de terras dentro dos limites do Rio Grande, o que pode ser reflexo de um respeito a essa fronteira e um comportamento que visava evitar conflitos, ou mesmo um desconhecimento daquela área. No mapa a seguir, pode-se perceber essa zona de fronteira entre as duas capitanias.

Mapa 10: Zona de Fronteira Jaguaribe-Açu



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN.

No mapa observa-se duas áreas de fundos territoriais conquistados se sobrepondo. A mancha colorida roxa representa a frente conquistadora do Rio Grande, já a mancha vermelha representa o avanço dos sesmeiros do Siara Grande. No centro, a interseção dessas duas frentes conquistadoras constitui uma zona de fronteira, ou seja, uma área sem uma definição mais concreta, apresentando imprecisões quanto à jurisdição que pertenciam.

Após esse ano, nenhuma sesmaria foi doada na localidade em nenhuma das duas capitâneas no século XVII. Vale salientar que a partir de 1687 a situação entre os indígenas e os moradores dessas terras do sertão tornou-se mais crítica. Na década de oitenta já era comum alguns ataques dos indígenas protestando contra esse avanço dos conquistadores, que os obrigava a sair de suas terras e eram cada vez mais encurralados nas sobras dessas sesmarias, resultando na Guerra dos Bárbaros. No próximo capítulo serão analisados os acontecimentos dessa guerra e como estiveram ligados com a expansão da fronteira do Rio Grande.

Capítulo 3: Enfrentando o sertão e seus índios: conquista durante a Guerra dos Bárbaros

Ao longo da segunda metade do século XVII, os editais de povoamento enviados por Antônio Vaz Gondim, ainda em seu primeiro governo (1656-1663), começaram a surtir efeito e o número de pessoas interessadas nas terras do Rio Grande foi crescendo. A partir do primeiro governo de Vaz Gondim até o ano de 1687 foram doadas a 184 sesmeiros – oriundos, em sua grande maioria, de Pernambuco e do Rio Grande –, 52 sesmarias, ao longo de todo o território conhecido da capitania do Rio Grande, partindo da faixa litorânea, a leste, e adentrando a oeste, nos sertões¹⁸².

Esses conquistadores alcançaram terras até os conhecidos limites entre o Rio Grande e o Siará Grande, representados pelo rio Açu. A maioria das justificativas apresentadas por esses conquistadores em seus requerimentos de sesmaria eram a criação de gado e o aumento da Fazenda Real. Pode-se afirmar então que a atividade pecuária, possivelmente já praticada por esses homens em outras localidades ou sendo percebida como uma nova forma de investimento de seus cabedais, foi um dos grandes impulsionadores dessa conquista.

Criar gado nos sertões dessas capitanias do norte do Estado do Brasil poderia ser difícil devido à escassez de água em determinadas épocas do ano. Apesar disso, o relevo de algumas localidades facilitava tal atividade, uma vez que possuíam áreas planas e com vegetação rala, que permitia a pastagem do gado. Aos poucos, as fazendas de gado foram sendo estabelecidas nas beiras de rios e afluentes, próximas a esses pastos naturais¹⁸³. Como foi abordado anteriormente, a maioria das sesmarias solicitadas seguiam o curso dos rios e, de preferência, situavam-se nas margens destes.

A criação de gado não foi o único fator propulsor dessa conquista dos sertões. A permanência holandesa no território da Coroa portuguesa fez surgir um cuidado maior desta para com suas terras. As notícias de chegadas de outros povos europeus, como ingleses, franceses e holandeses, na costa do Estado do Brasil e sua comunicação com os tapuias

¹⁸² Os dados aqui apresentados foram calculados com base nas informações contidas nos livros de sesmarias da capitania do Rio Grande, que se encontram no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Informações sobre as cartas de sesmarias do Rio Grande podem também ser encontradas no site da Plataforma SILB: www.silb.ufrn.br.

¹⁸³ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 24.

assustava os súditos do Império português. Sabendo disso, era essencial ocupar os sertões para a conquista definitiva e manutenção daquele território¹⁸⁴.

Além da busca de terras para criação de gado, o apresamento de índios e sua utilização como mão de obra era comum dentre os objetivos daqueles que se aventuravam nos desconhecidos sertões, habitado pelo temido indígena “tapuia”. A esperança de encontrar minas de metais preciosos também impulsionava muitos daqueles que se embrenhavam nas terras além das conhecidas. No norte do Estado do Brasil logo foram encontradas minas, não de metal preciosos, mas de um componente muito importante: o salitre – nitrato de potássio – muito utilizado na fabricação de pólvora¹⁸⁵.

A chegada desses conquistadores em tais terras modificou o cotidiano daqueles que antes habitavam esse espaço, tapuias e Potiguara aliados aos holandeses. A oposição entre tapuias e tupis surgiu com base na dinâmica de migração de povos indígenas dentro do espaço que viria ser a América portuguesa. Segundo relatos de cronistas, como Gabriel Soares de Souza, os tapuias eram grupos indígenas que habitavam o litoral, mas que, em determinado momento, foram expulsos dessas terras por grupos indígenas Tupi. Os tapuias, então, seguiram para o sertão e passaram a ser considerados como contrários aos Tupi, uma espécie de inimigo de guerra. Quando da chegada dos portugueses e sua proximidade com indígenas que agora viviam no litoral foi se concretizando essa ligação entre o perigo e os índios tapuias¹⁸⁶.

O termo "tapuia", portanto, não poderia ser compreendido como um etnônimo, mas sim como noção historicamente construída¹⁸⁷. Noção duplamente montada, primeiramente pelos povos Tupi e depois pelo colonizador que, baseado na experiência desses indígenas, passaram a tratar os tapuias como inimigos. De difícil catequização, os indígenas das terras mais ao interior foram cada vez mais considerados como bárbaros, uma vez que não podiam ser controlados. Segundo Pedro Puntoni, em sua obra *A Guerra dos Bárbaros*, "não se dominam povos porque são "diferentes", mas, antes, tornam-se estes "diferentes" para dominá-los; esta tem sido uma constante na história dos povos"¹⁸⁸.

Na capitania do Rio Grande, no período pós-holandês (a partir de 1654), como já foi analisado, houve um grande incentivo à conquista do sertão. Muitos foram aqueles que

¹⁸⁴ ROLIM, Leonardo. “*Tempos de carne seca*” no *Siará Grande*: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati. Dissertação de mestrado - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 2012. p. 30

¹⁸⁵ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 30.

¹⁸⁶ Ibidem. p. 67-68

¹⁸⁷ Ibidem. p. 68

¹⁸⁸ Ibidem. p. 69

solicitaram terras nos extremos da capitania e sempre afirmavam que estas estavam sob o poder do gentio bravo.

A relação entre os habitantes da terra e os conquistadores, em um primeiro momento, não foi baseada em trocas de ofensas e expulsão imediata dos indígenas, o que poderia causar um mal estar e prejudicar os planos dos súditos da Coroa. Manter-se bem relacionado com esses indígenas era uma estratégia interessante, pois eles poderiam indicar áreas para melhor doma do gado, fontes de água e informações sobre as estiagens. Para os indígenas, por sua vez, esta era uma forma de conseguir recursos que poderiam ser de posse dos conquistadores, como por exemplo, a água e instrumentos de trabalho na lavoura, como foices, enxadas e facões, úteis para abrir caminhos na mata, nas plantações e para melhor manuseio das caças.

Uma figura importante nesse processo de conquista é a do vaqueiro. Um dos principais trabalhadores de uma fazenda de gado, o vaqueiro era o responsável, muitas vezes, em administrar a busca de melhores terras para o pastoreio e cuidar dos afazeres da fazenda, chegando a administrá-la na ausência de seu senhor¹⁸⁹. O vaqueiro era um homem livre, gerente das atividades da fazenda e o único a falar diretamente com o senhor, tendo sob suas ordens os demais trabalhadores. Seu pagamento, na maioria das situações, era feito por meio do sistema da quarta, no qual o vaqueiro tinha direito a um novilho a cada quatro que nasciam na fazenda. O mesmo também poderia utilizar dos recursos da fazenda para cuidar de suas crias¹⁹⁰.

O vaqueiro, como primeiro homem a chegar às terras de um senhor, seria então o principal vetor de comunicação com os indígenas. Além disso, competia-o manter a fazenda em ordem, garantindo que as crias, que em parte também eram suas, não fossem furtadas. Contudo, não era sempre possível manter essa relação estável com os indígenas. A ocupação dos sertões pelos conquistadores pretendia não somente modificar o espaço, como também imprimir sua forma. Com uma economia que necessitava de, sobretudo, água para obter bons resultados, os conquistadores interromperam o cotidiano dos tapuias que, culturalmente, viviam migrando de acordo com suas necessidades e dependiam, tanto quanto os fazendeiros, das águas dos rios e das áreas de vegetação rasteira para montar seus acampamentos. Duas

¹⁸⁹ PIRES, Maria Idalina Cruz. *“Guerra dos Bárbaros”*. 1990. p. 38.

¹⁹⁰ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil colônia. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. N. 8. Abril, 1997. p. 134.

formas tão distintas de práticas dentro de um espaço resultou em um dos mais longos e sangrentos conflitos, que ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros¹⁹¹.

O confronto entre os indígenas e os conquistadores foi chamado pela Coroa portuguesa de Guerra dos Bárbaros, contudo, ele diz respeito a dois conflitos distintos, mas com motivações similares, que ocorreram em diferentes localidades do Estado do Brasil. O primeiro deles foi a Guerra do Recôncavo, na capitania da Bahia, que aconteceu entre os anos de 1651 e 1679, e o outro confronto foi a Guerra do Assú, na capitania do Rio Grande, entre os anos de 1687 e 1720. Apesar de esses dois locais serem considerados o palco de sangrentos acontecimentos, esses conflitos se espalharam pelos sertões do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco¹⁹².

Os eventos antecedentes e possíveis causadores do levante desses indígenas nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil remontam ao ano de 1661. O então capitão-mor da Paraíba, João Fernandes Vieira, enviou ao rei, como exemplar daqueles que ocupavam os sertões, dois filhos do principal dos Janduú. Esse principal declarou-se inimigo dos moradores dessas capitânicas e se levantou, matando alguns dos moradores do Rio Grande. Como medida de segurança, começaram e foram incentivadas a construção de casas fortes nas moradias¹⁹³.

As ordens da rainha regente D. Luísa de Gusmão, era de se fazer uma guerra contra o gentio levantado, extinguindo-o e evitando, desta forma, que um prejuízo maior se desse. Esta era acertadamente uma medida preventiva, pois tal gentio Janduú possuía muitos cavalos e tinham aprendido com os holandeses sobre a forma como utilizá-los e treiná-los, o que poderia causar muitos danos. No entanto, parece que nada deteve o referido gentio¹⁹⁴.

Reclamações sobre levantes de gentios e o impedimento que estes faziam ao avanço de conquistadores em busca de terras para gado eram constantes. As ações desses gentios levantados tinham como alvo os viajantes, mas não se limitavam apenas a estes embates. Estes promoviam a invasão a aldeias de índios aliados aos moradores da capitania, captura e morte do gado das fazendas e o ataque a estas. Para evitar que uma guerra fosse declarada, várias tentativas de acordos foram feitas¹⁹⁵.

¹⁹¹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 289.

¹⁹² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 13.

¹⁹³ Sobre a guerra q. Mathias de Albuquerque Maranhão avisa fazer aos Índios Barbaros Janduins. Expedido. Arquivo Histórico Ultramarino. Lisboa/ Portugal. Códice 275, fl. 315 v. 09/01/1662. Carta ao Governador de Pernambuco. Microfilme da Divisão de Pesquisa Histórica/UFPE. Apud: LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p.479-481.

¹⁹⁴ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 125.

¹⁹⁵ *Ibidem*. p. 126.

Na capitania do Rio Grande, em 1681, a câmara de Natal solicitava ao capitão-mor que um intérprete fosse enviado ao sertão para conseguir tratar com os indígenas de forma a manter a paz e a união entre tapuias e conquistadores¹⁹⁶. No entanto, as querelas entre indígenas e moradores, principalmente do Açu, continuavam. Em uma confusão, o filho de um dos principais foi morto, o que causou a ira dos indígenas que resolveram vingar sua morte. Levantaram-se os tapuias contra os moradores no dia 15 de janeiro de 1687, matando cerca de 46 vaqueiros e os gados das fazendas que tomavam conta. O mesmo acontecia na Paraíba e no Siará Grande. Como resposta, o capitão-mor Pascoal Gonçalves de Carvalho enviou algumas tropas, que lutaram contra os indígenas, resultando na morte de muitos deles. Havia começado a Guerra do Assú¹⁹⁷.

Diante do que fora apresentado, esse capítulo tem como objetivo analisar o avanço de conquistadores na fronteira oeste do Rio Grande a partir de 1687. Compreender como sua atuação foi influenciada pela Guerra dos Bárbaros, mais precisamente pela Guerra do Assú, e como a ação de homens da Coroa e indígenas nesse conflito proporcionou a consolidação da conquista de terras na ribeira do Apodi-Mossoró, demarcando esse rio como a nova linha divisória entre o Siará Grande e o Rio Grande nas primeiras décadas do século XVIII.

3.1 Antecedentes de um conflito

Antes mesmo de analisar o processo de territorialização da ribeira do Apodi-Mossoró se faz necessária a recapitulação da análise de algumas sesmarias já trabalhadas no capítulo um. As terras requeridas em forma de sesmaria, a partir da década de 1680, na ribeira do Apodi-Mossoró apresentaram alguns confrontantes que haviam solicitado sesmarias em localidades próximas à ribeira aqui analisada. Retorna-se então ao ano de 1676, quando duas doações de sesmarias na ribeira do Assú merecem destaque.

No dia 24 de março de 1676 o capitão Gonçalo Leitão Arnos, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito e os alferes Antônio Lopes de Lisboa, Manuel de Amorim e Luiz Brito Bezerra requereram cinco léguas de cumprido e seis de largura, para cada um dos suplicantes, no rio Açu, ficando este sempre na parte central das terras¹⁹⁸.

¹⁹⁶ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 126

¹⁹⁷ Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. vol. 89. p. 87-88.

¹⁹⁸ Carta de sesmaria doada em 24 de março de 1676, na ribeira do Assú, a Gonçalo Leitão Arnos, Antônio Lopes de Lisboa, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito, Manuel de Amorim, Luiz Brito Bezerra. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 31, fls. 141-142. RN 0030.

Ainda segundo o requerimento, esses homens eram beneméritos e possuíam cabedal, portanto, teriam as condições para povoar tal sesmaria, caso fosse concedida. Apresentavam-se também como descobridores das terras, ação patrocinada por suas próprias fazendas, e as quais pertenciam aos indígenas, não sendo discriminado o grupo a qual pertenciam. As confrontações apresentadas pelos sesmeiros eram a costa do mar e as terras de Teodósio da Rocha e mais seis companheiros¹⁹⁹.

Nesse mesmo ano de 1676, Teodósio da Rocha e mais seis companheiros também requeriam ao capitão-mor Antônio Vaz Gondim, como no caso anteriormente apresentado, para cada um, cinco léguas de terras na ribeira do Assú. Informações mais precisas, principalmente sobre sua localização, não foram encontradas, uma vez que o documento original dessa sesmaria não foi encontrado, utilizando-se apenas de informações expostas em outros requerimentos²⁰⁰. Contudo, uma perspectiva da localização dessa terra pode ser pensada a partir do cruzamento de duas sesmarias: o requerimento de Antônio Gonçalo Leitão Arnos, de 1676, e a sesmaria que será analisada a seguir.

No dia 18 de fevereiro de 1680 alguns suplicantes enviaram um requerimento ao então capitão-mor do Rio Grande, Geraldo de Suny, solicitando terras entre o rio Guaxinim, o rio Upanema, chamado de Panema nessa solicitação, e o rio Piranhas. Esses suplicantes eram os capitães Domingos Martins Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Luiz Antunes de Faria, Luiz Braz Bezerra, os alferes Gonçalo Pires de Gusmão e João Ferreira Nogueira, o ajudante Manuel Nogueira Ferreira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas e Manoel Braz Rocha²⁰¹.

Em seu requerimento, solicitavam uma sesmaria de 50 léguas de comprimento. Tamaña quantidade de terra era justificada pelas características geoclimáticas: possuía muitas áreas planas, ideais para pastos, mas que tinham irregularidade de chuvas, o que caracterizava escassez de água e dificultava a atividade pecuária pretendida pelos suplicantes.

¹⁹⁹ Carta de sesmaria doada em 24 de março de 1676, na ribeira do Assú, a Gonçalo Leitão Arnos, Antônio Lopes de Lisboa, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito, Manuel de Amorim, Luiz Brito Bezerra. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 31, fls. 141-142. RN 0030.

²⁰⁰ As informações sobre a carta de sesmaria de Teodósio da Rocha e seis companheiros podem ser encontradas em Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manuel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041; e em Carta de sesmaria doada em 24 de março de 1676, na ribeira do Assú, a Gonçalo Leitão Arnos, Antônio Lopes de Lisboa, Domingos Fernandes de Araújo, Manuel Afonso Fragoso, Bento da Costa Brito, Manuel de Amorim, Luiz Brito Bezerra. IHGRN – fundo Sesmarias. Livro 1, n. 31, fls. 141-142. RN 0030.

²⁰¹ Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manuel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041.

Assim, solicitavam essa grande quantidade de terras para assegurar que a povoariam, mesmo que de forma espaçada²⁰².

Segundo o parecer do provedor, terras dentro dos limites apresentados por estes sesmeiros já haviam sido doadas anteriormente, em 1676. Uma parte delas foi concedida a Teodósio da Rocha e companheiros e outra porção foi doada a Manuel Fragoso e companheiros – dentre eles, Gonçalo Leitão Arnosos –, no entanto, nenhuma das duas sesmarias havia sido povoada no tempo determinado, segundo os atuais suplicantes²⁰³. Assim, as terras doadas a Teodósio da Rocha encontravam-se na porção oeste da ribeira do Açú, nas proximidades do rio Upanema.

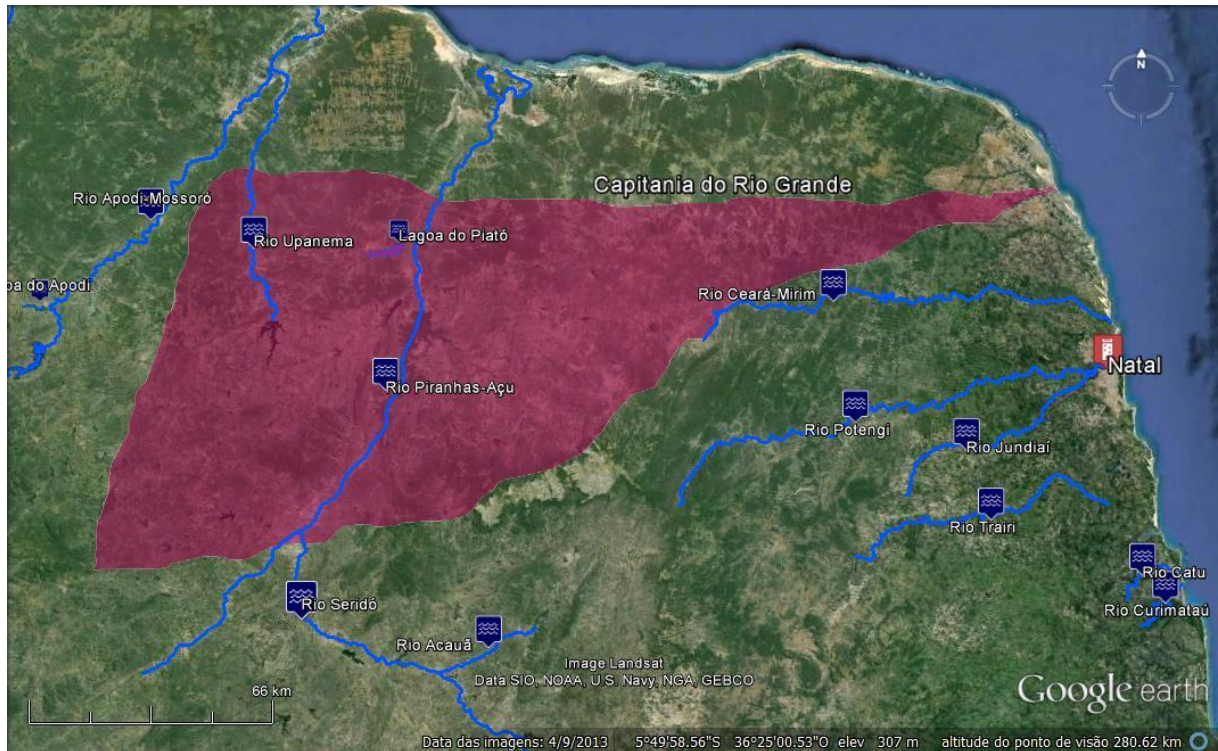
Sem apresentar nenhum impedimento, os sesmeiros conseguiram a concessão de tais terras que, segundo eles, eram descobridores. Interessante que nesse documento os sesmeiros afirmavam que deram seus resgates aos índios tapuias, da nação Paiacu, para que estes encontrassem terras boas para implementar fazendas de gado²⁰⁴. Mesmo sabendo dos riscos que tal empreitada carregava, os suplicantes afirmaram que iriam enfrentá-la com risco de suas pessoas e fazendas. A sensação de segurança ao adentrar no sertão com tantos riscos à vida pode ter sua origem na relação não tão problemática com os tapuias Paiacu, efetivos descobridores das terras.

²⁰² Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manuel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041.

²⁰³ Carta de sesmaria doada em 19 de fevereiro de 1680 a Domingos Muniz Pereira, Bartolomeu Nabo Correa, Gonçalo Pires de Gusmão, Manuel Ferreira, Luiz Antunes de Faria, João Ferreira Nogueira, Baltazar Nogueira, Antônio de Freitas, Manuel Rodrigues Rocha entre o rio Guaxinim e Piranhas. IHRN – Fundo Sesmarias. Livro 1, n. 43, Fls. 181-183. RN 0041.

²⁰⁴ *Ibidem*.

Mapa 11: 1º sesmaria doada aos irmãos Nogueira Ferreira e companheiros



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do programa Google Earth com base nas cartas de sesmarias inseridas na Plataforma SILB.

No mapa pode-se observar uma estimativa da área solicitada pelos Nogueira Ferreira e demais companheiros. Por falta de precisão na apresentação das confrontações no pedido de sesmarias, não há como fazer um mapeamento mais detalhado e exato da área em que solicitavam, mas acredita-se que ocupava parte do litoral, onde se encontra o rio Guaxinim, indo em direção a oeste, atravessando o rio Açu e chegando ao rio Upanema. Em direção sul, as terras deveriam alcançar parte do rio Açu, chamado aqui de Piranhas.

Notícias sobre as tentativas de povoamento dessas terras solicitadas em 1680 foram encontradas em uma nova carta de sesmaria, datada de 12 de fevereiro de 1682. Dessa vez, apenas parte dos suplicantes solicitaram mais terras, próximas aos limites apresentados no requerimento anterior. Neste, as terras encontravam-se entre o rio Guaxinim, o rio Piranhas e o rio Upanema, a leste do Rio Apodi-Mossoró. Na nova solicitação os limites das novas terras eram a oeste do rio Apodi-Mossoró. Estas se encontravam entre o rio Jaguaribe e o Rio Upanema e com a lagoa Itaú²⁰⁵.

Os suplicantes eram o ajudante Manuel Nogueira Ferreira; Antônia de Freitas; os capitães Domingos Martins Pereira e Antônio Gomes Torres; Bartolomeu Nabo Correia; os alferes Gonçalo Pires de Gusmão, Luiz Antônio e Manuel Rodrigues da Rocha; Matias

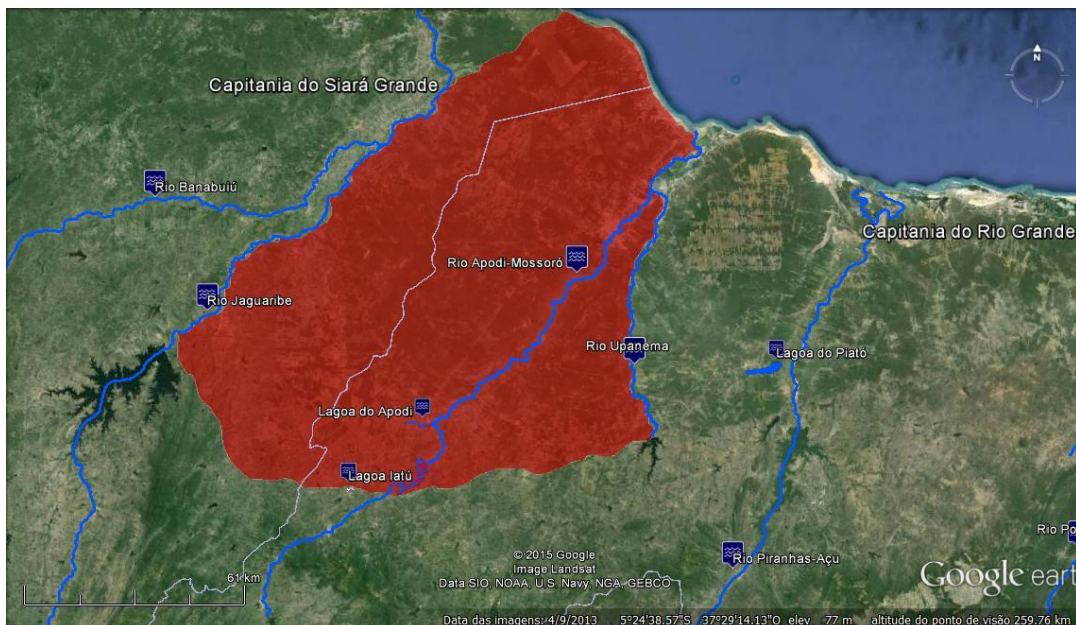
²⁰⁵. Carta de sesmaria doada em 12 de fevereiro de 1682 a Bartolomeu Nabo Correa no rio Upanema. AN, Códice 427, fl. 209v, 210-210v, 211-211v. RN 1264.

Nogueira; João Gomes; Maria de Lima, o sargento-mor Pedro da Silva Cardoso; João Nogueira, o moço; Domingos Estarcio; Manuel Castilho Câmara; Domingos Velho de Avelar; Isabel da Silva; Miguel Soares; Francisco de Miranda; o tenente Antônio Gonçalves Ferreira; e Manoel Gomes da Câmara²⁰⁶.

A justificativa apresentada nesse novo requerimento foi a desistência da sesmaria solicitada anteriormente, em 1680, uma vez que não existiam condições de sobrevivência dos sesmeiros e suas criações de gado devido à escassez de água. Mais uma vez, pagaram resgates aos tapuias para descobrirem mais terras com boas condições para se viver. Ainda segundo esses suplicantes, as terras descobertas eram habitadas pelos gentios Paiacu e seguiam do sertão até o mar²⁰⁷.

A quantidade de terra solicitada ainda era exorbitante, como se pode perceber na marcação do mapa, chegando a medir 105 léguas de comprimento e 48 de largura. Convertendo as medidas de léguas para quilômetros, tal sesmaria teria uma medida de 630 quilômetros de comprimento por 288 quilômetros de largura. Essas léguas seriam divididas para os 21 solicitantes, ficando cada um deles responsável pelo beneficiamento de cinco léguas de comprimento por quatro de largura.

Mapa 12: 2ª Sesmaria doada aos irmãos Nogueira Ferreira e companheiros



Fonte: Mapa elaborado pela autora por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmaria de Manuel Ferreira Nogueira e demais companheiros.

²⁰⁶ Carta de sesmaria doada em 12 de fevereiro de 1682 a Bartolomeu Nabo Correa no rio Upanema. AN, Códice 427, fl. 209v, 210-210v, 211-211v. RN 1264.

²⁰⁷ Ibidem.

Ao comparar esse mapa com o da primeira solicitação, percebe-se que a segunda sesmaria iniciava-se no limite final da primeira: o rio Upanema, e seguia mais ao oeste alcançando o rio Jaguaribe. Dentre os 21 sesmeiros solicitantes serão destacados os irmãos Manuel Nogueira Ferreira, João Nogueira e Baltazar Nogueira. Estes foram os responsáveis pelo povoamento da Lagoa do Itaú, nas proximidades do Rio Apodi-Mossoró.

Nas margens da lagoa Itaú e nas proximidades da lagoa Apanha Peixe, esses sesmeiros fundaram uma fazenda de gado, em outubro de 1682. Manoel Nogueira e João Nogueira situaram-se em Itaú, fundando a fazenda Itaú. Os demais sesmeiros foram se espalhando ao norte dessa localidade, pois ao sul existia uma aldeia indígena Paiacu, comandada pelo chefe indígena Itaú²⁰⁸. Segundo Valter de Brito Guerra, essa lagoa Itaú, a qual seu nome significa pedra preta, ao longo dos anos passou a ser chamada de Apodi. Assim, a lagoa Itaú citada por Nogueira Ferreira seria a atual lagoa do Apodi²⁰⁹.

Os irmãos Nogueira eram naturais de Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, na Paraíba e lá voltaram após o estabelecimento dos currais em 1682, retornando às terras na ribeira do Apodi apenas em 1685, com a companhia da esposa de Manuel Nogueira, Dona Maria de Oliveira Correa, e mais um irmão, Baltazar Nogueira²¹⁰. Entre os anos de 1682 e 1684, Manuel Nogueira Ferreira recebeu, de Antônio de Souza de Meneses, o Braço de Prata, a patente de capitão-mor de entradas. Nogueira Ferreira, com a ajuda de índios aliados, combateu muitos tapuias revoltosos no sertão da capitania do Rio Grande e da Paraíba²¹¹. Nogueira Ferreira foi o responsável por pacificar diversas nações indígenas tapuias, mas, segundo ele, ainda existiam grupos de indígenas que causavam muito dano àqueles que moravam nos sertões, responsáveis por invadir as fazendas, matar o gado, utilizando-o como alimento, além de amedrontar e tirar a vida de escravos²¹².

Nos primórdios da conquista dos sertões, para evitar danos como os citados anteriormente, os conquistadores e os indígenas viviam de forma tranquila. Aqueles que estavam chegando ao sertão, principalmente os vaqueiros que acompanhavam seus empregadores para estabelecer currais de gado em suas terras, percebiam que a melhor forma

²⁰⁸ MOTTA, Nonato. Notas sobre a ribeira do Apodi. Revista do IHGRN, v. XVIII e XIX, n. 1 e 2. 1920-1921. p. 48.

²⁰⁹ GUERRA, Valter de Brito. *Apodi no passado e no presente*. Volume CII, 2ª edição. Coleção Mossoroense. 1982. P.15

²¹⁰ LIMA, Nestor. Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi. Edição Fac-similar da Revista do IGRN. Vol. 25/26. 1. Ed. 1929. p. 59-60.

²¹¹ TAUNAY, Afonso. *A Guerra dos Bárbaros*. Edição especial para o acervo digital Oswaldo Lamartine de Faria. p. 34.

²¹² TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo, 1950. V. 6. P. 306-307. Apud. PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros*. 2002. p. 127.

de manter-se seguro em uma terra habitada por indígenas, considerados como bárbaros, era construir uma relação equilibrada com eles e não atacá-los assim que tivessem oportunidade. Essa relação, que poderia ser dificultosa devido ao desconhecimento da língua, tanto por parte dos conquistadores, quanto por parte dos indígenas, poderia ser mediada por trocas de objetos de interesse, como ferramentas de corte – machados e foices – e por alimentos²¹³.

Segundo a historiadora Fátima Martins Lopes, em sua obra *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande*, essas trocas de objetos entre índios e conquistadores não se resumia apenas a formas de manter a paz, mas também para a busca por braços para o trabalho nas fazendas e lavouras que ali estavam se desenvolvendo²¹⁴. Apesar dessas tentativas de convivência menos tumultuada entre conquistadores e indígenas os conflitos existiam.

Os Nogueira começaram a sofrer com ataques dos indígenas, que os assaltavam em busca de alimento, principalmente o gado. Morreu, nesses conflitos, o irmão de Manuel Nogueira, Baltazar Nogueira, e a família abandonou sua fazenda em busca de local seguro na ribeira do Jaguaribe. Segundo Nonato Motta, em *Notas sobre a ribeira do Apodi*, os Nogueira, ao chegarem no Jaguaribe, informaram o acontecido ao Governador-geral que ordenou que fosse criada uma aldeia para os índios Paiacu, na margem esquerda da lagoa do Itaú, em um córrego, hoje conhecido como córrego das Missões de São João Batista²¹⁵.

O historiador não aponta em que data esses acontecimentos ocorreram. Acredita-se que devem ter se passado ao longo da década de 1690, uma vez que os padres responsáveis pela criação das missões do Apodi e do Jaguaribe, onde foram agrupados os indígenas Paiacu, já estavam em Assú em 1699. A missão do Apodi, a qual se refere Motta, foi criada em 10 de janeiro de 1700 e recebeu o nome de São João Batista do Apodi²¹⁶.

A frequência das incursões indígenas nas fazendas de gado, mesmo que não estivessem bem estruturadas, foi aumentando. Com cada vez mais pessoas buscando sesmarias nas ribeiras de rios do sertão, os indígenas foram sendo empurrados para fora de suas terras e, mesmo que tentassem manter relações pacíficas com esses conquistadores, provavelmente não foi sempre que se tiveram momentos de paz.

²¹³ MELLO, José Antônio Gonçalves de. *Pernambuco ao tempo de Câmara Coutinho (1689-1690)*. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Vol. LI, Recife, 1979. p. 263-265.

²¹⁴ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 266-268.

²¹⁵ MOTTA, Nonato. Notas sobre a ribeira do Apodi. Revista do IHGRN, v. XVIII e XIX, n. 1 e 2. 1920-1921. p. 48.

²¹⁶ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 376-377.

A troca de objetos por permanência nas terras poderia ser muito prejudicial aos grupos indígenas que dependiam de alimentos e áreas próximas aos rios para dar subsídios à sua sobrevivência, mesmo reconhecendo que os instrumentos conseguidos nesse escambo poderiam ser de muita utilidade para os indígenas. Mas o que fazer com eles se não havia terras onde caçar, plantar, colher, morar e rios para pescar e até mesmo beber água?

Quando havia conquistadores dispostos a colaborar com a sobrevivência básica dos indígenas não havia necessidade de confronto entre os dois grupos, uma vez que os dois estavam conseguindo se organizar no espaço de forma a não atravessar o território um do outro, ou conseguiam interagir sem causar problemas entre si. Isso ocorreu no caso dos Nogueira e seus companheiros, que resolveram se fixar nas suas terras em locais que a habitação indígena não era presente, deixando de lado as terras que eram habitadas pelos Paiacu.

No entanto, a crescente atividade da pecuária, que se estruturava de forma extensiva, com o gado solto, poderia causar certo constrangimento entre as partes utilizadoras desse espaço. Pensando hipoteticamente, um conquistador poderia pedir o ressarcimento de sua perda caso algum boi ou vaca escapasse do rebanho e fosse alvo da caça de um indígena. Dependendo dos termos da negociação feita sobre o uso do espaço essa questão poderia se transformar em um conflito entre os dois grupos.

Deve-se considerar que tais conquistadores eram súditos da Coroa portuguesa e que esta acreditava ser a senhora de todas aquelas terras, possuindo o direito de seu uso apenas aqueles que as recebessem em forma de mercê. Acreditando na ideia de um espaço vazio e que todos os elementos que o compunham eram também de sua posse, os indígenas seriam componentes do espaço a ser conquistado e deveriam ser moldados de acordo com as demandas daqueles conquistadores.

Os indígenas que habitavam o sertão, chamados de tapuias, no Rio Grande eram os Tarairu, que estavam divididos em vários grupos e cada um recebia uma diferente denominação. Eram eles os Janduí, Airu, Pega, Canindé, Genipapo, Paiacu, Panati, Caratiú e Corema. Esses indígenas não tinham casas ou aldeias fixas devido à necessidade de estar se deslocando constantemente, sempre em busca de áreas com melhores condições de caça, plantio e pesca. A constante mobilidade desses tapuias era comum no sertão do Rio Grande, onde as características eram clima árido, como poucas precipitações em determinadas áreas e épocas, e um solo não muito arável, dependendo do local²¹⁷.

²¹⁷ Baseando-se em cronistas da época, como Jon Nieuhof, Jacob Rabbi e Roloux Baro, e em historiadores como Olavo de Medeiros Filho, a historiadora Fátima Martins Lopes apresenta os costumes dos índios Trarairu, bem

Com necessidades de se locomover de estação em estação pelo espaço da capitania, a conquista do sertão pelos súditos da Coroa portuguesa era um empecilho para as práticas indígenas. Por não aceitar determinados comportamentos destes estranhos nas terras que ocupavam, os indígenas iniciariam uma luta contra os abusos sofridos.

Dentre esses comportamentos estava a captura de índios e os usos deles como cativos. O escravo, como era para servir em todos os tipos de serviços, não ficava apenas com a lida do gado. Dentre suas funções estava arar e semear a terra. Segundo o capitão-mor do Rio Grande, Manoel Muniz, em carta ao rei em 1684, relatava que para os índios essas atividades eram delegadas às mulheres e não aos homens. Obrigar aos últimos, que eram treinados para serem guerreiros, a fazer tais atividades, que diziam respeito ao universo feminino de suas culturas, era uma verdadeira afronta²¹⁸.

3.2 A Guerra dos Bárbaros

Um desses abusos contra os indígenas pode ser considerado como o estopim para o conhecido conflito da Guerra dos Bárbaros. Em 1687, houve um desentendimento entre tapuias e moradores. O resultado da contenda foi a morte do filho de um dos principais. O então capitão-mor da capitania, Pascoal Gonçalves de Carvalho, não conseguiu resolver os desacordos entre os dois grupos e, principalmente, acalmar os ânimos dos tapuias que, em 15 de fevereiro de 1687, se levantaram contra os colonos²¹⁹.

Foi enviada à ribeira do Açu, pelo capitão-mor Pascoal Gonçalves de Carvalho, uma expedição comandada por Manoel de Abreu Soares com 150 infantes, quatro capitães da ordenança e os índios das aldeias de Diogo Camarão para combater os indígenas que se levantavam. Apesar dos esforços do capitão-mor e os pedidos de ajuda enviados pelos oficiais da câmara ao Governador Geral, na Bahia, os indígenas continuavam a atacar e a matar o máximo de homens que conseguiam.

O ano de 1687 terminou com muitas mortes. Segundo o governador Matias da Cunha, morreram no sertão do Rio Grande mais de cem pessoas, “entre brancos e escravos”, e foram mortas mais de 30 mil cabeças de gado. Para o governador Matias da Cunha a única

como sua aparência física e costumes, como a forma que se mudavam de acampamento para acampamento, e as funções de trabalho de cada membro dos grupos indígenas. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande*. p. 277-280.

²¹⁸ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. p. 295.

²¹⁹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 127.

forma de conseguir controlar os gentios tapuias eram os paulistas que, “considerando eu que só o grande valor, e experiência dos paulistas poderão ali conseguir o mesmo fim, que com tanta glória alcançaram das nações que tyrannisavam a Bahia”. Solicitava então, em 1688, que o terço dos paulistas fosse enviado para o Rio Grande²²⁰.

Com os ataques sofridos pela população, muitos eram aqueles que pretendiam sair da capitania em busca de local mais seguro. Os indígenas conseguiram amedrontar os moradores sobreviventes dos ataques e aqueles que moravam mais a leste. Nota-se que nesse período a doação de sesmarias foi cessada. A probabilidade de pessoas quererem criar gado em terras tão perigosas era mínima. Aqueles que preferiam ficar começaram a organizar a defesa dos seus locais de moradia construindo casas-fortes.

Essas pequenas fortificações localizavam-se próximas às ribeiras mais habitadas, como a do rio Potengi, do rio Seará-Mirim, do rio Mipibu e do rio Cunhaú. Tais edificações, nesse período, constituíam-se em “um posto entrincheirado e guarnecido de alguns homens, serviam de refúgio aos moradores em caso de perigo”²²¹ e base para as tropas militares que viriam lutar nas guerras contra os gentios.

Não se sabe ao certo em qual momento essas casas-fortes foram construídas, mas o surgimento delas foi a resposta encontrada para os ataques indígenas, cada vez mais frequentes, ocorrendo à medida que os colonos foram ocupando seus territórios, nas últimas décadas do século XVII. Segundo Vicente Lemos, citando uma carta de vereação de 2 dezembro de 1688, os oficiais do Senado da Câmara de Natal

tornaram a escrever neste mesmo mez ao Governador Geral, [na Bahia] communicando que os gentios, senhores de todo o sertão, tinham assaltado agora os colonos da ribeira do Ceará-Mirim a cinco léguas da capital, os quaes mal podiam defender-se de dentro das casas fortes. Que diversas casas tinham sido construídas em Tamatanduba, Cunhaú, Goyaninha, Mopibú, Groahyras, Potengy, Utinga, Aldeia de São Miguel, assistindo em cada uma delas apenas de cinco a seis homens, à falta de pessoal capaz, porque o disponível partira para o sertão [...]”²²².

Segundo o historiador Tavares de Lyra, as casas-fortes do Cuó, onde hoje se localiza a cidade de Caicó, Tamatanduba²²³, e Potengi, que provavelmente encontrava-se no

²²⁰ Carta que se escreveo aos officaes da Câmara de São Paulo persuadirem os paulistas a virem à Guerra dos Bárbaros do Rio Grande. Coleção Documentos históricos da Biblioteca Nacional. N. 11.p. 139-140.

²²¹ POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Rio Grande do Norte*. 1922. p. 152.

²²² LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. 1912. p. 41.

²²³ Roberto Ayrton Silva indica esta localidade como a atual cidade de Pedro Velho. SILVA, Roberto Airon. *Arqueologia colonial: as casas fortes (de pedra) como unidade de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no*

engenho Potengi, também conhecido como Ferreiro Torto, nas margens do rio Potengi e hoje localizado na atual cidade de Macaíba, foram construídas na beira de rios de mesmo nome das casas²²⁴. Segundo Olavo de Medeiros Filho, em *Índios do Açu e Seridó*, a edificação da casa-forte do Cuó ocorreu entre os anos de 1686 e 1687, quando as primeiras tropas, comandadas por Antônio de Albuquerque da Câmara, foram enviadas para a região devido às ações dos indígenas contra os colonos²²⁵. Cada casa-forte contava apenas com cinco ou seis homens para sua defesa²²⁶.

O arqueólogo Roberto Airon Silva afirma que as casas-fortes no Rio Grande surgiram na segunda metade do século XVII. A edificação dessas casas podem ter sido iniciadas após a saída dos holandeses, no processo de repovoamento da capitania, ou nas décadas finais do mesmo século, devido às necessidades de segurança que surgiram com a Guerra dos Bárbaros. Para esse arqueólogo, as casas fortes faziam parte da estratégia da Coroa para assegurar a conquista do espaço, em um momento de tensão e ameaça como no caso da Guerra²²⁷.

Aos poucos, durante o século XVIII, as casas-fortes, ou casas de pedra, como também são citadas na documentação, deixariam de ser construídas, passando apenas por reparos quando possível. Para o contexto da capitania do Rio Grande, no pós-guerra, a fixação dos indígenas em aldeamentos se tornou a alternativa mais interessante para a contenção de levantes. “Tais Missões não só catequizaram, reduziram e pacificaram em geral, o gentio bravo, mas também representaram o caráter de substituição na estratégia de ocupação, exploração e controle efetivo do espaço nessa capitania”²²⁸.

No mapa a seguir, pode-se perceber como as casas-fortes foram sendo construídas na capitania do Rio Grande, com mais frequência no litoral e depois no oeste.

século XVII. *Mneme: revista de humanidades*, Caicó, v.6, n.13, p. 111-122, dez.2004/ jan.2005. Tamatanduba era uma localidade na qual se registrava o gado e se coletava o imposto antes deste sair da capitania do Rio Grande. Desde o ano de 1674 são encontrados registros dessa atividade nesse local nos termos de vereação da câmara de Natal. Catálogo dos termos de vereação do Senado da Câmara de Natal (no prelo).

²²⁴ LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 2. Ed. Natal: Fundação José Augusto, 1920. p. 110-111. Apud SILVA, Roberto Airon. *Arqueologia Colonial: as Casas Fortes (de Pedra) como unidades de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no Século XVII*. *Mneme: Revista de Humanidade*. Caicó. V. 6. N. 13, dez.2004/jan.2005. p. 117.

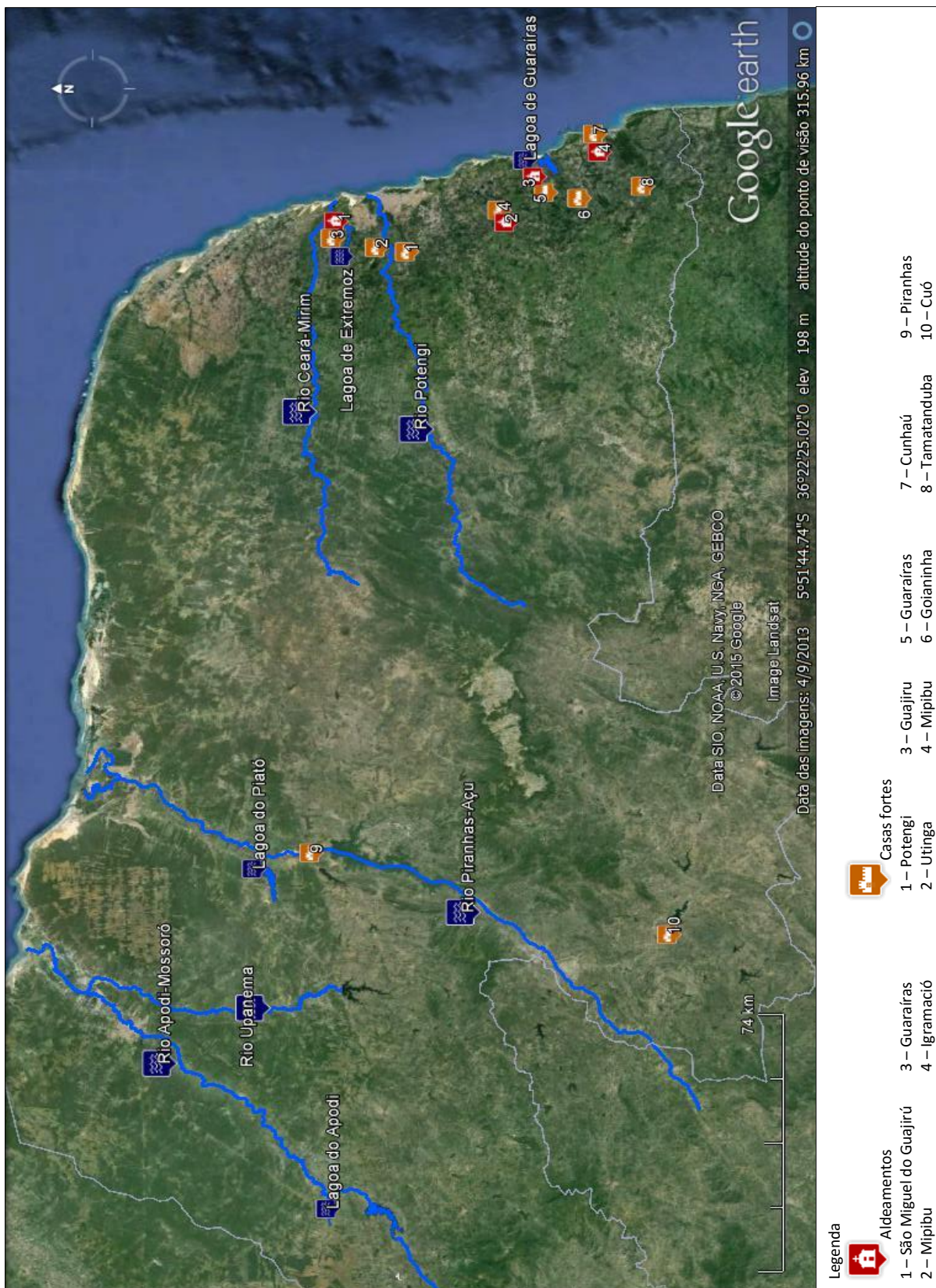
²²⁵ MEDEIROS FILHO, Olavo. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília, 1984. p. 143. Não há uma definição concreta sobre a localização da casa-forte do Cuó. Para Tavares de Lyra, a casa-forte do Cuó encontrava-se nas proximidades da atual cidade de Assú. LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. 2008. p. 146. Nas redondezas do atual município de Assú há uma serra com o nome de Cuó, o que pode justificar a conclusão de Tavares de Lyra.

²²⁶ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 133.

²²⁷ SILVA, Roberto Airon. *Arqueologia colonial*. 2005. p.118.

²²⁸ *Ibidem*. p. 119.

Mapa 13: Casas fortes e aldeamentos da capitania do Rio Grande em 1688



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas obras de Vicente Lemos, *Capitães-Móres e Governadores do Rio Grande do Norte*; de Augusto Tavares de Lyra, *História do Rio Grande do Norte*; de Olavo de Medeiros Filho, *Índios do Açu e Seridó*; e de Roberto Airon Silva, *Arqueologia colonial*; e no georreferenciamento do mapa do Brasil Holandês de George Marcgrave, *Brasilica qua parte paret Belgis*, feito por Levy Pereira.

Apesar da construção de casas fortes e dos esforços para defesa das localidades povoadas, foi comum a fuga de muitos sesmeiros para longe dessas localidades em conflito. Um exemplo que poder ser lembrado é o dos irmãos Nogueira que, assim que sofreram com os indígenas, saíram de suas terras e foram procurar abrigo seguro na ribeira do Jaguaribe, ao menos até que pudessem voltar para suas fazendas.

Alguns homens ricos e suas famílias também solicitaram a saída da capitania assim que souberam da situação em que se encontrava o Rio Grande. Para evitar que mais casos desses ocorresse, a câmara da cidade do Natal decidiu, em 2 de junho de 1689, solicitar ao capitão-mor da capitania, Agostinho César de Andrade, que não mais concedesse licenças de saída para os moradores do Rio Grande²²⁹.

Andrade havia concedido licença para cinco casais, que eram donos de muitas fazendas, para irem à Pernambuco. Os oficiais da câmara pediam que isso não se repetisse, pois a capitania ficaria apenas com os moradores de pouca condição financeira no seu território. Infelizmente não foram citados os nomes dessas pessoas na documentação, mas acredita-se que essa solicitação não teria sido feita despretensiosamente ou se esses moradores de fato não fossem homens de cabedal²³⁰.

O curioso é que no ano anterior, no dia 11 de janeiro de 1688, o então capitão-mor da capitania havia proibido a saída de qualquer morador da capitania, visando impedir o despovoamento do Rio Grande. Quem mostrasse a intenção de deixar suas terras, fosse este de qualquer condição social, seria considerado traidor e poderia ser preso e ter os bens confiscados²³¹.

Ter moradores ricos na capitania nesse momento era uma forma de garantir que a defesa desta fosse garantida. Cada vila ou cidade deveria ter um terço das ordenanças, o qual deveria ser composto por todos os homens aptos ao serviço militar da localidade em que estava instalado. Esses homens precisariam portar armas, e estas seriam obtidas de acordo com as suas posses, ou seja, aqueles que se enquadravam em uma condição mais privilegiada financeiramente poderiam e deveriam adquirir um melhor arsenal que aqueles de menor condição social. Se os homens mais ricos da capitania fugissem do perigo e aqui ficassem apenas os mais pobres, seria difícil conseguir organizar uma defesa contra “o gentio bárbaro”.

As tropas de linha, ou regular, eram aquelas formadas e pagas pela Coroa. Esse era o único corpo militar que tinha um alistamento obrigatório, sendo convocado todo homem

²²⁹ Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (no prelo).

²³⁰ Ibidem.

²³¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 134.

solteiro apto a estar no exército. Esses homens, em sua maioria, compunham as camadas mais baixas dos povoados, eram livres sem trabalho fixo, sem compromisso matrimonial e também aqueles considerados vadios. Além destes, os principais alvos da arregimentação dessas tropas eram os criminosos²³².

Essas tropas não estavam divididas por todas as vilas, povoados e cidades do Estado do Brasil. As tropas de linha eram as únicas que se encontravam estacionadas nas vilas de maior destaque administrativo e econômico. Para as Capitanias do Norte, os locais que se enquadravam nessa condição eram as de Recife e Olinda, em Pernambuco. Tais tropas somente seriam mobilizadas para outras capitanias quando fossem solicitadas²³³.

No caso da capitania do Rio Grande, não havia tropas de linha para servir em ocorrência de ataque dos indígenas. Não há, até o momento, um estudo mais aprofundado sobre as tropas existentes na capitania do Rio Grande no século XVII, mas acredita-se, por alguns vestígios encontrados na documentação, que os homens da capitania serviam nas tropas de ordenança, mas que, em determinados momentos, alguma milícia pode ter sido organizada.

As tropas que aqui existiam eram as de ordenanças. Tais tropas possuíam mais um caráter administrativo e arregimentavam todos os homens livres de uma freguesia, geralmente casados e em idade produtiva. Comumente, tais homens eram pobres produtivos e se alistavam apenas pela obrigatoriedade. Como do seu trabalho vinha o sustento de sua casa, dificilmente esses homens gostariam de se por a serviço da defesa de sua localidade²³⁴.

Já as milícias, eram corpos militares formados por homens de posses, que deveriam patrocinar, além do seu sustento, os armamentos e os fardamentos das tropas²³⁵. Assim, entende-se a preocupação da câmara da cidade do Natal em pedir que não saíssem da capitania aquelas que possuíam um certo cabedal, uma vez que eram poucos os moradores da capitania, a maioria estava espalhada em suas terras e muitos estavam em idade produtiva, provendo o sustento de suas casas.

Além de algumas pessoas estarem fugindo de suas terras, as solicitações de sesmaria ficaram paralisadas por alguns anos. Possivelmente, as concessões foram cessadas devido ao perigo em que corriam os sesmeiros que adentravam os sertões. No entanto, era de interesse não somente da Coroa, mas também das autoridades locais, que as pessoas permanecessem e continuassem a ir para aquela área, principalmente os homens que se

²³² SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras*. 2010. p. 80.

²³³ Ibidem. p. 80.

²³⁴ Ibidem. p. 81.

²³⁵ Ibidem. p. 81.

comprometessem com a manutenção das terras, impedindo que os indígenas avançassem ao litoral.

Como a expedição do coronel Antônio Albuquerque da Câmara não teve sucesso, a situação complicava-se ainda mais no sertão do Rio Grande. Com pedidos do capitão-mor e oficiais da câmara da cidade do Natal, o governador geral Matias da Cunha entendia que era “evidente o perigo em que fica a mesma Capitania a que devo acudir por todos os meios possíveis: e o mais prompto é marchar Vossa Mercê [Domingos Jorge Velho] dahi com todas as forças que tiver sobre aquelle bárbaro.” O Governador ordenava que o paulista Jorge Velho, com toda sua tropa, que estava preparada para ir a Palmares, fosse diretamente para o Rio Grande. Alegava ainda que a guerra era justa e que podiam fazer prisioneiro todos os índios sobreviventes que foram combatidos²³⁶.

Além da tropa de Manoel de Abreu Soares, que recebeu uma patente de capitão-mor de entradas, o que permitia que ficasse independente das ordens do capitão-mor da capitania, foram enviados reforços para as tropas de Antônio de Albuquerque da Câmara, que receberia mais homens para combate, dentre eles pardos e todos os criminosos e degredados; o paulista Matias Cardoso que estava estacionando em São Francisco deveria marchar para o sertão do Rio Grande com os seus 300 homens; e da capitania de Pernambuco deveriam marchar 80 homens para a fortaleza dos Reis Magos, que se encontrava devastada, 50 destes oitenta homens seriam enviados, depois, ao sertão para compor as tropas de Antônio de Albuquerque, e mais 80 seriam enviados à fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, no Siará Grande²³⁷.

A ofensiva que estava sendo organizada pelo governo geral e pelo governo de Pernambuco, mesmo com o auxílio dos paulistas, utilizava todos os homens disponíveis para pegar em armas. Exemplo disto são os homens degredados, os criminosos e os pardos enviados a Antônio de Albuquerque. Kalina Vanderlei Silva, em sua obra *Nas solidões vastas e assustadoras*, faz um estudo da composição dessas tropas auxiliares que foram montadas para a Guerra dos Bárbaros.

Os homens considerados como vadios, que perambulavam pelas ruas de Recife e Olinda, os homens livres sem ocupação, os criminosos e os degredados que criavam inúmeros problemas na cidade foram convocados, por obrigação, a participar dessas tropas. Para o governo, essa era uma forma de dar uma ocupação para essa população inativa e ociosa. Já

²³⁶ Carta pra o capitão Domingos Jorge Velho sobre partir com a gente que tiver sobre os bárbaros do Rio Grande. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. N. 10. P. 262-263.

²³⁷ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 135-136.

para essa população, havia chances de conseguir terras em um sertão desconhecido, inabitado e que não era alvo da vontade de expansão de muitos que viviam no litoral, conseguindo assim se dotar de algum tipo de prestígio social e sair de sua antiga condição de “desocupado” às margens de uma sociedade para um ocupante de ofício e possível merecedor de terras²³⁸.

As tropas enviadas pelo governo de Pernambuco não estavam alcançando sucesso, ao contrário do que acontecia com as tropas de Domingos Jorge Velho. Mas, mesmo conseguindo ter algumas vitórias, os indígenas continuavam a frente. Muitos foram aqueles que fugiram dos sertões e nas tropas também era grande o número de desertores. As notícias vindas do Rio Grande eram de que a fortaleza possuía pouquíssimos soldados, no máximo seis e que a tropa de Antônio de Albuquerque da Câmara e do paulista Domingos Jorge Velho estavam em menor número e com falta de munição. As tropas comandadas por Manoel de Abreu Soares passaram a também saquear as fazendas do Assú em busca de alimento, o que aumentava o terror da população e a sensação de insegurança²³⁹.

Nas ordens passadas por Matias da Cunha, antes de seu falecimento, era de que o terço do paulista Matias Cardoso, que estava no São Francisco, fosse para o Rio Grande. Este esperava o abastecimento de pólvora e comida prometido pelo Governador-geral, bem como o pagamento de seus soldos, que seriam entregues desde o primeiro dia do contrato. Era esperado também postos militares de maiores patentes, soldado e capitães brancos e o fardamento e pagamento de soldos para seus homens. Seguiu para seu auxílio o sargento-mor Manoel Alvares de Moraes Navarro, com mais 23 soldados²⁴⁰.

Para o governo geral estava claro que utilizar as tropas de paulistas eram menos dispendiosos e mais estratégicos, pois assim como as tropas de Camarões, eram os mais indicados a fazer essa guerra, uma vez que possuíam mais experiência e conhecimento de como os tapuias guerreavam. Assim, seria interessante desmobilizar as tropas de ordenanças, as regulares, as milícias e a dos Henriques, pois trazia muito prejuízo para a Fazenda Real que não tinha mais recursos suficientes para manter uma guerra. A ordem era acabar com o conflito a qualquer custo, mesmo que fazendo as pazes com os indígenas²⁴¹.

Fazer as pazes com os indígenas não era o objetivo dos moradores do Rio Grande, que pretendiam que estes fossem exterminados por completo, como assim se tinha ordenado no início da guerra. Segundo esses moradores, voltariam ao sertão da capitania apenas se estes estivessem livres da presença dos bárbaros. Mas uma ofensiva desta requeria muitos recursos

²³⁸ SILVA, Kalina Vanderlei da. *Nas solidões vastas e assustadoras*. p. 64-66.

²³⁹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. p. 146

²⁴⁰ Ibidem. p. 150.

²⁴¹ Ibidem. p. 151.

da Fazenda Real para a manutenção de muitas tropas, o que não seria possível naquele momento²⁴².

As tropas de Matias Cardoso estavam inicialmente em um presídio no Jaguaribe, onde não conseguiram se manter devido a falta de mantimentos, os quais deveriam ter sido enviados pelo governo de Pernambuco. Cardoso foi então para o Assú, deixando uma pequena tropa no Jaguaribe. Meses depois essa tropa foi aniquilada. Matias Cardoso continuou no Assú, fazendo a segurança da ribeira, principal local de acesso ao Siará Grande e por alguns momentos os indígenas pararam de atacar²⁴³.

Com os ataques estacionados, essas terras voltaram a ser alvo das vontades de sesmeiros apenas em 1691. No dia 18 de maio, Manuel Vieira do Vale requereu uma sesmaria. A principal justificativa apresentada por esse suplicante foram os seus serviços à majestade “nas guerras passadas. Como nas presentes dos tapuias dos coais tinha recebido considerável perda em seus gados e fazendas”. Além de justificar seu pedido, uma reclamação foi feita: não foram mais dadas terras a Vieira do Vale, pois não havia descoberto nenhuma. Foi então que, com outras pessoas, e com risco de sua fazenda descobriu essas terras que requereu em forma de sesmaria²⁴⁴.

As referências espaciais fornecidas pelo sesmeiro era que a terra ficava para além do Açú, seguindo a costa do mar chegando até o rio Upanema, “nas testadas dos providos do Assú”, indo em direção ao sul, nas proximidades de onde o capitão Antônio Albuquerque da Câmara enfrentou o gentio²⁴⁵, a serra do Patu e terminava “nas testadas dos providos do rio Piranhas”, na localidade conhecida pelo tapuia como Carnaúbas. Tais confrontações apresentam uma grande área entre os rios Apodi-Mossoró e o rio Piranhas-Açú, se iniciando na costa do mar e chegando aos atuais limites dos estados do Rio Grande do Norte e Paraíba²⁴⁶.

Apesar de esse requerimento apresentar apenas um suplicante, Manuel Vieira do Vale, tudo indica que inicialmente as terras foram solicitadas por outros sesmeiros.

²⁴² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. 2002. p.152.

²⁴³. Ibidem. p. 153-154.

²⁴⁴ Carta de sesmaria doada em 18 de maio de 1691 a Manuel Vieira do Vale na ribeira do Assú. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n 47, fls. 193 - 196. RN 0044.

²⁴⁵. Não há uma definição concreta sobre a localização da casa-forte do Cuó. Para Tavares de Lyra, a casa-forte do Cuó encontrava-se nas proximidades da atual cidade de Assú. LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. 2008. p. 146. Nas redondezas do atual município de Assú há uma serra com o nome de Cuó, o que pode justificar a conclusão de Tavares de Lyra. Já para Olavo de Medeiros Filho, a casa forte do Cuó foi construída na área ocupada pelo atual município de Caicó. MEDEIROS FILHO, Olavo. *Índios do Açú e Seridó*. 1984. p. 143

²⁴⁶ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 154.

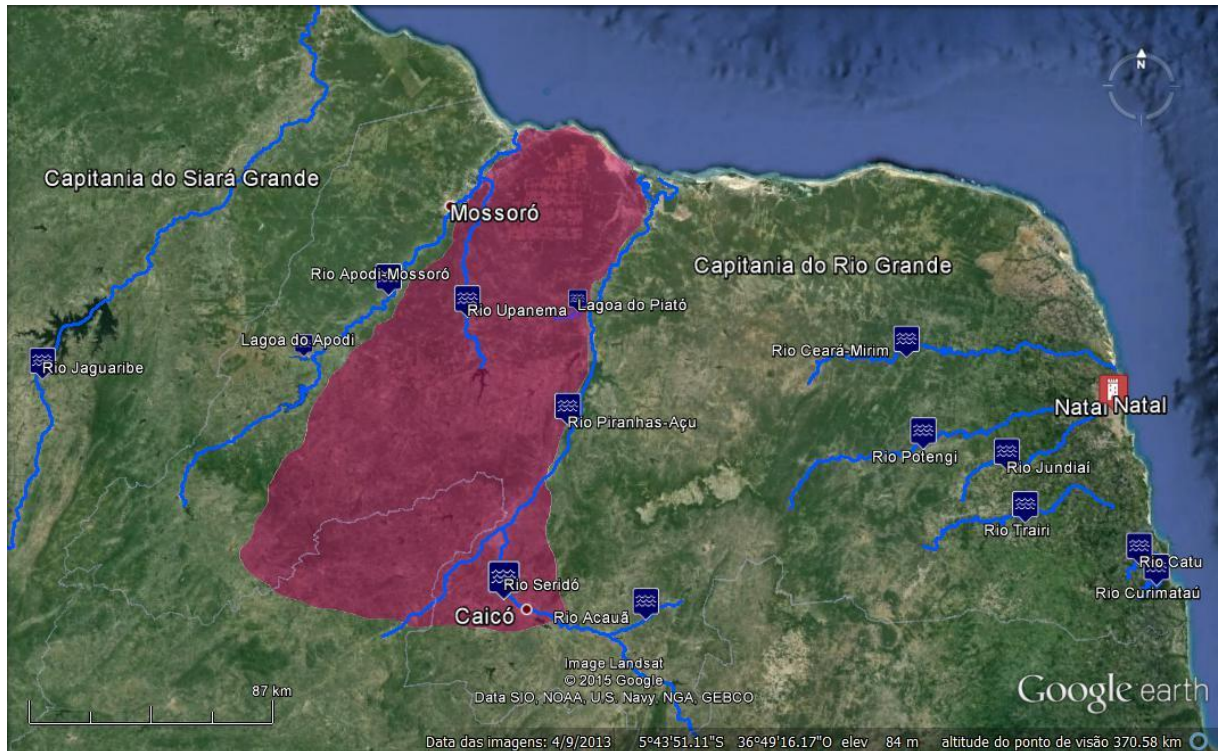
Analisando a fala do provedor da fazenda, fica claro que eram mais pessoas a pedir terras nesse requerimento, dividindo a sesmaria em dez partes de quatro léguas em quadra.

*Senhor de sesmaria sam para todos cento e sessenta legoas quaradas para serem dezesseis legoas as quatro que pedem em quadra e he pella extenção terra para hum Reino, tem porem mostrado todas as experiencias mostrado que de semelhantes Companhias resultão sempre ser o senhorio a dominio si toda a terra de hum seo dos companheiros empedir por que a diversos titolos suportos pella major parte mostra lhe pertenser o que se deu aos mais e da mão deste se rendam os sitios aos mais vassalos de sua Magestade quando dellas nessesitão tendo para se lhes darem o mesmo ou major meresimento do que os pessuidores e per esta rasão me pairesse se não deve dar terras de sesmaria senão a cada hum de por sy constando que tem cabedais que nella desp e aproveitallas no termo da ley e que antes disso as não posão aliar nome passar per titolo algum domínio a othem e com as mais clauzulas e comdições da mesma lej.*²⁴⁷

Por essa fala do provedor-mor da Fazenda Real, Francisco Camtorto, percebe-se que eram dez pessoas a solicitarem essa sesmaria. A utilização da terra, nesse caso, deveria ser de responsabilidade de todos os requerentes, no entanto, ao que parece a prática era diferente. Na maioria dos casos, um dos solicitantes se responsabilizaria pela administração do uso da terra como um todo, o que permitiria que apenas esse sesmeiro fosse o responsável pela terra, não tendo motivos para que esta fosse considerada devoluta.

²⁴⁷ Carta de sesmaria doada em 18 de maio de 1691 a Manuel Vieira do Vale na ribeira do Assú. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n 47, fls. 193 - 196. RN 0044.

Mapa 14: Sesmaria de Manoel Vieira do Vale



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, com base nos dados contidos na Plataforma SILB.

O problema de terras com grande extensão doadas a poucas pessoas, mesmo que estas tenham um determinado cabedal, era a dificuldade em povoá-la, impedindo, assim, a doação de terras àqueles que estavam interessados. Não deve ser esquecido o fato de existirem muitos posseiros e que a posse foi uma das formas de ocupação do espaço de toda a América portuguesa. O sistema de sesmaria era apenas uma política oficial de doação de terras. Esses posseiros podem ter ocupado parte dessas grandes extensões de terra que jamais um só senhor conseguiria obter êxito.

Provavelmente, a intenção do provedor em não doar terras do “tamanho de um Reino” para poucas pessoas era evitar que grandes sesmarias estivessem nas mãos de poucos homens e que estes não tivessem condições de povoá-las, causando assim um grande prejuízo para a Fazenda Real. Além de que, o principal objetivo nesse momento não estaria sendo cumprido: povoar a terra e mantê-la na posse de súditos portugueses, enfrentando os tapuias quando necessário e impedindo seu avanço²⁴⁸. Ter grandes extensões de terras vazias de súditos era uma chance de deixar o gentio livre para se apoderar delas novamente.

No fim, foi apenas concedido a Manuel Vieira do Vale quatro léguas em quadra, em qualquer lugar dentro das confrontações apresentadas que não estivesse povoada, não

²⁴⁸ Carta de sesmaria doada em 18 de maio de 1691 a Manuel Vieira do Vale na ribeira do Assú. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n 47, fls. 193 - 196. RN 0044.

podendo ser passada pra outra pessoa até fazer qualquer benefício da terra de acordo com a lei. Uma última ressalva é feita na concessão: “com declaração que avendo nas ditas quatro legoas em quadra consedidas alguma aldeia de índios não fica o dito Cappitam Manoel Vieira do Valle senhor della nem das terras que ocuparem os índios na forma das novas ordens de sua Magestade”²⁴⁹

A ordem a que se refere a carta de sesmaria foi uma carta régia de 17 de janeiro de 1691 enviada pelo Governador-geral Antônio da Câmara Coutinho. Nessa carta, o rei impedia que sesmeiros ocupassem terras que estivessem sob o domínio de aldeias de índios e também aquelas terras que eram utilizadas para o sustento destes. Ficava bem claro que qualquer um, mas principalmente os padres missionários dessas aldeias, denunciasses casos de sesmeiros que não só pediram, mas que ocuparam terras que pertenciam a aldeias²⁵⁰.

Essa ordem escrita na carta de sesmaria, e que se esperava ser cumprida pelo sesmeiro, era uma forma de evitar novos embates. A Fazenda Real não tinha mais condições de manter tropas, os suprimentos que deveriam ser enviados para aquelas que estavam nos sertões chegavam com atraso, o que levava à muitas deserções. Caso os indígenas se levantassem com toda a sua força, seria difícil ter uma grande ofensiva para desmobilizá-los.

Domingos Jorge Velho, que continuou combatendo até o ano de 1689, conseguiu prender o principal dos Janduí, chamado de Canindé. Em 1692, esse principal foi libertado com a promessa de ajudar a encontrar uma mina de prata no rio Jacu e outra de esmeralda no rio dos Camarões. As minas não foram encontradas, mas uma importante decisão foi tomada por Canindé: oferecer um tratado de paz com os súditos da Coroa portuguesa. Nesse tratado, Canindé reconhecia que todo o território que suas 22 aldeias ocupavam eram do rei de Portugal; seriam batizados; em caso de invasão à América portuguesa, oferecia cinco mil homens para a defesa; lutariam contra os indígenas considerados inimigos; prometeram não mais saquear o gado dos moradores do sertão do Rio Grande; os moradores poderiam voltar as suas terras, mas os rios e as terras para cultivo dos indígenas deveriam ser mantidas e respeitadas; e os moradores não os podiam cativar e os paulistas não poderiam mais provocá-los. Os termos do tratado foi aceito²⁵¹.

Quando esse tratado foi assinado, as tropas de Matias Cardoso não recebiam mais o soldo, o fardamento não havia chegado e as ajudas para o abastecimento delas não foram

²⁴⁹ Carta de sesmaria doada em 18 de maio de 1691 a Manuel Vieira do Vale na ribeira do Assú. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro I, n 47, fls. 193 - 196. RN 0044.

²⁵⁰ Carta para sua majestade sobre os donos das sesmarias se não fizerem senhores das terras de Aldeias de índios. 20 de junho de 1691. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. V. 33. p. 341-341.

²⁵¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. p. 159. Nos anexos de sua obra, Pedro Puntoni apresenta o tratado de paz oferecido por Canindé às autoridade portuguesas. Ibidem. p. 300-302.

enviadas. A desmotivação desses homens era incontrolável, sobretudo após a escravidão dos indígenas ser considerada injusta. Foram muito comuns as fugas de muitos desses paulistas para Palmares, em busca de melhores ganhos com a guerra. Mas Cardoso ainda continuou no Rio Grande, honrando seu compromisso de defender a capitania²⁵². Os antigos moradores do Assú voltavam as suas terras e alguns outros solicitavam novas sesmarias²⁵³. Nesse ano de 1692 uma doação foi encontrada no sertão, mais precisamente em um local jamais citado nas cartas de sesmarias: a lagoa do Apodi.

O capitão de entradas Luiz da Silveira Pimentel, com a justificativa de servir há anos a sua majestade em Pernambuco e que a partir daquele momento estava seguindo para Palmares, requereu terras entre o rio Piranhas e o rio Jaguaribe, afirmando que estas estavam dentro do “districto do Seará, Capitania da Cidade do Rio Grande”. As terras, com tamanho de dez léguas em quadra, serviriam para seu gado e demais criações que, com a perda de sua fazenda, estavam sem espaço para serem acomodados. O único confrontante citado foi Manuel Ferreira Nogueira, que possuía terras na “*Lapa do Pody*”²⁵⁴.

A terra foi concedida, mas não do tamanho que havia requerido o capitão de entradas Luiz da Silva Pimentel. Como estava proibido doar terras maiores que quatro léguas em quadra, apenas essa quantidade foi concedida ao capitão. Da mesma forma que a Manuel Vieira do Vale, as terras recebidas não poderiam ser trocadas, vendidas ou administradas por outros. Somente os herdeiros do sesmeiro que a recebia poderiam tomar posse legítima das terras. Como também foi ordenado a Manuel Vieira do Vale, se nas terras requeridas houvesse alguma aldeia de índios, esse sesmeiro não poderia povoá-la²⁵⁵.

De 1692 a 1700 não se sabe notícias sobre a ocupação das terras da ribeira do Apodi-Mossoró. As doações na capitania do Rio Grande para esse período não foram encontradas. Ou elas não foram efetivadas, ou, o mais provável, algum livro das sesmarias tenha se perdido ou não sobrevivido à ação do tempo.

Durante esse período, Matias Cardoso deixou a capitania, seguindo para o rio São Francisco e se estabelecendo em fazendas de gado. Antes de desmobilizar suas tropas, o

²⁵² PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 161.

²⁵³ A dissertação de Tyego Franklim da Silva analisa como a ribeira do Assú passou pelo seu processo de conquista e como, durante e posteriormente a Guerra dos Bárbaros, conflitos pelas terras desta ribeira surgiram. SILVA, Tyego Franklin. *Na ribeira da discórdia*. 2015.

²⁵⁴ Carta de sesmaria doada em 28 de agosto de 1692 a Luiz da Silva Pimentel no Apodi. ALGUMAS datas de sesmarias cearenses registradas na Bahia. Revista do Instituto Histórico do Ceará, Fortaleza, ano 46, T. 46, p. 212 - 216, 1932; Arquivo Nacional, Códice 427, fl. 42-43. CE 0566.

²⁵⁵ Ibidem. A lei que limita as sesmarias a uma extensão de quatro léguas ou cinco léguas em quadra, citada na carta de sesmaria em questão, não foi encontrada. Sabe-se que em 1697, mais precisamente no dia 09 de janeiro, uma ordem régia foi enviada limitando a extensão das sesmarias em três léguas por um. Plataforma SILB. Acessado em 23 de julho de 2015, disponível em: < <http://www.silb.cchla.ufrn.br/downloads/tabelanova.pdf>>

mestre-de-campo havia sugerido uma efetiva povoação das fronteiras da capitania. Levar homens dispostos, com suas famílias, para povoar os limites era uma forma de conseguir controlar os indígenas da região e aqueles que estavam aldeados. Em caso de qualquer revolta, estes seriam os primeiros a segurar o inimigo²⁵⁶. A proposta era criar aldeias, em forma de arraiais, sendo no “Assu, Jaguaribe e Piranhas se ponham seis aldeias de índios, duas em cada um destes tres sertões com cem casaes cada Aldeia e com vinte soldados pagos.”²⁵⁷,

A ideia de se criar aldeias em toda a zona de fronteira e incentivar o povoamento do sertão pelos moradores da capitania, principalmente solicitando a volta daqueles que fugiram de suas terras, se baseava em um desfecho sem enfretamento bélico para essa guerra. O respeito ao tratado assinado pelo Canindé e a ocupação de áreas restritas por índios e por homens que, se por ventura houvesse um levante, eram capazes de proteger o território da capitania era uma solução rentável para a Fazenda, que não tinha mais como alimentar tropas numerosas em uma guerra dispendiosa.

Apesar de esta ser a alternativa preferível dos moradores da capitania do Rio Grande²⁵⁸ e do governo de Pernambuco, uma carta régia de 10 de março de 1695, com base no discurso do governo da Bahia, que apoiava os paulistas e enviara cartas ao Concelho Ultramarino sobre a necessidade de se combater os indígenas por meio de uma guerra ofensiva, ordenava que novo terço de paulistas deveria ser formado e enviado ao sertão daquela capitania²⁵⁹.

Apesar de a guerra ofensiva ser o caminho escolhido pelo rei, com base na vontade do governo-geral do Estado do Brasil, nomeou como capitão-mor da capitania do Rio Grande, em dezembro de 1694, Bernardo Vieira de Mello, originário da capitania de Pernambuco e afinado com as pretensões do governador desta, e dos moradores do Rio Grande, de seguir com uma guerra defensiva²⁶⁰. Como primeira medida de seu governo, Vieira de Melo convocou os moradores da capitania do Rio Grande para discutir qual a melhor forma de agir contra os bárbaros. De comum acordo, decidiram que deveria ser feito um presídio na ribeira do Assú, para servir de base para a defesa de tal localidade. Os

²⁵⁶ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002. P. 165.

²⁵⁷ Carta para o mestre de campo Matias Cardoso de Almeida. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. N. 38. P. 302-305.

²⁵⁸ Registo da petição dos moradores da Capitania do Rio Grande da costa de Pernambuco e representam a Sua Majestade como a dita capitania é uma das melhores partes da América. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. N.8. p. 120-122.

²⁵⁹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002.p. 171.

²⁶⁰ *Ibidem*. p. 173.

moradores se comprometeram de, por seis meses, sustentar as tropas para defesa com farinha²⁶¹.

Bernardo Vieira de Melo, em carta ao rei relatava sobre a construção do presídio do Assú. O assunto girava em torno da procura de uma melhor localização para esse presídio e que sua construção já havia sido iniciada. A relação com os gentios havia sido apaziguada, os moradores da localidade ficaram mais seguros de ocuparem suas terras e passaram a cuidar de gado, que, segundo o documento, havia sido “descido” da capitania do Siará Grande cerca de 43 cabeças que ali estavam apascentadas²⁶². Como precisou voltar para a cidade do Natal, Vieira de Melo deixou o presídio sob os cuidados de um

homem de mayor honra que achei nessa capitania que he hum Theodozio da Rocha pessoa de boa satizfação a quem o gentio respeita e ama muito e convem ao servisso de vossa Magestade o conservanse naquela ocupação que nenhum hã de obrigar em tudo como elle e está suprindo ao que pode com o limitado cabedal que possui e nem as obrigaçoens de muitos filhos que tem lhe servem de [ilegível]mento a assistir por servir a vossa Magestade com grande zello pello qual o elegi cabo daquele Prezidio e lugar athe vossa Magestade mandar o que for servido²⁶³.

Observa-se nesse documento a importância de pessoas como Teodósio da Rocha para esse momento delicado de relação com os indígenas. A intenção de Vieira de Melo não era guerrear, mas sim buscar formas de manter a paz na região, procurar pessoas com esse propósito e fazer com que ele fosse posto em prática.

As cartas de sesmarias desse período, como já foi dito anteriormente, não foram encontradas. Mas alguns vestígios de algumas poucas doações puderam ser rastreados. Segundo um requerimento feito por dois dos filhos de Teodósio da Rocha, Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha, este capitão havia recebido, do capitão Bernardo Vieira de Melo, uma sesmaria na ribeira do rio Mossoró. Segundo Antônio Vaz Gondim, este capitão-mor também havia doado terras para ele, juntamente com Manoel Gonçalves Pimentel, também na ribeira do Mossoró²⁶⁴. Essa ação condiz com a ideia de Vieira de Melo de repovoamento do sertão, por súditos da Coroa e por índios.

²⁶¹ PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. 2002.p. 174;

²⁶² CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açú e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-rio grande do norte, Cx. 1,d. 42 e 43. AHU_ACL_CU_018, Cx. 1, D. 45.

²⁶³ Ibidem.

²⁶⁴ Carta de sesmaria doada em 12 de maio de 1713 a Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha na ribeira do Mossoró. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro II, n. 127, fls. 139-140.

Certamente, Bernardo Vieira de Melo procurou perceber a dinâmica política da capitania e quem eram os formadores de um grupo que pode ser chamada de principais da terra. Teodósio da Rocha era sobrinho do antigo capitão-mor da capitania, Antônio Vaz Gondim, foi um dos primeiros sesmeiros a solicitar terras na ribeira do Assú, 1676, área até então não conquistada, além de assumir diversos cargos na câmara da cidade do Natal, como o de juiz ordinário, assumido pela última vez no ano de 1691²⁶⁵.

No trecho do documento aqui exposto, Teodósio da Rocha é apresentado como o homem mais honrado da capitania e amigo dos gentios, mostrando como esse capitão era de grande valia para esse momento. Além disso, apesar de apresentado como homem de “pouco cabedal” e com muitos filhos para assistir, não deixou de dar apoio às necessidades da Coroa.

No ano seguinte a construção do presídio do Assú e as decisões de Vieira de Melo para por em prática a guerra defensiva, como a doação de sesmarias nos sertões, Manoel Alvares de Morais Navarro, sargento-mor do terço de Matias Cardoso, recebia a patente de mestre-de-campo do terço dos paulistas que deveria marchar imediatamente para o Rio Grande.

No entanto, este mestre-de-campo tardou a marchar para tal capitania. Primeiramente foi a Portugal, solicitar ao rei mercês régias e deixou seu irmão, Jose Morais de Navarro, em São Paulo para convocar os homens necessários para a tropa. Enquanto o paradeiro de Navarro era desconhecido, Lencastro enviava cartas para todas as vilas de São Paulo para saber do mestre-de-campo e solicitava que se apresentasse imediatamente. Nessa correspondência afirmava que o terço não sofreria com o pagamento dos soldos, pois estes não seriam contratados, como foi o caso de Matias Cardoso, e sim seriam convocados como parte da tropa paga. Além de que, deixava claro que todas as terras que fossem conquistadas no sertão do Rio Grande seriam suas por direito²⁶⁶.

Navarro chegou à capitania entre o fim do ano de 1698 e o início de 1699 e trouxe consigo dez companhias de soldados para desmobilizar os indígenas e conseguir manter a paz no sertão do Rio Grande. Dentre os capitães de companhias que chegaram à capitania estavam o seu irmão, José de Morais Navarro, e seu primo José Porrato de Morais Castro.

Neste ano, duas cartas de D. João de Lencastro, o governador geral do Estado do Brasil, foram enviadas ao Rio Grande. A primeira delas foi endereçada ao capitão-mor

²⁶⁵ Mais informações sobre a atuação de Teodósio da Rocha na capitania do Rio Grande, ver tabela nos anexos, p. 164.

²⁶⁶ Carta para as Câmaras das vilas, de Santos, de São Vicente, da ilha de São Sebastião, de Tabaté, da ilha Grande, de Santa Anna de Mogy, de Parnaíba, de vici de Nossa Senhora da Candelária, e de Jundiáhy de Nossa Senhora do Desterro, sobre o terço, que vae levantar o mestre de Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. 11. P. 252-254

Bernardo Vieira de Melo, primeiramente agradecendo os socorros que o capitão-mor fez às tropas de Navarro, pois estes haviam passado por dificuldades de abastecimento. Enviava uma quantia de 6 mil cruzados para as despesas e engenheiros para fazer reparos na fortaleza, além de “40 ou 50 espingardas das melhores que houver no armazém que são para a guarnição dessa fortaleza.” O governador-geral solicitava, ainda nessa carta, que Vieira de Melo disponibilizasse a maior quantidade possível de arcos, ou seja, de índios aldeados capazes para a luta²⁶⁷.

Nessa correspondência pode-se perceber que Bernardo Vieira de Melo, apesar de não ser de acordo com o tipo de guerra que a Coroa agora investia, ajudou as tropas dos paulistas a sobreviver a momentos de falta de abastecimento. Sem a cooperação desse capitão-mor, a situação para esses soldados seria complicada. Se esta foi a única solução apoiada pela Coroa, naquele momento, talvez o melhor seria cooperar. De fato, os paulistas eram reconhecidamente experientes nesse tipo de guerra, assim, eles poderiam acabar com a guerra por definitivo.

A segunda carta, enviada ao mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, afirmava que estava sendo enviado à capitania do Rio Grande uma quantia necessária para compra de suprimentos e ordenava que os capitães-mores do Rio Grande e Paraíba ajudassem o terço. Segundo essa carta, o mestre de campo deveria se juntar ao capitão Teodósio da Rocha e ao Oliveira – parte do nome desse homem está ilegível no documento – para que uma melhor ofensiva contra o gentio fosse feita. Mais uma vez o rei reforçava que toda a terra que estava de posse do gentio bárbaro, no Rio Grande, era daqueles que a haviam conquistado²⁶⁸.

Percebe-se, então, como era imprescindível manter uma relação boa entre os homens da terra e aqueles que vieram para ajudar na guerra. Os homens da terra, como Teodósio da Rocha, possuíam conhecimento do terreno, da situação em que o indígena estava e de como estavam reagindo à chegada de tropas da Coroa. Pensar em uma estratégia aliando o conhecimento dos paulistas em apresamento de índios nos sertões de São Paulo e outras regiões com o relacionamento que os homens principais da terra tinham com os indígenas dos sertões das Capitânicas do Norte, poderia ser uma boa via para conseguir findar o conflito.

Mas outra hipótese deve ser analisada para esse momento. Como foi apresentado, Bernardo Vieira de Melo era de Pernambuco e tinha grande respeito em sua terra,

²⁶⁷ Carta para Bernardo Vieira de Melo Capitão-mor do Rio Grande, sobre se remeterem 6 mil cruzados para socorro do Terço dos Paulistas, dar para a Conquista os índios que o mestre de Campo pedir, das Aldeias declaradas; Engenheiro e armas que se ordenou se lhe remetessem de Pernambuco. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. 39.p. 19-21.

²⁶⁸ Carta de Dom João de Lencastre para o mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro. Baía, 5 de março de 1699. 53-55. Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional. v. 39. P.

principalmente após o episódio de Palmares, considerado como herói dessa guerra. O governador de Pernambuco, bem como os moradores do Rio Grande, afinavam-se com a ideia de fazer uma guerra defensiva, mantendo a paz com os gentios do sertão, mas reforçando o povoamento das fronteiras com pequenas guarnições. Bernardo Vieira de Melo havia iniciado esse projeto criando o presídio do Assú, em 1695.

Com a declaração de uma guerra ofensiva, defendida pelo governador-geral, e o levantamento de um terço de paulistas, que, a partir de então, estavam nas terras do Rio Grande, seria mais interessante para Vieira de Melo ter homens seus aliados a essas tropas do que contra elas. Possivelmente, pensando assim, tenha incentivado o alistamento de muitos moradores do Rio Grande no terço, como foi o caso de Teodósio da Rocha e alguns de seus filhos, e o filho do próprio capitão-mor.

Assim, no dia 04 de junho de 1699, Teodósio da Rocha ganhou patente de capitão da companhia de Antônio Raposo Barreto do terço dos paulistas do mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, tendo sido registrado no livro deste terço. Vencia o soldo de 7640 réis por mês e tinha idade de 43 anos à época. Observa-se que esse capitão era de “altura ordinária, trigueiro, cara redonda, olhos pardos e cabelo crespo”²⁶⁹. Ficou nesse posto até o ano de 1702.

No mês seguinte, o capitão Teodósio da Rocha e Pedro Carrilho acompanhavam Manuel Alvares de Moraes Navarro, com mais 130 infantes e 250 tapuias, aproximadamente, até a ribeira do Jaguaribe. Nessa ribeira encontrar-se-iam com os principais de duas aldeias de Paiacu, Matias Peca e Jenipapoçu. As duas aldeias eram compostas por índios aliados e que se juntariam às tropas dos paulistas para auxiliar na luta contra os tapuias inimigos. Ao se juntar com os índios de Matias Peca, seguiu em direção a aldeia de Jenipapoçu. Foi durante os festejos de sua chegada que Navarro atirou no irmão do principal, afirmando que este estava prestes a lhe atacar. Como combinado anteriormente, todos os homens de seu terço começaram a matar os indígenas. Ao fim da matança, contabilizaram cerca de 400 mortos e aprisionaram, aproximadamente, 300 homens. Esse episódio, conhecido como massacre do Jaguaribe, acentuou as diferenças entre os paulistas e seu mestre de campo e os moradores da capitania com Bernardo Vieira de Melo²⁷⁰.

²⁶⁹ Fundo documental do IHGRN, caixa Militares – Terço dos Paulistas, pasta Terço dos Paulistas do Mestre de Campo Manuel Álvares de Moraes Navarro (1682-1683-1698).

²⁷⁰ Pedro Puntoni faz uma análise sobre o conflito entre Bernardo Vieira de Melo e seu posicionamento apoiado por Pernambuco e Manuel Alvares de Moraes Navarro, apoiado pelo Governo Geral, no capítulo “Paulistas x Mazombos” de sua obra *A Guerra dos Bárbaros*. PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*. p. 241-282. Fazendo uma análise sob um outro ponto de vista, Tyego Frankilm da Silva também analisa o posicionamento

Bernardo Vieira de Melo considerava o capitão Teodósio da Rocha o homem mais honrado da capitania do Rio Grande, e ao que tudo indica, Vieira de Melo tinha segurança nos serviços do capitão, uma vez que o delegou a tarefa de administrar o presídio recém construído no Assú. Como era do interesse de Vieira de Melo a criação de postos de apoio no sertão para uma defesa bem estruturada dessas terras, esse capitão-mor não deixaria o presídio a cargo de qualquer pessoa.

Mas, qual seria então o posicionamento de Vieira de Melo em relação a vinda de Morais Navarro para a capitania? Estavam se chocando, nesse momento, duas visões diferentes de se terminar o conflito e passou então a surgir uma luta política envolvendo Pernambuco e o Governo Geral. Dentro da capitania do Rio Grande, a população poderia se achar dividida nesse momento. Apoiar o capitão-mor da capitania, que se inclinava a ideia da população de guerra defensiva? Ou apoiar o governo geral com promessa de uma solução definitiva para o conflito com a guerra ofensiva?

As duas hipóteses que se levantam sobre a entrada de Teodósio da Rocha para o terço dos paulistas são: o capitão passou a concordar com a ideia de guerra ofensiva e, ao apoiar os paulistas, conseguiu por em prática seus objetivos; ou Teodósio resolveu manter um bom relacionamento com os dois lados da história, utilizando isso como estratégia.

Acredita-se que a segunda hipótese tenha uma maior probabilidade de ter ocorrido. Sendo um capitão com valor reconhecido na capitania, principalmente por ser amigo dos tapuias, não apoiar as tropas que estavam chegando com a promessa de acabar com a guerra talvez fosse considerado uma afronta e um mal estar seria criado desnecessariamente. Na capitania do Rio Grande, na ribeira do Assú, no Upanema e no Mossoró, esse capitão possuía terras. Se estas não estivessem povoadas, o terço dos paulistas, que estava se instalando exatamente nessas ribeiras, poderiam se apoderar de suas sesmarias, sob o argumento de conquista da terra.

Entrar para o terço dos paulistas pode ter sido uma forma que Teodósio da Rocha encontrou para manter suas terras, bem como poderia estar pensando nas possibilidades de apresamentos de índios, conseguindo aumentar seu plantel de escravos. Até essa data, Teodósio da Rocha possuía cerca de dez escravos. Apenas um destes estava identificado como tapuia. Os demais não tinham identificação étnica, mas nada impede que também

deste capitão-mor e deste mestre de campo neste momento da Guerra dos Bárbaros, principalmente em seu capítulo 4. SILVA, Tyego Franklim. *Na ribeira da discórdia*. 2015.

fossem indígenas²⁷¹. Apesar de Teodósio ser reconhecido por ter boas relações com os indígenas daquelas localidades, não se deve desconsiderar a hipótese de captura de índios mais arredios e considerados como inimigos.

Além de o próprio Teodósio ter se alistado ao terço, dois dos seus filhos fizeram o mesmo. Damião da Rocha e Antônio Vaz Gondim, que recebeu esse nome em provável homenagem ao homônimo tio Teodósio, o antigo capitão-mor da capitania do Rio Grande²⁷², se apresentaram como soldado do terço dos paulistas do mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro²⁷³. A probabilidade de esse alistamento ter sido orientado pelo pai dos dois jovens é muito grande. Antônio Vaz Gondim já possuía terras no Mossoró à época que o terço chegava à capitania, e eram vizinhas as terras de seu pai. Alistar-se ao terço seria uma segurança de manter essas terras no poder da família²⁷⁴.

Após o episódio do massacre do Jaguaribe, houve uma tentativa de por em prática a ideia da criação de seis aldeamentos indígenas, sendo dois em cada uma das ribeiras do Jaguaribe, do Assú e do Piranhas. Segundo Fátima Martins Lopes, em *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*, devido às dificuldades encontradas para criar esses aldeamentos – a distância e o perigo eram as principais apontadas – foram criados apenas dois: um na ribeira do Jaguaribe, denominado de Nossa Senhora da Anunciação, e outro na Ribeira do Apodi, com o nome de São João Batista, sendo este último fundado em 10 de janeiro de 1700²⁷⁵.

Três meses após a redução dos Paiacu na missão do Apodi, um grupo de Jandui, instruído pelo mestre de campo Moraes Navarro, atacou o aldeamento, matando cerca de 73 índios e aprisionando aproximadamente 80 indígenas dentre os 600 que formavam a missão. Navarro fazia uso das rivalidades já existentes entre determinados grupos indígenas e usa isso

²⁷¹ Informações sobre os escravos de Teodósio da Rocha foram encontradas nos livros de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

²⁷² Ver quadro genealógico 00 nos anexos, nas páginas 167-170.

²⁷³ Carta de sesmaria doada em 12 de maio de 1713 a Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha na ribeira do Mossoró. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro II, n. 127, fls. 139-140. RN 0341. Foram encontradas as baixas de três filhos de Teodósio da Rocha em uma companhia. Eram eles Antônio Vaz Gondim, Damião da Rocha, João da Rocha Vieira e Bonifácio da Rocha Vieira. Sabe-se, pela documentação, que eram da tropa paga, pois recebiam soldo e que deram baixa no dia 22 de outubro de 1699. Não foi encontrado os motivos dessa saída dos filhos de Teodósio dessa companhia e a qual terço pertencia. Como o terço dos paulistas foi considerado como uma tropa paga oficial pela Coroa e que no Rio Grande, provavelmente, só havia companhia de ordenanças, esses jovens poderiam fazer parte do Terço dos Paulistas, mas infelizmente é algo que não se pode afirmar com certeza. Essa documentação encontra-se, em péssimo estado, no Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, na caixa denominada “Baixas”, na pasta “Baixas (34) 1698”.

²⁷⁴ Carta de sesmaria doada em 12 de maio de 1713 a Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha na ribeira do Mossoró. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro II, n. 127, fls. 139-140. RN 0341.

²⁷⁵ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 376.

a seu favor. Uma vez que os grupos indígenas voltassem a guerrear, o mestre de campo teria um pretexto para continuar com uma guerra ofensiva no Assú e aprisionar índios.²⁷⁶

Mesmo com a situação complicada no sertão, algumas sesmarias foram solicitadas nas ribeiras do Assú e de Upanema no ano de 1701. Em 15 de abril desse ano, Dom Francisco Ponce Leon – este era limpo de sangue, pertencente a uma ilustre família da Espanha, capitão de cavalos, serviu de 1685 a 1697 na Guerra dos Bárbaros²⁷⁷ – e Dona Benedita Ponce solicitaram seis léguas de terras no Assú.²⁷⁸. Nas confrontações dessa sesmaria e nessa mesma data, os sesmeiros Antônio da Rocha Bezerra e Baltazar da Rocha Bezerra solicitaram terras. Segundo o documento, esses dois sesmeiros afirmavam que as partes das terras que estavam requerendo estavam ocupadas por pessoas que não tinham o título de sesmaria, ou seja, seriam posseiros. Estes foram expulsos das terras, saindo delas com suas criações. Segundo o documento, os sesmeiros logo as ocuparam com o gado que possuíam e passaram a pagar o foro de quatro mil réis à Coroa por cada légua doada, assim como fez Ponce Leon²⁷⁹.

Provavelmente, o foro que se referia tal sesmeiro era o cobrado por légua doada. Segundo Carmen Alveal, buscando formas de coibir as doações de terras muito extensas, algo muito comum, como pode ser averiguado, e que dificultava a concretização do objetivo de povoá-las de súditos do rei, foi criado um foro, que segundo a historiadora foi cobrado apenas nas Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, a partir de 1699. Nesse ano, uma provisão régia obrigava o pagamento de um foro por légua de terra doada, visando diminuir o número de terras consideradas devolutas por abandono. Com a cobrança de mais um tributo, a possibilidade de solicitações de terras por sesmeiros que jamais a utilizariam diminuiria. Esse foro deveria ser pago anualmente, no valor de seis mil réis para as sesmarias doadas até 30 léguas do Recife e de quatro mil réis para as doações além desse limite, valor que fora cobrado a Ponce Leon²⁸⁰.

Também no dia 15 de abril, na ribeira do Assú, Cosme Bezerra Monteiro e Leonardo Bezerra Cavalcanti requereram terras nas confrontações das terras de João Fernandes Vieira, começando na lagoa de Eitu até a lagoa do Piató, mostrando como tais

²⁷⁶ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte..* p. 377.

²⁷⁷ INFORMAÇÃO do [Conselho Ultramarino] sobre os serviços do capitão da Companhia de Gente a Cavalos, Francisco Ponce de Leon, que serviu na Guerra dos Bárbaros, no sertão do Rio Grande do Norte, pelo período de onze anos, entre Janeiro de 1685 e 10 de Julho de 1697. AHU-Rio Grande do Norte, Cx. 1, D. 43.

²⁷⁸ Carta de sesmaria doada em 15 de abril de 1701 a Francisco Ponce de Leon e Benedita Ponce em Assú. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.p.70-72. RN 0909.

²⁷⁹ Carta de sesmaria doada a Antônio da Rocha Bezerra e Baltazar da Rocha Bezerra em Assú. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.p.72-74. RN 0910

²⁸⁰ ALVEAL. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University, 2007. p. 169-171

terras ainda eram de interesse para alguns sesmeiros que buscavam terras para suas criações de gado²⁸¹.

Foi nesse ano de 1701 que o prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife solicitou duas sesmarias, no rio “Paneminha”, capitania do Siará Grande, em setembro. A primeira delas foi solicitada no dia 1^o. do mês, com medida de três léguas por uma, sob a justificativa de que convento possuía gados nesta capitania, mas não possuía terras para criá-los, e tal prior e demais religiosos deste convento sabiam da existência dessas terras, que se encontravam “devolutas”, ou seja, nunca foram doadas a ninguém. Atenta-se para a localização dessas terras “começando nas primeiras ágoas doces para cima das salgadas até o olho d’agoa”²⁸².

A mesma referência faz o segundo requerimento dos religiosos do Carmo do Recife. Na segunda solicitação, feita em 26 de setembro, também com um cumprimento de três léguas por uma, começando no rio doce e terminando no Salgado²⁸³. Nas proximidades do atual município de Upanema existe um riacho chamado de Salgado e é a partir deste município que este rio passa a também ser chamado por Rio do Carmo. Nenhuma referência de pagamento de foro foi feita nestas cartas de sesmaria.

Segundo Câmara Cascudo, em *Notas para a história de Mossoró*, a denominação Rio do Carmo surgiu devido a esses carmelitas, que povoarem essas sesmarias que solicitaram. Segundo o autor, os topônimos da região, como, por exemplo, a Serra do Carmo, Amaro e Lagoa dos Padres são originários da ocupação carmelita desse espaço. Cascudo afirma que a presença desses carmelitas ocorreu nessa ribeira baseando-se em uma carta do rei enviada a um morador do Upanema, Lopo de Albuquerque, em 18 de abril de 1702, a qual não apresenta a referência, agradecendo os préstimos que fez aos padres do Carmo que habitavam tal localidade²⁸⁴. Interessante que os carmelitas não tinham o perfil dos conquistadores dessas terras até então. Não eram militares e não tinham interesse, ao menos diretamente, com o apresamento de índios. A vontade aparente desses religiosos era de apenas criar gado em terras próximas a rios.

Em maio de 1701, após a comprovação de culpa dos Janduí no episódio do ataque à missão do Apodi, um bando expedido pelo governador de Pernambuco considerava os índios Paiacu e Icó inocentes de todos os seus atos considerados hostis feitos até o momento.

²⁸¹ Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.p.68-70. RN 0908

²⁸² Carta de sesmaria doada em 01 de setembro de 1701 ao Convento do Carmo do Recife, no rio Upanema. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.76-78. CE 1365.

²⁸³ Carta de sesmaria doada em 26 de setembro de 1701 para o Carmo do Recife no rio Upanema. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.4.p.116. CE 0330.

²⁸⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. Notas para a História de Mossoró. p. 22

Provavelmente essa decisão estava baseada no interesse de manter aquelas terras livres de conflitos e aberta para a chegada de mais conquistadores. Solicitava nesse documento que, a partir de então, os índios não saíssem do aldeamento para buscar alimento sem a autorização dos missionários e não roubassem mais o gado das fazendas vizinhas, bem como não poderiam mais andar armados. Avisava também que os moradores das proximidades da missão de São João Batista, assim como os soldados que frequentavam a região, não deveriam provocar os indígenas e nem ao menos assisti-los, para evitar estranhamentos²⁸⁵.

O interesse pelas terras do sertão voltava a crescer e era imprescindível que decisões fossem tomadas para que os ataques indígenas fossem cessados. A paz com esses indígenas, ou o extermínio, bem como sua fixação em aldeamentos, liberando terras para a doação aos interessados era uma das opções escolhidas pelo governo para conseguir chegar ao objetivo de finalizar esses ataques.

Com os limites das capitanias ainda confusos, o prior do Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife solicitou duas sesmarias ao governo do Siará Grande, no rio Upanema²⁸⁶. As duas sesmarias faziam referência ao rio Salgado, no qual desaguava o rio Upanema.

Segundo Gilberto Andrade e Raquel Lins, em *Os rios da carnaúba I: Mossoró (Apodi)*, foi devido a essas sesmarias dos padres do Carmo de Recife que a porção do rio Upanema passou a receber a denominação de rio do Carmo²⁸⁷. O ponto, aproximado, em que passa a ser assim denominado é na área logo após o atual município de Upanema, no qual também passa um rio chamado Salgado. Provavelmente as terras solicitadas nessas duas sesmarias correspondem à área do rio Upanema que parte do atual município de Upanema, seguindo em direção norte, até o atual município de Mossoró, onde deságua o rio do Carmo.

As terras ao sertão da capitania do Rio Grande aos poucos foram sendo conquistadas e territorializadas. A compreensão de que a lagoa do Apodi, localidade em que foram fixados os Paiacu na missão de São João Batista, pertencia à capitania do Rio Grande comprovava como a expansão dos limites da capitania se consolidava paulatinamente. A terra solicitada pelos padres do Carmo do Recife foram as últimas ainda requeridas ao governo da capitania do Siará Grande.

²⁸⁵ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 378.

²⁸⁶ Carta de sesmaria doada em 01 de setembro de 1701 ao Convento do Carmo do Recife, no rio Upanema. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.1.76-78. CE 1365. Carta de sesmaria doada em 26 de setembro de 1701 para o Carmo do Recife no rio Upanema. Documentação Histórica Pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954.v.4.p.116. CE 0330.

²⁸⁷ ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. *Os rios da carnaúba I: o rio Mossoró (Apodi)*. 2º ed. Vol. 50. Coleção Mossoroense. 1997. p. 43-54.

A partir do século XVIII foram muito comuns as solicitações nos sertões, principalmente em locais que serviram como palco para massacres, lutas, rivalidades entre conquistadores, fossem estes paulistas ou das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil, e indígenas. A maioria das pessoas que solicitaram terras nessas áreas, até onde essa pesquisa conseguiu perceber, eram participantes das tropas – fosse de paulistas, tropas pagas ou das ordenanças – que estiveram em ação na Guerra dos Bárbaros.

O capitão Teodósio da Rocha e seus filhos, como serão analisados mais adiante, fazem parte desse grupo de combatentes que conseguiram manter terras nas ribeiras do sertão. Teodósio da Rocha, em 1702, deixou o posto de capitão de uma das companhias do terço de Manuel Álvares de Moraes Navarro, e em 1703, pediu afastamento do presídio do Assú. Mas, alegando que os serviços desse capitão ainda eram muito úteis na defesa do presídio este afastamento foi negado²⁸⁸.

Teodósio da Rocha foi uma importante peça para a comunicação com os indígenas. Mesmo após o episódio do massacre do Jaguaribe e o fato de sua imagem estar muito próxima a dos paulistas, comandados por Moraes Navarro, sua reputação de “amigos dos gentios”, como Bernardo Vieira de Melo citou anteriormente, pode ter se perpetuado e sua presença no presídio do Assú, para assessorar em momentos de dificuldade, ainda poderia ser imprescindível.

Mesmo depois da fixação dos Paiacu no Apodi e no Jaguaribe, recursos para manter Missões com grande número de índios não estavam dando conta da demanda. Precisando de alimentos, os índios continuavam a abater o gado solto, mas que pertenciam a algum fazendeiro das localidades próximas aos aldeamentos. Essas ações levavam a novos conflitos entre os moradores e os índios missionados. Para evitar mais constrangimentos, em 1704, os Paiacu da aldeia do Jaguaribe, em parte, foram enviados para a aldeia do Urutagui, na capitania da Paraíba, e parte dos índios de Apodi foi para o local da antiga missão de Igramació, formando um novo aldeamento chamado de Nossa Senhora da Encarnação. Todas essas missões ficavam no litoral²⁸⁹.

Apesar dessa transferência de parte dos indígenas da Missão do Apodi para o litoral, essa missão não chegou ao fim nesse momento. Segundo Fátima Lopes, relatos da presença jesuíta na missão perduram até 1709, e foi nesse ano que Philippe Bourel, jesuíta responsável pela criação desse aldeamento, faleceu no Apodi, deixando em seu lugar o padre jesuíta Bonifácio Teixeira. Os conflitos entre indígenas Paiacu da missão do Apodi e os

²⁸⁸ Carta para Teodósio da Rocha. Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. v. 39. P. 184-185.

²⁸⁹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 379.

indígenas Janduí, bem como os conflitos entre os indígenas e os povoadores da região fizeram com que o padre Bonifácio Teixeira abandonasse, em 1712, a missão e seguisse viagem com uma tropa de soldados, que foi dizimada por um grupo de índios²⁹⁰.

Não se sabe que grupo de indígenas era esse que atacou a tropa de soldados que seguia com o jesuíta, mas se sabe que uma suspeita de um novo levante dos indígenas surgiu no ano de 1712. Baseando-se nessa suspeita, o sargento-mor do Terço dos Paulistas enviou até o Mossoró uma pequena tropa para observar a situação dos índios na missão do Apodi e não permitir que estes se levantassem contra os moradores da região. Um novo conflito poderia eclodir a partir de alguma ação desses indígenas. Em 1712, José de Moraes Navarro, sargento-mor do Terço dos Paulistas, que nesse ano estava no comando desse terço, substituindo seu irmão, o mestre de campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, passou uma ordem para o capitão Teodósio da Rocha e para seu filho, o capitão Bonifácio da Rocha Vieira. Afirmando que esses oficiais tinham muita experiência e prestavam muito bem serviço à Coroa, ordenou que partissem imediatamente para a fazenda que possuíam no Mossoró²⁹¹.

A ida e a permanência desses oficiais na fazenda tinham como intuito ficar nas proximidades com a aldeia do Apodi, uma vez que a fazenda estava em suas confrontações. Os oficiais deveriam fazer, periodicamente, visitas a aldeia instalada nas margens desse rio com a finalidade de perceber como os tapuias estavam organizados, se possuíam intenção de permanecerem em paz ou se levantariam novamente²⁹².

A fazenda Monxoró, como está citada no documento, situava-se a 14 léguas e meia da aldeia do Apodi. O sargento-mor José Moraes de Navarro pedia que as informações fossem passadas detalhadamente. A necessidade de estar tão perto dessa aldeia ocorreu, pois nesse momento os Janduí, também conhecidos como Capela, haviam entrado em conflito novamente com os conquistadores e havia uma possibilidade deles conseguirem aliar-se aos Paiacu do Apodi²⁹³.

Teodósio da Rocha era reconhecido pelos seus esforços de aproximação com os indígenas. Em 1714 estavam na aldeia de Guajirú indígenas Jandui, Caboré e Capela. Alguns

²⁹⁰ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na capitania do Rio Grande do Norte*. p. 379-380.

²⁹¹ Não foi encontrado o documento original, no entanto fragmentos desta ordem foram citados por Olavo de Medeiros Filho em uma das edições da Coleção Mossoroense. Neste pequeno artigo, o autor trata da fazenda Monxoró e dos possíveis donos destas terras e das motivações que os levaram a ocupar a região. Infelizmente não foi possível encontrar mais informações sobre os índios que são citados, se a aldeia do Apodi que cita ainda é a mesma criada em 1700 pelo padre Jesuíta Phillipe Bourel e se os índios capelas que cita de fato são os índios Janduí. MEDEIROS FILHO, Olavo. *Notícia sobre a fazenda do Monxoró*, em 1712. Coleção Mossoroense, série “B”, N. 477, 1987.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

destss índios haviam fugido da fortaleza de Itamaracá e chegaram até a aldeia. Ao que parece, segundo o documento, esses indígenas estavam aprisionados, pois ainda não haviam feito as pazes com os conquistadores. Foi com esse intuito de fazer essas pazes que o “Cap.^m chamado Theodosio da Rocha experiente nesta materia”, juntamente com dois padres, foram até a aldeia de Guajiru, onde foi estabelecida a paz com esses indígenas²⁹⁴.

Percebe-se então como, nesse momento delicado de expansão territorial, agentes históricos como Teodósio da Rocha eram imprescindíveis para a concretização desse objetivo, que não dependia apenas da vontade de conquistar, mas também da reação daqueles que teriam suas terras tomadas por esse movimento de conquista de um grupo.

Ter pessoas que se relacionassem bem com os habitantes de um espaço que se quer ocupar é importante, uma vez que, antes da eclosão de um conflito, é necessária uma negociação de uso do espaço que atenda as necessidades dos dois grupos. Mesmo que a intenção futura de um grupo seja ocupar e administrar na totalidade esse espaço, esse primeiro momento de aproximação e ajustes de termos de uso era primordial.

Nas ocorrências de 1712 e de 1714, as quais Teodósio da Rocha foi chamado, a discussão dos termos de acordo era necessária não para evitar um conflito, mas sim para finalizá-lo. Pessoas como esse capitão, com experiência em primeiros contatos e com a manutenção de boa relação com indígenas, também foram essenciais para esse momento delicado de definições de limites, separadores de formas de uso de espaço.

Agentes como o capitão Teodósio da Rocha não eram importantes apenas por conseguir manter boas relações, mas sim com a manutenção de espaços. Esse capitão e membros de sua família receberam sesmarias no sertão e na cidade do Natal e, apesar de em alguns momentos na documentação parte dessas terras surgirem como devolutas, pode-se perceber que, principalmente na ribeira do Mossoró, essas sesmarias não somente permaneceram na sua família, mas como se organizaram para não as perder.

²⁹⁴ 1714, Agosto, 25, Lisboa. ASSENTO (cópia) da Junta das Missões sobre o extermínio e pazes feitas com os índios tapuias Caboré e Capela que estavam reunidos na aldeia Guajiru. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D.78.

Capítulo 4: Formação Territorial do Apodi-Mossoró

Durante a Guerra dos Bárbaros a expansão territorial, analisada por meio das cartas de sesmarias, teve uma pausa, somando apenas alguns poucos pedidos no cerne do conflito. Nas décadas finais dessa guerra pode-se perceber que aos poucos a nebulosidade dos limites divisórios entre Siará Grande e Rio Grande ia diminuindo ou não estava mais perceptível na documentação aqui averiguada.

Nesse capítulo será analisada a conquista dos fundos territoriais ainda existentes na ribeira do Apodi-Mossoró e como esse processo, empreendido em grande parte por sesmeiro do Rio Grande, consolidou formação territorial do Apodi-Mossoró como o limite da capitania do Rio Grande.

4.1 Mossoró

A criação de um arraial na ribeira do Assú e do Jaguaribe, possuindo como principal edificação um presídio, consolidou essas duas localidades como zonas de difusão importantes. Nessas duas zonas, muitos moradores tiveram a possibilidade de viver com um pouco mais de tranquilidade e desenvolver suas atividades cotidianas como a agricultura e, principalmente, a pecuária.

O risco de novas incursões dos indígenas ainda existia, porém, era de suma importância o não abandono daquelas terras pelos súditos da Coroa portuguesa. Com as suspeitas de alianças entre tapuias e povos estrangeiros, fugir em busca de segurança e não lutar pela conquista definitiva do território era o mesmo que abrir a possibilidade de as Capitânicas do Norte do Estado do Brasil reviverem a invasão daquele espaço por outra nação europeia. Seguindo esse pensamento, a ribeira do Apodi-Mossoró, ainda sem uma população de conquistadores efetiva, com uma vida estruturada, deveria ser um novo fundo territorial com necessidade de ocupação por membros da sociedade colonial em formação da capitania do Rio Grande e do Siará Grande.

A primeira tentativa de permanência nessa ribeira foi a dos irmãos Nogueira, na década de 1680. Como foi analisado anteriormente, esses irmãos conseguiram montar uma fazenda de gado e conviver ao lado de um grupo de índios Paiacu, que habitavam às margens da lagoa de Itau, chefiados por um homem de mesmo nome. A presença da família Nogueira, mesmo que por alguns anos, foi importante para a demarcação de alguns marcos e conhecimento daquela área, ainda de delimitação territorial confusa, pois encontrava-se na nebulosa zona de fronteira entre as capitanias do Rio Grande e Siará Grande. Os marcos

chantados na Serra dos Dormentes, como assim ficou conhecida, por Manuel Nogueira Ferreira²⁹⁵, serviram de referência para muitos conquistadores que somente conseguiram voltar a essa parte do Apodi-Mossoró no início do século XVIII, como será analisado mais adiante.

A área da ribeira do Apodi-Mossoró que teve seus primeiros sesmeiros, depois da tentativa dos irmãos Nogueira, foi aquela que deságua no oceano atlântico, mais conhecido como Mossoró. Mas antes de se aprofundar nessa questão, é necessário fazer uma breve apresentação de uma das exigências cobradas pela Coroa no ato de doação de terras: a demarcação.

Com extensões de terras cada vez maiores e com poucas pessoas trabalhando a serviço do reino, fiscalizar o cumprimento das terras tornava-se algo difícil de ser realizado. Assim, como forma de fiscalizar e cumprir a exigência da demarcação, o rei enviaria uma diligência às terras doadas. A principal exigência da Coroa, quando o sistema de sesmaria foi implantado em Portugal, era o cultivo. Entretanto, no Estado do Brasil o objetivo era povoar a colônia e tornar produtiva as suas terras. No caso do sertão das Capitanias do Norte, essa produtividade apoiava-se na criação de gado, mesmo quando a Coroa privilegiou o cultivo²⁹⁶.

A diligência responsável por essas demarcações tinha não somente o papel de verificar o tamanho das sesmarias, mas de mapear os problemas encontrados nas terras de uma determinada região, fiscalizando a forma como as terras estavam sendo utilizadas por sesmeiros e posseiros. A burocracia que envolvia a doação de sesmaria não era simples e os custos não eram baixos. Fazer o requerimento de uma sesmaria implicava no registro de um documento, uma vez que, toda carta de sesmaria deveria ser registrada nos livros de sesmarias da capitania a qual pertencia. A partir de 1631, as meias-anatas, ou Novos Direitos, começaram a ser cobrados, mas há indícios de que desde 1603 esse imposto existia. Tal imposto deveria ser pago cada vez que uma mercê fosse concedida ou quando qualquer documento fosse selado e registrado²⁹⁷. O fato de um sesmeiro ter que pagar um imposto pelo

²⁹⁵ DIAS, Thiago Alves. Os marcos da colonização portuguesa na Serra de Portalegre (séc. XVII-XVIII). IN: CAVALCANTI, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves. *Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre*. Natal:EDUFRN, 2010. p. 19.

²⁹⁶ Segundo Charles Boxer, em *A idade de ouro do Brasil*, a implementação da Lei de Sesmarias no Estado do Brasil ocorreu de forma diferenciada da de Portugal. Muitas léguas de terras eram doadas a poucas pessoas e muitos as utilizavam para os rebanhos de gado, criado de forma extensiva. Para evitar esse problema, a Coroa então decretou, em 20 de janeiro de 1699, que apenas sesmarias de três léguas por uma deveriam ser doadas, pois era uma área total de terras considerável para que um sesmeiro pudesse cultivar. Assim, o princípio do cultivo presente na lei de sesmaria estava sendo renovado. BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2006. p. 249

²⁹⁷ ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007. p. 166

selo por carta de sesmaria, assim como o seu registro, dificultaria que qualquer pessoa pudesse pedir e receber terras.

As próprias exigências cobradas pela Coroa não podiam ser arcadas por um simples lavrador, que apenas queria cultivar a terra e dela tirar seu sustento. Primeiro, pagar pelo registro da carta de doação, depois, pagar o dízimo de dez por cento da produção à Coroa, povoar as terras, medi-las e demarcá-las, o que implicava no pagamento do oficial régio e seus oficiais que faziam a demarcação. Depois dessas exigências, comprovadamente cumpridas, um requerimento de confirmação deveria ser feito, o que levaria o sesmeiro a pagar por mais um registro.

Com tantos custos, um simples lavrador, provavelmente, viveria na ilegalidade, apossando-se de terras, não conseguindo seu título de sesmaria. Entretanto, se este entrasse em conflito com algum sesmeiro, poderia conseguir permanecer em sua terra alegando que a cultivou e a povoou, princípio que regia a Lei de Sesmarias. Desde o surgimento dessa lei, em 1375, promulgada por D. Fernando I, o cultivo era seu mais importante princípio²⁹⁸. Quando o sistema foi transplantado para o Brasil, modificações ocorreram, mas o cultivo manteve sua importância²⁹⁹.

Essa população de posseiros não era interessante para a Coroa, pois muitos impostos passaram a não ser cobrados, causando prejuízos à Fazenda Real. Um exemplo deles era o imposto anual, no valor de quatro mil réis, cobrado por légua doada³⁰⁰. Mas não eram somente os posseiros que não pagavam os impostos. Muitos sesmeiros eram inadimplentes e recorrentes reclamações de não pagamento dos foros foram encontradas na documentação³⁰¹. Outros também solicitavam, no requerimento de sesmaria, a isenção de foro e pensão³⁰².

²⁹⁸ LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*. 5 ed. Goiânia: EDUEG, 2002, p.13.

²⁹⁹ Em *Das Sesmarias à Propriedade Moderna: Um estudo de História do Direito Brasileiro*, Laura Beck Varela, na primeira parte da obra, faz um estudo de como a Lei de Sesmarias, transplantada para a América Portuguesa, foi aplicada. Por ser a mesma lei, o número de semelhanças na aplicação desta na colônia foi muito grande com relação a sua aplicação na metrópole, mas algumas adaptações tiveram que ser feitas para que a lei fosse encaixada no contexto colonial brasileiro. O princípio do cultivo foi um deles. Este, que surgiu para servir de aporte à crise de abastecimento de Portugal, incentivava a produção de qualquer gênero alimentício. No Brasil, o princípio do cultivo presente nas cartas de doação de sesmaria visava à produção de uma monocultura: primeiramente, a açucareira, depois a algodoeira e a cafeeira. VARELA, Laura Beck. *Das Sesmarias à Propriedade Moderna*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. p.81.

³⁰⁰ ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007. p. 179.

³⁰¹ CONSULTA ao Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, acerca de se declarar no regimento os novos direitos que devem pagar os alvarás de fiança dos criminosos, e o envio de letra do dinheiro dos novos direitos, que estavam em perder do tesoureiro da Fazenda Real. AHU- Paraíba, papéis avulsos, Cx 3, D. 208.

³⁰² Em grande parte das cartas de sesmarias do Rio Grande do Norte esta era uma solicitação recorrente feita pelos sesmeiros.

“Mandar medir, povoar e demarcar”³⁰³ são três das exigências que são encontradas recorrentemente nas cartas de sesmarias. Assim, pode-se perceber que a demarcação de terras era uma exigência cobrada pela Coroa, sobretudo depois de 1697, quando as sesmarias poderiam ser doadas somente se tivessem o tamanho máximo de três léguas por uma³⁰⁴. A demarcação era uma das exigências mais difíceis de ser cumprida pela Coroa. Apesar de o sistema de sesmaria ter sido implantado no Brasil desde o século XVI, somente no início do século XVIII, no reinado de D. Pedro II, houve a primeira tentativa de demarcação das sesmarias. Nesse contexto, Cristóvão Soares Reimão foi designado para tal tarefa³⁰⁵.

Um alvará com força de lei expedido pelo rei em 23 de novembro de 1700, ordenou que todos os ouvidores do Estado do Brasil fossem responsáveis pela demarcação de terras de aldeias de índios e seus missionários nos sertões do Estado do Brasil³⁰⁶. Além de repartir as terras das aldeias de índios, Cristóvão Soares Reimão, ouvidor geral da comarca da Paraíba, em 03 de março de 1701, também recebeu ordens para fazer o tombamento das terras da ribeira do Jaguaribe e da ribeira do Assú³⁰⁷.

Cristóvão Soares Reimão, licenciado e doutor pela Universidade de Coimbra, tornou-se desembargador e dentre outros cargos assumiu, em 1695, o cargo de ouvidor geral da comarca da Paraíba, que englobava quatro capitânicas: Paraíba, na qual estava a sede da comarca, Itamaracá, Siará Grande e Rio Grande. O mandato de um ouvidor geral durava três anos. Cristóvão Soares Reimão ocupou esse cargo por dois mandatos seguidos, sendo ouvidor geral da Paraíba entre os anos de 1695 a 1701³⁰⁸, no entanto acredita-se que, mesmo não mais ocupando o cargo de ouvidor geral, continuou com a demarcação das terras que havia iniciado quando ainda ocupava tal cargo, uma vez que vestígios de sua atuação como demarcador ainda podem ser encontrados até o ano de 1707, quando demarcou as terras de Teodósio

³⁰³ Carta de sesmaria doada a Antônio Martins do Vale e Manoel Bezerra do Vale. IHGRN - *Fundo Sesmarias*, Livro II, n 83, fls. 43 - 44.

³⁰⁴ Carta régia emitida por D. Pedro II que proibia a doação de sesmarias acima da medida de três léguas por uma. IHGB/ Arq. 1.2.24 - Tomo V, pág. 213 v. Esta pode ser considerada como mais uma medida tomada pela Coroa para conseguir controlar que grandes lotes de terra fossem doados a poucos sesmeiros.

³⁰⁵ ALVEAL, Carmen. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007. p. 173.

³⁰⁶ ALVARÁ com força de Carta de Lei, autorizando os Ouvidores a dividirem as terras dos sertões para a instalação das Aldeias e Paróquias. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha. Fortaleza: Arquivo Público estadual do Ceará, 2004. P. 149-151.

³⁰⁷ PARA o ouvidor geral da Paraíba – sobre a medição das terras que se hão de dar às Aldeias de índios. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha. Fortaleza: Arquivo Público estadual do Ceará, 2004. P. 158

³⁰⁸ DIAS, Patrícia de Oliveira. O tirano e digno Cristóvão Soares Reimão: conflito de interesses locais e centrais nas capitânicas de Itamaracá, Ceará, Paraíba e Rio Grande no final do século XVII e início do século XVIII. *Revista Ultramares*. N. 1, v. 1, jan-jul/2012. 148-172.

Grasiman e seu irmão Gregório Grasiman e também as terras da igreja de Nossa Senhora do Rosário das Russas, na ribeira do Jaguaribe³⁰⁹.

A demarcação era uma forma de efetivar o povoamento de determinada área, o que não estava ocorrendo. A principal justificativa alegada pelos sesmeiros que não povoaram suas terras era a violência dos índios, que buscavam manter-se nas áreas tradicionalmente ocupadas por esses indígenas. Como forma de forçar novos moradores a irem para a região ou dos antigos moradores permanecerem nesta, sem sofrer a pena de perder suas terras, foi enviada uma ordem direta para que as terras fossem demarcadas,³¹⁰.

Não se sabe ao certo em que ano foi iniciada a demarcação de terras na capitania do Rio Grande. Fátima Martins Lopes em *Índios, Colonos e Missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte* apresenta documentos do Arquivo Histórico Ultramarino que confirmam a demarcação das terras das aldeias de Mipibu e Guaraíras pelo desembargador Cristóvão Soares Reimão em 1704³¹¹. No texto das cartas de sesmarias foi encontrado o desembargador como juiz de sesmarias no Rio Grande a partir do ano de 1708, na ribeira do Assú³¹².

A segunda participação desse desembargador nas demarcações de aldeamentos estudados por Lopes foi no momento das reduções de gentios nesses espaços. Cristóvão de Mendonça, Sargento-mor do Terço dos Paulistas, ficou responsável pela tarefa de aldear os índios Canindé e fazer com que um tratado de paz fosse negociado. No acordo, ficou “estabelecido que eles receberiam terras no sertão onde viviam e onde atuariam como guerreiros a favor dos interesses coloniais no sertão.”³¹³

Parte dos índios que aceitaram tal acordo de paz estabeleceram-se em terras, no litoral, não demarcadas e consideradas devolutas e não aceitaram a presença de jesuítas, mas sim de um padre secular para acompanhá-los. Depois de problemas como mortes de crianças e de seu principal, os índios Canindé fizeram uma tentativa de voltar para o sertão, mas foram forçados a ficar no litoral, como queriam os participantes do Terço dos Paulistas de Manuel Alvares de Morais Navarro. Na tentativa de conseguir uma solução para tal problema, o rei

³⁰⁹ Petição e certidão de tombo de medição da sétima data das terras do rio Jaguaribe. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Anno XVIII. 1º e 2º Trimestre de 1899. Tomo XIII. Typographia Studart. 1899. p. 05-18.

³¹⁰ ALVARÁ com força de Carta de Lei, autorizando os Ouvidores a dividirem as terras dos sertões para a instalação das Aldeias e Paróquias. Coleção Professor Limério Moreira da Rocha. Fortaleza: Arquivo Público estadual do Ceará, 2004. P. 149-151.

³¹¹ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Fundação Vingt-um Rosado: Mossoró, 2003. Coleção Mossoroense, série C, v. 1379. p. 259.

³¹² Carta de sesmaria doada a Antonio Pereira de Albuquerque Sousa de Oliveira e Manuel Rodrigues. IHGRN - *Fundo Sesmarias*, Livro II, n 78, fls. 32-33.

³¹³ LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. 2003. p.175.

permitiu que tais índios escolhessem qualquer local para ficarem aldeados. Em 1704, Cristóvão Soares Reimão demarcou as terras escolhidas passando a ser conhecido como aldeamento Nossa Senhora do Amparo de Cunhaú³¹⁴.

Estima-se que cerca de 12 sesmarias foram demarcadas por Reimão no Rio Grande e 22 sesmarias na capitania do Siará Grande³¹⁵. Na ribeira do Apodi-Mossoró foram doadas 36 sesmarias entre os anos 1709 a 1825, mas não é possível ter conhecimento de quantas ao total foram utilizadas. Durante o período analisado por essa pesquisa foram encontrados cinco registros de carta de sesmarias que indicam como localidade a ribeira do Mossoró, entre os anos de 1709 e 1713. Desses cinco registros foi possível encontrar vestígios de uma outra doação feita entre os anos de 1695 e 1701 na mesma região³¹⁶. Analisando essas cinco cartas de sesmarias, pode-se perceber que as terras solicitadas foram demarcadas e povoadas, não necessariamente no momento da doação, mas elas não foram abandonadas por seus sesmeiros.

Ao analisar estss cinco cartas de sesmarias, foi possível perceber que: ao total eram treze sesmeiros; três destes sesmeiros eram oficiais do Terço dos Paulistas; duas sesmeiras eram parentes desses oficiais; a maioria das confrontações apresentadas nas cartas era com as terras de Teodósio da Rocha; todos os sesmeiros solicitavam as terras sob a justificativa de que possuíam gado, mas não tinham terras para criá-los. Percebeu-se, ao analisar tais doações, que terras no Mossoró não foram doadas depois de 1695 e que a única sesmaria encontrada até o momento com essa data não foi povoada, considerada devoluta, em parte, em 1709. Muito provavelmente esses sesmeiros não utilizaram tais terras devido a essa área estar inserida no conflito entre colonos e gentios.

Em 6 de novembro de 1709, Inácio Pereira de Albuquerque Sousa de Oliveira, Teodósia de Oliveira e Manuel Rodrigues solicitaram e receberam a doação de uma sesmaria na ribeira do Mossoró. Foram apresentadas como justificativas pelos suplicantes o fato de possuírem gado e não terem terras para criá-los, bem como a decisão do desembargador Cristóvão Soares Reimão que, em 1º de novembro de 1709, ao demarcar tais terras, as considerou devolutas por abandono. Esse desembargador tomou essa decisão porque a terra suplicada – que já havia sido doada anteriormente, muito provavelmente em 1695 a Teodósio

³¹⁴ A autora utiliza duas cartas enviadas por D. Catarina ao desembargador sobre o aldeamento destes gentios. LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. 2003. p. 176.

³¹⁵ Até o momento foram encontrados somente dois processos de demarcação para a capitania do Siara grande (os já citados processos de tombamento das terras de Teodósio e Gregório Grasiman) e nenhum processo para a capitania do Rio Grande.

³¹⁶ Foram encontradas 5 cartas de sesmarias para o período dessa pesquisa, no entanto, no documento de uma delas consta parte de um traslado de uma doação de sesmaria datada de 1695.

da Rocha, sua filha e atual suplicante Teodósia, João Leite de Oliveira, Domingos Rodrigues Correia, Maria da Conceição e Clara da Costa – não havia sido povoada no tempo determinado, que variava de um a cinco anos³¹⁷.

Nota-se, nesse pedido de terra, que a sesmaria anterior foi requerida em conjunto, uma prática muito recorrente até a primeira década do século XVIII, quando uma ordem régia proibiu que mais de duas pessoas solicitassem uma sesmaria³¹⁸. Foram seis sesmeiros, mas a terra solicitada nessa petição diz respeito apenas a duas dessas pessoas: Maria da Conceição e Clara da Costa. Acredita-se, analisando esses pedidos de sesmaria, que as terras eram pedidas em conjunto provavelmente para diminuir os custos com os impostos, mas a utilização da terra era uma iniciativa individual e não de todo o grupo. Percebe-se isto quando analisadas as próximas cartas de sesmarias.

Em 6 de novembro de 1709, Dona Rosa Maria de Paiva solicitou uma sesmaria na ribeira do Mossoró. Assim como a carta de sesmaria analisada anteriormente, esse pedido teve duas justificativas por parte da sesmeira. A primeira alegava que possuía gado, mas não possuía terras para criá-lo. A segunda argumentava que as terras solicitadas haviam sido consideradas devolutas por Cristóvão Soares Reimão sob a mesma acusação: devoluta por abandono. Nesse caso a terra deveria ter sido povoada por Domingos Rodrigues Correia. Esse sesmeiro recebeu suas terras em 1695, juntamente com Teodósio da Rocha, Teodósia da Rocha, João Leite de Oliveira, Maria da Conceição e Clara da Costa³¹⁹.

Nesses dois requerimentos percebeu-se que as porções de terras sob a responsabilidade de Teodósio da Rocha, sua filha Teodósia e João Leite de Oliveira estava sendo povoada, uma vez que sempre eram citadas como “hereos”, ou seja, confrontantes das terras requeridas³²⁰. Se ainda eram citados como referência para as confrontações das

³¹⁷ Carta de sesmaria doada a Inácio Rodrigues, Teodósia de Oliveira e Antônio Pereira de Albuquerque Sousa de Oliveira. *IHGRN – Fundo Sesmarias*. Livro II, nº 78 e nº 79. Fls. 32-33. RN 0076.

³¹⁸ A ordem régia citada não foi encontrada, mas em uma carta de sesmaria o desembargador Cristóvão Soares Reimão, no momento em que demarcava uma sesmaria cita a ordem régia que determina que no máximo duas pessoas pudessem pedir uma sesmaria. Entretanto, percebeu-se que a partir desse momento apenas uma ou no máximo duas pessoas pediram sesmarias na capitania do Rio Grande, não ultrapassando esse número de solicitantes por concessão. Carta de sesmaria doada a Domingos da Silveira. *IHGRN – Fundo Sesmarias*. Livro II, nº 97. Fls. 71-72. RN 0095.

³¹⁹ Carta de sesmaria doada a Dona Rosa Maria de Paiva na ribeira do Mossoró. *IHGRN – Fundo Sesmarias*. Livro II, nº 80. Fls. 36. RN 0078.

³²⁰ Nesta e em outras concessões foi encontrado, diversas vezes, o termo “hereo”. Nessas cartas de sesmarias pode-se perceber que esse termo possui o sentido de vizinho, confrontante. No entanto, no dicionário de língua portuguesa de Raphael Bluteau o sentido para essa palavra é o de arrendatário “aquelle, que paga ao Enphyteuta os redites da parte do chão, ou do campo, que tomou a sua conta para beneficiar”. Apesar desses hereos serem apresentados nas cartas de sesmarias como vizinhos, não descarta-se a possibilidade destes serem arrendatários. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acessado em 28 junho de 2013.

sesmarias desses novos suplicantes muito provavelmente a parte que coube aos três sesmeiros não havia sido considerada devoluta no momento da demarcação.

Outra petição que merece destaque dentre estas que foram solicitadas na ribeira do Mossoró é a de Antônio Vaz Gondim e de Damião da Rocha. Em 12 de maio de 1713, estes solicitaram seis léguas na ribeira do Mossoró. A justificativa apresentada no momento do pedido foi a de que o sesmeiro Antônio Vaz Gondim já havia recebido a carta de sesmaria dessas terras juntamente com Manoel Gonçalves Pimentel, doada por Bernardo Viera de Melo. No entanto, essa sesmaria havia sido considerada devoluta por Soares Reimão, quando estava demarcando as terras na região. O motivo para o veredicto do desembargador? A terra não havia sido povoada no tempo determinado. Segundo os suplicantes, Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha, tal veredicto foi feito somente porque eles não estavam presentes no momento da demarcação, mas que a povoação das terras estava sendo efetivada. Não é citada a forma como a utilização das terras ocorria, mas provavelmente eram usadas para a criação de gado, que poderia estar fixado nelas. Com esses argumentos, os suplicantes conseguiram a concessão de terras na ribeira do Mossoró, que confrontava com as terras de seu pai, Teodósio da Rocha³²¹.

As duas outras sesmarias doadas na ribeira do Mossoró, até então encontradas, foram concedidas a Gonçalo de Castro Rocha e a Antônio Dias Pereira. A primeira delas, doada a Gonçalo de Castro Rocha, foi concedida em 2 de abril de 1713. Baseando-se em uma ordem régia que impedia que religiosos possuíssem terras maiores que o suficiente para criar quatro vacas e quatro cavalos³²², o suplicante solicitou as terras dos religiosos do Carmo do Recife, localizadas entre o rio Paneminha, outra denominação para o rio Upanema. Essas terras, segundo o suplicante, foram doadas a esses religiosos, no entanto não houve nenhuma comprovação da utilização da sesmaria³²³.

A outra sesmaria foi doada ao capitão Antônio Dias Pereira, em 30 de maio de 1713. As terras solicitadas nunca haviam sido doadas a outras pessoas anteriormente e encontravam-se nas confrontações das terras da viúva de Gregório do Valle. O suplicante solicitou estas terras no rio Panema Grande, mais uma das denominações para o rio Mossoró,

³²¹ Carta de sesmaria doada a Antônio Vaz Gondim e Damião da Rocha. *IHGRN – Fundo Sesmarias*. Livro II, nº 127. Fls. 139-140. RN 0341.

³²² Sobre os desdobramentos dessa ordem régia e os conflitos que surgiram pela sua aplicação na capitania do Rio Grande ver: ALVEAL, Carmen. MORAIS, Ana Lunara da Silva. Nada mais que o necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégia de moradores da Capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. IN: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Capitania do Rio Grande*. 2013. p. 45-58.

³²³ Carta de sesmaria doada a Gonçalo de Castro da Rocha. *IHGRN – fundo Sesmarias*. Livro II, nº 125. Fls. 133-134. RN 0338.

alegando que possuía gado, mas não possuía terra para criá-lo, utilizando terras alheias para manter sua criação³²⁴.

Nota-se que das cinco cartas de sesmarias doadas na ribeira do Mossoró no período escolhido por essa pesquisa, apenas duas delas não citam como confrontantes as terras de Teodósio da Rocha, mas se percebe em todas as cartas o interesse por parte dos suplicantes em manter as terras povoadas. Essa área possuía, nas proximidades do rio, terras com condições favoráveis para a criação de gado. Era um local úmido no verão e alagadiça no inverno³²⁵, segundo alguns sesmeiros, e também próximo a salinas. A ribeira do Mossoró está nas proximidades da ribeira do Jaguaribe, outro local de grande produção pecuária e de produção natural de sal, além de ser o ponto de ligação entre caminhos que ligavam o sertão por terra, o que permitia um escoamento da produção de víveres para as capitanias adjacentes.

Mapa 15: Sesmarias doadas na ribeira do Mossoró



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do programa Google Earth com base nos dados da Plataforma SILB.

No mapa pode-se perceber como ocorreu a ocupação da ribeira do Mossoró nessa primeira década do século XVIII. As terras solicitadas iam até a costa e desciam pelo curso

³²⁴ Carta de sesmaria doada a Antônio Dias Pereira. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro II, nº 122. Fls. 127-128. RN 0336.

³²⁵ Segundo o sesmeiro João do Vale Bezerra, essa região era muito boa para a criação de gado devido à boa quantidade de água tanto no inverno quanto no verão, estação mais preocupante para um local de clima seco. *IHGRN - Fundo Sesmarias*, Livro IV, nº 275. Fls.32-35. RN 0047.

dos rios Mossoró e Upanema na direção sul. Essas solicitações foram as primeiras a citar tal região com a denominação Mossoró, delimitando um espaço até então não reconhecido.

4.2 Apodi

As doações de sesmarias nas primeiras décadas do século XVIII foram significativas para as conquistadas de fundos territoriais ainda existentes no sertão. Assú ganhava destaque na capitania, consolidando-se como uma zona de difusão forte e conseguindo manter ligações com regiões coloniais além de Natal, como Recife e Olinda. Era esperado que o avanço dos conquistadores fosse além dessa ribeira, buscando terras ainda consideradas vazias de súditos, principalmente aquelas próximas a aldeias, com o intuito não apenas de povoar, mas também de contenção dos indígenas caso estes se levantassem novamente.

Assim, a ribeira do Apodi-Mossoró foi começando a ser povoada por súditos da Coroa portuguesa. A porção sul dessa ribeira, mais conhecida pela denominação Apodi, passou a ser um alvo de conquistadores, principalmente no ano de 1716. Antes desse ano poucas foram as concessões feitas apresentando tal denominação. Duas delas já foram analisadas anteriormente, uma doada aos primeiros povoadores dessa porção da ribeira, os Nogueira, em 1680; e mais uma em 1692, que foi concedida pelo governo do Siará Grande.

Depois dessas duas concessões, o requerimento de terras no Apodi voltou a ocorrer somente no século XVIII. Antes de 1716 foram doadas apenas seis sesmarias, cinco no ano de 1706 e uma no ano de 1707. Destas, uma foi concedida pelo governo da Paraíba, mostrando como o problema de fronteiras incertas permanecia. Duas sesmarias de 1706 e a sesmaria de 1707, foram doadas pelo governo do Siará Grande e as demais pelo governo do Rio Grande.

Percebe-se ainda que o limite entre Siará Grande e Rio Grande continuava nebuloso, mas a faixa de terra que as dividia e ainda causava confusão é bem menor que àquela existente no século XVII. A partir de então, entende-se, claramente, como fronteira do Siará Grande o rio Jaguaribe e a do Rio Grande o rio Apodi-Mossoró. Não saber a qual governo pedir terras entre essas duas ribeiras seria uma dúvida comum.

Os limites do Rio Grande também se confundiam com a Paraíba, principalmente no chamado sertão de Piranhas e Piancó³²⁶. A sesmaria doada em 1706 pelo governo da Paraíba apresentou confrontações que adentram o território do Rio Grande. Os limites entre essas duas capitanias também eram desconhecidos e motivos de confusão de alguns sesmeiros. Um exemplo desse tipo de confusão foi o requerimento feito por João Novalhas de Urreia, em 1678, apresentando claramente sua dúvida sobre em qual capitania estariam suas terras, se na capitania da Paraíba ou do Rio Grande.³²⁷

Voltando às doações de 1706 encontra-se o requerimento de José Barbosa Leal³²⁸ e Manuel Gomes Torres, feito no dia 9 de abril. Os dois solicitantes afirmavam, em seu pedido, que haviam participado da guerra do gentio, auxiliando sempre que possível os esforços para combatê-los tanto com suas fazendas como com o uso de suas pessoas. Os suplicantes tiveram notícias que entre o rio Apodi e o rio Jaguaribe haviam muitas terras devolutas e que muitos tentaram povoá-las, no entanto, a falta de água impediu que o empreendimento fosse levado adiante. O tamanho das terras não foi especificado, mas ficava claro que esses homens requeriam todas as “sobras de terra” entre o Jaguaribe e o Apodi até chegar à Paraíba³²⁹.

Barbosa Leal e Gomes Tavares provavelmente não conheciam as terras que solicitavam. Pediam que lhes fossem concedidas qualquer porção de terra em um local que tivesse muita água corrente, para assim conseguir criar seus gados e criações. Citaram uma ordem régia, de 1703, a qual o rei mandava que todas as terras devolutas da capitania fossem ocupadas e que aquelas terras que antes da guerra dos bárbaros não tinha sesmeiro seriam dos homens do terço dos Paulistas³³⁰.

No dia 30 de maio Manuel da Cruz de Oliveira, Clara de Vasconcelos, Bento de Araújo Barreto e Francisco de Távora, o conde de Alvor, solicitaram uma sesmaria no sertão das Piranhas. As confrontações apresentadas foram o rio Piranhas, o riacho do Meio e os

³²⁶ A historiadora Renata Assunção da Costa apresentou o conhecido sertão de Piancó como espaço de uma formação plural, sendo inseridos nesse sertão vários outros e que sua extensão não somente abrangia a capitania da Paraíba, mas também a do Siará Grande e Rio Grande. COSTA, Renata Assunção da. *Uma nova conquista: A família Oliveira Ledo e o processo de ocupação do sertão do Piancó*. Monografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal: 2012. p. 25-26

³²⁷ Carta de Sesmaria doada em 07 de novembro de 1678 a João de Novalhas Urrea em Itã. Arquivo Nacional, códice 417, fls. 139. Segundo dos Registros da Secretaria do Estado do Brasil, folha 57v. RN 1257.

³²⁸ O português José Barbosa Leal foi vereador da câmara de Natal, comissário geral de cavalaria do Rio Grande, se tornou o provedor da Fazenda Real da capitania, atuou em Angola e se tornou governador de Moçambique entre 1733 e 1737. SILVA, Tyego Franklim da. *Na ribeira da discórdia*. 2015. p. 92

³²⁹ Carta de sesmaria doada em 9 de abril de 1706 a José Barbosa Leal e Manuel Gomes Torres na ribeira do Apodi. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro I, n. 51. RN 0050.

³³⁰ Ibidem.

últimos sesmeiros da ribeira do Apodi³³¹. O riacho do Meio fica bem próximo ao riacho Jatirana e desemboca no rio Apodi. Tal riacho passa pela atual cidade de Riacho da Cruz próximo a Itaú.

Essa solicitação foi feita ao governo da Paraíba, mesmo chegando a adentrar ao território da capitania do Rio Grande. Percebe-se, por esse requerimento, como a questão de limites não envolvia apenas o Siará Grande e que por toda a área entre Paraíba e Rio Grande deveria haver este tipo de confusão e dúvida sobre a qual governo solicitar sesmarias e a qual capitania deveria responder quando necessário cumprir atividades burocráticas. A dúvida, apresentada por sesmeiros, poderia estar encobertando uma estratégia de aumento de jurisdição pelas próprias autoridades da capitania. Se os limites de uma capitania tinham um reconhecimento geral e um sesmeiros solicitava terras além desta linha fronteira, o capitão-mor não deveria ignorar tal avanço em jurisdição de outra capitania. Contudo, como pode ser analisado nas concessões de sesmarias até então, era comum a doação de terras em jurisdições diferentes. Pensando dessa forma, as autoridades do Rio Grande agiam de forma deliberada, interessadas em aumentar sua jurisdição para o oeste, conseguindo consolidar o Apodi-Mossoró como componente espacial do território do Rio Grande.

Além da aparente confusão sobre os limites das capitanias, uma importante observação foi levantada por José Barbosa Leal em seu requerimento: a água. Para sobrevivência daqueles que ali quisessem viver e para a manutenção das suas criações, a água era essencial. Apesar de todas as sesmarias trazerem como referência uma ribeira, nem todas as terras estavam localizadas nas beiras de rios e muitos poderiam sofrer sem o acesso à água, que poderia ser barrado por qualquer impedimento: uma cerca; uma aldeia de índio; um vizinho não quisto; a distância e a dificuldade do relevo em volta dessas fontes; ou, simplesmente, a ausência de chuvas.

No dia 3 de junho de 1706 a solicitação e a concessão de uma sesmaria foi emitida pelo governo da capitania do Siará Grande. Os suplicantes, dessa vez, eram Antônio Pinto Correa e Manuel de Versa. A localização dessa sesmaria é na beira de um riacho, chamado Jatirana, que desagua no rio Apodi. Essas terras eram “frutíferas e capazes de todo o comodo para gados e que os supptes.[suplicantes] se podem e querem acomodar pera que Sua Magte [majestade] que Deos goarde tenha mais algum aumento a sua Real fazenda.”³³²

³³¹ Carta de sesmaria doada em 30 de maio de 1706 a Francisco de Távora (Conde Alvor) e demais companheiros no sertão das Piranhas. TAVARES, Joao de Lyra. Apontamentos para a Historia Territorial da Parahyba. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989. pp. 59-60. PB 0058.

³³² Carta de sesmaria doada em 3 de junho de 1706 a Antônio Pinto Correa e Manuel de Versa no rio Jatirana. Data de Sesmarias. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho. 1921. v.2. p.83. CE 0108.

As terras eram férteis e tinha água franca, o que era ideal para a criação do gado. Assim como muitas outras solicitações que conseguiam localizações próximas aos rios, a sesmaria de Pinto Correa e Manuel de Versa, de três léguas de cumprimento e uma de largura para cada um deles, possuía o rio passando entre suas terras, estando estas “para cada banda do dito rio”. Segundo o parecer do escrivão, nenhuma outra sesmaria havia sido doada, até o momento, na região que os suplicantes pediam.³³³

O escrivão fez essa observação baseada apenas nas cartas de sesmarias doadas pelo Siará-Grande. A probabilidade de outra concessão, com confrontações parecidas, ser feita pelo Rio Grande não pode ser descartada e um conflito por essas terras entre os sesmeiros também não. Apesar dessas hipóteses, não foram encontradas informações sobre algum litígio pela posse dessas terras até o momento.

Mais informações sobre as terras de Manuel Ferreira Nogueira foram encontradas em um dos requerimentos de 1706. Nogueira havia recebido sua sesmaria em 1680 e saiu da ribeira do Apodi devido aos ataques dos Paiacu. Posteriormente, Nogueira voltou para tal área, fixando-se em uma das serras, chantando dormentes que delimitavam suas terras. A Serra dos Dormentes, como assim foi denominada, teve os Nogueira como descobridores e moradores, contudo, não se sabe se esse povoamento foi continuado.

No dia 20 de julho de 1706, Manuel Nogueira Ferreira, como procurador de sua esposa Maria de Oliveira Correa, apresentou-se ao escrivão da Fazenda Real, José Freire, para assinar um termo de desistência de uma sesmaria que requereu e recebeu juntamente com sua esposa e o Conde de Alvor. Não se sabe o ano em que tais terras foram recebidas por Nogueira Ferreira, sua esposa e o Conde. Sabe-se que essa sesmaria ficava na ribeira do rio Apodi e nas “testadas” de outra sesmaria de Nogueira Ferreira. Dentro desses limites estaria a lagoa do Apodi e a área foi chamada no documento de “Cabeceiras do Apody”. Essas terras devolvidas por Nogueira estavam sendo solicitadas, neste mesmo momento, pelo Conde de

³³³ Carta de sesmaria doada em 3 de junho de 1706 a Antônio Pinto Correa e Manuel de Versa no rio Jatirana. Data de Sesmarias. Fortaleza: Eugenio Gadelha e Filho. 1921. v.2. p.83. CE 0108.

Alvor³³⁴, que afirmava ter cabedal suficiente para povoá-las, assim como fez nas concessões anteriormente recebidas.³³⁵

Provavelmente essa solicitação diz respeito a uma sesmaria vizinha às terras demarcadas por Manuel Nogueira Ferreira, na Serra dos Dormentes. Segundo Thiago Alves Dias em *Os marcos da colonização portuguesa na serra de Portalegre*, essa serra era chamada na documentação de “cabeços do Pody” e após a marcação feita por Nogueira foi que seu nome modificou-se para Serra dos Dormentes³³⁶. Como na solicitação aqui analisada surge a denominação “Cabeceiras do Apody”, acredita-se que os suplicantes estavam se referindo a esta localidade. Anos mais tarde, em 1761, a Missão do Apodi, que, em determinado contexto necessitou se mudar para a Serra dos Dormentes, foi transformada em vila, recebendo nome de Vila Nova de Portalegre, como até hoje é conhecida³³⁷.

Finalizando as doações do ano de 1706, no dia 30 de novembro o capitão Manuel Rodrigues de Souza e Antônio da Conceição Rabelo solicitaram, ao governo do Siará Grande, uma sesmaria entre o riacho do Figueiredo e o rio Apodi, aproximadamente onde hoje se localiza a atual cidade de Pau dos Ferros³³⁸. O riacho do Figueiredo, atualmente, pertence ao território do estado do Ceará e segue em direção a Pau dos Ferros, onde ele deixa de existir.

As doações na ribeira do Apodi voltam a ocorrer somente no ano de 1707. Uma sesmaria foi concedida nesse ano e, assim como a última doada no ano de 1706, foi solicitada ao governo do Siará Grande, no dia 8 de fevereiro. O reverendo padre Manoel de São Gonçalo, prior do convento de Goiana de Nossa Senhora do Monte do Carmo, juntamente com outros religiosos, requereram terras para criar os gados que receberam como esmola dos fiéis. A localização apresentada pelos padres foi o olho de água na serra do Apodi no caminho que vai para o Jaguaribe, estando “a banda da serra da parte de dentro comesandose a encher as ditas três léguas da ponta da serra que fica pra atrás do dito olho de agoa duzentas brasas

³³⁴ Existiram três condes de Alvor. O primeiro foi Francisco de Távora, membro do Conselho de Estado e Guerra e presidente do Conselho Ultramarino. Este morreu em 1710, passando seu título para seu filho Bernardo Antônio Felipe Neri de Távora. Este passou o título para seu filho, Francisco de Assis Távora. SOUZA, Antônio Caetano *apud* GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 198. Acredita-se que este primeiro conde de Alvor era o membro da Câmara da Paraíba, o qual surge na documentação assinando documentos, mesmo não havendo, até o momento, indícios de que esse conde tenha estado no Brasil neste período. Além desta concessão no Rio Grande, este conde recebeu sete concessões de terra na capitania da Paraíba. As cartas de sesmarias do Conde Alvor encontram-se no site da Plataforma SILB com os seguintes códigos: PB 0035, PB 0039, PB 0043, PB 0054, PB 0058, PB 0062 e PB 0063.

³³⁵ Carta de sesmaria doada em 20 de julho de 1706 a Francisco de Távora, o conde Alvor, na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias. Livro I. Nº 64. Fl. 248-249-250. RN 0063.

³³⁶ DIAS, Thiago Alves. Os marcos da colonização portuguesa na serra de Portalegre. IN: CAVALCANTE, Maria. DIAS, Thiago Alves. *Portalegre do Brasil*. 2010. p. 19-21.

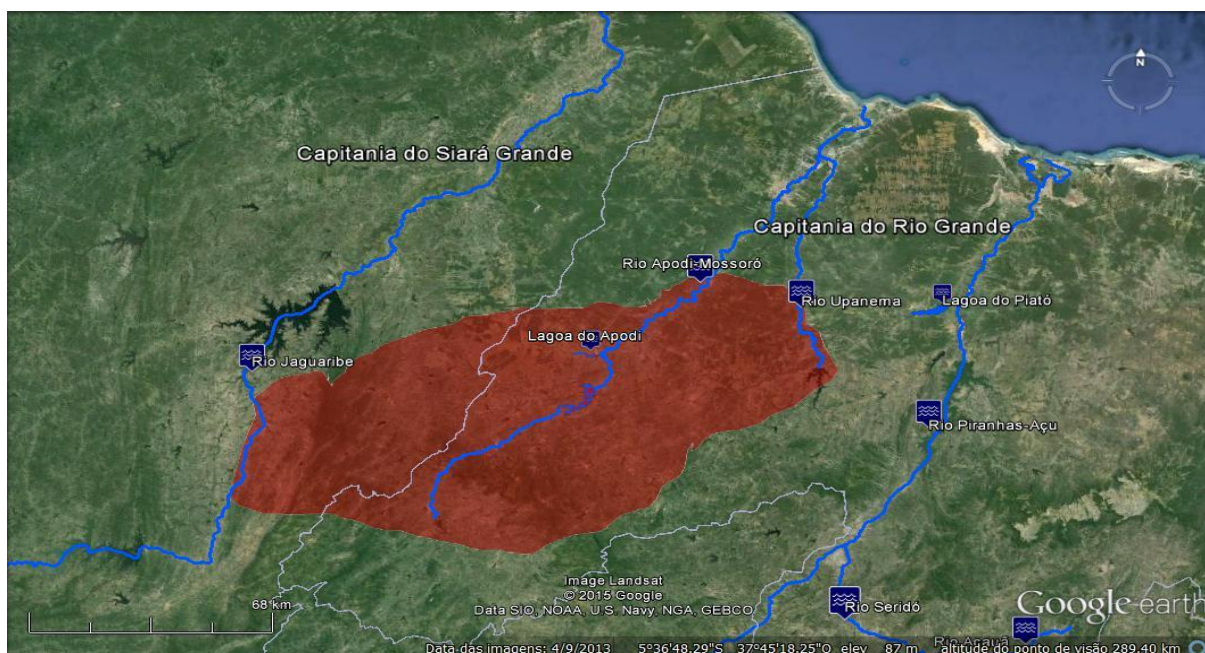
³³⁷ LOPES, Fátima Martins. A vila de Portalegre: povos e instituições. IN: CAVALCANTE, Maria. DIAS, Thiago Alves. *Portalegre do Brasil*. 2010. p. 42.

³³⁸ Carta de sesmaria doada em 30 de novembro de 1706 a Manuel Rodrigues de Souza e Antônio da Conceição Rabelo na ribeira do Apodi. *Datas de sesmarias*. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925. v. 4. p.12-14. CE 0193

pouco mais ou menos [...] as quais pedem pelo amor de Deus para sustento dos seus religiosos”³³⁹

Não foi a primeira vez que religiosos do Carmo solicitaram terras para criar gado na capitania do Siará Grande. Relembra-se os requerimentos feitos pelos padres do Carmo do Recife em 1701, no Rio Upanema, sob a mesma justificativa. O Padre Manoel de São Gonçalo aponta em seu requerimento que solicitava essas terras, pois as demais todas já foram descobertas. Mas os motivos de solicitar terras tão longe do lugar em que atuavam não ficou claro em nenhum desses requerimentos.

Mapa 16: Doações na ribeira do Apodi (1706-1707)



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de oliveira Dias, por meio do programa Google Earth com base nos dados da Plataforma SILB.

No mapa acima, pode-se observar a representação aproximada da área que ocupavam na ribeira do Apodi as sesmarias doadas entre 1706 e 1707. Somente no ano de 1716 a ribeira do Apodi-Mossoró ressurge na documentação referente às doações de terra e é notável o aumento de doações na ribeira a partir desse ano. Dentre as 26 sesmarias concedidas em toda a capitania do Rio Grande, 11 possuíam como localidade a ribeira do Apodi.

A primeira dessas sesmarias foi doada a Manuel Rodrigues Taborda no dia 20 de setembro de 1716, nas confrontações de Manuel Nogueira Ferreira e do coronel Antônio Dias Pereira, no rio Apodi. Tais confrontações, segundo a verificação do escrivão, era a mesma

³³⁹ Carta de sesmaria doada em 8 de fevereiro de 1707 a Manuel de São Gonçalo na ribeira do Apodi. Datas de Sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925. v. 4. p. 41-42. CE 0207.

apresentada pelo capitão José Barbosa Leal e Manuel Gomes Torres, em 1706. No entanto, estes dois últimos não povoaram as terras no tempo determinando, sendo assim considerada devoluta e podendo ser concedida a Manuel Rodrigues Taborda³⁴⁰.

A sesmaria de Antônio Dias Pereira, a que se refere Rodrigues Taborda, provavelmente foi doada no dia 22 de setembro. O coronel Dias Pereira solicitou terras para criar seus gados, pois não possuía nenhum local para esse fim. As confrontações apresentadas foram as terras de Manuel Nogueira Ferreira. Mais uma vez, foi citada a carta de Barbosa Leal e Gomes Torres, denunciando que estes sesmeiros não a povoaram no tempo exigido, o que tornava a terra devoluta, o que não causou impedimento ao pedido do coronel Dias Pereira, que recebeu as terras requeridas³⁴¹.

O curioso dessa carta é a justificativa de Dias Pereira: tinha gado, mas não tinha terras onde poderia criá-los. Treze anos antes desse requerimento ser apresentado, em 1713, o mesmo coronel solicitou e recebeu terras na mesma ribeira do Apodi-Mossoró, mais precisamente na parte norte do rio, conhecida apenas como Mossoró. Essa sesmaria também foi demarcada por Cristóvão Soares Reimão, quando estava fiscalizando as terras da região e ficou comprovado que Dias Pereira a estava aproveitando. Possivelmente, ao longo dos treze anos passados até a data da nova solicitação, o sesmeiro tenha desistido de suas terras mais ao norte e tenha migrado para o sul, em busca de terras mais férteis. Poderia também ter adquirido mais gado e por isso necessitava de terras, ou mesmo omitiu sua antiga concessão, pois seria mais convincente e garantido afirmar que não tinha terras.

Já no mês de outubro de 1716, mais uma sesmaria foi doada no Apodi. Devido a lacunas no documento, não foi possível encontrar quem foram os requerentes e a data exata dessa solicitação. Mas, as informações sobre a localização das terras estão parcialmente legíveis. Ao que parece, o parecer do escrivão afirmava que as terras solicitadas já haviam sido doadas a Francisco de Távora, o Conde de Alvor e a Bartolomeu Barbosa Pereira³⁴², mas que elas não estavam dentro das confrontações destes e assim poderiam ser concedidas³⁴³. Sabe-se que Francisco de Távora recebeu terras nessa área, tanto pelo governo do Rio Grande quanto da Paraíba, mas infelizmente não há como saber sobre qual área, especificamente, o

³⁴⁰ Carta de sesmaria doada em 20 de setembro de 1716 a Manuel Rodrigues Taborda. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 138, fls. 165-166. RN 0349.

³⁴¹ Carta de sesmaria 22 de setembro de 1716 a Antônio Dias Pereira no Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 137, fls. 163-164. RN 0348.

³⁴² Este sesmeiro recebeu quatro sesmarias pelo governo da Paraíba e todas elas confrontavam com as terras do Conde Alvor. Por falta de informações mais precisas nas fontes, não foi possível perceber qual dessas sesmarias é a referida neste requerimento.

³⁴³ Carta de sesmaria doada em outubro de 1716 na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 140. RN 0351.

escrivão se referia. Uma das sesmarias recebidas pelo conde citava como confrontação o riacho do Meio³⁴⁴. Esse riacho atravessa o atual município de Riacho da Cruz, nas proximidades do município de Itaú e Apodi. No dia 21 de outubro, o capitão Antônio Barbalho Bezerra, já morador da ribeira do Apodi, solicitou terras para criar seus gados no dito riacho da Cruz, onde havia terras “devolutas e desaproveitadas”, ou seja, jamais doadas a outro sesmeiro.³⁴⁵

A localidade de riacho da Cruz surge em mais um requerimento do mês de outubro de 1716. No dia seguinte ao requerimento de Antônio Barbalho, Manuel Rodrigues Taborda solicitou mais uma sesmaria, utilizando a mesma justificativa de que no riacho da Cruz havia terras devolutas e desaproveitadas, apresentava as confrontações de suas terras entre o norte do riacho da Cruz, o lugar chamado “*Cotro Simoens*” e “*os picos*” de serra do Patu. No parecer do escrivão, surge novamente a observação sobre as terras do conde de Alvor e de Barbosa Pereira, acrescida de uma ressalva: próximo a essas terras já haviam sesmeiros e que poderiam estar dentro das confrontações apresentadas por Taborda.³⁴⁶ Contudo, a sesmaria foi doada. Acredita-se que o parecer do escrivão não apresentava nenhum impedimento para concessão. Queria-se apenas certeza da localização das terras.

No dia 23 de outubro um alferes solicitou terras na ribeira do Apodi, na parte “que se chama Jaguaribe” e nas confrontações das terras do coronel Antônio Dias Pereira. Essa carta, assim como outras, possui grandes lacunas, não sendo possível obter informações sobre o nome do sesmeiro e sua origem. As informações mais concretas sobre a localização também não sobreviveram a ação do tempo³⁴⁷.

No dia seguinte, 24 de outubro, o capitão Bento Carneiro solicitou terras na mesma área do Riacho da Cruz. Essas ficavam nas confrontações das terras de Antônio Barbalho Bezerra, indo em direção a serra dos Picos. Cruzando essa sesmaria com mapas atuais, não foram encontradas nenhuma localidade chamada de Serra dos Picos, mas, próximo ao município de Riacho da Cruz, há o município de Serrinha dos Pintos, que é atravessado

³⁴⁴ Carta de sesmaria doada em 30 de maio de 1706 a Francisco de Távora (Conde Alvor) e demais companheiros no sertão das Piranhas. TAVARES, Joao de Lyra. Apontamentos para a História Territorial da Parahyba. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró, 1989. pp. 59-60. PB 0058.

³⁴⁵ Carta de sesmaria doada em 21 de outubro de 1716 a Antônio Barbalho Bezerra no Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 139. RN 0350.

³⁴⁶ Carta de sesmaria doada em 22 de outubro de 1716 a Manuel Rodrigues Taborda no Riacho da Cruz, Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 136, fls. 161-162. RN 0347.

³⁴⁷ Carta de sesmaria doada em 23 de outubro de 1716 na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n 142, fls. 173 - 174. RN 0353.

pelo riacho dos Picos. Provavelmente essa seja a área que um dia foi utilizada como confrontação para as terras do capitão Bento Carneiro³⁴⁸.

Nesse requerimento, novamente, surge a observação do escrivão sobre as terras do Conde Alvor, Francisco de Távora, e de Bartolomeu Barbosa Pereira. Nesse documento, a observação encontra-se quase que por inteiro legível, mas podem-se ter mais informações sobre o parecer. Segundo o escrivão, em 1708 foi doada pelo Sebastião Nunes Colares uma sesmaria ao conde e a Barbosa Pereira, com comprimento de seis léguas por uma, que se iniciavam no riacho acima da serra dos Picos, chegando até a serra do Patu, com todos os olhos d'água dentro desses limites. Ainda no parecer, o escrivão afirmava que não sabia se as terras que estavam sendo solicitadas por Bento Carneiro chegavam a estar dentro das confrontações das terras do Conde e de Barbosa Pereira³⁴⁹.

O alferes Matias de Lima era morador da ribeira do Apodi, criador de gado e no dia 26 de outubro solicitou uma sesmaria no riacho da Cruz, nas “testadas” do capitão Bento Carneiro. Alegando não ter terras para criar seu gado e que essas terras requeridas nunca haviam sido povoadas por ninguém e estavam “devolutas e desaproveitadas”. Assim como os demais suplicantes, Lima pedia terras com isenção de foro e pensão, pedindo apenas que fosse pago o dízimo a Deus. Novamente a observação do escrivão foi sobre as terras do Conde e de Pereira, mas, como nos outros casos, as terras foram concedidas ao alferes³⁵⁰.

Já no mês de novembro, no dia 16, o alferes Francisco da Silva Cardozo solicitou sesmarias “*na ilhargá da data velha em que he éreo Manuel Nogueira Ferreira e outros socios*”. Segundo o alferes, ao sul da sesmaria de Manuel Nogueira existiam terras que haviam sido concedidas, mas que os sesmeiros jamais a haviam povoado, pois “*tem passado o termo da lei e se acham devolutas e desaproveitadas*”. O parecer do escrivão afirmava que duas sesmarias haviam sido doadas nas “*ilhargas da data velha*”. Uma ao Alferes Antônio Pinto Correa e outra ao coronel Antônio Dias Pereira. Além dessas duas, com confrontações que poderiam abarcar as terras que o alferes Cardozo requereu, haviam sido concedidas terras ao Conde de Alvor, a Bartolomeu Barboza Pereira e a José Barbosa Leal³⁵¹.

A carta de sesmaria não está completa, não havendo condições de se ter mais notícias sobre o processo de concessão desta. Sabe-se que ela foi doada ao alferes Francisco

³⁴⁸ Carta de sesmaria doada em 24 de outubro de 1716 a Bento Carneiro na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 143, fls. 176 - 177. RN 0354.

³⁴⁹ Carta de sesmaria doada em 24 de outubro de 1716 a Bento Carneiro na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 143, fls. 176 - 177. RN 0354.

³⁵⁰ Carta de sesmaria doada em 26 de outubro de 1716 a Matias de Lima na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 144, fls. 177-178. RN 0355.

³⁵¹ Carta de sesmaria doada em 16 de novembro de 1716 a Francisco da Silva Cardozo na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 151, fls. 192. RN 0362.

da Silva Cardozo, pois em seu enunciado está claro que foi no dia 16 de novembro de 1716 e na ribeira do Apodi que a concessão foi feita. Pela primeira vez, nessa documentação, foi possível ver a expressão “data velha” referente às terras doadas, em 1680, a Manuel Nogueira Ferreira, o primeiro sesmeiro da ribeira do Apodi.

Quatro dias depois de sua primeira concessão no Apodi, o alferes Francisco da Silva Cardozo fez um novo requerimento. No dia 20 de novembro, o pedido feito por esse alferes apresentava como justificativa a posse de gados, mas que não tinha terras para acomodá-los. Afirmava que havia terras devolutas no riacho Umari, apresentando como confrontações o riacho das Piranhas, a serra do Patu, a serra redonda e passava por um olho d’água³⁵². Analisando essa sesmaria com os atuais limites do Rio Grande do Norte e seus municípios, poderia ser dito que essas terras ficariam entre os municípios de Lucrecia, Patu, Umarizal, Olho D’Água dos Borges e Apodi. Próximo à cidade de Lucrecia passa o riacho das Piranhas; a leste desse município, em Patu, encontra-se a serra do Patu; ao sul destes dois pontos estão os municípios de Umarizal e Olho D’Água dos Borges e passando por esses está o riacho Umari, que desagua no rio Apodi bem próximo ao atual município de Apodi.

A última concessão do ano de 1716 na ribeira do Apodi foi feita no dia 25 de novembro, por Francisco da Silva Cardozo, o moço. Não há, nesse documento, nenhuma informação sobre o parentesco desse sesmeiro com o alferes Francisco da Silva Cardozo, mas acredita-se que não eram homônimos por acaso. Com a identificação de “o moço”, provavelmente esse suplicante era filho, neto ou até mesmo sobrinho do alferes. Não se sabe também se era morador da capitania ou a sua ocupação. No requerimento, Francisco, o moço, pedia terras que ficavam nas “ilhargas da data [do] riacho chamado Omari”. Essa sesmaria iniciava-se no riacho Umari, que desaguava no Apodi, e seguia em direção leste até o riacho do Gavião, que deságua no rio Upanema³⁵³.

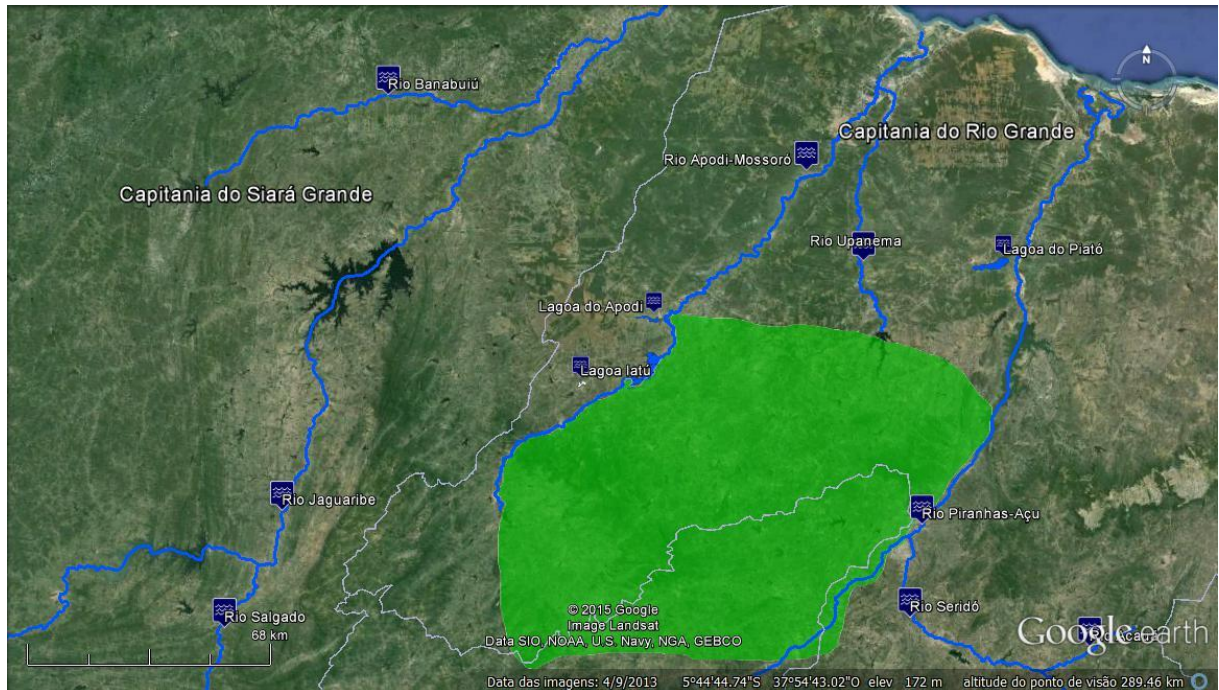
O segundo semestre de 1716 foi caracterizado por muitas doações na ribeira do Apodi. Foram um total de onze sesmarias dadas no início desse rio, em um local de fronteira com duas capitanias: o Siará Grande e a Paraíba. Essas doações foram feitas por homens com a intenção de povoar toda a tromba do elefante, ou seja, a região mais a oeste da capitania do Rio Grande, onde, com as configurações atuais do território potiguar, formam uma tromba de um elefante que foi se moldando ao longo dos séculos. No mapa a seguir pode ser percebido

³⁵² Carta de sesmaria doada em 20 de novembro a Francisco da Silva Cardozo no riacho Umari. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 152, fls. 194. RN 0363.

³⁵³ Carta de sesmaria doada em 25 de novembro a Francisco da Silva Cardozo, o moço, no riacho Umari. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 153.

como essas doações conseguiram ocupar todo o território desta parte da capitania, a leste do rio Apodi.

Mapa 17: Doações de sesmarias na ribeira do Apodi (1716)



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN.

Sabe-se que as doações de sesmaria não eram garantias de povoamento de uma determinada localidade. Por vezes eram populações de posseiros que tinham esse fundamental papel de ocupação do espaço. No entanto, para efeitos oficiais, esses não eram considerados como ocupantes específicos, mesmo sendo os verdadeiros responsáveis por transformar cada fundo territorial em território da Coroa.

Mas também foram muitos os sesmeiros que não solicitaram terras em vão. Sua real intenção era povoar as terras que haviam conseguido pelo meio legal, fazer delas produtivas, conseguir tirar seu sustento e conseguir o aumento da fazenda real, como era afirmado em todos os requerimentos aqui analisados. A partir desses sesmeiros pode-se mapear como a conquista foi chegando aos pequenos fundos territoriais ainda existentes e como eles tiveram fundamental importância em delimitar uma fronteira entre as capitânicas.

Solicitar terras a um governo é reconhecer que aquelas pertenciam à determinada jurisdição. Confundir-se e não saber a quem se reportar, como foi analisado, era comum em uma zona de fronteira, principalmente quando o espaço ainda é desconhecido. Cada uma dessas sesmarias doadas na ribeira do Apodi na década de 1710 podem ser consideradas como

marcos oficiais de uma consciência de território, uma vez que, cada sesmeiros estava ciente a qual governo se dirigir para conseguir suas terras.

O ano de 1717, com nove concessões de sesmarias no Apodi, mostra a ciência desses sesmeiros de que aquele território era do Rio Grande e que era a ribeira do Apodi-Mossoró que o dividia das demais capitânicas. Aos 7 dias do mês de abril, Domingos Borges de Abreu recebeu uma concessão. Infelizmente não foi possível saber a localização dessa terra e se esse sesmeiro era morador da capitania ou não. Devido à incompletude do documento, há somente informações sobre o tamanho da sesmaria, três léguas por uma, e que o objetivo de Abreu era criar gado³⁵⁴. No entanto, ao analisar outras sesmarias na ribeira do Apodi no ano de 1717 constatou-se que esse sesmeiro poderia ser um morador da ribeira e que descobriu terras a oeste do rio Apodi.

Nas “testadas” de Domingos Borges de Abreu, Manoel Negrão recebeu a concessão de uma sesmaria, no dia 8 de abril. Negrão era morador da ribeira do Apodi e proprietário de gado, mas não tinha onde acomodá-lo. Juntamente com Domingos Borges de Abreu, descobriram terras a oeste da serra do Apodi, em um local chamado Encantos, com dispêndio de suas fazendas e pessoas. Segundo o suplicante, essas terras estavam vazias, não sendo povoadas por ninguém. Caso houvesse notícia de doações naquela área, as pessoas que a receberam jamais haviam chegado até lá. A localização apontada pelo sesmeiro era os “Encantos” e como principal confrontante Domingos Borges de Abreu.³⁵⁵

Antônio Pinto de Araújo, morador da ribeira do Apodi, também foi o descobridor das terras, juntamente com Manoel Negrão e Domingos Borges de Abreu, utilizando de sua própria fazenda para tal empreitada. Proprietário de gado e sem terras para acomodá-los, solicitou, no dia 9 de abril, terras que descobriu entre a serra do Apodi, “as terras que se deu a Manoel” e os Encantos. Na carta não é mencionado o sobrenome de Manoel, apresentado como um dos confrontantes do suplicante. Esse Manoel provavelmente era Manoel Negrão, que ajudou Antônio Pinto de Araújo na descoberta das terras³⁵⁶.

Os Encantos, como esses sesmeiros denominam esse local por, até então não havia surgido na documentação sobre doações de terra. Encanto, atualmente, é uma pequena cidade próxima ao município de Pau dos Ferros. Dentro do perímetro até então conquistado, pode-se perceber que esta era uma área ainda não descoberta e povoada. Vale chamar a

³⁵⁴ Carta de sesmaria doada em 7 de abril de 1717 a Domingos Borges de Abreu na ribeira do Apodi. IHGRN – Fundo Sesmarias. Livro II, n. 154. RN 0365.

³⁵⁵ Carta de sesmaria doada em 8 de abril de 1717 a Manuel de Negrão na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 155. RN 0366.

³⁵⁶ Carta de sesmaria doada em 9 de abril de 1717 a Antônio Pinto de Araújo na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 156. RN 0367.

atenção que esses três sesmeiros eram moradores da ribeira do Apodi e não possuíam terras para criar seus gados. Supondo que todos os homens que solicitaram terras um ano antes tenham começado a montar suas fazendas de gado e desapropriar os posseiros de suas terras, estes três moradores da ribeira do Apodi tomaram a iniciativa de solicitar terras em forma de sesmaria como forma de legitimar sua posse. Com o forte argumento de que havia descoberto tais terras com sua própria fazenda, além de, a partir daquele momento, doar o dizimo para a fazenda real, não havia como seu pedido de sesmaria ser recusado.

A descoberta dos Encantos não foi obra apenas de Antônio Pinto de Araújo, Manuel de Negrão e Domingos Borges de Abreu. O sargento-mor José Borges Pinto, um morador de Pernambuco, mas que tinha gado na ribeira do Apodi, também “ajudou a descobrir com muito trabalho e dispêndio de sua fazenda” as terras dos Encantos. No dia 10 de abril de 1717, solicitou então, sesmaria nessa localidade, começando “nas terras do podi dos encantos para fora caminhando em direito pro icós” e confrontando com as terras de Antônio Pinto de Araújo³⁵⁷.

Miguel Pinto de Araújo também era um morador da capitania de Pernambuco e, assim como Antônio de Souza possuía gados na ribeira do Apodi, mas não tinha terras para acomodá-los. Em seu requerimento, de 11 de abril, solicitou três léguas de comprimento e uma de largura, assim como as outras solicitações, no local conhecido como Encantos. Segundo o suplicante, também tinha ajudado a descobrir tais terras. A sua sesmaria, assim como a de Antônio de Souza, começava na serra do Apodi e seguia em direção aos Icós, tendo como principal confrontante José Borges Pinto³⁵⁸.

Mais um morador de Pernambuco e criador de gado no Apodi surgiu como descobridor de terras nos Encantos. Antônio de Souza, que, utilizando a mesma localização de seus colegas, solicitou as terras a partir da serra do Apodi, “dos encantos para fora” em direção aos Icós, no dia 14 de abril de 1717. Suas terras ainda confrontavam com as de Antônio Pinto de Araújo³⁵⁹.

No dia 25 de abril, o capitão Antônio Gomes Torres e Manuel da Fonseca Pereira solicitaram uma sesmaria na ribeira do Apodi, nas “ilhargas da data velha em que he hereo Manuel Nogueira Ferreira”, seguindo em direção ao Jaguaribe, quando “entesta” com as

³⁵⁷Carta de sesmaria doada em 10 de abril de 1717 a José Borges Pinto na ribeira do Apodi. IHGRN- Fundo Sesmarias, Livro II, n. 157, fls. 204. RN 0368.

³⁵⁸Carta de sesmaria m 11 de abril de 1717 a Miguel Pinto de Araújo na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 158, fls. 204. RN 0369.

³⁵⁹Carta de sesmaria doada em 14 de abril de 1717 a Antônio de Souza na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 159, fls. 207. RN 0370.

terras de Manuel Gonçalves Branco e sua filha Damiana de Oliveira de Mello³⁶⁰. Mais uma vez, a sesmaria foi concedida do lado oeste do rio Apodi e suas confrontações chegavam a terras nos limites do Siará Grande, representados pelo rio Jaguaribe.

No dia seguinte, 26 de abril, Manuel da Fonseca Pereira solicitou mais uma carta de sesmaria na mesma localidade, mas desta fez juntamente com sua filha, Eugênia Fonseca Pereira. As terras requeridas iniciavam-se nas confrontações das terras que havia recebido no dia anterior, junto com o capitão Antônio Gomes Torres. As terras se estendiam até a serra dos Encantos e em direção aos Icós³⁶¹.

As seis sesmarias doadas aos descobridores do Encanto, Domingos Borges de Abreu, Manoel Negrão, Antônio Pinto de Araújo, o sargento-mor José Borges, Miguel Pinto de Araújo Pinto e Antônio de Souza, e as terras doadas a Manuel da Fonseca Pereira, Eugênia e ao capitão Antônio Gomes Torres são sinalizadores de uma nova leva conquistadora de fundos territoriais. O ano de 1716 foi significativo para a consolidação da conquista e povoação da área a leste do rio Apodi, chegando até o rio Upanema. Com a frente conquistadora da Paraíba, representada principalmente pelo Conde de Alvor e os sesmeiros que solicitaram terras juntamente com este, pode-se supor que essa área tinha uma maior difusão de pessoas desenvolvendo atividades pecuaristas.

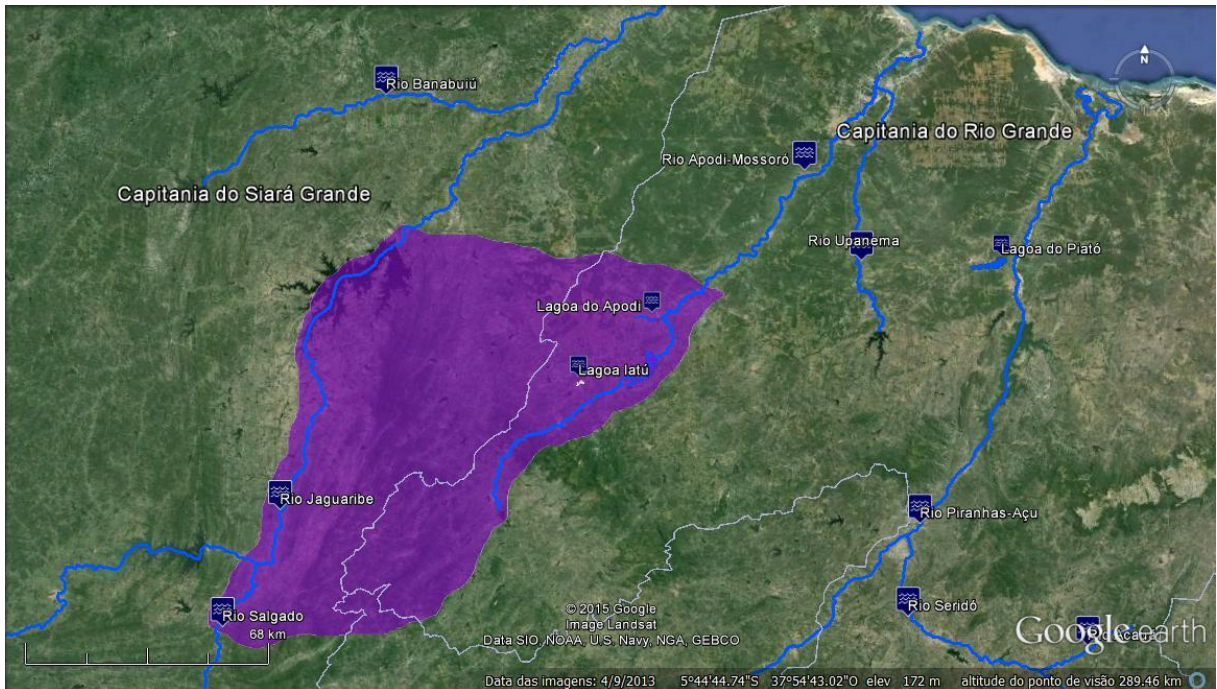
Neste ano de 1717 percebe-se uma expansão contrária a de 1716. Os sesmeiros agora seguem a oeste do rio Apodi, seguindo em direção ao Siará Grande. Tal tentativa foi iniciada em 1706, mas com pouca inexpressividade. Mesmo aquelas sesmarias que foram doadas pela capitania do Siará Grande nesse ano, estavam a leste do rio Apodi.

Os Icós, citado pelos descobridores do Encanto, eram terras povoadas pelos povos indígenas Icó e que, ao longo dos anos se concretizou como território do Siará Grande. Bem próximo a atual cidade potiguar de Venha Ver, já na divisa dos atuais estados do Ceará e Rio Grande do Norte, localiza-se o município cearense de Icó. Confrontando os limites apresentado por esses seis sesmeiros e os atuais núcleos urbanos, percebe-se que as terras solicitadas por eles deveriam ocupar toda a área entre Pau dos Ferros, passando pela cidade de Encanto e chegando até Venha Ver, adentrando o território da capitania do Siará Grande. No mapa a seguir foi feita uma representação da ocupação dessa parte oeste do rio Apodi.

³⁶⁰ Carta de sesmaria doada em 25 de abril de 1717 a Antônio Gomes Torres e Manuel da Fonseca Pereira na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 162, fls. 213. RN 0373.

³⁶¹ Carta de sesmaria doada em 26 de abril de 1717 a Manuel Fonseca Pereira e Eugênia Fonseca Pereira na ribeira do Apodi. IHGRN - Fundo Sesmarias, Livro II, n. 163. RN 0374.

Mapa 18: Doação de sesmarias na ribeira do Apodi (1717)



Fonte: Mapa elaborado pela autora, Patrícia de Oliveira Dias, por meio do Google Earth baseado nas informações encontradas nas cartas de sesmarias e doações de chãos de terra contidas nos livros de sesmarias e nos livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara, junto ao IHGRN, dados contidos na Plataforma SILB.

Icó estava próxima a um dos principais entroncamentos do Rio Jaguaribe, o qual tinha o rio Salgado. Assim, foi muito procurada por conquistadores, principalmente após a Guerra dos Bárbaros, para ali se estabelecerem, juntamente com seus gados, construindo seu patrimônio baseando-se em uma economia pecuarista. Icó já tinha uma povoação definida, com uma igreja matriz e uma boa arrematação para os dízimos do gado. Sua importância dentro da economia do Siará Grande levou à fundação da segunda vila dessa capitania, em 1738³⁶².

A fundação da vila de Nossa Senhora da Expectação foi criada com a intenção não somente de aumentar o controle régio sob a economia da região. Segundo o historiador Leonardo Rolim, em seu trabalho *“Tempo das carnes secas” no Siará Grande*, a criação desta vila também estaria ligada ao controle régio do poder local, formado por famílias e parentelas que criaram grandes potentados, liderados por homens de grande poderio bélico, uma vez que a grande maioria fazia parte das tropas armadas que foram desmobilizadas após a Guerra dos Bárbaros³⁶³.

³⁶² ROLIM, Leonardo. *“Tempo das carnes secas” no Siará Grande*. 2012. p. 100-101.

³⁶³ ROLIM, Leonardo. *“Tempo das carnes secas” no Siará Grande*. 2012. p. 100-101. O exemplo de potentados e suas ações no sertão do Siará Grande que pode ser citado é o caso dos Feitosa. Para mais informações sobre esta família consultar CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosa e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700 – 1830)*. Fortaleza: EDUFC; Rio de Janeiro.

No caso dos sesmeiros dessa porção ocidental da ribeira do Apodi, apenas dois homens apresentam-se como possuidores de patentes militares, o que não era comum nas solicitações de sesmarias. Mas todos eles eram criadores de gado e alguns já eram moradores da ribeira. Um dos motivos para a procura dessa área, além da água perene, era a proximidade com o rio Jaguaribe.

O rio Jaguaribe atravessa, no sentido norte sul, toda a capitania do Siará Grande, sendo um importante elo de comunicação entre o litoral e o sertão, além de ser uma fonte de água perene, bastante procurada por conquistadores criadores de gado. Foi nas margens desse rio que a segunda vila do Siará Grande, a primeira do sertão dessa capitania, foi erigida. Pouco tempo depois seria erigida mais uma vila na desembocadura desse rio, a vila do Aracati, funcionando com um porto de escoamento de produção e chegada de produtos. Nesse rio, antes da chegada de estrangeiros, havia um caminho percorrido por indígenas, que saiam do litoral ao sertão. Aos poucos, tal caminho ficou conhecido e se transformou em uma estrada utilizada por conquistadores, comerciantes, criadores de gado³⁶⁴. Este caminho, que ficou conhecido como Estrada Geral do Jaguaribe que

partia de Aracati, principal porto da Capitania, descia o rio Jaguaribe, passava em Russas e Icó e seguindo o rio Salgado ultrapassava a chapada do Araripe para alcançar os sertões do Pernambuco em direção à Bahia. Foi a mais importante via de circulação do Ceará no século XVIII, por onde eram levadas as mercadorias para o sertão, vindas de Aracati, provenientes das demais capitanias. Por ela também eram carregados os produtos das salinas cearenses para as regiões do rio São Francisco³⁶⁵.

Para criadores de gado, que pretendiam utilizá-lo não apenas para uso doméstico, mas que pretendiam vendê-los, estar perto do Jaguaribe era uma das boas opções, pois estava perto da estrada que ligava os sertões do Siará Grande, Paraíba e Rio Grande a Pernambuco, principal praça comercial que consumia esse gado.

Além da Estrada Geral do Jaguaribe, o caminho do gado possuía a Estrada das Boiadas e a Estrada Nova das Boiadas. A Estrada das Boiadas partia do médio Paraíba, no Piauí, atravessava a capitania do Siará Grande e Paraíba, em direção leste, até chegar ao litoral, próxima a atual João Pessoa. Essa estrada dava acesso a muitas localidades, e o gado que por ela era levado abastecia inúmeras oficinas de carnes secas, matadouros e feiras, como

³⁶⁴ CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*. v. 2. n. 8. Outubro de 2013. p. 154.

³⁶⁵ JUCÁ NETO, Clovis. Primórdios da rede urbana cearense. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 08, número 16, 2009. p. 85

as de Itabaiana e Campina Grande, na Paraíba, Goiana, Recife e Olinda em Pernambuco³⁶⁶. Já a Estrada Nova das Boiadas partia do vale do Acaraú, no litoral mais a oeste da capitania do Siará Grande e seguia em direção à Paraíba, atravessando o Jaguaribe, passando pela capitania do Rio Grande onde hoje está o atual município de Pau dos Ferros. Alcançava a Estrada das Boiadas em dois pontos na capitania da Paraíba: na cidade de Patos e Piancó³⁶⁷.

Dessa forma, as sesmarias solicitadas por esses sesmeiros da ribeira do Apodi, nas proximidades do encontro de fronteiras das capitanias da Paraíba e do Siará Grande tinham grande interesse em se manter nessas terras. Como criadores de gado, possuir currais perto das estradas das boiadas era estratégico para desenvolver a economia de pecuária.

O processo de territorialização da capitania do Rio Grande continuava em curso, mas os conquistadores e suas doações de sesmarias aqui apresentadas, em toda a ribeira do Apodi-Mossoró, foram fundamentais para a consolidação de novos limites divisórios. A provedoria real da capitania do Rio Grande era a responsável pela arrecadação dos dízimos do gado das ribeiras do Rio Grande e do Siará Grande até o ano de 1723, quando foi criada a provedoria do Siará Grande e esta se desvinculou do Rio Grande³⁶⁸. Em uma listagem, de 1725, das ribeiras em que deveriam ser feita a arrematação do dízimo do gado, surge, em um documento oficial, pela primeira vez a confirmação da ribeira do Apodi-Mossoró como pertencente ao território da capitania do Rio Grande³⁶⁹. Estaria assim consolidado um dos processos de territorialização da capitania do Rio Grande que resultou em uma expansão do seu território e o estabelecimento de um novo limite divisório, a ribeira do Apodi-Mossoró.

³⁶⁶ JUCÁ NETO, Clovis. Primórdios da rede urbana cearense. 2009. p. 85.

³⁶⁷ Ibidem p. 85. Ver mapa das estradas na página 68.

³⁶⁸ MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do Norte (1654-1755). *Saeculum Revista de História*, n. 14, 2006. P. 23.

³⁶⁹ CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João V] acerca do pedido do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para que a Provedoria lhe pague ajudas de custo por ter ido assistir às arrematações dos dízimos das Ribeiras do Açú e Apodi. AHU- Rio Grande do Norte, Cx. 4, D. 3, 4 e 52; Pernambuco. AHU_ACL_CU_018, cx. 3, D. 211. A listagem aqui citada pode ser vista no anexo 1, na página 164.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em avaliação do esforço empreendido por esta pesquisa, que procurou cruzar fontes de diversas naturezas no sentido de traçar um quadro das relações espaciais na fronteira da capitania do Rio Grande, entende-se que tal processo de formação territorial não foi finalizado em 1725, quando a ribeira do Apodi-Mossoró foi inserida como uma das ribeiras da arrematação dos dízimos da provedoria real do Rio Grande, fixando esta como pertencente ao território recém entendido de tal capitania.

Ao analisar o meio oficial de distribuição de terras, o sistema sesmarial, na capitania do Rio Grande, sobretudo na ribeira do Apdi-Mossoró, entre os anos de 1676 e 1725, percebeu-se que aos poucos os fundos territoriais foram deixando de existir e tal espaço transformando-se em território. Cada quinhão de terra doada foi transformado, deixando de ser um espaço vazio, desconhecido para o conquistador, para se tornar território da capitania do Rio Grande e, principalmente, da Coroa portuguesa. A ocupação de cada um desses fundos territoriais não aconteceu de forma rápida e simples.

A territorialização da capitania do Rio Grande iniciada ainda no século XVI tem a finalização de uma de suas fases no ano de 1725. Ao longo desse processo foi possível perceber que os conquistadores, partindo do litoral do Rio Grande foram, ocupando os sertões dessa capitania, transformando os fundos territoriais, espaços desconhecidos e distantes dos povoamentos, em áreas de trânsito, com bases de apoio para os homens da Coroa em constante movimento em todo o espaço das Capitânicas do Norte.

Nesse processo, os elementos de risco de um espaço considerado vazio para os conquistadores, os indígenas, foram tornando-se um empecilho para essa conquista. Reagindo aos abusos desses homens do rei, lutando pela permanência nas terras que tradicionalmente povoavam e transitavam, os índios tapuias se envolveram em conflitos com os súditos do rei, resultando na Guerra dos Bárbaros. Além da contenda que tomou conta da capitania do Rio Grande nas décadas finais do século XVII e nas iniciais do século XVIII, o elemento natural também era um grande empecilho para essa conquista. A geografia, as precipitações pluviométricas baixas, rios que secavam em períodos de seca também eram obstáculos à permanência de moradores no sertão.

Ao passo que esses homens de conquista seguiam cada vez mais para além dos territórios recém conquistados, as áreas de trânsito passaram por uma sofisticação e aumento de população, construindo bases e estruturas que atendiam a uma povoação perene. Transformaram-se em zonas de difusão e em importantes elos de ligação entre o sertão e o

litorol do Rio Grande, bem como com outras capitânicas. Foi o caso do Assú, que após ser conquistado recebeu um presídio, em 1695, para servir de base às tropas que combatiam o gentio durante a Guerra dos Bárbaros.

Percebeu-se no estudo desse processo que a zona de fronteira entre Rio Grande e Siará Grande aos poucos foi diminuindo e aos poucos uma ribeira ainda não mencionada, o Apodi-Mossoró, surgiu como um possível limite divisório entre as duas capitânicas. O processo de solicitação e doação de sesmarias a conquistadores interessados nessa área foi sumariamente importante para a definição desse limite, que por vezes fora contestado.

Entende-se que a necessidade de se povoar estas terras, para evitar o assenhoreamento delas pelos indígenas e deixar pontos de fragilidade na América portuguesa passíveis de invasão de outros povos europeus, foi um dos principais impulsionadores da conquista do Rio Grande. Contudo, os conquistadores também deveriam utilizar e trazer rendimentos para a Fazenda Real a partir da produção da terra.

A escolha de utilização econômica da terra foi a pecuária, atividade já desenvolvida por antigos moradores da capitania. A entrada pelo sertão somente consolidou o papel da capitania do Rio Grande como fornecedora de carne para outras capitânicas, sobretudo Pernambuco. O mesmo movimento de conquista aconteceu na capitania do Siará Grande e com a mesma escolha de aproveitamento da terra: montar fazendas de gado.

Analisando as cartas de sesmarias das duas capitânicas foi possível perceber como a zona de fronteira entre Rio Grande e Siará, a ribeira do Assú, era uma escolha para muitos solicitantes. As águas de um rio perene, primordial à manutenção das fazendas, e o conhecimento dessas terras pelos sesmeiros foram as possibilidades apresentadas. Muitos desses conquistadores, fossem sesmeiros do Siará Grande ou do Rio Grande, estavam envolvidos com a vida política do Rio Grande, sendo sua atuação na Guerra dos Bárbaros essencial para alcançar determinados objetivos.

A atuação desses agentes conquistadores foi muito importante para a fundação de um novo limite entre o Siará Grande e o Rio Grande. Este limite, agora estabelecido como o rio Apodi-Mossoró, foi importante para definir as atuais fronteiras do estado do Rio Grande do Norte. Estas fronteiras não permaneceram estáticas.

Os conflitos em torno das terras entre Rio Grande e Siará grande atravessaram os séculos e resultou em uma disputa territorial envolvendo Rio Grande do Norte e Ceará, no final do século XIX e início do século XX, colocando em litígio as terras de Mossoró. Cada um dos estados reclamava a posse desse território apontando que, historicamente, pertenciam

a cada um deles³⁷⁰. A área em questão era exatamente aquela que a tanto custo foi mantida pela família de Teodósio da Rocha: a foz do Mossoró, local onde se criava “sal feito”.

Por fim, essa pesquisa teve por objetivos apresentar o processo de formação territorial da capitania do Rio Grande, focando na expansão dos limites divisórios com o Siará Grande. Esse processo permitiu que uma parte de seu território se tornasse uma área criadora de gado e utilizasse uma matéria prima, o sal, para o aperfeiçoamento do benefício dessa carne em futuras oficinas de carne seca. Ao analisar este processo, foi possível perceber quem eram as pessoas envolvidas nele, seus históricos, suas trajetórias. Esses conquistadores faziam parte de um grupo proeminente na capitania do Rio Grande, podendo ser considerado como um dos primeiros pertencentes de um grupo de principais da terra, algo que poderá ser melhor estudado em futuras pesquisas.

³⁷⁰ Saul Estevam Fernandes, em sua dissertação de mestrado, analisa mais profundamente esta disputa territorial. FERNANDES, Saul Estevam. *O inimaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-rio-grandense na Primeira República*. Dissertação – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

FONTES

Coleção Professor Limério Moreira da Rocha. Fortaleza: Arquivo Público estadual do Ceará, 2004.

FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 1935. V. 1. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935

Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

PETIÇÃO e certidão de tombo de medição da sétima data das terras do rio Jaguaribe. Revista Trimestral do Instituto do Ceará. Anno XVIII. 1º e 2º Trimestre de 1899. Tomo XIII. Typographia Studart. 1899. p. 05-18.

Coleção Documentos Históricas da Biblioteca Nacional. Volumes 10; 11; 21; 23; 24; 33; 38; 39; 89.

Arquivo Histórico Ultramarino

CARTA dos oficiais da Câmara de Natal ao rei [D. Afonso VI] sobre o estado de ruína da Fortaleza dos Reis Magos e a falta de soldados, armas e munições. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D. 7.

INFORMAÇÃO do [Conselho Ultramarino] sobre os serviços do capitão da Companhia de Gente a Cavallo, Francisco Ponce de Leon, que serviu na Guerra dos Bárbaros, no sertão do Rio Grande do Norte, pelo período de onze anos, entre Janeiro de 1685 e 10 de Julho de 1697. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D. 43.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, sobre relatório do capitão-mor do Rio Grande do Norte, Bernardo Vieira de Melo, acerca da construção de um presídio na Ribeira do Açú e a forma de se pagar os gastos feitos na capitania com a Guerra dos Bárbaros. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos, Cx. 1, D. 45.

ASSENTO (cópia) da Junta das Missões sobre o extermínio e pazes feitas com os índios tapuias Caboré e Capela que estavam reunidos na aldeia Guajiru. AHU-Rio Grande do Norte, papéis avulsos Cx. 1, D.78.

CONSULTA ao Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do ouvidor geral da Paraíba, Cristóvão Soares Reimão, a cerca de se declarar no regimento os novos direitos que devem pagar os alvarás de fiança dos criminosos, e o envio de letra do dinheiro dos novos direitos, que estavam em perder do tesoureiro da Fazenda Real. AHU- Paraíba, papéis avulsos, Cx 3, D. 208.

CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João V] acerca do pedido do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para que a Provedoria lhe pague ajudas de custo por ter ido assistir às arrematações dos dízimos das Ribeiras do Açú e Apodi. AHU- Rio Grande do Norte, papéis avulsos, cx. 3, D. 211.

Cartas de sesmarias e demais ordens régias sobre doações de terras

CARTA régia emitida por D. Pedro II que proibia a doação de sesmarias acima da medida de três léguas por uma. IHGB/ Arq. 1.2.24 - Tomo V, pág. 213 v.

Datas de sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1920. V1.

Datas de Sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925. v. 4.

Datas de sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1925. v. 5

Datas de sesmarias. Fortaleza: Typographia Gadelha, 1926. V11.

Livros de Sesmarias. Fundo Sesmarias – IHGRN. Livros I, II, III, IV e V.

Todas as informações sobre cartas de sesmarias utilizadas nesta pesquisa podem ser encontradas no site da Plataforma SILB www.silb.cchla.ufrn.br

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

CARTAS Régias sobre a capitania do rio Grande do Norte de 1671 a 1722 (I a XLIX). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Volumes XI-XII-XIII. 1913-195. P.137-138.

Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (em prelo).

TRASLADO do Auto de repartição de terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*. Natal, RN, v. 7, n 1-2. 1909.

Documentos do Terço dos paulistas de Manoel Alvares de Moraes Navarro.

Livros de Cartas e Provisões do Senado da Câmara de Natal. Volumes 1, 2, 3 e 4.

REFERÊNCIAS

ARTIGOS

ALVEAL, Carmen. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das capitanias do norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, 2015.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação*. Estudos Históricos. V. 8, nº15. Rio de Janeiro, 1995.

BARBOSA, Bartira Ferraz. *Cartas alfabéticas em tupi – Memória indígena em Pernambuco século XVII*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007. CD-ROM. p. 7.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política no Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, n. 2, novembro/2005. p. 21-34.

CORTEZ, Ana Isabel Parente. Os caminhos sertão à dentro: vias abertas por nativos e estradas de ribeiras no Ceará no século XVIII. *Revista Latino-Americana de História*. v. 2. n. 8. Outubro de 2013.

DAHER, Andrea. A conversão dos Tupinambás entre a oralidade e a escrita nos relatos franceses dos séculos XVI e XVII. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n.22, p. 67-92, jul./dez. 2004.

DIAS, Patrícia de Oliveira. O tirano e digno Cristóvão Soares Reimão: conflito de interesses locais e centrais nas capitanias de Itamaracá, Ceará, Paraíba e Rio Grande no final do século XVII e início do século XVIII. *Revista Ultramares*. N. 1, v. 1, jan-jul/2012. 148-172.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi – Revista de História*. V.1.N. 1. Jan-dez/2000. P. 45-122.

JUCÁ NETO, Clovis. Primórdios da rede urbana cearense. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, ano 08, número 16, 2009.

KNAUSS, Paulo. No rascunho do Novo Mundo: os espaços e os personagens da França Antártica. *Revista História*. São Paulo, vol. 27, n. 1. 2008.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Quanto peixe se compra com um vintém? Análise da atividade pesqueira e as querelas derivadas desta na capitania do Rio Grande, 1650-1750. *Revista Ultramares*, n. 5, vol. 1, Jan-Jul/2014. P. 196 – 221.

MENEZES, Mozart Vergetti de. Jurisdição e poder nas capitanias do norte (1654-1755). *Saeculum Revista de História*, n. 14, 2006.

PEREIRA, Elenize Trindade. Das terras doadas ouvi dizer: doação de sesmarias na fronteira do Império, capitania do Rio Grande (1600-1614). *Revista Acadêmica Historien*. Petrolina. Ano 5, n. 10, Jan/jun, 2014. P. 169-179.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Almuthasib – considerações sobre o direito de almotacaria nas cidades de Portugal e colônias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 42, 2005. P. 366.

PUNTONI, Pedro. Bernardo Vieira Ravasco, secretário geral do Estado do Brasil: poder e elites na Bahia do século XVII. *Novos Estudos*, n. 68, março de 2014. P. 107-126.

TRASLADO do Auto de repartição de terras do Rio Grande. *Revista do IHGRN*. Natal, RN, v. 7, n 1-2. 1909.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária e formação do mercado interno do Brasil colônia. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. N. 8. Abril, 1997.

SILVA, Roberto Airon. Arqueologia colonial: as casas-fortes (de pedra) como unidade de defesa e ocupação no Rio Grande do Norte no século XVII. *Mneme: revista de humanidades*, Caicó, v.6, n.13, p. 111-122, dez.2004/ jan.2005.

TEIXEIRA, Rubenilson. Cidades e territórios: mudanças e permanências no papel funcional da cidade potiguar. *Scripta Nova: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales*. Universidade de Barcelona. Vol. X, num. 218 (16), 1 de agosto de 2006.

_____; TRIGUEIRO, Edja. A casa, a Igreja e a Casa de Câmara e Cadeia: símbolos, usos e relações de poder. *Mneme Revista de Humanidades*. v. 9. n. 24, Set/out. 2008.

_____. Terra, casa e produção: repartição de terras da capitania do Rio Grande (1614). *Mercator*, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 105-124, mai/ago 2014.

_____. O rio Potengi e a cidade do Natal em cinco tempos históricos. Aproximações e distanciamentos. *Confins* [Online]. n. 23. 2015. posto online no dia 01 Março 2015, consultado em: 25 Maio 2015. Acessado em: URL : <http://confins.revues.org/10114> ; DOI : 10.4000/confins.10114.

CAPÍTULOS DE LIVROS

ALVEAL, Carmen. SILVA, Tyego Franklim da. Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na capitania do Rio Grande (1680-1710). In: POSSAMAI, Paulo (Org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de história militar na idade moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012.

ALVEAL, Carmen. Os desafios da governança e as relações de poder na capitania do Rio Grande na segunda metade do século XVII. In: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Idea; Natal: Edufrn, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras ultramarinas e o governo no Império. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAVALCANTI, Helaine. Do Flamengo ao Bárbaro: o processo de restauração da capitania do Rio Grande. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira Caetano (Org.). *Conflitos, Revoltas e Insurreições na América Portuguesa*. V. 1. Maceió: EDUFAL, 2011. P. 43.

FARIA, Simone Cristina de; FIORAVANTE, Fernanda; MONTEIRO, Livia Nascimento. As câmaras de Minas colonial e a configuração do poder na América portuguesa. Nota 545. IN: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (Orgs). *Monarquia pluricontinental e a governança da terra no ultramar atlântico luso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

HESPANHA, Antônio Manuel; XAVIER, Ângelo Barreto. As redes Clientelares. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal*. Lisboa: Edital Estampa, 1993. p. 340-343.

OLIVEIRA, Almir Leal de. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Siará grande no século XVIII. In: NOGUEIRA, Gabriel Parente; VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricarte da (org.). *Ceará: Economia, política e sociedade*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar, 2011.

PORTO, Maria Emília. Jesuítas e Missões. In: OLIVEIRA, Carla Mary S; MENEZES, Mozart Vergetti. GONÇALVES, Regina Célia (Org.). *Ensaio sobre a América portuguesa*. João Pessoa: Editora Universitária, 2009.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. Nada mais que o necessário para a criação de quatro vacas e quatro cavalos: estratégia de moradores da Capitania do Rio Grande para tomar as terras da Companhia de Jesus. IN: MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de; SANTOS, Rosenilson da Silva. (org.). *Capitania do Rio Grande: histórias e colonização na América portuguesa*. João Pessoa: Idea; Natal: Edufrn, 2013. p. 45-58.

LIVROS

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. *Os rios da carnaúba I: o rio Mossoró (Apodi)*. 2º ed. Vol. 50. Coleção Mossoroense. 1997.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, conde de Nassau*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação. 1940.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOXER, Charles. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3. ed. São Paulo: Nova Fronteira, 2006.

BRUNO, Ernani Silva. História do Brasil: geral e regional. V.2 – Nordeste. São Paulo: Editora Cultrix. 1962.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou representação histórico-geográfica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia. 1817.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 2. ed. Natal: UFRN, 1980.

_____. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura, 1959.

_____. *Notas e documentos para a história de Mossoró*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d

CAVALCANTI, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves. *Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre*. Natal:EDUFRN, 2010.

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979.

GOMES, José Eudes. *As milícia d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GUERRA, Valter de Brito. *Apodi no passado e no presente*. Volume CII, 2ª edição. Coleção Mossoroense. 1982.

JUCÁ NETO. Clóvis Ramiro. *Primórdios da urbanização no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC; Editora Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1912.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: Trajetória de um exorcista no Pimonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró*. Edição fac-similar da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. vol. 35/37, 1. Ed. 1941. Coleção Mossoroense, série C – volume DXCIX, 1990.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi*. Edição Fac-similar da Revista do IGRN. Vol. 25/26. 1. Ed. 1929. Coleção Mossoroense, Série C -

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil*. 5 ed. Goiânia: EDUFG, 2002

LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Edição especial para o Projeto Acervo Digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense.

- LYRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. 3. Ed. Natal: EDUFRN, 2008.
- _____. *Domínio Hollandez no Brasil especialmente no Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico. 1º Congresso de História Nacional, 1914.
- MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. *Populações indígenas no sertão do Rio Grande do Norte: História e mestiçagens*. Natal: EDUFRN, 2011.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Notas para a história da capitania Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- _____. *Os holandeses na capitania do Rio Grande do Norte*. Coleção Cultural, n. 06. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1988.
- _____. *Velhas Famílias do Seridó*. Brasília: Senado Federal, 1981.
- _____. *Notícia sobre a fazenda do Monxoró, em 1712*. Coleção Mossoroense, série “B”, N. 477, 1987.
- _____. *Aconteceu na capitania do Rio Grande*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.
- _____. *Índios do Açu e Seridó*. Brasília, 1984.
- MEDEIROS FILHO, Olavo. *Terra Natalense*. Fundação José Augusto: Natal 1991.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2003.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. 3. Ed. Editora Alameda: São Paulo. 2008.
- MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. 2º ed.rev Natal: Cooperativa cultural, 2002.
- MONTEIRO, John. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia. UNICAMP. Campinas. 2001.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2. ed. São Paulo Annablume, 2005.
- MOTTA, Márcia. *Nas fronteiras do Poder: conflitos e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2 ed. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- MOTTA, Nonato. Notas sobre a ribeira do Apodi. *Revista do IHGRN*, v. XVIII e XIX, n. 1 e 2. 1920-1921.

PIRES, Maria Idalina Cruz. *“Guerra dos Bárbaros”*: resistência indígena e conflitos no nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680 – 1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*, 1977. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. Vol. 1. 1977.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

PUNTONI, Pedro, *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial -1548-1700*. São Paulo: Alameda, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROSADO, Vingt-un; ROSADO, América. Os holandeses nas salinas do rio Mossoró. Coleção Mossoroense. Edição especial para o Projeto Acervo Virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.

SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndios: efeitos da lei de 1850*. 2. Ed. Campinas: Editora da UNICAMP. 2008.

SOUSA, Avanete Pereira. *A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas*. São Paulo: Alameda. 2012.

TAUNAY, Afonso. *A Guerra dos Bárbaros*. Edição especial para o acervo digital Oswaldo Lamartine de Faria. Coleção Mossoroense. s/d.

TRINDADE, João Felipe. *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2011.

_____. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2013.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VARELA, Laura Beck. *Das Sesmarias à Propriedade Moderna*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

XIMENDES, Carlos Alberto. *Sob a mira da câmara: viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692)*. São Luís: Café e Lápis; Editora UEMA. 2013.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES E TESES

ALVEAL. *Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century*, 2007. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University, 2007.

COSTA, Renata Assunção da. *Uma nova conquista: a família Oliveira Ledo e o processo de ocupação espacial do sertão do Piancó (1663-1730)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012.

_____. *“Porta do céu”*: o processo de cristianização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação(1681-1714). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2015.

DIAS, Patrícia de Oliveira. *As tentativas da construção da ordem em um espaço colonial em construção: o caso de Cristóvão Soares Reimão*. Monografia (Graduação em História). Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

FERNADES, Saul Estevam. *O inimaginável elefante mal-ajambrado: a questão de limites entre o Ceará e o Rio Grande do Norte e o exame da formação espacial e identitária norte-riograndense na Primeira República*. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

LUCIANI, Fernanda Trindade. *Municípios e escabinos: poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2007.

MENEZES, Mozart Vergetti de. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: origem e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Leiden, 2011.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Entre Veados Carneiros e Formigas: conflitos de terra entre jesuítas e colonos pela posse da terra na capitania do Rio Grande (1711-1759)*. Monografia. (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Entre veados, Carneiro e Formigas: conflitos pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim, e concepções de mentalidade Possessória, 1725-1761*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2014.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. *Fazer-se nobre nas fímbrias do Império: práticas de nobilitação e hierarquia social da elite camarária de Santa Cruz do Aracati (1748-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Cear: Fortaleza, 2010.

PAULA, Tiago do Nascimento Torres de. *Teias de caridade e o lugar social dos expostos da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação – Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII*. Dissertação (Mestrado em história) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2009.

PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuítas na capitania do Rio Grande, século XVI-XVIII. Arcaicos e Modernos*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Salamanca, Salamanca, 2000.

ROLIM, Leonardo Cândido. *“Tempos de carne seca” no Siará Grande: dinâmica social, produção e comércio de carnes secas na vila de Santa Cruz do Aracati*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: 2012.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA FILHO, José Rodrigues. *Os homens de Deus na terra dos Homens: os vigários seculares na capitania do Rio Grande no século XVIII*. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: 2012.

SILVA, Rafael Ricarte. *Formação da elite colonial dos sertões de Mombaça: terra, família e poder (século XVIII)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2010.

SILVA, Tyego Franklim da. *Na ribeira da discórdia: terras homens e armas na territorialização do Assú*. Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte: 2015.

OBRAS DE REFERÊNCIAS:

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acessado em 28 junho de 2013.

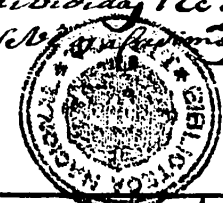
CÓDIGO Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d’el-Rei Dom Felipe I. Ed. Fc. - similar da 14ª ed. De 1821 / Por Cândido Meneses de Almeida. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 1).

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos (1635-1655)*. 2. ed. Recife: FUNDARPE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1983. v. 3.

_____. *Anais Pernambucanos (1701-1739)*. 2. ed. Recife: FUBDARTE, Diretoria de Assuntos Culturais, 1984. v. 5.

ANEXOS

*Para clareza do que se pretende mostrar. No ultimo anno em que se de
mataram os Contratos Unidos, de todo o districto desta Capitania se de
da fertida junta de matarancia por esario cento e sessenta mil li.
E para clareza do que tem vendido a Ribeiray dividida e e prezinte
Como da segunda certidão junta se mostra, se de a Ribeiray na Caboa
da de duzida da mesma certidão.*



An. jun toz	N.º day annoy	Ribr. do Açudy 2. ^a	Ribr. do Açud. 3. ^a	Ribr. do Norte. 4. ^a	Ribr. do Sul. 5. ^a	Soma das 4 Ribeiray 6. ^a	Diaria ao Pravi doz 7. ^a	Diaria ao Pravi doz 8. ^a	Diaria ao Pravi doz 9. ^a	Soma os Cami nhoz 10. ^a
*	1725	2710.000	4000.000	18501.000	1910.000	1.4701.000	960866	460933	460933	1870792
	1726	4200.000	3900.000	1800.000	1910.000	1.1810.000	960.000	460933	460933	1890866
*	1727	5200.000	4200.000	1860.000	2050.000	1.3130.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
*	1728	5550.000	4200.000	1860.000	2050.000	1.3480.000				
*	1729	5330.000	4200.000	1860.000	2050.000	1.3260.000				
	1730	5530.000	4700.000	2100.000	2360.000	1.4710.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1731	6420.000	7400.000	2700.000	2850.000	1.9370.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1732	8300.000	10000.000	2800.000	3250.000	2.4350.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1733	8800.000	9200.000	3100.000	3600.000	2.4700.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1734	15500.000	9670.000	3150.000	3200.000	2.6520.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1735	12100.000	9100.000	3850.000	4150.000	2.9200.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1736	11700.000	9200.000	3700.000	4600.000	2.9200.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1737	1215005	10000.000	3000.000	4200.000	2.935005	960.000	480.000	480.000	1920.000
	1738	8150.000	11510.000	3000.000	3500.000	2.6160.000	960.000	480.000	480.000	1920.000
*	1739	9230323	9330333	3660666	3330333	2.5560655	960.000	480.000	480.000	1920.000
*	1740	9230323	9330333	3660666	3330333	2.5560655				
*	1741	9230323	9330333	3660666	3330333	2.5560655				
						36242065				24890598

*Em vista e relatorio do Provedor, Escriu e sellou em trez annos porq e halemazi
o contrato 576 u
E pagandoe a rca. no a 1740 que cabem*

Fonte: CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio Grande do Norte, Timóteo de Brito Quinteiro, ao rei [D. João VI] acerca do pedido do capitão-mor João de Teive Barreto e Meneses, para que a Provedoria lhe pague ajudas de custo por ter ido assistir às arrematações dos dízimos das Ribeiras do Açú e Apodi. AHU- Rio Grande do Norte, papéis avulsos, cx. 3, D. 211.

	Atuação no Senado da Câmara		Patente Militar		Nº de Sesmarias			Nº de Escravos
	Ano de atuação	Cargo ocupado	Ano de obtenção	Patente	Data de concessão	Local	Justificativa	Tipologia
Teodósio da Rocha	-	-	-	Capitão	1676	Rio Panema	-	Índio: 1 Mulato: 1 Pardo: 2 Crioulo: 2 Não identificado: 9
	1677	Juiz ordinário			-	-	-	
	1680	Vereador			-	-	-	
	-	-			1679	Cidade do Natal	Terras para construir mais casas ao lado das que já possuía	
	1681	Almotacé			1681	Rio Panema	Criar gado	
	1682	Juiz ordinário mais velho			-	-	-	
	1685	Juiz ordinário			-	-	-	
	1691	Juiz ordinário			-	-	-	
	1698	Juiz ordinário			-	-	-	
	1722	Juiz ordinários			-	-	-	
	-	-			Entre os anos de 1695-1701	Rio Mossoró	Criar gado	
	João da Rocha Vieira	-			-	1699	Soldado	
Antônio Lopes de Lisboa			-	Capitão	1			
Antônio Vaz Gondim (Filho do capitão Teodósio da Rocha)	-	-	1699	Soldado	Entre os anos de 1695-1701	Rio Mossoró	Criar gado	-
	1712	Almotacé			-	-	-	
	-	-			1713	Rio Mossoró	Criar gado	
	1723	Almotacé			-	-	-	
Bonifácio da Rocha Vieira	1727	Almotacé	-	Capitão	-	-	-	-
	1728	Almotacé						
	1729	Almotacé						
	1730	Juiz ordinário						
	1731	Almotacé						
1735	Juiz							

		ordinário						
	1739	Juiz ordinário						
	1743	Juiz ordinário						
Damião da Rocha	-	-	1699	Soldado	1713	Rio Mossoró	Criar gado	-
João Leite de Oliveira	-	-	-	Capitão	Entre os anos de 1695-1701	Rio Mossoró	Criar gado	Índio: 1 Não identificado: 1
	-	-			1681	Rio Panema	Criar gado	
	1712	Almotacé						
	1713	Almotacé						
	1718	Almotacé						
	1726	Vereador						
Teodósio Grasimam	1728	Vereador						
	1674	Procurador	-	Alferes				
	1676	Vereador	-	-				
	1677	Almotacé	-	-				
	1679	Vereador	-	Tenente				
	1680	Almotacé						
			1682	Capitão de cavalos				
	1687	Juiz ordinário	-	-				
			1688	Capitão de cavalos				
	-	-	-	-	1706	Rio Panema	Direito de herança do seu sogro Francisco Lopes	
	-	-			1707	Rio Jaguaribe	Era descobridor das terras, ajudou no povoamento da capitania e possuía gado	Índios: 3 Não identificado: 2
	-	-			1707	Rio Jaguaribe	-	
-	-			1707	Rio Jaguaribe	Era descobridor das terras e possuía gado.		
-	-			1709	Prituba (rio Potengi)	Solicita as terras que já habitava, mas havia sido demarcada para um aldeamento indígena.		
1710	Juiz ordinário							
1711	Almotacé							
Antônio Dias	1695	Almotacé	1695	Alferes				Índio: 1 Crioulo: 3
	1696	Procurador	-	-	-	-	-	

Pereira		de barrete/teso uro						Não identificado: 3
	1709	Juiz ordinário	1709	Sargento- mor				
	1710	Almotacé			1710	Rio Salgado	Criar gado	
	-	-	1713	Coronel	1713	Rio Mossoró	Criar gado	
	1714	Juiz ordinário					Criar gado	
	1715	Almotacé						
	-	-	-	-	1716	Não identificad o	Criar gado	
					1717	Assú	Criar gado	
	1719	Juiz ordinário						
	1720	Almotacé	-	-	-	-	-	
Manuel de Abreu Frielas	-	-	-	-	1708	Rio Banabuiu	Criar gado	Crioulo: 1 Não identificado: 7
Domingos da Silveira	1711	Procurador	-	Capitão	1711	Rio Pirangi	Criar gado	-
	1713	Almotacé						
	1717	Vereador			-	-	-	
	1727	Juiz ordinário						

A família do capitão Teodósio da Rocha

Teodósio da Rocha, filho de Damião da Rocha (1.1), natural da Vila de Penedo, nas margens do Rio São Francisco, foi casado com dona Antônia de Oliveira (2.1.a) e teve doze filhos: Damião (3.1), Bonifácio (3.2), Antônio (3.3), João (3.4), Teodósia (3.5), Luís (3.6), Mariana (3.7), Margarida (3.8), Brígida (3.9), Tereza (3.10), Ana (3.11) e Teodósio (3.12). Informações mais detalhadas sobre o nascimento, batismo e apadrinhamentos de Teodósia (3.5), Luís (3.6), Mariana (3.7), Margarida (3.8), Brígida (3.9) e Ana (3.11) não foram encontradas, mas nas cartas de sesmarias e no livro de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação estes são apresentados como filhos de Teodósio da Rocha.

Damião da Rocha Pimentel (3.1) nasceu na capitania do Rio Grande em 1680. Aos 19 anos sentou praça na Companhia, em 5 de janeiro de 1699. Sua estatura era considerada boa para um soldado, seus olhos eram pardos como os do pai, cabelo preto e era “alvarinho de rosto, e dele comprido”³⁷¹.

O capitão Bonifácio da Rocha Vieira (3.2), nascido em 1683, era um homem alto, não muito encorpado na juventude, de rosto redondo e cabelo castanho. Aos 16 anos, com um sinal de grande ferida na face esquerda e outro no canto do olho esquerdo, em 5 de janeiro de 1699, sentou praça na Companhia do Terço dos Paulistas de Navarro³⁷². Casou-se com Dona Inácia Gomes Freire (3.2.a)³⁷³. Na data do casamento foi apresentado como morador do Potengi³⁷⁴.

Antônio Vaz Gondim (3.3), que possivelmente recebeu este nome como uma homenagem ao tio de Teodósio da Rocha (2.1), o antigo capitão-mor da capitania do Rio Grande Antônio Vaz Gondim, nasceu em 1684, foi batizado em 09 de setembro de 1691 e teve como padrinhos Ana Gomes e Manuel de Abreu Frielas³⁷⁵. Estava com 15 anos quando sentou praça na companhia em 5 de janeiro de 1699. Nesta data, possuía uma “marca de ferida no olho direito”. Natural da capitania do Rio Grande, era baixo, possuía um cabelo castanho, assim como seus olhos, moreno e de rosto comprido³⁷⁶. Não há registro de algum matrimônio contraído, mas foi encontrado o registro de batismo da filha deste oficial, Marcelina (4.1), com Antônia do Livramento (3.3.a), mulher solteira. Os padrinhos de sua

³⁷¹ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. p. 75.

³⁷² Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (no prelo).

³⁷³ TRINDADE, João Felipe. *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. Natal: EDUFRN, 2011. 306-308.

³⁷⁴ Em 1798 foi citado nos termos de vereação um reverendo padre chamado Bonifácio da Rocha Vieira, mas não foi possível encontrar ligações entre as duas pessoas, possivelmente pode ser alguém da mesma família, podendo ser algum de seus filhos.

³⁷⁵ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

³⁷⁶ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. P. 75.

filha eram Manuel de Abreu Frielas e Marcelina de Abreu Soares, filha do padrinho³⁷⁷. Em 1712 e 1723 foi almotacé da Câmara de Natal³⁷⁸.

João da Rocha Vieira (3.4) nasceu na capitania do Rio Grande em 1685 e foi batizado em 06 de dezembro de 1694. Seus padrinhos foram Gaspar Freire de Carvalho e sua irmã, Teodósia da Rocha (3.5)³⁷⁹. Possuía pele branca e cabelo loiro, “o olho direito mais pequeno e o esquerdo com uma neve por cima”. Aos quatorze anos, quando já tinha uma estatura média e rosto comprido, sentou praça na Companhia, em 5 de janeiro de 1699³⁸⁰.

Tereza (3.10) foi batizada em 02 de junho de 1692 e teve como madrinha Paula Barbosa, esposa do capitão Teodósio Grasimam, e como padrinho o padre Basílio de Abreu e Andrada.

Teodósio (3.12), homônimo do pai, foi batizado em 27 de janeiro de 1698 e teve como padrinhos Bernardo Vieira de Melo e Catarina Leitão, mãe do padrinho e esposa de Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor da capitania neste momento. Neste ano, a mãe do batizado, dona Antônia de Oliveira (2.1.a) já havia falecido³⁸¹.

Dona Teodósia da Rocha (3.5), filha do capitão Teodósio da Rocha (2.1), tinha como padrinho Bernardo Vieira de Melo, capitão-mor da capitania do Rio Grande entre os anos de 1695 e 1701. Esta foi casada com Manuel da Costa Rego (3.5.a) e teve dois filhos: José (4.2) e Felizarda (4.3). José (4.2) foi batizado em 14 de fevereiro de 1694 e teve como padrinhos Carlos Barbosa e Madalena da Rocha (Não foi possível identificar se fazia parte da família). Felizarda (4.3) recebeu o sacramento do batismo em 15 de fevereiro de 1698 e teve como padrinhos Gregório Grasimam e Andreza Soares.

Ana da Rocha (3.11) foi casada com Gonçalo de Frielas (3.11.a) e teve dois filhos: João (4.11) e Inácio (4.12). João (4.11) foi batizado em 05 de outubro de 1696 e teve como padrinhos João da Costa Almeida e Dona Antônia – não foi possível saber se esta era sua avó, Dona Antônia de Oliveira (2.1.a). Inácio (4.12) nasceu em 13 de agosto de 1698 e teve como padrinho Manuel Gonçalves Pimentel.

Margarida da Rocha (3.8) foi casada com Manuel de Almeida Cabral (3.7.a1) e tiveram dois filhos: Maria (4.4) e Tomás (4.5). Maria, batizada em 11 de janeiro de 1690, teve como padrinho João da Costa de Araújo. Em 12 de janeiro de 1695 foi batizado Tomás, com padrinhos: Gaspar Freire e Inês Pinheiro. Margarida da Rocha ficou viúva de Manuel de

³⁷⁷ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

³⁷⁸ Catálogo dos Livros dos Termos de Vereação do Senado da Câmara do Natal (no prelo).

³⁷⁹ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

³⁸⁰ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. p. 75.

³⁸¹ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

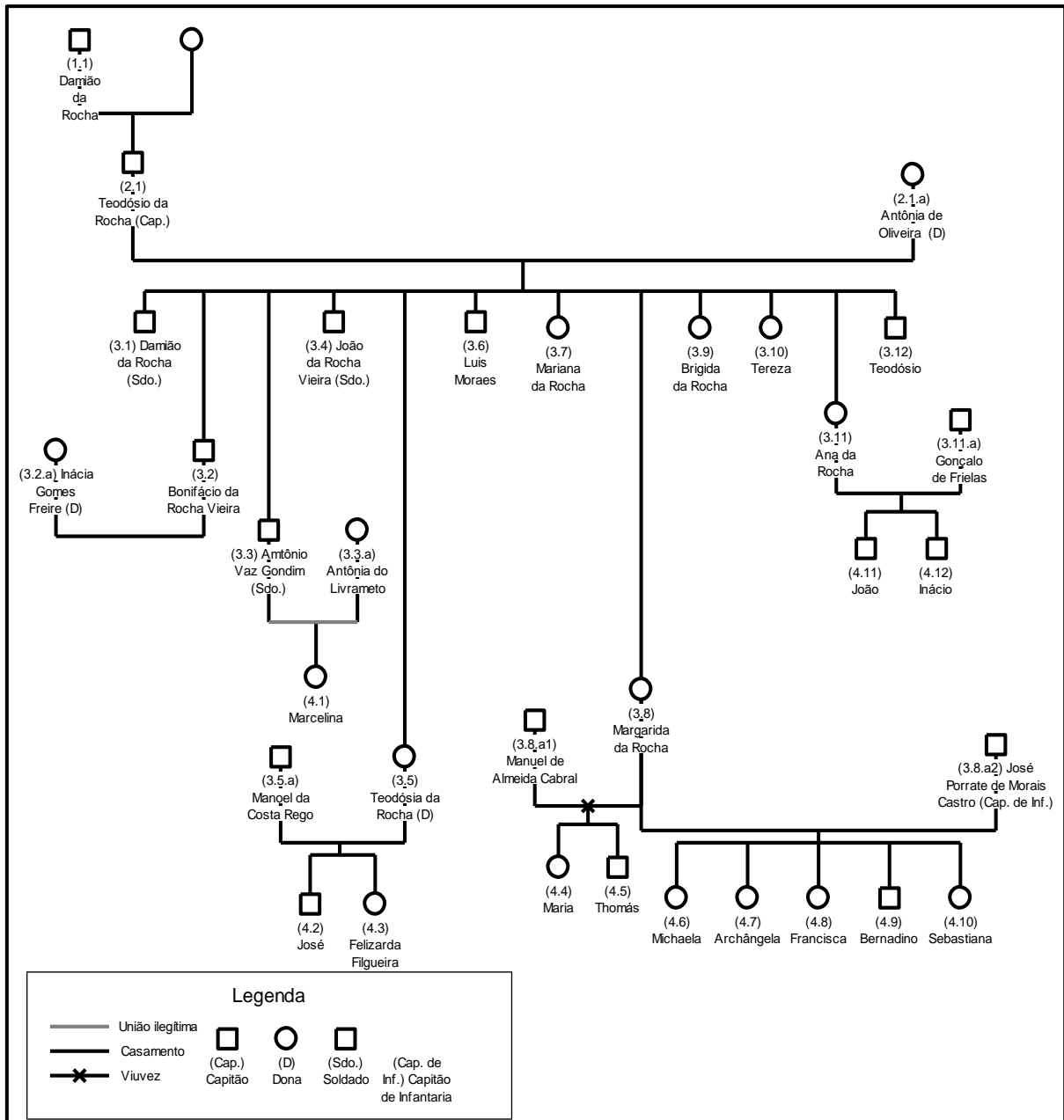
Almeida Cabral e casou-se com o capitão de infantaria do Terço dos Paulistas, e primo de Manuel Álvares de Moraes Navarro, José Porrata de Moraes e Castro (3.8.a2), em 1707³⁸². Deste casamento teve cinco filhos: Michaela (4.6), Arcângela (4.7), Francisca (4.8), Bernadino (4.9) e Sebastiana (4.10).

Michaela (4.6) nasceu em 19 de fevereiro de 1708 e teve como padrinhos Teodósia (3.5), sua tia, e Teodósio da Rocha (2.1), seu avô. Arcângela (4.7) nasceu no dia 1 de maio de 1709. Seus tios, João da Rocha (3.4) e Mariana da Rocha (3.7), foram seus padrinhos. Francisca (4.8) nasceu em 14 de maio de 1710 e teve como padrinhos seus tios, Damião da Rocha (3.1) e Ana da Rocha (3.11). Bernardino (4.9) nasceu em 05 de novembro de 1711 e teve como padrinho seu tio Bonifácio da Rocha (3.2) e Tereza Antônia de Oliveira (3.10). Sebastiana (4.10) nasceu em 03 de março de 1713 e teve apenas um padrinho, o sargento-mor José de Moraes Navarro, primo de José Porrata (3.8.a2). Margarida (3.8) ficou viúva em 12 de dezembro de 1718, quando José Porrata (3.8.a2) faleceu repentinamente³⁸³.

³⁸² TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. p. 263.

³⁸³ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

Família de Teodósio da Rocha



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte; em cartas de sesmarias; em cartas patentes; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

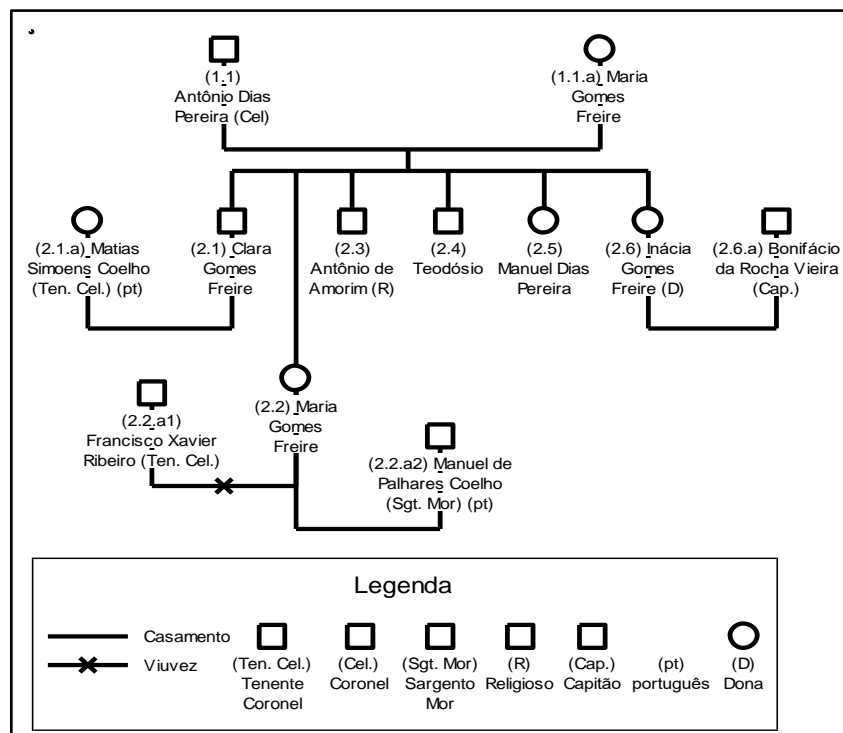
A família de Antônio Dias Pereira

Antônio Dias Pereira (1.1) foi casado com Maria Gomes (1.1.a) e teve seis filhos: Clara Gomes Freire (2.1), Maria Gomes Freire (2.2), Antônio de Amorim (2.3), Teodósio (2.4), Manuel Dias Pereira (2.5) e Inácia Gomes Freire (2.6). Maria (2.2) foi batizada em 19 de novembro de 1705 e teve como padrinhos Catarina de Amorim e Teodósio Freire. Antônio

(2.3) nasceu em 27 de abril de 1707 e teve como padrinhos Teodósio Freire e Maria da Silva. Teodósio (2.4) nasceu no dia 13 de março de 1710 e teve como padrinhos Domingos da Silveira e Catarina de Amorim. Inácia (2.6) nasceu em 14 de agosto de 1711 e teve como padrinhos Gonçalo Freire e Rufina Gomes de Sá³⁸⁴.

Clara Gomes Freire (2.1) casou-se, em 1733, com o tenente-coronel Mathias Simoens Coelho (2.1.a), natural de São Pedro de Tamengos, bispado de Coimbra. Maria Gomes Freire (2.2) era casada com o tenente-coronel Francisco Xavier Ribeiro (2.2.a1), natural da Aldeia Velha, Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Esta ficou viúva e casou-se, em 1739, com o sargento-mor Manuel de Palhares Coelho (2.2.a2), português, natural da Vila de Caminha, Bispado de Braga³⁸⁵. Antônio de Amorim (2.3) formou-se padre jesuíta³⁸⁶. Manuel Dias Pereira (2.5) era morador do Jaguaribe. Dona Inácia Gomes Freire (2.6), casou-se com Bonifácio da Rocha Vieira (2.6.a), filho de Teodósio da Rocha³⁸⁷. Nesta data seu pai, Antônio Dias Pereira (1.1), já era falecido³⁸⁸.

Família de Antônio Dias Pereira



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte* e *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*; em cartas de sesmarias; em cartas patentes; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

³⁸⁴ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714)

³⁸⁵ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. P. 58-59

³⁸⁶ CARTA de sesmaria doada a Antônio de Amorim. IHGRN - *Fundo Sesmarias*, Livro III, n. 241, fls. 158-159. Esta carta encontra-se na Plataforma SILB com o código RN 0443.

³⁸⁷ TRINDADE, João Felipe. *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2011. p. 306-308

³⁸⁸ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. P. 58-59.

A família de Teodósio Grasiman

Teodósio Grasiman (3.3) era filho de Joris Gratsman (2.1.a) com Beatriz de Lostão Casa Maior (2.1), filha de João Lostão de Navarro (1.1). Este teria tido outro filho, Gregório Grasiman (3.1), e uma segunda filha, chamada Izabel Grasiman (3.2). Nesta família é importante destacar um outro membro importante: a segunda filha de João Lostão de Navarro (1.1), Maria de Lostão Casa Maior (2.2). Esta foi casada com Manuel Rodrigues Pimentel (2.2.a) e tiveram duas filhas: Izabel Dornelas (3.4) e Joana Dorneles (3.5). Joana Dorneles (3.5) casou-se com Francisco Lopes (3.5^a) e tiveram três filhos: Cipriano Lopes Pimentel (4.1), Paula Barbosa (4.2), casada com Teodósio Grasiman (3.3) e Isabel Dornelas (4.3), casada com Manuel de Abreu Frielas (4.3.a). Paula (4.2) e Teodósio tiveram (3.3) cinco filhas: Custódia (5.1), Joana (5.2), Florença (5.3), Maria (5.4) e Ana (5.5)³⁸⁹.

Ana Barbosa Grasiman Galvão (5.5), que foi batizada em 25 de abril de 1691 e teve como madrinha Antônia de Oliveira, esposa de Teodósio da Rocha. Maria Ferreira da Costa (5.4) foi batizada em 25 de novembro e teve como padrinho o padre Pedro Pereira e Maria Gomes, esposa de Antônio Batista Pimentel³⁹⁰.

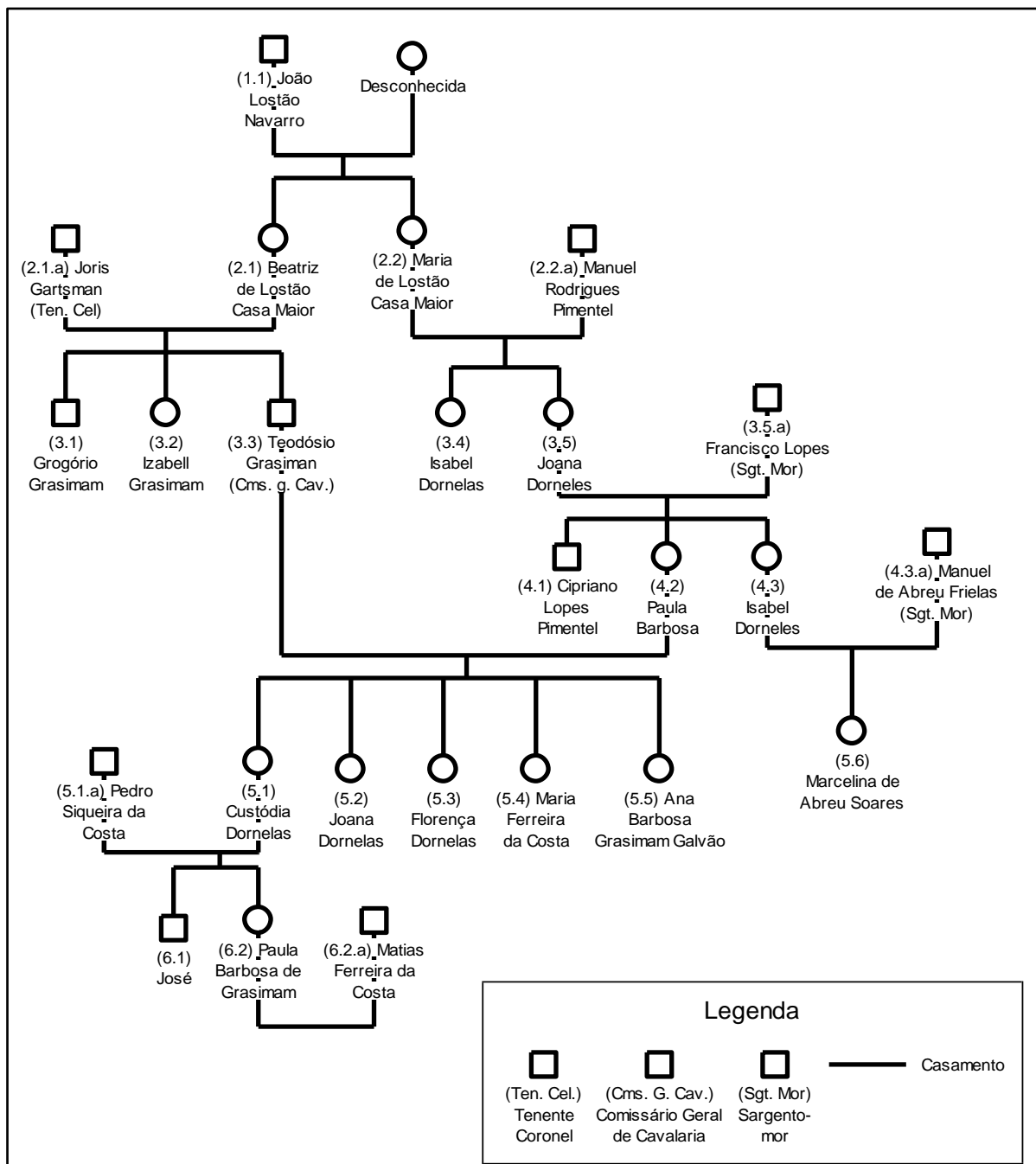
Custódia Dornelas (5.1) casou-se com o alferes Pedro Siqueira da Costa (5.1.a). Ambos moradores no Jaguaribe, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Russas. Na documentação foi possível encontrar dois filhos do casal: José (6.1) e Paula Barbosa de Grasiman (6.2). José (6.1) foi batizado em 13 de junho de 1710 e teve José de Porrata de Moraes e Castro, genro de Teodósio da Rocha, e a viúva Isabel de Grasiman (3.2), provavelmente a irmã de Teodósio Grasiman (3.3), como padrinhos. Em 4 de novembro de 1739, Paula Barbosa de Grasiman (6.2) casou-se com Mathias Ferreira da Costa (6.2.a), filho do coronel Antônio Nunes Pereira e de Catarina Barbosa. Os noivos eram moradores do Jaguaribe, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Russas, mas contraíram matrimônio na capela de Nossa Senhora do Socorro de Utinga, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação. Foram testemunhas desse matrimônio o capitão Bonifácio da Rocha Vieira,

³⁸⁹ GALVÃO, Hélio. *História da fortaleza da Barra do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1979. p. 84. João Felpe Trindade, em sua obra *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*, discorda um pouco da genealogia feita por Hélio Galvão, uma vez que não conseguiu encontrar nenhum registro do casamento de Joris Gartsmam nos documentos da freguesia de Nossa Senhora da Assunção, em fundos documentais da Holanda e fundos documentais de Portugal. TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2013. p. 166.

³⁹⁰ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

filho de Teodósio da Rocha, o capitão Francisco Xavier de Souza, Dona Isabel Rodrigues e Lourença de Araújo, esposa de Luís Soares Correa. Todos eram moradores do Jaguaribe³⁹¹

Família de Teodósio Grasimam



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte* e *Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*; na obra de Hélio Galvão, *História da fortaleza da barra do Rio Grande*; em cartas de sesmarias; em cartas patentes; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

³⁹¹TRINDADE. João Felipe. *Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte*, 2011. p. 335.

A família de João Leite de Oliveira

Filho de Antônio Vaz Gondim (1.1), duas vezes capitão-mor da capitania do Rio Grande, João Leite de Oliveira (2.1), capitão, era natural da capitania do Rio Grande, possuía alta estatura, seu cabelo era castanho, olhos pardos e tinha um rosto redondo. Era soldado da Companhia desde 10 de fevereiro de 1699³⁹².

João Leite de Oliveira (1.1) era casado com Damásia Morais (1.1.a) e teve quatro filhos: José Martins de Oliveira (3.1), Tereza de Oliveira (3.2), Bonifácio de Oliveira (3.3) e Clara de Oliveira (3.4)³⁹³. José (3.1) foi batizado em 14 de Novembro de 1702. Seus padrinhos foram Manoel Rodrigues Taborda e Dona Joana de Barros Coutinho. Tereza (3.2) foi batizada em 27 de dezembro de 1704 e teve com padrinhos o capitão Antônio Dias Pereira e Brígida Rodrigues, filha de Izabel de Sá. Bonifácio (3.3) foi batizado em 30 de Janeiro de 1707. Seus padrinhos foram Carlos da Rocha e Jerônima Serrada, filha de Baltasar Fernandes. Clara (3.4) foi batizada em 12 de Abril de 1710 e teve como José Ferreira e Felizarda Filgueira, filha de Teodósia da Rocha³⁹⁴.

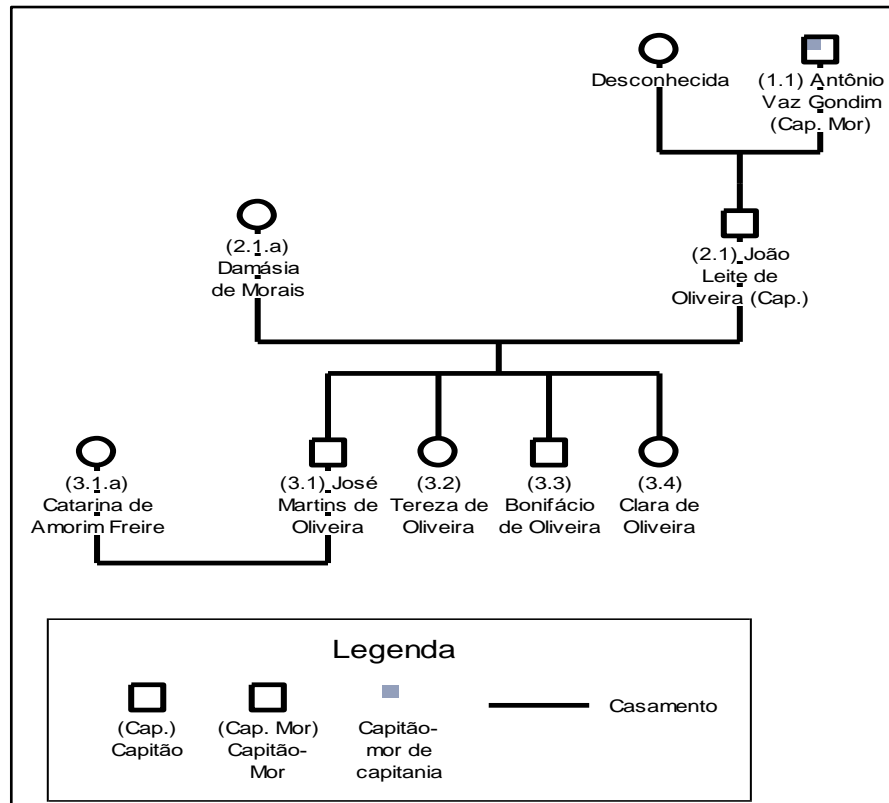
José Martins de Oliveira (3.1) casou-se no dia 4 de fevereiro de 1728 com Catarina de Amorim Freire (3.1.a), filha de Domingos da Silveira e Catarina de Amorim Freire, homônima da filha. Foram testemunhas deste matrimônio o coronel Teodósio Freire de Amorim e sua esposa, Damásia Gomes da Câmara, o capitão Bonifácio da Rocha Vieira, filho de Teodósio da Rocha, e sua esposa, Inácia Gomes Freire, filha de Antônio Dias Pereira.

³⁹² TRINDADE. João Felipe. Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte, 2011. p. 375.

³⁹³ TRINDADE. João Felipe. Notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte, 2011. p. 376

³⁹⁴ Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação (1681-1714).

Família de João Leite de Oliveira



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte; em cartas de sesmarias; em cartas patentes; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

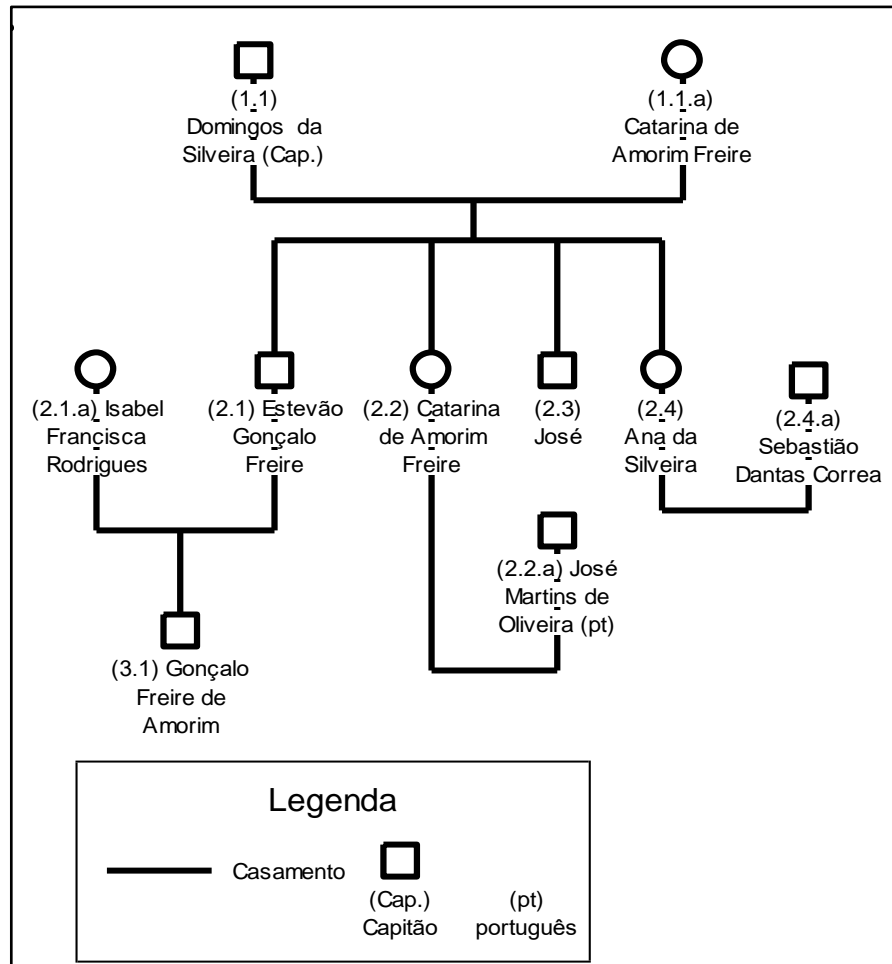
A família de Domingos da Silveira

O capitão Domingos da Silveira (1.1) foi casado com Catarina de Amorim Freire (1.1.a) e tiveram quatro filhos. Eram eles Estevão Gonçalo Freire (2.1), Catarina de Amorim Freire (2.2), homônima de sua mãe, José (2.3) e Ana Silveira (5.4).

Estevão Gonçalo Freire (2.1) foi batizado em 10 de setembro de 1702 e teve como padrinhos o capitão Gaspar Freire de Carvalho, filho do coronel Manuel da Silva Queirós, e Maria Gomes, esposa de Antônio Dias Pereira. Casou-se com Isabel Francisca Rodrigues (2.1.a), no dia 7 de maio de 1748 – esta havia sido exposta na casa do padre Domingos Rodrigues Tilloens. Tiveram um filho, Gonçalo Freire de Amorim (3.1). Dona Catarina de Amorim Freire (2.2) foi batizada no dia 2 de novembro de 1704. Seus padrinhos foram Antônio Lopes de Lisboa e Dona Teodósia Freire. Foi casada com o português José Martins de Oliveira (2.2.a). José (2.3) foi batizado em 16 de julho de 1708 e seus padrinhos foram o capitão Antônio Dias Pereira, cuja a esposa havia apadrinhado seu irmão, e o sargento-mor Manuel da Silva Queirós, cujo o filho havia apadrinhado seu irmão. Ana Silveira (2.4) casou-

se em 1735 com Sebastião Dantas Correa (2.4.a), filho de José Dantas Correa e Isabel Pimenta da Costa, portugueses da Ponta de Lima³⁹⁵. Não se sabe se Sebastião era natural de Portugal, assim como os pais.

Família de Domingos da Silveira



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*; em cartas de sesmarias; em cartas patentes; e no *Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação*.

A família de Bernardo Vieira de Melo

Antônio Vieira (1.1), o patriarca, casou-se com Margarida Muniz (1.1.a). Estes tiveram sete filhos: Antônio Vieira de Melo (2.1), José Vieira de Melo (2.2), Manuel de Melo (2.3), Dionísio Vieira de Melo (2.4), Bernardo Vieira de Melo (2.5), Ângela Vieira (2.6) e Paula Vieira de Melo (2.7). Destes filhos de Antônio Vieira, o que merece destaque para esta

³⁹⁵ TRINDADE, João Felipe. *Mais notícias Genealógicas do Rio Grande do Norte*, 2013. p. 163.

pesquisa é Bernardo Vieira de Melo (2.5), uma vez que foi capitão-mor da capitania do Rio Grande entre os anos 1695 e 1701.

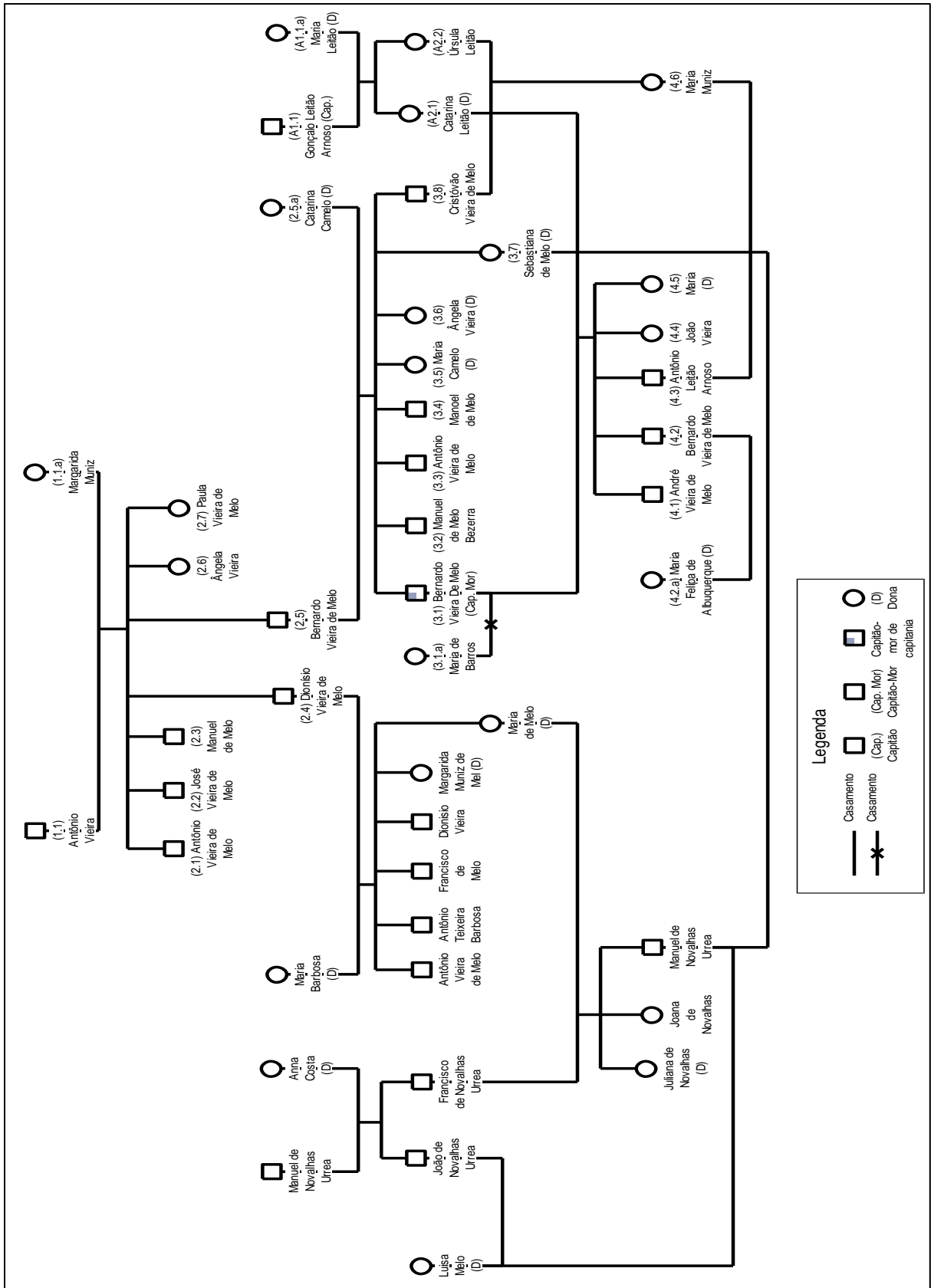
Bernardo Vieira de Melo (2.5) casou-se com Catarina Camelo (2.5.a). Estes tiveram oito filhos: Bernardo Vieira de Melo (3.1), homônimo do pai, Manoel de Melo Bezerra (3.2), Antônio Vieira de Melo (3.3), homônimo do avô e do tio, Manuel de Melo (3.4), Dona Maria Camelo (3.5), Dona Ângela Vieira (3.6), homônima da tia, Dona Sebastiana de Melo (3.7) e Cristóvão Vieira de Melo (3.8). Destes filhos serão destacados Bernardo Vieira de Melo (3.1), homônimo do pai, e Cristóvão Vieira de Melo (3.8).

Cristóvão Vieira de Melo (3.8) casou-se com Úrsula Leitão (A2.2), filha do capitão Gonçalo Leitão Arnosso (A1.1) e de Dona Maria Leitão (A1.1.a). Deste casamento foi possível encontrar uma única filha: Dona Maria Muniz (4.6).

Bernardo Vieira de Melo (3.1) foi capitão-mor de Igarassú, lutou na Guerra dos Palmares e foi o capitão-mor da capitania do Rio Grande. Este foi casado com dona Maria de Barros (3.1.a). Deste casamento não teve filhos. Casou-se pela segunda vez com dona Catarina Leitão (A2.1), outra filha do capitão Gonçalo Leitão Arnosso (A1.1) e de Maria Leitão (A1.1.a). Tiveram cinco filhos: André Vieira de Melo (4.1), Bernardo Vieira de Melo (4.2), homônimo do pai e do avô, Antônio Leitão Arnosso (4.3), João Vieira (4.4) e Dona Maria (4.5). Dos filhos deste capitão-mor merece destaque Bernardo Vieira de Melo (4.2) e Antônio Leitão Arnosso (4.3). Bernardo Vieira de Melo (4.2) foi proprietário do ofício de escrivão dos defuntos e ausentes da Bahia e casado com Dona Maria Felipa de Albuquerque (4.1.a). Antônio Leitão Arnosso casou-se com sua prima, Dona Maria Muniz (4.6), filha de seu tio Cristóvão Vieira de Melo (3.8)³⁹⁶.

³⁹⁶ Todas as informações utilizadas para a montagem desse mapa genealógico foram encontradas em: FONSECA, Antonio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 1935. V. 1. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1935. P. 204-206.

Família de Bernardo Vieira de Melo



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte; e na obra de Antônio José Victoriano Borges da Fonseca, Nobiliarquia Pernambucana.

Apadrinhamentos intrafamiliar: família de Teodósio da Rocha.

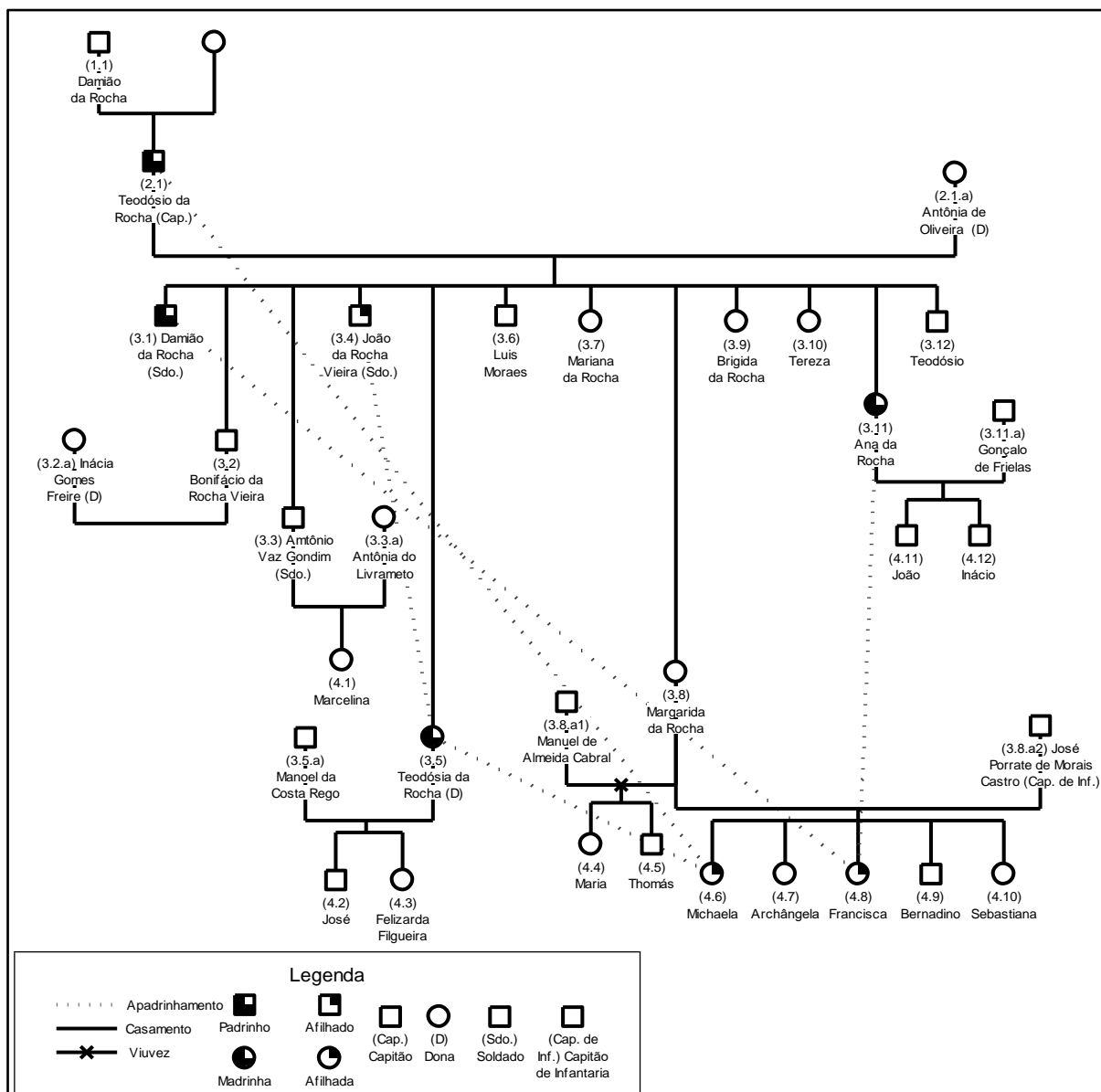
No gráfico genealógico a seguir, estão representadas as ligações de apadrinhamento entre os familiares de Teodósio da Rocha (2.1).

Teodósio da Rocha (2.1), em 19 de fevereiro de 1708, foi padrinho de sua neta, Michaela (4.6), filha de José Porrante de Moraes e Castro (3.8.a2) e Margarida da Rocha (3.8), juntamente com Teodósia da Rocha (3.5). Pode-se perceber esta ligação com a linha pontilhada que parte de Teodósio (2.1) e de Teodósia (3.5) que se encontram em Michaela (4.6).

As outras linhas pontilhadas a serem percebidas são as que partem de Ana da Rocha (3.11) e de Damião da Rocha (3.1) e encontram-se em Francisca (4.8), filha da irmã dos padrinhos, Margarida da Rocha (3.8) e de José Moraes Porrante de Moraes e Castro (3.8.a2). Este batismo aconteceu em 14 de abril de 1710. Ana da Rocha (3.11), foi também madrinha de Catarina, filha de Maria da Costa Contestável e Maria de Freitas, juntamente com seu cunhado, José Porrante de Moraes e Castro (3.8.a2), em 1702.

Uma segunda linha pontilhada parte de Teodósia da Rocha (3.5) e segue em direção ao seu irmão, João (3.4). Esta foi madrinha de seu próprio irmão juntamente com Gaspar Freire de Carvalho, em 06 de dezembro de 1694. Foi madrinha também de Lázaro, filho de Lázaro de Barros e Custódia de Freitas, juntamente com o sargento-mor José de Moraes Navarro, em 07 de outubro de 1712.

Apadrinhamentos na família de Teodósio da Rocha



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.

Apadrinhamentos interfamiliares: a família de Teodósio da Rocha e de Teodósio Grasimam

Neste gráfico a seguir podemos perceber, por meio das linhas pontilhadas, os apadrinhamentos entre as famílias de Teodósio da Rocha (A2.1) e Teodósio Grasimam (B3.3). A esposa de Teodósio da Rocha (A2.1), dona Antônia de Oliveira (A2.1.a) foi madrinha de batismo de Ana (B5.6), filha de Teodósio Grasimam (B3.3) e Paula Barbosa

(B4.2) em 25 de abril de 1691³⁹⁷. Teodósio da Rocha (A2.1), em 30 de março de 1703 foi padrinho de Gaspar, filho de Úrsula Leite e Gaspar. A madrinha foi a filha de Teodósio Grasimam (B3.3), Florença de Grasimam (B5.3).

Antônio Vaz Gondim (A3.3), mais um filho do capitão Teodósio da Rocha (A2.1), teve como padrinho, Manuel de Abreu Frielas (B4.3.a), esposo de Isabel Dorneles (B4.3) e provável parente de Gonçalo Frielas (A3.11.a), esposo de Ana da Rocha (A3.11), irmã de Antônio Vaz Gondim (A3.3). Manuel de Abreu Frielas (B4.3.a) também foi padrinho da filha de Antônio Vaz Gondim (A3.3), Marcelina (A4.1), juntamente com sua filha Marcelina de Abreu Soares (B5.7).

A filha de Teodósio da Rocha (A2.1), Tereza (A3.10), teve como madrinha Paula Barbosa (B4.2), esposa de Teodósio Grasimam (B3.3). Felizarda Filgueira (A4.3), filha de Teodósia da Rocha (A3.5) e neta de Teodósio (A2.1), teve como padrinho Gregório de Grasimam (B3.1), possível irmão de Teodósio de Grasimam (B3.3). O capitão Bonifácio da Rocha Vieira (A3.2), filho de Teodósio da Rocha (A2.1), foi testemunha do casamento de Paula Barbosa de Grasimam (B6.2), neta de Teodósio de Grasimam (B3.3).

³⁹⁷ TRINDADE, João Felipe. *Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte*. 2011. P.225.

Apadrinhamentos interfamiliares: a família de Antônio Dias Pereira, de Domingos da Silveira e de João Leite de Oliveira

A esposa de Antônio Dias Pereira (A1.1), Maria Gomes (A1.1.a), foi madrinha de Estevão (B2.1), filho de Domingos da Silveira (B1.1) e Catarina Amorim Freire (B1.1.a) em 10 de setembro de 1702. Antônio Dias Pereira (A1.1) foi padrinho de Tereza de Oliveira (C3.2), filha de João Leite de Oliveira (C2.1) e Damásia de Moraes (C2.1.a), com Brígida Rodrigues, filha de Izabel de Sá, em 27 de dezembro de 1704. No dia 16 de julho de 1708, Antônio Dias Pereira (A1.1) foi padrinho de José (B2.3), filho de Domingos da Silveira (B1.1) e Catarina de Amorim Freire (B1.1.a), com o capitão Manuel da Silva Queirós.

Maria Gomes Freire (A2.2), filha de Antônio Dias Pereira (A1.1) tem como madrinha Catarina de Amorim Freire (B1.1.a), esposa de Domingos da Silveira (B1.1). Outro filho de Dias Pereira (A1.1), Teodósio (A2.4) era afilhado de Catarina de Amorim Freire (B1.1.a) e Domingos da Silveira (B1.1). Antônio Dias Pereira (A1.1) foi padrinho de Tereza (C3.2), filha de João Leite de Oliveira (C2.1).

Bonifácio da Rocha Vieira (A2.6.a), filho de Teodósio da Rocha, foi testemunha também, junto com sua esposa Inácia Gomes Freire (A2.6), filha de Antônio Dias Pereira (A1.1), do casamento de José Martins de Oliveira (C3.1), filho de João Leite de Oliveira (C2.1), com Catarina de Amorim Freire (B2.2), filha de Catarina de Amorim Freire (B1.1) e Domingos da Silveira (B1.1.a). Felizarda Filgueira, filha de Teodósia da Rocha, foi madrinha de Clara de Oliveira (C3.5), filha de João Leite de Oliveira (C2.1).

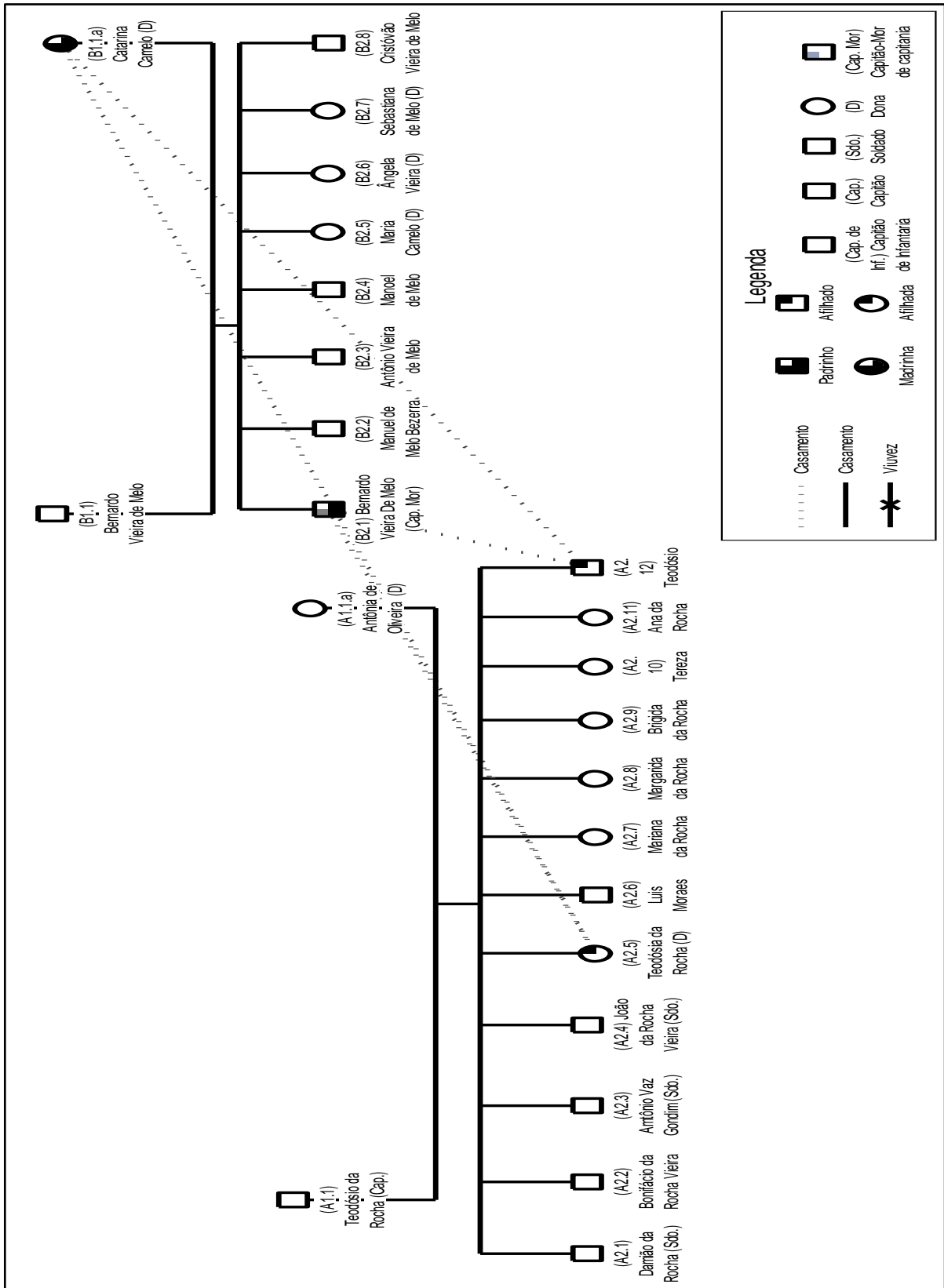
No gráfico a seguir, por meio das linhas pontilhadas, podem ser percebidas essas ligações de apadrinhamentos entre as famílias aqui citadas.

Apadrinhamentos interfamiliares: a família de Bernardo Vieira de Melo e de Teodósio da Rocha

No gráfico a seguir é possível perceber os apadrinhamentos entre os membros da família de Bernardo Vieira de Melo (B1.1) e Teodósio da Rocha (A1.1) tiveram por meio das linhas pontilhadas.

Teodósia da Rocha (A2.5) era afilhada de Bernardo Vieira de Melo (B2.1), capitão-mor da capitania do Rio Grande, e da mãe deste, Catarina Camelo (B1.1.a). Estes mesmo foram padrinhos de Teodósio (A2.12), o filho mais novo de Teodósio da Rocha (A1.1).

Apadrinhamentos entre as famílias de Teodósio da Rocha e Bernardo Vieira de Melo



Fonte: Gráfico elaborado pela autora baseando-se nas obras de João Felipe Trindade, Notícias genealógicas do Rio Grande do Norte e Mais notícias genealógicas do Rio Grande do Norte; e no Livro de Registro de Batismo da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação.